

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS

ANAIS

Resumos Expandidos

De 29 de março a 01 de abril | Florianópolis



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Coordenação:

Clécio Azevedo Da Silva

Nazareno José De Campos

Membros da Comissão:

Berenice Giehl Zanetti Von Dentz

Bruno Franklin Lopes Gaspar

Daniel Simas

Daniele Lima Gelbcke

Donato Marcelo Dreher Heuser

Helen Cristina Machado

Maria das Graças dos Santos Brightwell

Rudinei Kock Exterckoter

Equipe de apoio:

Giovanni Regazzo

Pedro Vergasta

Martha Dellagnello

NOVOS OLHARES SOBRE A PRODUÇÃO DE PRODUTOS COLONIAIS EM MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS15

Berenice Giehl Zanetti Von Dentz

TRANSFORMAÇÕES NO RURAL DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS/SC17

Daniel Simas, Bruno Franklin Lopes Gaspar, Thais Caroline Nunes Barreto

COZINHA REGIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SC: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA.....19

Donato Marcelo Dreher Heuser, Clécio Azevedo Da Silva

A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS21

Carlos Vinícius Da Silva Pinto, Giancarla Salamoni

AS INTERFACES ENTRE O CAMPO E A CIDADE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE LAJEADO – RS23

Juliana Cristina Franz, Giancarla Salamoni

GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS ESPACIAIS NA (RE) ESTRUTURAÇÃO DO URBANO E DO RURAL25

Gilda Maria Cabral Benaduce, Vera Maria Favila Miorin, Luiz Felipe Sausen de Freitas, Iolanda Lopes de Oliveira

PLURIATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-MT.....27

Iolanda Lopes De Oliveira, Vera Maria Favila Miorin, Luiz Felipe Sausen de Freitas, Taiane Flores do Nascimento, Alecsandra Santos Da Cunha

AGRICULTURA E PECUÁRIA NAS MISSÕES: LEGADOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	29
Luiz Felipe Sausen De Freitas, Vera Maria Favila Miorin, Iolanda Lopes de Oliveira, Taiane Flores do Nascimento, Carmen Luyara Canabarro Leal	
FRANJA URBANA EM EXPANSÃO SOBRE O RURAL: CONFLITOS DE IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES..	31
Alexandro Rafael Amaro, Rosa Maria Vieira Medeiros	
CONFLITOS TERRITORIAIS E A IDENTIDADE COMUNITÁRIA: O EXEMPLO DA COMUNIDADE CAMINHO DO FINCÃO, RJ	33
Caroline Xavier Menezes Costa	
AGRICULTURA URBANA: O EXEMPLO DO BAIRRO DE MADUREIRA, RJ	34
Gustavo Bezerra De Brito	
RURAL/URBANO E RELAÇÕES COTIDIANAS EM PEQUENOS NÚCLEOS URBANOS: DISTRITO DE PIRES BELO, CATALÃO (GO)	37
Amanda Pires De Mesquita	

GT2 - Paisagem e usos do território

39

O TURISMO NA SERRA CATARINENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SÃO JOAQUIM E URUBICI.....	40
Helen Cristina Machado	
TERRITORIALIDADES NA GESTÃO DE SERVIÇOS NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	41
Soni Mar Dos Santos Migliorini	
PECUÁRIA COMO ATIVIDADE TRADICIONAL OU FORMA DE RESISTÊNCIA A INTENSIFICAÇÃO DO CAPITALISMO NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS?	43
Carla Silveira Pereira, João Silvano Zanon	

AUMENTO DO EUCALIPTO NA CAMPANHA GAÚCHA.....	45
Cleiton Luis Froelich, César de David, Ana Clarice Soares Hanauer	
OS TERRITÓRIOS RURAIS DE SANTA MARIA – RS E A ESPACIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	47
Janete Webler Cancelier, Tatiane Almeida Netto	
TERRITÓRIOS RURAIS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA APA DO IBIRAPUITÃ, RS	49
Marilse Beatriz Losekann	
O PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO INDÍGENA EM SANTA MARIA/RS: NECESSIDADE DE UM OLHAR GEOGRÁFICO	51
Taiane Flores Do Nascimento, Alecsandra Santos Da Cunha, Carmen Luyara Canabarro Leal, Luiz Felipe Sausen de Freitas, Iolanda Lopes De Oliveira	
ANÁLISE SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU - RS	53
Queli Rejane Da Silva Konzgen, Giancarla Salamoni	
EXPANSÃO DA VITIVINICULTURA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	55
Bruno Freitas Da Silva, Rosa Maria Vieira Medeiros	
AGRICULTURAS ALTERNATIVAS E A PAISAGEM: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	57
Éverton De Moraes Kozenieski	
ASSENTAMENTOS RURAIS NA CAMPANHA GAÚCHA: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E CULTURAIS....	58
Michele Lindner, Rosa Maria Vieira Medeiros	
VINHO E IDENTIDADE NO BRASIL: DA ITÁLIA AO VINHO TÍPICAMENTE BRASILEIRO	60
Shana Sabbado Flores	
A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS PARA A EXPANSÃO DA VITIVINICULTURA E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL DO VINHO NA CAMPANHA GAÚCHA	62
Vanessa Manfio	

CARACTERIZAÇÃO DO POTENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES EM RIO CLARO-SP PARA A MULTIFUNCIONALIDADE: PAISAGEM E PEQUENAS PROPRIEDADES BAIRRO RURAL DE ITAPÉ.....64

Vanessa Antunes De Souza, Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira

CAMPONESES CIGANOS UMA NOVA REALIDADE DO CAMPO EM ASSENTAMENTO RURAL DO TRIANGULO MINEIRO66

Franco Andrei Borges, Marcelo Cervo Chelotti

AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR AFETADAS PELA UHE SERRA DO FACÃO EM CATALÃO (GO)68

Diego Emanuel Rodrigues

VIABILIDADES DE RESTAURAÇÃO DAS FITOFISIONOMIAS EM PAISAGENS FRAGMENTADAS NA BACIA DO RIO SÃO BENTO, SUDESTE GOIANO70

Priscila Querino De Lima, Idelvone Mendes Ferreira

REFLEXOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM GOIATUBA (GO).....72

Robson Lopes Costa

GT 3 - Educação e juventude no/do campo

74

JOVENS, CULTURA E REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS NO SUL DO BRASIL75

Hélène Chauveau

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA ESCOLA DO CAMPO NA REGIÃO CENTRO OESTE DO RIO GRANDE DO SUL76

Jacson Dreyer Schumacher, Helena Maria Beling, Valquiria Conti

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS: O CASO DO PROJETO ARQUITETOS DO SABER EM CACHOEIRA DO SUL/RS78

Tatiane Almeida Netto, Daiane Loreto De Vargas, Eduardo Paulli, Bárbara Chiodini Axt Hoppe, Clayton Hillig

ABORDAGENS PRELIMINARES SOBRE A PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.....80

Alex Cristiano De Souza, Marcelo Cervo Chelotti

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CAMPO: IMPOSSIBILIDADES ATUAIS PARA A PRÁTICA DO ENSINO ESPECIALIZADO83

Isabele De Oliveira Carvalho, Gelson Júnior Santos Do Carmo, Marcelo Cervo Chelotti

JUVENTUDE RURAL EM UBERLÂNDIA/MG.....85

Ricardo Araujo Leite, Marcelo Cervo Chelotti

BREVES PROPOSIÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)87

Luciana Domingues Chaves, Francielle De Siqueira Castro

GT4 - Questão agrária, políticas públicas e desenvolvimento rural

89

AS MUDANÇAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA (DOAÇÃO SIMULTÂNEA) E OS EFEITOS NOS MUNICÍPIOS DE ADAMANTINA, PAULICÉIA E TTUPI PAULISTA-SP90

Fernando Veloso, Rosangela Aparecida De Medeiros Hespanhol

OS EFEITOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE PAULISTA92

Flávio De Arruda Saron, Antonio Nivaldo Hespanhol

O AVANÇO DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NA BACIA RIO IVINHEMA (MS) ENTRE OS ANOS DE 2003 E 201394

Jodenir Calixto Teixeira, Antonio Nivaldo Hespanhol

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM GRUPO DE ASSENTADAS: O CASO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO (OMAT) EM EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA (SP)96

Larissa Araujo Coutinho De Paula, Rosangela Ap. De Medeiros Hespanhol

O PNAE E OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO-SP	98
Marleide De Jesus Da Silva Aristides, Rosangela Ap. De Medeiros Hespanhol	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO AGRÁRIO REGIONAL DA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO	100
Nildo Aparecido De Melo	
INSTITUIÇÃO, CRISE E RENOVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTENSIONISMO RURAL NO BRASIL: NOTAS PARA DEBATE	101
Raphael Fernando Diniz, Antônio Nivaldo Hespanhol	
OS AVANÇOS E OS LIMITES DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROINF NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	103
Sérgio Pereira De Souza, Rosangela Ap. De Medeiros Hespanhol	
O PROJETO DE MICROBACIAS II NO EDR DE BOTUCATU: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE PRATÂNIA E PARDINHO	105
Vania Cristina Dos Santos Pedro, Antonio Nivaldo Hespanhol	
DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR	107
Lidiane Da Paz	
CONSTRUÇÃO DE ECOTÉCNICAS PARA CONSERVAÇÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO RURAL	109
Luciano Zanetti Pessoa Candioto, Luiz Antonio Schmitz, Felipe Fontoura Grisa	
AS TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES NA AGRICULTURA CAMPONESA AGROECOLÓGICA	111
Marcos Aurelio Saquet, Raquel Alves De Meira, Leila Maria Panho, Alcione Kaefer	
ESTUDO DAS TERRITORIALIDADES EM COMUNIDADES RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE ITAPEJARA D'OESTE E FRANCISCO BELTRÃO - PR	113
Raquel Alves De Meira, Marcos Aurelio Saquet, Leila Maria Panho	

A CRESOL E O CAPITALISMO NO CAMPO	116
Vosnei Da Silva	
A RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP	118
Guilherme Valagna Pelisson	
A AGROECOLOGIA E AS VARIÁVEIS QUALITATIVAS QUE INFLUENCIAM NA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	120
João Silvano Zanon, Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Leandro Jesus Maciel de Menezes, Carla Silveira Pereira	
AS TERRITORIALIDADES DA REDE COOPERATIVISTA: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO	122
Marilucia Bem, Carmen Rejane Flores Wizniewsky	
DESENVOLVIMENTO RURAL: OS CAMINHOS TEÓRICOS DE UM CONCEITO COM APLICAÇÃO EMPÍRICA.	124
Maiara Tavares Sodré	
A PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA	126
Adalberto Floriano Greco Martins, Rosa Maria Vieira Medeiros	
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE: O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	128
Elmer Agostinho Carlos De Matos, Rosa Maria Vieira Medeiros	
A VITIVINICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA: SUAS PERSPECTIVAS E REPERCUSSÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	130
Jaime Fogaça, Rosa Maria Vieira Medeiros	
ASSENTAMENTOS RURAIS EM ELDORADO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	133
Joel Luís Melchior, Rosa Maria Vieira Medeiros	

ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ ECOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL135

Luiz Fernando De Carvalho Leal, Michele Lindner, Rosa Maria Vieira Medeiros

A CIRCULAÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL: O CASO DO MST, ENTRE BRASIL E BOLÍVIA ...137

Solenn Lepeu

IMPLANTAÇÃO DA REDE DE POSTOS PLUVIOMÉTRICOS COMO SUBSÍDIO PARA O PLANEJAMENTO AGRÍCOLA NAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP.....138

Wilyan Rodrigo Luciano, Darlene Aparecida De Oliveira, Carlos Augusto da Costa Prochnow

CONFLITOS E PRÁTICAS DE GESTÃO DA ÁGUA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM UBERLÂNDIA - MG141

Alison Nascimento Teixeira, João Cleps Junior

“CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS: ESTUDOS DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA”143

Daise Jesus De Moura

DA RESISTÊNCIA À CONQUISTA DA TERRA: AS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS145

Fabiana Borges Victor

GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: ANÁLISES A PARTIR DAS PESQUISAS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA147

Heitor Nascimento Mendes, Marcelo Cervo Chelotti

PERFIL SOCIOECÔNOMICO E FUNDIÁRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA-MG149

João George Moreira, Bruno Maia, João Cleps Junior

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DATALUTA PARA UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES NO PERÍODO DE 2000-2014151

Márcia Carolina Silva

POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEL EM MINAS GERAIS.....	153
Natália Lorena Campos	
POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: AVALIAÇÃO E ALTERNATIVAS DE USO DA ÁGUA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS.....	155
Raquel Do Nascimento Neder	
O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – MARAM: SUAS AÇÕES E OS DESDOBRAMENTOS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA- MG	157
Ricardo Luis De Freitas, João Cleps Junior	
SETOR SUCROENERGÉTICO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM FRUTAL (MG)	159
Elvisley Rodrigues De Oliveira, Estevane De Paula Pontes Mendes	
TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DA MULHER DO CAMPO: A INFLUÊNCIA DA CULTURA PATRIARCAL NA COMUNIDADE RANCHARIA	161
Lívia Aparecida Pires De Mesquita, Estevane De Paula Pontes Mendes	
AGRICULTURA FAMILIAR E RELIGIOSIDADE: A COMUNIDADE TAMBIOCÓ NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO).....	163
Michele Juliana De Assunção	

GT 5 - Novos valores, mercado e reprodução social

165

LOCALIZAÇÃO E QUALIDADE NOS CIRCUITOS AGRO-ALIMENTARES.....	166
Daniele Lima Gelbcke, Maria Das Graças Brighwell	
MERCADOS INSTITUCIONAIS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOB UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL	168
Jefferson Rodrigues dos Santos	

A IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O QUEIJO DO MARAJÓ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	170
Benedito Ely Valente Da Cruz, Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol	
A ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE DRACENA NOS PROGRAMAS DE COMPRAS COLETIVAS	172
Carlos De Castro Neves Neto, Rosangela Ap. Medeiros Hespanhol	
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA EM PEQUENAS UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS: O CASO DOS BAIRROS RURAIS 1º DE MAIO/TIMBURI E PONTE ALTA/CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)	174
Gabriela Donaton, Rosangela Ap. De Medeiros Hespanhol	
AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO).....	176
Juniele Martins Silva, Rosangela Ap. De Medeiros Hespanhol	
EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS ORGÂNICAS – ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ-VIAMÃO/RS	178
Alecsandra Santos Da Cunha, Helena Maria Beling, Taiane Flores do Nascimento, Carmen Luyara Canabarro Leal, Iolanda Lopes de Oliveira	
APONTAMENTOS SOBRE FORÇA DE TRABALHO E EMPREGO NO ESPAÇO RURAL DO PAMPA GAÚCHO.	180
Ana Clarice Soares Hanauer	
ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE IBARAMA/RS: UMA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E PRODUTIVA	182
Helena Maria Beling, Alecsandra Santos Da Cunha, Jacson Dreyer Schumacher, Valquiria Conti	
AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE SANTA FLORA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS	184
Leandro Jesus Maciel De Menezes, Cesar De David, João Silvano Zanon	
REPRODUÇÃO SOCIAL DE SABERES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE IBARAMA, RS	186
Valquiria Conti, Helena Maria Beling, Jacson Dreyer Schumacher	

ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE188

Gabriela Rodrigues Gois, Giancarla Salamoni

A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA AGRÁRIO NA LOCALIDADE ESTÂNCIA DA FIGUEIRA-CANGUÇU/RS.....190

Luciana Venzke Pranke, Giancarla Salamoni

DISCUSSÃO DO TEÓRICA DO HIDROTERRITÓRIO A PARTIR DA REALIDADE NORTEMINEIRA192

Priscilla Caires Santana Afonso, João Cleps Júnior

A TERRITORIALIDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE INDEPENDENTES DE SANTA ISABEL DO RIO PRETO EM VALENÇA, RJ194

Bruno Milan Carneiro De Albuquerque

OS ASPECTOS FORMADORES DAS IDENTIDADES CULTURAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES: A COMUNIDADE RURAL OLHOS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)195

Laila Maria De Sousa Naves, Estevane De Paula Pontes Mendes

GT 6 - Abordagens teóricas e novos desafios para a Geografia Rural e Agrária **197**

INTRODUÇÃO DA NOÇÃO DE RESILIÊNCIA NOS ESTUDOS RURAIS198

Rudinei Kock Exterckoter, Clécio Azevedo da Silva

A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA AO CAPITAL PELAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS201

Merce Paula Muller

ELEMENTOS DE NORMATIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL203

Patrick Martins, Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

SUDOESTE DO PARANÁ: RELAÇÕES CAMPO CIDADE E CONSEQUÊNCIAS NO TERRITÓRIO205

Rogério Michael Musatto

ETNOCARTOGRAFIA NA COSTA PACIFICA DA COLÔMBIA RE-MAPEANDO A RURALIDADE NO MUNICÍPIO DE LOPEZ DE MICAY CAUCA	207
Jessica Wendy Beltrán Chasqui, Cesar De David	
DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE SANTA TERESINHA – PALMEIRA DAS MISSÕES/RS.....	209
Sibeli Fernandes, Giancarla Salamoni	
AS PRÁTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO ALEGRE-RS	210
Elvis Albert Robe Wandscheer, Rosa Maria Vieira Medeiros	
A GEOGRAFIA AGRÁRIA E AS ABORDAGENS CULTURAIS NO/DO ESPAÇO	212
Flamarion Dutra Alves	
AGRICULTORES FAMILIARES REMANEJADOS PELA FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE SERRA DO FACÃO, RIO SÃO MARCOS (GO).....	214
Estevane De Paula Pontes Mendes, Idelvone Mendes Ferreira	

GT 1 - Interfaces rural-urbanas

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



NOVOS OLHARES SOBRE A PRODUÇÃO DE PRODUTOS COLONIAIS EM MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Berenice Giehl Zanetti Von Dentz

O presente trabalho analisa a presença dos saberes artesanais relacionados à produção de alimentos na Grande Florianópolis, considerando as influências dos diferentes grupos que compuseram a história da região. Na Grande Florianópolis, as formas de produção e processamento dos alimentos, iniciada durante o processo de colonização, apresentam papel fundamental na análise e estudo do patrimônio alimentar da região na atualidade. No princípio da instalação das colônias de imigrantes – primeiramente açorianos e, depois, alemães – a produção de excedentes alimentares ocorreu pelo próprio processo de colonização, onde o autoconsumo de alimentos representava prática comum entre os colonizadores em função da própria restrição vivenciada, mas não suficiente para explicar sua economia. Os produtos eram processados visando sua conservação durante os períodos de entressafra e seu excedente era comercializado com a finalidade de aquisição de outros alimentos que não eram produzidos na localidade. Este saber fazer artesanal surgiu entre as famílias dos colonizadores e hoje representa o patrimônio alimentar das famílias rurais, identificados por alimentos tais como geleias, chimias, conservas de hortaliças, pães, bolos, massas, roscas, cucas, queijos, melado, farinha de mandioca, cachaça, linguças, salames e outros embutidos que ficaram conhecidos na região como “produtos coloniais”, sendo definidos como produtos “semimanufaturados” ou processados de forma artesanal e tradicional nos estabelecimentos rurais para o autoconsumo familiar, pelos agricultores - os “colonos”. A origem do termo “colonial” usada para identificar tais produtos preserva uma imagem relacionada a uma suposta condição natural, saudável ou fresca dos alimentos. Embora a comercialização do excedente dos produtos coloniais represente uma prática frequente desde o início da colonização na região, estes produtos, em sua maioria, são comumente vendidos no mercado não formal, no próprio local onde são produzidos ou em municípios vizinhos, configurando-se assim um mercado de circuito curto ou de proximidade. Percebe-se que em muitos casos, as exigências impostas pela legislação reduzem a produção e a circulação dos produtos coloniais, em especial aqueles de origem animal. A permanência de produtores na informalidade é comum, e está relacionada principalmente aos locais de produção pouco adequados, bem como às dificuldades para a realização de adaptações e mudanças exigidas pela legislação. O principal objetivo da pesquisa é o registro dos principais produtos coloniais processados em municípios da região da Grande Florianópolis. Para isto será realizado um inventário das formas de processamento e dos saberes e fazeres utilizados na produção destes alimentos. Busca-se também problematizar a atual “imagem positiva dos produtos de qualidade diferenciada” atualmente atribuída aos produtos coloniais pelos consumidores, em especial os urbanos, discutindo-se a relação entre os produtos e seus atributos culturais, relacionados à saúde, ao natural e fresco e em contrapartida a questão da informalidade e da segurança alimentar quando relacionado à comercialização e consumo destes produtos. Sendo o objetivo principal do presente trabalho, inventariar os produtos coloniais e seus modos de produção em municípios da Grande Florianópolis, faz-se necessária também a compreensão da dinâmica da cooperação entre agentes que viabiliza os círculos da produção colonial. Para a coleta

de dados serão realizadas entrevistas gravadas em áudio, usando-se um roteiro estruturado de perguntas, levantamento documental e bibliográfico e observações do cotidiano de famílias de agricultores (colonos) residentes em municípios da região da Grande Florianópolis. Também serão realizadas observações de campo e entrevistas com os produtores e principais consumidores para compreensão da crescente valorização e ressignificação dos produtos coloniais. Observa-se que mesmo com a crescente demanda pelo “rural” e “natural”, e com a valorização dos produtos coloniais, muitos saberes tradicionais dos produtores estão sendo esquecidos devido à falta de registro e da pequena inserção de jovens na continuidade da produção e processamento destes produtos. A falta de um entendimento a cerca da definição “colonial” também é fato recorrente entre os produtores.

Palavras-chave: Produtos coloniais, Circuitos Curtos, Patrimônio Alimentar.

TRANSFORMAÇÕES NO RURAL DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Daniel Simas

Bruno Franklin Lopes Gaspar

Thais Caroline Nunes Barreto

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar um panorama sobre a construção histórica e constituição atual do rural na microrregião de Florianópolis/SC. Para tanto, pretende-se analisar as transformações do rural nesta microrregião a partir de um aporte teórico que contemple como base o paradigma de formação socioespacial, delineado por Milton Santos. Neste sentido, consideramos aqui o processo histórico, no âmbito de suas implicações sobre sociedade e espaço, orientando as decorrentes transformações. Utilizamos como procedimentos metodológicos a análise de material bibliográfico, bem como verificações in loco de algumas localidades. Para isto, fundamental é atentarmos para os processos históricos que orientaram a gênese e dinâmica do rural na microrregião de Florianópolis. Os processos históricos que marcaram a gênese e dinâmica regional em muito se relacionam a uma expressiva e imprescindível atividade rural, desempenhada no litoral catarinense ao longo dos séculos XVIII e XIX. Assim, fundamental é considerarmos as contribuições dos elementos culturais indígenas e negros, que por muitos motivos são invisibilizados nos processos de reconstrução histórica. Desta forma, observamos as principais dinâmicas socioespaciais ocorrentes na região como um processo complexo, formado e incrementado por diversos elementos culturais, oriundos de espaços diversificados e de tempos distintos. Neste contexto, ponderamos primeiramente a importância da pequena produção mercantil de base açoriana, que tinha por sua vez importante papel na efetivação dos propósitos de povoamento da região, manifestos pela Coroa Portuguesa. Estas configurações, originais do século XVIII, passam a ser incrementadas a partir da complementação econômica e cultural entre o planalto e o litoral catarinense, efetivadas pelo tropeirismo. Este fator de integração entre economias passa a se concretizar nas próprias transformações socioespaciais ocorridas no rural da região, trazendo à produção uma conotação mais comercial, já que outrora se voltara mais à subsistência. No século XIX, com a chegada dos germânicos, novas tradições e formas de empreendedorismo seriam implementadas. Os processos de diferenciação social foram fundamentais para distinguir os produtores que se adequariam às novas lógicas apresentadas no século XX. Podemos apreciar aqui os esforços por uma efetiva urbanização na região, marcada pelo rodoviarismo; políticas habitacionais manifestas pelos loteamentos e conjuntos habitacionais; modernização da agricultura e pecuária fomentada pelo próprio Estado; e a industrialização. Estes fatores conjugadamente contribuíram significativamente para profundas transformações no rural da microrregião da Florianópolis, orientando-o para novas formas, manifestas em resistências e adaptações. Nas primeiras décadas do século XXI as atividades efetivamente rurais tem se efetivado como remanescentes de um momento histórico diferente do atual, enquanto outras práticas, mais modernas, tem-se verificado como coadunadas ao sistema capitalista vigente, de maneira que sua permanência se dá pelas adaptações que o contexto social, político, econômico e ambiental exigem. Às margens do sistema alguns produtores, muitos com idade avançada, tentam preservar

atividades típicas de um passado rico em importância e conteúdo. Embora a expansão urbana e industrial se dê em detrimento dos espaços ditos rurais, o rural ainda permanece efetivamente presente na realidade socioespacial da microrregião da Florianópolis. Sua importância não está apenas no passado, mas pode ser entendida como fator estratégico fundamental para a realização de um futuro melhor, mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Rural, Urbano, Florianópolis.

COZINHA REGIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SC: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Donato Marcelo Dreher Heuser

Clécio Azevedo Da Silva

Este resumo apresenta elementos norteadores do projeto de qualificação para doutorado, intitulado: Cozinha regional e suas atualizações na Grande Florianópolis: uma abordagem geográfica. PPGGEO - UFSC. Os objetivos desta tese foram definidos conforme segue: Geral - analisar o processo de construção e atualização da "cozinha regional" na Grande Florianópolis - SC. Específicos - incorporar a categoria de formação socioespacial no estudo do fenômeno "cozinha regional"; delimitar atores, meios e processos envolvidos na construção da Cozinha Regional da Grande Florianópolis - SC; examinar as atualizações e tendências da Cozinha Regional da Grande Florianópolis - SC. Entende-se neste trabalho, os fenômenos sociais construídos historicamente, como formadores de características identitárias e das condições da produção e existência dos espaços regionais. Desta forma, a "cozinha regional" (CR) articula-se a esta construção, emergindo como produto ou até mesmo promotora da distinção regional. Metodologicamente esta pesquisa concebe a construção sócio-espacial como unidade e totalidade em diferentes esferas: econômica, social, política e cultural (MILTON SANTOS, 1977). Contreras e Arnaíz (2005) caracterizam uma "cozinha" nacional pautada em quatro elementos: 1. Variedade limitada de alimentos de acordo com conveniências logísticas; 2. Modos de preparo: cortes, modos de cocção, apresentação, etc.; 3. Condimentações específicas; 4. Quantidade de refeições diárias; consumo só ou em grupo; rituais com determinados alimentos; tabus alimentares. Ao analisar a formação de cozinhas regionais, não podemos prescindir de entendê-las no contexto de desenvolvimento sócio-espacial, sistematicamente entre o local e o global. Para Milton Santos (2012) as forças centrípetas e centrífugas atravessam paralelamente o território. Tanto podem ser subordinadas às determinações do processo produtivo quanto às surpresas da intersubjetividade. Podemos pensar a cozinha regional como um espaço abstrato sujeito a forças centrípetas e centrífugas de maneira simultânea. Na medida em que sua formação acontece a partir das relações produtivas, humanas e naturais locais, sofre influência de forças centrípetas. Ao passo que também é submetida às forças centrífugas no momento em que recebe influências globais. Neste caso, por exemplo, com novas tecnologias produtivas, reestruturação de espaços em função de demandas turísticas nacionais ou até internacionais, insumos alimentícios que outrora eram produzidos localmente, mas na condição econômica global podem originar-se de longínquos cantos do globo terrestre. Pretende-se neste trabalho analisar a formação sócio-espacial do fenômeno "cozinha regional" sob a ótica de Contreras e Arnaíz associado ao entendimento teórico de Poulain (2013) no que tange aos espaços do comestível e do comensal. Silva (2007) define que a distribuição das funções no espaço obedece a uma sub-divisão do espaço social alimentar em lugares articulados por relações hierárquicas e de reciprocidade. O autor entende que as noções de "espaço do comestível" e de "espaço do comensal", utilizadas por Poulain (2013), ajudam a qualificar esta divisão funcional do espaço. Para melhor entendimento das expressões de cozinhas regionais, esta pesquisa se pautará ainda nas

práticas cotidianas relacionadas ao objeto. Fundamentando esta análise cotidiana, simbólica e imaginária da sociedade utilizaremos teorias de Claval (2014), Heller (2000), Certeau; Giard e Mayol (1994), Bourdieu (2009) e Castoriadis (1982). Além do levantamento bibliográfico, serão analisados conceitos relacionados à temática "cozinha regional" a partir dos principais artigos científicos presentes nas plataformas Capes e Scielo. A seleção teórica conceitual decorrerá com base no princípio de saturação na medida em que os conceitos atenderem demandas pautadas nos objetivos do projeto. O levantamento de dados em campo será desenvolvido com base em princípios qualitativos de pesquisa a partir de técnicas de observação, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. O direcionamento para levantamento de dados se alicerçará nos princípios conceituais estruturantes de "Cozinha" em Contreras e Arnaíz (2005) e "Espaço social alimentar" em Poulain (2013). Os sujeitos selecionados para entrevistas deverão apresentar relação direta como a oferta gastronômica - restaurantes, festas tradicionais, vias gastronômicas, etc. - ligada a formação sócio-espacial do objeto inserido na região em questão. Cardápios, folders publicitários e anúncios em periódicos de circulação regional embasarão a técnica de análise documental. A observação se dará em eventos de preparação e oferta gastronômica, públicos ou privados, cotidianos ou esporádicos, sempre de acordo como a demanda definida em objetivos e emergente na evolução processual desta pesquisa. Em campo exploratório à cidade de Antônio Carlos-SC, foi possível constatar alguns traços, prováveis aspectos germinantes, de uma cozinha regional. O entendimento natural para expressão de uma cozinha regional seriam os alimentos oferecidos na "Festa do colono" e na "Festa da hortaliça", por exemplo. Entretanto, o que emerge de curioso nestas expressões alimentares, são as razões e as percepções, pelas quais os alimentos fazem parte deste conjunto. Percebeu-se que na produção e preparação de alimentos, a "alavanca" pauta-se em "conveniências logísticas" e demandas comerciais para abastecimento do mercado regional. Aparentemente, os atributos étnicos tem pouca influência na estruturação de expressões culinárias.

Palavras-chave: Cozinha, região, formação socio-espacial.

A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

Carlos Vinícius Da Silva Pinto

Giancarla Salamoni

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender os conceitos de rural e urbano, em uma perspectiva de aproximação entre estes conceitos, sob a lógica da produção agrícola na cidade, onde o segmento da agricultura familiar assume a centralidade da discussão no espaço pesquisado. Para a delimitação conceitual da agricultura familiar é possível encontrar diversas vertentes, entre as quais se destacam duas: a que considera que a agricultura familiar hoje, consolidada pela modernização, é uma nova categoria social, ocasionada pelas transformações da sociedade capitalista. E, a outra que entende ser a agricultura familiar brasileira um conceito que vem passando mudanças e assumindo formas diversas de adaptação no tempo e no espaço, com significativas raízes históricas. Levando em consideração as “rupturas” e as “continuidades” (WANDERLEY, 2009) dos processos que envolvem a agricultura familiar, ainda assim, não há um entendimento consensual sobre o uso desse conceito ao tratar da produção agrícola em espaços urbanos, muito embora, a organização familiar seja a base socioprodutiva presente nas propriedades localizadas em espaços definidos sob a normatização urbana. Por outro lado, o conceito de agricultura urbana, tem se mostrado, muitas vezes, de forma bastante ampla quando entendido como as atividades praticadas em pequenas áreas, tais como quintais e jardins, ou em espaços educacionais, como hortas escolares. Diante disso, objetiva-se investigar a produção agrícola em espaços urbanos, como resultado do contínuo avanço do perímetro urbano sobre áreas rurais, adotando a categoria analítica da agricultura familiar, a partir do conhecimento empírico sobre o processo ocorrido na cidade de Pelotas- RS. Para elaboração do presente trabalho parte-se de uma revisão teórico-conceitual a respeito da temática de estudo, que foi complementada pela pesquisa de campo. A revisão da bibliografia foi realizada por meio da leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordam o tema em questão, para aprofundamento dos referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa. Para o conhecimento da realidade empírica a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com os agricultores que possuem realizada junto às propriedades localizadas dentro do perímetro urbano de Pelotas. Para tanto, optou-se por um processo de amostragem não estatístico, onde a preocupação principal é a caracterizar as propriedades que praticam a agricultura a partir das dimensões social, funcional (técnica) e de produção. O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir da abordagem do sistema da agricultura de Diniz (1984), na qual os subsistemas internos podem ser assim definidos: o subsistema social permite identificar quem é o produtor; o subsistema funcional caracteriza os elementos técnicos e, por último, o subsistema de produção trata de caracterizar o output do sistema da agricultura, ou seja, o que é, quanto e para quem é produzido. Estes subsistemas internos garantem o estabelecimento de relações entre os elementos da organização socioprodutiva na área estudada. Assim, a reprodução da agricultura familiar no espaço urbano do município de Pelotas é entendida como o resultado do processo histórico pelo

qual passou o espaço em análise. Ao mesmo tempo, não representa a ruptura total com as expressões e formas da ruralidade, demonstrando a capacidade do segmento familiar na agricultura em estabelecer estratégias de reprodução social e territorial que garantem sua permanência no contexto atual da cidade, apesar de toda a ordem de restrições às quais se encontra submetida. Quanto à problemática conceitual apresentada por este estudo, considera-se fundamental repensar os critérios utilizados para a definição normativa da agricultura familiar no Brasil, pois, esta assume diversas formas sociais e que, por sua vez, necessita ser reconhecida pelas políticas públicas. Não obstante, o processo de urbanização e as normatizações impostas na constituição da cidade não têm levado em consideração as expressões históricas da ruralidade e, conseqüentemente, as manifestações de agricultura familiar no espaço urbano.

Palavras-chave: Agricultura familiar; urbanização; ruralidades.

AS INTERFACES ENTRE O CAMPO E A CIDADE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE LAJEADO – RS

Juliana Cristina Franz

Giancarla Salamoni

As novas características do campo como a intensificação da pluriatividade, a crescente mecanização e a modernização da agricultura, bem como, a emergência dos movimentos socioterritoriais, intensificaram a discussão do rural-urbano na Geografia nos últimos anos (GIRARDI, 2008). E neste trabalho busca-se interpretar os efeitos da expansão do perímetro urbano do município de Lajeado - RS, A fim de confrontar o marco teórico com a realidade empírica foi adotado para estudo de caso as unidades produtivas familiares do município de Lajeado, localizado no COREDE do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul. Para tanto, a pesquisa de campo pretende desvelar as especificidades sobre as dinâmicas e expressões do rural e da ruralidade local. Este interesse se deve pela constatação das transformações significativas que vêm ocorrendo no que tange a delimitação entre os dois espaços, tendo em vista as decisões normativas tomadas pela câmara municipal. No Quadro 1 é possível observar o comportamento da população rural em relação à população urbana e em comparação com a população total do município de Lajeado. É interessante notar que a população total do município não apresentou um aumento significativo ao longo dos últimos 40 anos, entretanto, é preciso considerar que no período analisado Lajeado perdeu uma área territorial considerável através das emancipações.

Quadro 1: População total, urbana e rural no município de Lajeado- de 1970 a 2010.

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	% Pop. Urbana sobre a Pop. Total	% Crescimento da Pop. Urbana
1970	56.992	18.041	38.951	31,65	--
1980	63.739	32.559	31.180	51,08	80
1990	62.783	45.970	16.813	73,22	41
2000	64.133	60.189	3.944	93,85	31
2001*	60.876	60.452	424	99,30	1
2010	71.481	71.216	265	99,63	17

*Ano em que Lajeado passou a ser constituído na divisão territorial apenas pelo Distrito Sede (IBGE, 2007). Fonte: IBGE, 2010.

Segundo os dados apresentados pelo IBGE (2010), com base no Censo Demográfico, é possível verificar que de 1970 até o ano de 2010 o município de Lajeado apresentou uma significativa redução na população considerada rural (Quadro 1). Enquanto que em 1970, 68,34% da população municipal era rural, nos dias atuais apenas 0,37% da população é considerada rural, tendo 99,63% dos habitantes classificados como população urbana. As normatizações municipais vêm restringindo o espaço rural do município, no intuito de regularizar os loteamentos urbanos que já vinham se implantando de maneira irregular neste espaço, e, também, como forma de prever um crescimento estrutural da cidade de forma mais ordenada, tendo em vista o crescimento

demográfico da mesma. Assim, os agricultores familiares buscam se adaptar para se manterem ativos no contexto socioprodutivo local. Diante desta peculiaridade municipal, quanto à normatização do perímetro urbano, percebeu-se uma relação por vezes favorável e, por outra, desvantajosa para os agricultores. A proximidade com o urbano traz melhorias de acesso ao mercado consumidor para as famílias rurais, quando os produtos agrícolas são comercializados na escala local. E restringe, por vezes, ao impedir a formação de novos empreendimentos rurais pela proximidade com o urbano, além de também restringir a área territorial antes destinada para a produção agrícola. Entretanto, mesmo com estas alterações normativas e espaciais, uma parcela dos agricultores familiares não abandona suas atividades e suas propriedades, recorrendo as mais diversas alternativas socioprodutivas e, mesmo diante de situações tão adversas, alguns conseguem manter a sua reprodução social na propriedade rural. E, além disso, buscam condições não apenas para continuarem como agricultores, mantendo as características da sociabilidade rural, mas também, para melhorarem suas condições materiais de vida.

Palavras-chave: Rural, Urbano, Normativas Municipais.

GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS ESPACIAIS NA (RE) ESTRUTURAÇÃO DO URBANO E DO RURAL

Gilda Maria Cabral Benaduce

Vera Maria Favila Miorin

Luiz Felipe Sausen de Freitas

Iolanda Lopes de Oliveira

A Geografia, ciência que estuda o espaço em suas mais variadas nuances procura, por meio da articulação entre teoria e prática o entendimento da organização do espaço geográfico estimulando que se lance o olhar para além do horizonte possível. Tal entendimento alicerçou o propósito que permitiu estudo das espacialidades do Rio Grande do Sul tendo como objetivo compreender as dinâmicas espaciais quer urbana quer rural, bem como as possíveis manifestações e contradições no interior de seus territórios revelando formas de reprodução do sistema econômico vigente. A realidade de uma determinada espacialidade permite conhecer e diferenciar seus territórios, além de possibilitar a distinção de suas características, as quais modelam suas feições e constroem relações entre seus habitantes, quer ocupando áreas rurais ou urbanas e permitindo entender serem os grupos humanos construtores destas espacialidades por meio de suas tarefas de produção através do trabalho e de reprodução da própria vida, em suma constituindo o espaço geográfico. Os grupos humanos também são os responsáveis pela dinâmica dos processos de transformação das espacialidades ao alterarem continuamente suas feições. Deste modo, utilizando-se a escala de dimensão pode-se entender que no interior de uma espacialidade, seja ela rural ou urbana, nem sempre suas feições são uniformes e não mudam uniformemente, pois o trabalho humano distribuído assume características distintas e atua de forma diferenciada de uma para outra espacialidade dependendo da importância exercida. Ao realizar estudos geográficos em diferentes escalas de dimensão, devem-se explorar as espacialidades conhecendo seus elementos constituintes e destacando aqueles que as caracterizam para assim verificar como os grupos humanos vivem e como eles constroem e transformam seus territórios de vida. Ações modeladoras das paisagens concomitantemente a expansão econômica capitalista, em seu permanente movimento, têm revelado ações com diferentes graus de dinamismo atuando heterogeneamente em muitas áreas permitindo o reconhecimento da variação dos estímulos destas ações. Não se pode deixar de observar, analisar e reconhecer tais desigualdades no interior dos territórios de vida. Entretanto, estudos indicam que a variação das dinâmicas nos territórios de vida ocorre tanto em países de tecnologia avançada, como nos carentes de tecnologias, abrindo caminho para que se coloquem dúvidas desafiando os pressupostos sobre os conceitos de desenvolvimento e sobre as terminologias em uso. Estudos realizados no estado do Rio Grande do sul permitiram estabelecer que as relações de caráter rural e urbano podem promover um urbano altamente dinâmico e desestruturado de seu meio rural, como também promover relações articuladas que contenham dinamismo e equilíbrio com o seu entorno. Tais dinamismos no meio rural e urbano se devem a presença de mercados que adotando tecnologias e estratégias, convertem a produção em

vantagens econômicas. Neste caso, o nexos principal, capital e trabalho baseiam-se na inovação tecnológica, na capacidade de gerar excedentes necessários a intensificação dos mercados e das mercadorias, como na divisão do trabalho. A mundialização da economia em seus processos influencia as relações e articulações como também ela age sobre as formas, funções e estruturas das distintas espacialidades, estejam elas ou não inseridas em circuitos mundiais. Tais processos que ali atuam mesclam-se e se imbricam na reconstrução de novas espacialidades, as quais estão impregnadas de um passado que não se destrói por conta da construção de novas formas ou funções. A (re) estruturação e a visibilidade de uma espacialidade, constituída por um território, depende da disposição dos objetos técnicos existentes, condição para que estejam ou não inseridos nos circuitos.

Palavras-chave: Globalização, rural/urbano, dinâmicas espaciais.

PLURIATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-MT

Iolanda Lopes De Oliveira

Vera Maria Favila Miorin

Luiz Felipe Sausen de Freitas

Taiane Flores do Nascimento

Alecsandra Santos Da Cunha

As duas últimas décadas introduzem novos temas de investigação social sobre a agricultura e o mundo rural brasileiro, momento no qual questões e fenômenos, até então desconhecidos na literatura socioeconômica, passam a ser incorporados ao centro das reflexões acadêmicas. Nesta dinâmica de acordo com Anjos e Caldas (2012) é possível identificar três grandes eixos temáticos que norteiam tais investigações, que seriam a consolidação da agricultura familiar enquanto categoria de análise e objeto de políticas públicas, além das incorporações do universo da sustentabilidade e inserção da pluriatividade e da multifuncionalidade. Neste contexto apresenta-se como principal objetivo a discussão de aspectos relacionados à pluriatividade da agricultura familiar como um componente explicativo das atividades agrárias na atualidade. O enfoque principal é dado através da análise do termo pluriatividade na agricultura familiar, desde sua gênese, até sua aplicabilidade na realidade brasileira e como esse fenômeno se manifesta nos assentamentos rurais, especificamente o Assentamento Zumbi dos Palmares, escolhido como área de estudo. Este localizado no município de Dom Aquino-MT a 13 km a sudeste da cidade. Encontra-se na mesorregião sudeste Mato-Grossense, e na microrregião de Rondonópolis-MT, o assentamento possui uma área aproximada de 1200 hectares, distribuídos em 48 lotes, com cerca de 25 ha cada. A pluriatividade de acordo com Schneider (2007) refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção. Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que, por meio da pluriatividade, os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas. Para a realização das atividades no assentamento fez-se necessário à aplicação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP é uma técnica baseada na coleta de informações da percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem e das atividades realizadas por eles (VERDEJO, 2007). Vale ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento, sendo apresentados apenas os resultados prévios. Em análise dos questionários, especificamente o seguimento de economia e renda dos agricultores, foi possível perceber que a

economia local do assentamento tem como base atual a venda do leite, se destacando também a produção de mandioca e a criação de peixe. A renda familiar destaca-se em duas categorias, a agrícola e a não agrícola. A soma das duas rendas equivale de 1 a 2 salários mínimos para 62% dos assentados e de 2 a 3 salários mínimos para 38%. Um fator importante a ser avaliado é o número de assentados que desempenham outras atividades para complementar a renda familiar, que chega a 38%. Portanto, a pluriatividade no Assentamento representa uma boa parcela da complementação da renda familiar, se apresentando como uma alternativa a diversos problemas enfrentados pelas famílias assentadas e por boa parte da população rural brasileira, como por exemplo, baixa renda familiar, o êxodo dos jovens, geração de empregos e outros, assumindo um caráter extremamente importante para as populações rurais mais pobres.

Palavras-chave: Pluriatividade, Assentamentos rurais, agricultura familiar

AGRICULTURA E PECUÁRIA NAS MISSÕES: LEGADOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Luiz Felipe Sausen De Freitas

Vera Maria Favila Miorin

Iolanda Lopes de Oliveira

Taiane Flores do Nascimento

Carmen Luyara Canabarro Leal

O período que marca o contato entre sacerdotes da Companhia de Jesus e os grupos nativos já estabelecidos no atual estado Rio Grande do Sul tem grande importância histórica, não somente pelo processo de catequização imposto pelos jesuítas para com os indígenas, mas também por todo legado cultural herdado desse contexto, onde se encaixam a agricultura, a qual já era praticada pelos guaranis, em caráter primitivo, e também a pecuária, elemento que altera fortemente o gênero de vida dos nativos, com a introdução do gado pelos colonizadores e a inserção dos animais nas reduções por parte dos padres. Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa, é verificar as principais contribuições históricas missionárias, no que tange a agricultura iniciada através do contato entre jesuítas e guaranis e também a formação da pecuária no Rio Grande do Sul, incentivada pela Companhia de Jesus. Para isso deveremos metodologicamente fazer uma revisão bibliográfica significativa a fim de respondermos de que forma o passado missionário tem relação com o rural que conhecemos hoje e quais são os legados culturais herdados do período. É bem verdade, que quando da chegada dos jesuítas, os nativos já tinham suas técnicas de sobrevivência ligadas ao meio. Algumas tribos se destacavam pela coleta de frutos e pinhões, como aquelas que habitavam áreas de planalto, no norte gaúcho, outras tinham na caça e na pesca suas principais atividades, como é o caso, das tribos pampeanas, em especial Charruas e Minuanos. O Guarani, por sua vez, possuía uma agricultura mais bem desenvolvida, possuindo quando da chegada dos padres jesuítas, plantações de milho e mandioca, porém em estado bem primitivo. Por possuírem uma agricultura mais bem elaborada, os guaranis tinham maior capacidade de fixação a terra, se comparados a outros grupos, sendo este, o fator principal que levou os jesuítas a tentarem cristianizar o grupo, pois em seus preceitos, estava a capacidade de viver coletivamente, o que exigia o abandono do nomadismo. Para isso, com a fundação de diversas reduções, além de se estabelecer um sistema de plantio mais bem organizado, que mesclava os estudos jesuítas com o conhecimento natural dos guaranis, se dá também a introdução do gado nos povoados, com o intuito cada vez maior de abastecer todo contingente populacional guarani e fixa-los cada vez mais nas reduções. O gado trazido da Europa, inicialmente desperta temor e curiosidade nos índios, que não conheciam tais animais, e que mudariam para sempre os hábitos dos nativos.

Com o número cada vez maior de bovinos para abastecer as reduções, ocorre a construção de currais, para evitar que o gado fugisse e pudesse ser atacado por animais selvagens. Com o crescimento dos rebanhos, tem-se a fundação de estâncias, mais distantes das reduções, onde o gado era criado sobre cuidados de posteiros. As estâncias que se construíram no período, serviram

de modelo, para as grandes fazendas instaladas na Argentina e no Rio Grande do Sul por um longo período. Além disso, através da lida com o gado, começa a se forjar o caráter identitário do gaúcho. Tal caráter fica evidenciado quando da formação da Vacaria do Mar, criada através do abandono do gado dos currais e das estâncias dos povos, quando os índios se viram forçados a transmigrar para a margem direita do rio Uruguai devido às invasões bandeirantes. A exploração do gado selvagem da Vacaria do Mar identifica o gaúcho em seu contexto inicial, o contrabandista de gado. Era um modo aventureiro de ganhar a vida, o que logo se alteraria com o início das incursões tropeiras, onde o gaúcho, sempre ligado ao campo, a bois e cavalos, começa a alterar sua imagem, antes sempre vista de forma pejorativa. Além do gado, outro legado cultural marcante, que tem relação com as missões jesuíticas-guaranis, é a erva-mate. Mesmo sendo nativa, a sua produção esteve sempre muito ligada às missões, pois eram os guaranis do Rio Grande do Sul e também do Paraguai que mais se inseriram na produção. A erva-mate que garantia a sustentabilidade econômica das Missões caiu no gosto dos colonos e dos jesuítas, sua produção e seu consumo foram sofrendo alterações, sendo hoje um dos elementos principais que marcam a identidade do gaúcho. Portanto, como podemos ver vários elementos ligados ao período missionário forjaram a figura do gaúcho, desde a erva-mate, símbolo do Rio Grande do Sul atualmente, até a ligação dos nativos com a pecuária, visto que o gaúcho tem sua origem histórica fortemente relacionada ao campo e a criação de animais. Também não devemos esquecer as mais diversas contribuições agrícolas que só puderam ocorrer, a partir dos modelos herdados do contato entre jesuítas, que traziam seus profundos estudos de além-mar e dos guaranis, que tinham conhecimento natural do terreno a ser explorado e de suas riquezas.

Palavras-chave: Agricultura, Pecuária, Missões

FRANJA URBANA EM EXPANSÃO SOBRE O RURAL: CONFLITOS DE IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES

Alexandro Rafael Amaro

Rosa Maria Vieira Medeiros

As dinâmicas que ocorrem com a expansão das franjas urbanas no Brasil tiveram uma grande aceleração nos últimos anos em todas as capitais e grandes cidades, principalmente com os programas de incentivos do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida. As áreas de expansão das cidades no Brasil são caracterizadas pela marginalização de grupos e a exclusão dos mesmos, estes são localizados em pontos mais afastados do centro urbano da cidade e alteram a paisagem. Hoje no Brasil diversos grupos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) vem lutando pelos direitos a moradias de qualidade e melhorias no aproveitamento do uso dos imóveis urbanos. No outro lado dos modos de uso da terra esta o MST (Movimento dos Sem Terra) que com o avanço da luta pela terra, construído através de uma organização social, transforma o território e principalmente os latifúndios, passando a modificar o modo de uso da terra e a paisagem. A luta pela terra no Rio Grande do Sul iniciada na porção norte passa a ter uma maior concentração no período pós 1980 na região metropolitana de Porto Alegre e áreas de banhado foram utilizadas para a formação de assentamentos ligados ao MST. Atualmente o município de Eldorado do Sul é palco de uma disputa entre assentados do Assentamento Integração Gaúcha e a invasão de um loteamento residencial do Programa Minha Casa Minha Vida. O programa Minha Casa Minha Vida criou oportunidades para diversos brasileiros de adquirirem sua casa própria, porem algumas empreiteiras se aproveitaram destas verbas para a construção de casas de baixa qualidade que impossibilitaram seu repasse á população. Exemplo são as casas do loteamento que faz divisa com o assentamento Integração Gaúcha. Seu abandono provocou a ocupação pelas famílias do MTST. Neste sentido decifrar as mudanças da paisagem, seus significados e conflitos é sem dúvida tarefa de grande importância para os geógrafos, pois vai além do seu estudo geomorfológico, das formas e estruturas espaciais, uma vez que o estudo da paisagem permite também entender os processos pelos quais a sociedade se transforma, molda e modifica o espaço geográfico. Os conflitos com a utilização da área geram tensão entre as famílias que ocuparam as residências e os assentados que sentiram ser seu território ameaçado pelo avanço da franja urbana e pelas ocupações. As famílias do MTST ocuparam as áreas de pastagem do gado leiteiro que no seu entender estavam vazias, sem ninguém. No entanto para o assentamento essas áreas são essenciais para o pasto do gado que produz leite. Soma-se a isso o fato de que grande parte das famílias que ocupam o loteamento trabalham com reciclagem de resíduos sólidos que são dispersos pelo vento para as áreas de pastagens e para os campos de cultivo de hortaliças e do arroz. Este estranhamento entre modos de uso do território vem gerando conflitos cuja solução foi obtida com o dialogo entre os grupos. Este quadro leva a questionamentos relacionados à transformação da paisagem e à atuação do poder público sobre estas transformações na linha que limita o urbano e o rural. Pergunta-se: Esta fronteira entre paisagens Urbana e Rural, como pode ser caracterizada?

Esta fronteira existe? Como classificar esta paisagem? Respostas a estas perguntas serão objeto da pesquisa ora em desenvolvimento.

Palavras-chave: Identidade, Território, Paisagem.

CONFLITOS TERRITORIAIS E A IDENTIDADE COMUNITÁRIA: O EXEMPLO DA COMUNIDADE CAMINHO DO FINCÃO, RJ

Caroline Xavier Menezes Costa

"O município do Rio de Janeiro, principalmente no decorrer do século atual, tem sido alvo de constantes políticas públicas que têm alterado e reorganizado as relações sócioespaciais. Os conflitos territoriais que colocam em evidência as relações de poder existentes sobre o espaço podem ser analisadas em diferentes escalas espaço-temporais, revelando muito mais do que a paisagem pode apresentar, e, dentro deste contexto, apresenta-se a comunidade Caminho do Fincão. Situada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, ao arredor imediato do Parque Estadual da Pedra Branca, dentro das dependências da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), em Jacarepaguá, se localiza a comunidade Caminho do Fincão. Iniciada na década de 60, a Comunidade, atualmente, tem enfrentado alguns conflitos em função da sua ocupação fundiária, o que coloca em xeque a sua permanência no local. A comunidade Caminho do Fincão é composta por aproximadamente, 144 moradores e é considerada uma comunidade rural, onde se encontram tanto atividades agrícolas quanto a de criação de animais. A maioria dos moradores pratica o cultivo e a criação de animais como atividade secundária, mas, cerca de 37% deles se autodefine como agricultor fazendo parte do Sindicato dos Produtores Rurais do Pau da Fome, e, possuindo inscrições no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Localizada no arredor imediato do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – criado em 1974 compreendendo todas as áreas situadas acima da linha da cota de 100 m, O PEPB é composto por uma das maiores áreas de remanescente da Mata Atlântica urbana -, a comunidade se iniciou na década de 60, e assim como ocorreu a ocupação das outras comunidades que compõem o Setor 1 da CJM (divisão criada pela FIOCRUZ), o Fincão foi ocupado por antigos funcionários e familiares de pacientes da Colônia Juliano Moreira. Em 2001, 1/5 da área total da Colônia (Setor 1), cerca de cinco mil hectares, foi doado à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e a partir de então, se iniciou o processo de regularização fundiária de seu terreno, que perdura até hoje e tem sido a principal causa dos conflitos fundiários na região. A pesquisa tem por objetivo analisar como os interesses institucionais e ambientais se colocam em conflito com os interesses dos moradores da comunidade, compreendendo a construção de sua identidade pela relação estabelecida com o uso da terra. Procura-se também, compreender através de fragmentos da legislação brasileira, a coexistência entre comunidades tradicionais e unidades de conservação e os conflitos que emergem de tal relação. Após a realização da conexão destes fatores e a sua espacialização no território em questão, pretende-se, propor uma resolução para a problemática que configurou os conflitos territoriais na comunidade Caminho do Fincão, RJ. Para alcançar tais objetivos, a realização da pesquisa vale-se de uma abordagem qualitativa pautada na revisão bibliográfica de conceitos-chaves da Geografia, com destaque para o território, que servirá associado ao conceito de identidade, de arcabouço teórico para a pesquisa. Somados à revisão bibliográfica já descrita, faz-se necessário a realização de entrevistas, questionários e visitas locais com o propósito de enriquecer a pesquisa com informações mais precisas e específicas a cerca da organização espacial das atividades na comunidade Caminho do Fincão, colaborando também para o conhecimento da

paisagem local através de registros fotográficos, que, atualmente, é muito limitado. A pesquisa está em andamento, tendo em vista a realização de futuras entrevistas, questionários com a comunidade e a instituição de pesquisa, FIOCRUZ, bem como os registros fotográficos do local. Do material levantado até o presente momento, foi possível embasar o conteúdo apresentado, levando em consideração, a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo já realizados no local, que permitiram tanto o reconhecimento deste território, que se contrapõe a lógica urbana do município, quanto a realização de conversas com alguns moradores e técnicos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Palavras-chave: Conflitos territoriais, rural-urbano, identidade territorial.

AGRICULTURA URBANA: O EXEMPLO DO BAIRRO DE MADUREIRA, RJ

Gustavo Bezerra De Brito

A agricultura urbana se caracteriza no espaço global percorrendo escalas, demarcando territórios, arquitetando redes e alterando paisagens. Como o próprio nome sugere, indica ações e práticas comuns ao meio rural no espaço urbano ou no seu entorno (periurbano). O presente trabalho trata do tema da agricultura urbana (AU) na cidade do Rio de Janeiro e apresenta o exemplo de uma localidade no bairro de Madureira. As práticas adotadas no local chamam atenção não apenas por se desenvolverem em pequenas áreas, mas também por sua produção em pequena escala ser destinada para consumo próprio e/ou para venda destinando-se, nesse caso, para a reprodução da estrutura familiar. Essas práticas agrícolas não estão desunidas da dinâmica da cidade, mas sim integradas ao ecossistema urbano. É preciso frisar ainda que a pesquisa está em andamento e que a hipótese levantada é a de que atividade agrícola praticada nestas áreas do bairro de Madureira acabam atribuindo uma lógica espacial diferente a do restante do bairro. A importância que é atribuída à geração de renda e à força de trabalho é fundamental para a continuidade da prática agrícola. Dessa forma, primeiramente será abordada a conceitualização da agricultura urbana, suas especificidades e como esta se configura no espaço urbano. Depois de caracterizar o conceito-chave, partiremos para a espacialização proposta da atividade no bairro de Madureira. Com base nisso, destacaremos a importância das práticas agrícolas no espaço urbano não só como moldadora desses espaços, mas também como força atuante na permanência de populações no seu local de origem, indo de encontro aos atores sociais envolvidos, compreendendo o porquê dessa configuração espacial e os elementos que as favorecem. O objetivo central deste trabalho é entender como a prática da Agricultura Urbana provoca transformações e adaptações no espaço urbano, levando em consideração seu aspecto variável. Ainda, se a atividade responde aos anseios dos agricultores, cogitando se poderia ser uma maneira de abrandar a pobreza e a desigualdade existente na cidade do Rio. Diante do exposto, será apresentada a situação atual do projeto, os resultados (parciais) obtidos, entendendo como a dinâmica da prática interfere na vida dos membros das hortas e a metodologia utilizada durante o trabalho. A título de conclusão, será apresentada a revisão bibliográfica utilizada durante o trabalho.

OBJETIVO GERAL

Entender como a prática da Agricultura Urbana provoca transformações/adaptações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e bairro de Madureira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o contraste inerente de práticas agrícolas dentro de uma metrópole como a do Rio de Janeiro;
- Elucidar como se dá a permanência/resistência dos membros das hortas no espaço geográfico;
- Avaliar o perfil socioeconômico dos membros das hortas do bairro de Madureira inseridos na atividade;

- Caracterizar que tipo de relação foi estabelecida entre os produtores e o restante do bairro de Madureira.

METODOLOGIA

Para se analisar como a prática da Agricultura Urbana provoca transformações/adaptações no espaço urbano, inicialmente é necessária a revisão bibliográfica de literatura de base, a fim de fundamentar teórica e metodologicamente o trabalho. Serão utilizados ainda trabalhos de campo e registros fotográficos da localidade escolhida. Além disso, a aplicação de entrevistas e questionários com famílias/residentes na horta e pessoas que vivem nos arredores é fundamental para a formulação do projeto. Em suma, a pesquisa se caracteriza como a apresentação do exemplo da localidade já mencionada, com o objetivo de elucidar as diferentes consequências da prática agrícola no espaço da cidade. Assim, é pretendido analisar os dados obtidos através de uma abordagem qualitativa, buscando entender a conjuntura local, considerando-a na sua realidade socioeconômica.

RESULTADOS PARCIAIS DO PROJETO

O projeto encontra-se em andamento e já contou com trabalhos de campo a fim de recolher materiais como registros fotográficos, gravações e entrevistas com os membros das hortas. Há, no entanto, certa dificuldade no contato com os residentes. Por o terreno da atividade ser de propriedade da Light, os agricultores sentem-se receosos em fazer contato, tendo em vista que a poucos anos várias famílias tiveram que abandonar a área por exigência da empresa. A dificuldade de iniciar uma conversa é grande, porém há uma rede de pessoas que vivem nas redondezas e estão dispostas a conversar e que fazem contato frequente com os membros das hortas.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Rio de Janeiro, Madureira.

RURAL/URBANO E RELAÇÕES COTIDIANAS EM PEQUENOS NÚCLEOS URBANOS: DISTRITO DE PIRES BELO, CATALÃO (GO)

Amanda Pires De Mesquita

A intensificação das trocas do mundo rural com o urbano implicou numa maior riqueza de relações e em novas dinâmicas no campo e na cidade que suscitaram estudos sobre os pequenos núcleos urbanos com vistas a compreender a realidade desses territórios e, também, suas particularidades. A leitura da interação campo e cidade constitui-se em um debate rico para a ciência geográfica, principalmente ao tratar da influência dessa relação na dinâmica dos pequenos núcleos urbanos, como algumas vilas, sedes distritais, que embora classificadas como espaços urbanos pelos órgãos e instituições oficiais, apresentam em seu cotidiano, práticas e reprodução de valores característicos do mundo rural. O foco da discussão assenta-se na análise da permanência do modo de vida rural na vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO) por meio da vida cotidiana dos moradores, visto que as dinâmicas do mundo moderno se manifestam no cotidiano e este se torna instrumento importante de conhecimento e análise da sociedade, trazendo visibilidade a essa complexa realidade social. Fato que exige a compreensão das transformações ocorridas no campo e na cidade, as quais repercutem na organização e na constituição de novos espaços, com novas funcionalidades, dinâmicas e conteúdos. Os pequenos núcleos urbanos se traduzem a partir da compreensão da relação campo/cidade, visto que dependem de um sistema urbano regional e mantêm significativas relações com seu entorno rural. O ponto de partida para análise dos pequenos núcleos urbanos assenta-se nas dimensões que ultrapassam visões centradas nas atividades econômicas para reconhecer outras dimensões, como a vida cotidiana. O cotidiano é um conceito essencial na interpretação dessas dinâmicas, e permite análises centradas no indivíduo e nas suas relações com o outro e com o lugar. A partir desses pressupostos, a dinâmica socioespacial da Vila é melhor interpretada pela análise da vida cotidiana, pois é nela, onde se manifestam os ritmos da vida e o cotidiano enquanto categoria filosófica pode contribuir para compreensão da permanência do modo de vida rural como resistência à lógica homogeneizadora no lugar. A vila do distrito de Pires Belo foi tomada como base empírica dessa pesquisa, considerada parte do sistema urbano brasileiro embora apresente um modo de vida rural. Particularidade que precisa ser considerada para conhecer a dinamicidade do processo de urbanização do país. Para compreender a relação entre o rural e o urbano na Vila de Pires Belo, por meio da vida cotidiana e da relação com o lugar dos moradores, discutiu-se sobre: rural/urbano; pequenos núcleos urbanos; vida cotidiana e modo de vida e cultura. Buscando melhor entendimento da realidade local, aplicou-se roteiros de entrevistas e utilizou-se de observação não estruturada e registro fotográfico. Em termos gerais conclui-se que é no cotidiano onde estão as resistências ao que é imposto pela ordem social hegemônica o que leva-nos a considerar que nem tudo é cooptado pela racionalidade capitalista. O modo de vida rural como resistência a invasão do urbano permite considerar que os moradores da Vila ao desenvolverem suas tarefas cotidianas criam formas para escapar do que é imposto pela mundialidade. Há de considerar que essas resistências não são ações planejadas e forçadas pelos moradores da Vila, mas envolvem a produção das relações mais gerais, ou seja, as práticas desenvolvidas com a intenção de desenrolar a vida, de forma que essas relações encontram-se fora

dos limites da produção de mercadorias e do processo de trabalho, embora não as negue, para focar a vida em todas as suas dimensões. O modo de vida rural é reconhecido através das relações cotidianas, do trabalho, das relações sociais, e não por meio dos aspectos físicos da Vila. Não é a falta de infraestrutura que garante a existência/permanência de conteúdos rurais. Esse modo de vida não está isolado do mundial e sofre influência direta deste, não de forma completa, mas em ritmos e intensidades diferentes. Assim, não é descaracterizado, mas recriado e adaptado, reproduzindo particularidades. É o elo com o campo e o modo de vida repassado a cada geração que permite a permanência e a manutenção de hábitos rurais, os quais são observados no desenrolar da vida cotidiana e a partir das relações sociais na Vila. O conteúdo, referente a este espaço, é composto por um conjunto de valores, práticas, comportamentos e hábitos que resultam das variadas formas de relacionamento com o lugar. Com efeito, o modo de vida do campo é renovado em face aos impulsos de uma crescente modernização. É possível encontrar na Vila, elementos modernos como as novas tecnologias de comunicação, o que não significa um total abandono do modo de vida rural pela população e sim transformações e adaptações com intensidades e ritmos diferenciados. O modo de vida rural da Vila é reflexo da vida cotidiana da população que ao manifestar-se transformam o espaço, impondo suas particularidades.

Palavras-chave: Rural/urbano, vida cotidiana, distrito.

GT2 - Paisagem e usos do território

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



O TURISMO NA SERRA CATARINENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SÃO JOAQUIM E URUBICI.

Helen Cristina Machado

O presente trabalho inicia com uma análise dos municípios da Serra Catarinense, São Joaquim e Urubici tratando do desenvolvimento social, da historicidade na organização espacial e das vocações iniciais desta região. Ao considerar o fator paisagístico destes locais, que propiciaram o surgimento do turismo de Serra, este trabalho busca averiguar da inserção do turismo nestas regiões ao contexto hoteleiro atual, bem como avaliar o papel do turismo na estrutura produtiva regional. Serão elencados os recursos e serviços turísticos ofertados, verificando também as diferenças de cada município na inserção desta nova atividade. Estes municípios foram escolhidos por terem se tornado exponenciais a nível nacional, no que se refere a frio e expectativa de neve, atraindo um grande número de visitantes durante o ano. Este trabalho se baseia no paradigma de formação socioespacial, que dá as bases para o entendimento dialético dos processos econômicos e sociais ocorridos na região.

Palavras-chave: Turismo de inverno; Urubici e São Joaquim.

TERRITORIALIDADES NA GESTÃO DE SERVIÇOS NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Soni Mar Dos Santos Migliorini

As ações direcionadas para as questões ambientais são comumente secundarizadas pela busca de crescimento econômico, apesar da intensificação dos impactos ambientais em todo o mundo. Atualmente, as áreas legalmente protegidas, chamadas no Brasil de Unidades de Conservação, correspondem a maior parte dos remanescentes de vegetação bem como dos habitats de diversas espécies da fauna. Nesse contexto, as áreas protegidas são criadas e manejadas com o objetivo de preservação e conservação ambiental, de modo que algumas delas são voltadas à proteção ambiental e uso científico e recreativo, como no caso dos Parques Nacionais e demais unidades de proteção integral; enquanto outras visam aliar a preservação ambiental com a manutenção e sobrevivência das populações tradicionais (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, caçaras etc.), como é o caso das unidades de uso sustentável (BRASIL, 2000). Entendendo que as Unidades de Conservação também se constituem territórios, ou seja, são permeadas por relações de poder entre os sujeitos (individuais e coletivos) que, de alguma forma, atuam nessas áreas, estamos desenvolvendo uma pesquisa que visa conhecer algumas territorialidades existentes dentro do Parque Nacional do Iguaçu, Unidade de Conservação mais visitada do Brasil. As parcerias público-privadas, através das concessões que a Direção do Parque Nacional do Iguaçu - sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - autoriza para serviços diversos, são o foco desta pesquisa. Assim, busca-se conhecer as intencionalidades e territorialidades das empresas que atuam dentro do Parque, bem como sua relação com a Direção do Parque, através dos editais e contratos das concessões. A territorialidade possui forte relevância no processo de relação que grupos e indivíduos estabelecem entre si. Os acordos e conflitos sociais são evidenciados nesse processo e podem ser analisados por meio das discussões que envolvem as relações de poder geradas em determinado território. Essas territorialidades estão ligadas às intencionalidades dos sujeitos sociais. Entre as diversas categorias de Unidades de Conservação, estão os Parques Nacionais, que de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), possuem o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, e de possibilitar a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Contudo, considerando os diversos sujeitos, instituições e seus diferentes interesses (intencionalidades), a gestão de um parque nacional é algo complexo e desafiador, haja vista as diversas dificuldades e problemas existentes nessas unidades de conservação, sobretudo em virtude de seu intenso uso turístico. Nesse contexto, esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o processo de territorialização das empresas privadas que vêm atuando no Parque, sob o regime de parcerias público-privadas - através de contratos de concessão. Os procedimentos metodológicos da pesquisa são os seguintes: - levantamento, leitura e análise de obras que tratam dos conceitos de territorialidades e intencionalidades; pesquisa bibliográfica, de leis e de documentos oficiais sobre o processo de gestão de unidades de conservação no Brasil, com ênfase na gestão de Parques Nacionais; entrevista semiestruturada com o Diretor do Parque Nacional do Iguaçu; coleta e análise dos editais de licitação para a concessão de serviços privados no Parque

Nacional do Iguaçu; coleta e análise dos contratos de concessão vigentes no Parque Nacional do Iguaçu; entrevistas semiestruturadas com funcionários ou responsáveis pelas empresas privadas atuantes no Parque Nacional do Iguaçu; identificação e análise das territorialidades e das intencionalidades das empresas privadas em questão, considerando suas ações, obrigações e impressões sobre a relação com a Direção do Parque Nacional do Iguaçu. As empresas analisadas nessa pesquisa são: Macuco Safári e Macuco Ecoaventura, os quais oferecem passeios em trilhas na mata e de botes infláveis dentro do Rio Iguaçu, chegando próximo a Garganta do Diabo; Helisul que oferece os sobrevoos de Helicóptero sobre as Cataratas; Cataratas do Iguaçu S/A responsável: Centro de Visitantes, espaço Porto Canoas, Naipi e Tarobá e pelo transporte de turistas no interior do parque; e, ainda, o Belmond Hotel das Cataratas localizado dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Os resultados preliminares da pesquisa apresentam pontos positivos e negativos referentes a concessão dos serviços turísticos no Parque: as concessões vêm contribuindo positivamente para a gestão do Parque Nacional do Iguaçu, especialmente no que diz respeito às infraestruturas turísticas e a qualidade do atendimento dos visitantes das Cataratas do Iguaçu. No entanto, os preços cobrados pelos serviços se apresentam como um elemento seletivo do público que pode visitar as Cataratas e se hospedar no Hotel Belmond. Assim, pode-se afirmar que nos regimes de concessões é preciso pesar bem os dois lados da “moeda”.

Palavras-chave: Parque Nacional do Iguaçu, Concessionárias, Territorialidades

PECUÁRIA COMO ATIVIDADE TRADICIONAL OU FORMA DE RESISTÊNCIA A INTENSIFICAÇÃO DO CAPITALISMO NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS?

Carla Silveira Pereira

João Silvano Zanon

Com a evolução da civilização e o aumento da população humana ocorreram muitas alterações no modo de vida e conseqüentemente domínio do homem sobre a natureza. Não sendo diferente no campo brasileiro, a introdução de culturas tais como: soja, silvicultura entre outras; modificaram a fisionomia original dos campos. Nas últimas décadas, cerca de metade da superfície originalmente coberta com Campos no estado do Rio Grande do Sul foi transformada em outros tipos de cobertura vegetal. Com base no exposto acima, questiona-se como os pecuaristas do município de Caçapava do Sul-RS veem o futuro de suas atividades, haja vista que a cultura de soja e de eucalipto estão cada vez mais presentes nos campos da região da Campanha? A partir de estudos proporcionados por este projeto, podemos compreender como está organizado o espaço rural em Caçapava do Sul, a partir da ação do capitalismo com o passar dos anos. Capitalismo este que age de forma desigual e não na mesma intensidade conforme o lugar. Essa pesquisa tem por objetivo principal compreender e explicar a resistência da atividade pecuarista, da qual predomina no município de Caçapava do Sul-RS, bem como os impactos causados na reorganização socioeconômica do espaço rural do município, a partir do avanço das culturas de soja e eucalipto nos últimos dez anos. Devido à necessidade de reunir informações sobre a área de estudo, o trabalho será dividido em quatro eixos:

- Levantamento bibliográfico para caracterizar a área de pesquisa;
- Construção do referencial conceitual para subsidiar a análise da realidade;
- levantamento de dados secundários; sistematização dos mesmos; (IBGE), censos agropecuários e demográficos, (FEE), órgãos municipais, tais como, secretaria de agricultura e desenvolvimento; sindicatos dos trabalhadores rurais, entre outros. Posteriormente serão feitas análise dos dados;
- Pesquisa de campo, levantamento de dados qualitativos, registros e armazenamento das informações através de diários de campo.

As análises apresentadas na revisão bibliográfica serão extraídas de documentos como livros, teses, dissertações e outras publicações que abordam assuntos relacionados ao tema. A pesquisa quantitativa é composta pela organização de um banco de dados que busca trabalhar com indicadores, tais como: dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal; do trabalho agropecuário especializado; percentual de jovens trabalhando no campo; percentual de área plantada com as culturas de soja e eucalipto; número de propriedades as quais se destinam a tais atividades, entre outros.

Resultados parciais: Atualmente emerge uma nova e diferenciada organização socioespacial no campo no município e tem provocado transformações significativas na paisagem, porém de uma forma mais lenta que em outros municípios, mas que é bastante visível, no que tange a transformação da paisagem. Apesar de este município ser marcado por características marcantes

de cultura específicas de povos da região sul do estado do Rio Grande do Sul, estas que ao longo dos tempos se mantinha com poucas alterações, contudo nos últimos anos tal comprovação não confere na sua totalidade. Em função das condições naturais existentes teve início a difusão espacial do criatório. Esta atividade era realizada inicialmente com carácter extensivo, onde o principal objetivo era extrair o charque, o couro e tropear os animais até o centro econômico do país, naquela época, definido pelas regiões minerais, e posteriormente, cafeeiras. A pecuária extensiva era facilitada em função da vastidão dos campos condicionando a preá do gado xucro, que determinou a seleção e aprimoramento das raças para o fortalecimento do criatório como atividade econômica. Entretanto foi o desenvolvimento da agropecuária como atividade econômica tradicional, resultado da herança cultural de portugueses, espanhóis e indígenas que habitaram e colonizaram a região, somada aos aspectos naturais da paisagem que definiram a formação da identidade cultural do município em questão. Geralmente o criador que explora propriedades de grande extensão territorial, se dedica, além da produção, a invernagem de bois e vacas, separadamente do gado de cria. Essa operação de aquisição se realiza após a venda do gado gordo, isto é, no período compreendido entre agosto e outubro. Os grandes invernadores do passado, com a subdivisão da propriedade rural, vem, cedendo lugar a médios invernadores que são, também, produtores de gado de cria. Estes se dedicam, pois, a processo misto de criação: cria, recria e engorde de produção de produção própria e, às vezes, engorde de produção de terceiros, quando a lotação do campo comportar aquisições. (Estudo Econômico da bovinocultura Gaúcha, p. 173). O rebanho bovino encontra-se concentrado no oeste e sul do estado, associado principalmente a presença dos campos limpos, ambientes característicos do ecossistema Pampa.

Palavras-chave: Pecuária, paisagem, transformações socioespaciais.

AUMENTO DO EUCALIPTO NA CAMPANHA GAÚCHA

Cleiton Luis Froelich

César de David

Ana Clarice Soares Hanauer

O presente trabalho pretende mostrar como desenvolveu os resultados alcançados do projeto de pesquisa intitulado “Força de trabalho e emprego no espaço rural do Pampa Gaúcho”. Esse projeto teve apoio do órgão Fapergs, e foi desenvolvido no Grupo de pesquisa de Educação e território (Gpet), do curso de geografia da Universidade Federal de Santa Maria. O trabalho se desenvolveu na campanha gaúcha, ela se localiza no Sudoeste e sul do estado do Rio Grande do Sul, e segundo dados do IBGE de 2012, ela possui 19 municípios. Como podemos ver na figura 1.

OBJETIVO GERAL

Compreender a dinâmica das monoculturas do eucalipto no Pampa Gaúcho e seus efeitos sobre a força de trabalho e o emprego no campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Periodizar as transformações do espaço rural, identificando o marcos da expansão da monocultura de eucalipto.

aprear a expressão dos complexos territoriais na região de estudo.

- Compreender as transformações no mundo do trabalho decorrentes da expansão das monoculturas.

METODOLOGIA

Diferentes eixos de investigação, interdependentes, serão constituídos para atender os objetivos propostos, possibilitando responder ao problema de pesquisa. Construção do referencial conceitual para subsidiar a análise da realidade. A definição do marco teórico da investigação realizar-se-á através do resgate e discussão dos conceitos que serão empregados. Nessa mesma fase, também será efetuado um levantamento bibliográfico para caracterizar a área de pesquisa. Consistirá de uma pesquisa de campo cuja preocupação fundamental será o levantamento de dados qualitativos. Em primeiro lugar, serão ouvidos os sujeitos sociais envolvidos com a temática. Isso se dará através de entrevistas diretas, para a qual se desenvolverá um roteiro segundo a metodologia de Matos & Pessoa (2009). As informações de caráter qualitativo, provenientes da observação direta da realidade estudada, serão registradas e armazenadas, através dos Diários de Campo, durante todo o processo de investigação e subsidiarão a interpretação dos resultados, tendo em vista a realidade da área em estudo. No que se refere aos Diários de Campo, a metodologia seguida estará referenciada em Whitacker (2002) e Venâncio & Pessoa (2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados até o momento se baseia praticamente que aumento muito a área cultivada de eucalipto, ocorrendo assim uma mudança na paisagem natural, e socioeconômica para a região, as empresas de celulose se beneficiam dos incentivos de impostos do governo, para algumas famílias elas trouxeram mais renda, mas por outro mudou todo um sistema características de várias décadas. Pequeno proprietário de terra não tem condições de plantar eucalipto na sua totalidade, pois é um investimento que dura 3 a 7 anos para dar retorno financeiro, a solução mais encontrada foi arrendar suas terras as empresas ou grandes proprietários e trabalhar nessas indústrias ou na própria propriedade, porém como empregado. Também foi realizado um mapeamento dos municípios da campanha gaúcha para ver como anda a evolução do plantio do eucalipto, percebemos que aumento muito área plantada, mas como o projeto ainda está em andamento, censurar a área cultivada em hectares ainda não é possível.

Palavras-chave: Monocultura de eucalipto, força de trabalho, paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. Acta Bot. Bras, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados e Mapas bioma Pampa. 2004. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?idnoticia=169

GONÇALVES, F. P. O PAMPA COMO BIOMA E PAISAGEM CULTURAL: Um estudo de percepção ambiental e preferência paisagística. Rio Grande, 2012.

MATOS, Patrícia Francisca; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: NETTO, Carlos G. A. Mielitz. O futuro dos Campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade / Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores. – Brasília: MMA, 2009. 403 p.

REVERBEL, C. O gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.109 p.

VENÂNCIO, Marcelo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. O Diário de Campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

WHITACKER, Dulce. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

OS TERRITÓRIOS RURAIS DE SANTA MARIA – RS E A ESPACIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Janete Webler Cancelier

Tatiane Almeida Netto

Este estudo objetiva compreender as dinâmicas que condicionam a configuração territorial do espaço rural de Santa Maria ocupado pela agricultura familiar, como resultante das relações de trabalho, de mercado e de uso do espaço. Assim como, os elementos que determinam a permanência do agricultor familiar num espaço tão desigual e contraditório onde, o agronegócio está franca expansão. A pesquisa caracteriza-se por apresentar abordagens qualitativa e quantitativa. Para seu desenvolvimento utilizar-se a; a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e as análises. Santa Maria/RS está localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Sua configuração territorial associa-se ao processo de ocupação e formação socioeconômica da região Central do Rio Grande do Sul. Neste município, assim como na região, ocorre o predomínio dos estabelecimentos agrícolas familiares. A forma como foram ocupadas e distribuídas as terras refletem a atual estrutura fundiária do município e da região. As características naturais e o tamanho dos estabelecimentos são determinantes no uso e ocupação do solo, pois determinam o tipo de atividade agrícola passível de se desenvolver. O espaço rural de Santa Maria é heterogêneo, pois, comporta uma diversidade de atores sociais. Materializam-se no espaço a pequena propriedade, a média e a grande propriedade. Cada tipo de propriedade possui especificidades que as diferenciam entre si. A complexidade de realidades existentes dentro do espaço geográfico está evidenciada nas características distintas presentes no território. Neste município o espaço rural é ocupado predominantemente pela agricultura familiar, caracterizada pela pequena quantidade de terra. Do total de 2339 estabelecimentos rurais 1798 são considerados familiares (IBGE, 2006). A estes agricultores cabe uma pequena porção do território rural, apenas 25% da área total são utilizadas pela agricultora familiar. A concentração de terra é um fenômeno presente e atuante no espaço rural de Santa Maria. Contudo, ainda diante destas circunstâncias os agricultores familiares conseguem se fazer presente e atuantes nos mais diferentes espaços em que estão inseridos. Dentro dessa perspectiva, os territórios rurais estão em constante transformação, modificados diariamente pelas atividades realizadas em seu espaço. Novos usos e funções surgem e ressurgem cotidianamente para a agricultura familiar, condicionando-os a se adaptarem as novas exigências do capital. Desta forma, o agricultor familiar se transformam a todo momento, novas ruralidades e rearranjos sócio-espaciais vão surgindo e se estabelecendo nos territórios rurais. Atualmente não podemos analisar o espaço rural somente como um espaço de atividades agropecuárias, as formas e os sentidos estão em transformação, surgindo novas ruralidades. O rural ganhou outras conotações, outros papéis como respalda Martins (2000) e Jollivet, (1998). É um espaço que apresenta suas especificidades, e estas, por sua vez, se manifestam com diferentes intensidades. O município de Santa Maria não foge a esta lógica. Em seu espaço rural não ocorre uma forma única e homogeneia de organização social, são realidades complexas e distintas dentro de um mesmo espaço geográfico. E o agricultor familiar,

diante das dificuldades e limitações, regularmente procura novas formas de inserção socioeconômica. Contudo, a carência de incentivos e de investimentos tem contribuído de forma significativa para o processo de êxodo rural.

Palavras-chave: Territórios rurais, agricultura familiar, transformações socioespaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. Censo agropecuário de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 17/8/2013.

JOLLIVET, M. A. A vocação atual da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, n 11, 1998.

LEI 11326/06. de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 14/10/2013.

LEI 8629/93. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos a reforma agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 16/10/2013.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, n 15, 2000."

TERRITÓRIOS RURAIS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA APA DO IBIRAPUITÃ, RS

Marilse Beatriz Losekann

Questões que envolvem o meio ambiente, as ações do homem e a sustentabilidade tornaram-se algumas das maiores preocupações atuais e, nessa perspectiva, criam-se novas Unidades de Conservação (UC) com o propósito de tornar sustentável a relação entre ser humano e natureza em áreas de relevância natural. Como afirma Diegues (2000, p.1) “a diversidade biológica não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social”. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. A criação das Unidades de Conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna). Neste contexto, traz-se à discussão a questão da conservação da sociobiodiversidade do Bioma Pampa, especificamente da área delimitada pela Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, classificada como uma Unidade de Conservação de Manejo Sustentável de acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). A APA do Ibirapuitã é composta predominantemente por propriedades rurais que se apropriam do espaço criando diferentes territórios. Este território institucionalizado põe sob as mesmas normas jurídico-ambientais estes diferentes territórios, tanto da agricultura e da pecuária familiar como da empresarial. A APA do Ibirapuitã foi criada em 20 de maio de 1992, e seu território abrange a porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã e está distribuído pelos municípios de Alegrete/RS, Rosário do Sul/RS, Quaraí/RS e Santana do Livramento/RS, abrangendo uma área de 316.882,75 ha. Este trabalho apresenta como objetivo principal compreender os diferentes territórios rurais que compõem o território institucionalizado da APA do Ibirapuitã, Bioma Pampa, e como suas territorialidades vem sendo re-significadas a partir das restrições de uso desta Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A presente pesquisa apoia-se nas matrizes das bases conceituais dos conceitos geográficos nos contextos filosóficos relacionados ao materialismo histórico-dialético e, constitui-se em um estudo de caso sob a ótica qualitativa. Os procedimentos metodológicos consistem nas seguintes etapas: aprofundamento bibliográfico acerca dos conceitos necessários para pesquisa como: território, territorialidades, paisagem, identidade, conservação e biodiversidade do Bioma Pampa, Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial Área de Proteção Ambiental, reprodução social e Desenvolvimento Rural Sustentável. A segunda etapa, a qual objetiva a identificação prévia dos territórios rurais que integram a APA e sua posterior espacialização, consiste em dois procedimentos: a) na obtenção de dados/informações secundários sobre a APA do Ibirapuitã, a partir dos órgãos de gestão desta (ICMBIo/MMA), IBGE, e demais entidades e órgãos que atuam, direta ou indiretamente, com os territórios rurais, como Emater e prefeituras dos referidos municípios que integram a APA; b) entrevistas semi-estruturadas com os gestores da APA e demais informantes qualificados indicados pelos gestores, e participação nas reuniões e demais ações realizadas com os moradores da APA do Ibirapuitã. A terceira etapa é o trabalho de campo

que objetiva compreender os diferentes territórios e suas territorialidades e quais as re-significações territoriais ocorridas com a criação da APA, utilizando entrevistas semi-estruturadas (gravadas) com os sujeitos dos diferentes territórios rurais, acerca de suas práticas produtivas, suas práticas de sociabilidade, suas percepções sobre a institucionalização e gestão da APA. Os resultados são muito preliminares, visto que a pesquisa está no seu primeiro ano e visa à elaboração da tese de doutoramento. Encontra-se ainda na primeira etapa, na discussão bibliográfica acerca dos conceitos acima citados e na identificação prévia dos territórios rurais. Identificaram-se três zonas homogêneas predominando em todas elas a atividade pecuária. Ao sul a pecuária é predominante, a sudeste a pecuária divide espaço com lavouras de grãos de sequeiros e ao norte convive com a lavoura de arroz na várzea do rio. Nas estâncias são encontrados os tipos de agricultores do segmento patronal. Divididos entre empresariais e tradicionais típicos e/ou com turismo; nos rincões, os agricultores do segmento familiar, sendo de origem estancieira, assalariados, aposentados, quilombolas, comerciantes, ocupantes ou agregados. Entre estes dois pólos está o segmento do proletariado, composto pelos assalariados temporários e permanentes.

Palavras-chave: Territórios rurais, APA, Bioma Pampa.

O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA EM SANTA MARIA/RS: NECESSIDADE DE UM OLHAR GEOGRÁFICO

Taiane Flores Do Nascimento

Alecsandra Santos Da Cunha

Carmen Luyara Canabarro Leal

Luiz Felipe Sausen de Freitas

Iolanda Lopes De Oliveira

Entre os interesses da ciência geográfica a temática cultural tem sido resgatada e na atualidade, despertado diversos debates acadêmicos, especialmente no que se refere à questão dos códigos culturais que envolvem diversas etnias e grupos sociais. Diante das organizações espaciais e também das transformações que surgiram a partir da fixação territorial, encontra-se diversos códigos culturais os quais são testemunhados através das suas marcas culturais. Neste sentido, este trabalho tem como foco central analisar o processo de reterritorialização indígena no município de Santa Maria/RS, o qual vem ganhando destaque na medida em que a etnia indígena se expande pela unidade territorial em questão. A metodologia foi estruturada nas seguintes etapas: operacionalização dos conceitos, através do resgate teórico sobre a temática em questão; trabalho de campo, com o intuito de observar temática em estudo, e interpretação dos resultados. A ocupação da área justifica-se a partir da premissa de que o local é de tradicional passagem de povos indígenas em comércio de produtos e artesanatos. Santa Maria por estar localizada no centro do estado, dezenas de caminhos se cruzavam sobre ela, facilitando as rotas comerciais dos índios. A comunidade kaingang, que é expressiva na paisagem santa-mariense, busca sua efetivação no que tange seus direitos como indígenas, sem descaracterizar a diversidade cultural de sua população que, atualmente, encontra-se reduzida, devido à inserção do hibridismo cultural. Mas ainda que essa mescla de cultura esteja presente nesta etnia e a desvalorização de alguns costumes e técnicas, a comunidade traz no seu modo de vida, uma cultura que vem passada de geração em geração. Em Santa Maria ficam evidente esses códigos culturais, uma vez que a aldeia fixada perto da rodoviária do município, ajuda na integração social da comunidade. A presença dos índios no centro da cidade é marcante, pois o que se vê vai além de mulheres e crianças sentadas nas calçadas. O artesanato vendido pelos índios que andam pela cidade é produzido por eles mesmos, e por trás dessas esculturas vendidas em forma comercial, há um valor simbólico para a história indígena. As territorialidades étnicas podem ser entendidas como estratégias de reconhecimento social e político, bem como, busca da regularização, permanência e reprodução social no território que reivindicam, como afirmam Marques e Rodrigues (2008). A resistência desses povos se deu desde o processo em que o “homem branco” passa a interferir na sua cultura, na dinâmica da sua relação com a natureza, impondo uma modo de viver europeu capitalista que não cabe ao modelo de vida dos índios na sua relação com o meio. Por isso, a luta desses povos não cessa no decorrer da história brasileira, em que lutam pela demarcação das suas terras e o respeito a seus limites. Essa razão faz considerar-se o processo que ocorre em Santa Maria não como territorialização, mas

como reterritorialização, tendo em vista que ocupam um espaço que lhe foi usurpado, um espaço que em algum tempo foi de seus antepassados. Por não terem uma cultura escrita, mas especialmente falada, essas reivindicações perdem força frente à sociedade capitalista atual. Não há como entendê-los e possivelmente ajuda-los sem o contato direto, afinal, não são tribos isoladas do contato da “civilização branca”, porém ainda assim estão invisíveis. No caso da cidade tratada, torna-se fundamental o olhar para essas populações tão presentes no cotidiano de todos, mas ainda invisibilizadas e marginalizadas. Esses questionamentos poderão ser mais bem entendidos através do trabalho de campo, como sugerem Marques e Rodrigues (2008), é para o geógrafo uma etapa da construção do conhecimento, momento em que consegue unir os elementos teóricos, práticos, fazer recortes espaciais, analisar e conceituar o espaço-tempo de acordo com os objetivos definidos. É através do campo que se poderá desmistificar inúmeras questões a respeito desses povos. Melatti (1938) em seu livro Índios do Brasil, corrige a imagem deformada que se tem do indígena, apresentando uma visão mais próxima da realidade, mostrando-o como ser humano e combatendo uma série de ideias preconceituosas que se mantém sobre ele. O debate também fica complexo de se pensando em outra problemática, nesse contexto de reterritorialização dos indígenas em Santa Maria, que é a que permeia as discussões das temáticas rurais e urbanas, como definir se esses indivíduos estão em um contexto rural ou urbano, vivem no campo ou na cidade? Mesmo estando inseridas no perímetro urbano da cidade existem características e peculiaridades desse grupo que não se pode classificá-los facilmente. A cultura indígena original está longe de qualquer aglomeração urbana, como entender essas sociedades através do processo de aculturação visível. A temática indígena baseia-se muito no senso comum hoje no Brasil por isso torna-se pertinente continuar discussões embasadas a cerca de uma das etnias mais importantes para este território e reconhecê-la como fundamental.

Palavras-chave: Reterritorialização, Geografia, Comunidade Indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; RODRIGUES, Maria de Fátima Feirreira. O trabalho de campo como caminho metodológico: testemunhos e interpretações de uma marcha indígena Potiguara. Revista OKARA: Geografia em debate. v.2, n.1, p. 1-127, 2008.
- MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1938.

ANÁLISE SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU - RS

Queli Rejane Da Silva Konzgen

Giancarla Salamoni

Este trabalho pretende caracterizar alguns elementos fisiográficos e históricos do município de Canguçu - RS, bem como, os elementos que conformam a multifuncionalidade do espaço rural neste município. A construção deste trabalho se dará por meio de revisão bibliográfica acerca do tema da agricultura familiar e multifuncionalidade e, a partir de dados secundários, obtidos junto a Secretaria Municipal de Turismo, apresentar aspectos da sua formação histórico-espacial. O município está localizado na região da Serra do Sudeste, que é conhecida como Serra dos Tapes¹, no Escudo Cristalino sul-riograndense. O clima é temperado e os principais tipos de solos são: Neossolos, Cambissolos e Argissolos. Os primeiros povoadores de Canguçu foram os índios Tapes, posteriormente, em 1756 é concedida datas de terras a famílias açorianas. De 1783 a 1788 funcionou no Rincão de Canguçu, hoje atual Canguçu Velho, a Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão de Canguçu, neste local além do linho, desenvolveu-se a pecuária bovina para extrair couro, graxa entre outros subprodutos de origem animal. Havia a presença de lavouras de subsistência onde era cultivado milho, feijão, abóbora e mandioca. Entre 1780 e 1800, o trigo passou a ser o produto mais cultivado pelos colonizadores. Porém logo perde espaço para a pecuária pelo fato da proximidade com as charqueadas existentes no município de Pelotas. No final do século XIX, o município recebe descendentes de imigrantes alemães, pomeranos e italianos provenientes de colônias² próximas (municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul). “As designações ‘colônia alemã’ ou ‘italiana’, enfim, as adjetivações étnicas, corriqueiras ontem e hoje, têm forte apelo identitário e, de fato, expressam diferenças culturais. Mas, todas surgiram do interesse político voltado para um tipo de exploração agrícola que, mais recentemente, é chamado de ‘agricultura familiar’”. (NEVES, 2008, p.47). Com a chegada dos imigrantes europeus não portugueses no município houve um incremento no desenvolvimento da policultura (trigo, milho, feijão, batata inglesa) e na criação de animais, favorecendo o surgimento do segmento da produção familiar na agricultura do município. Mais recentemente, ao longo das décadas de 1970-1980, para atender a demanda de matérias primas para as indústrias de doces e conservas, localizadas no município de Pelotas, a produção de pêssego ganhou destaque. No final da década de 90, com o declínio do mercado consumidor de pêssego, as empresas fumageiras perceberam que Canguçu apresentava condições favoráveis para a expansão da produção de tabaco, entre elas a disponibilidade de mão de obra familiar. Segundo o

¹ Compreende o compartimento de relevo ao Sul do rio Camaquã e, ainda segundo Grando (1989), é a parte do sistema formado pela Serra do Sudeste (SALAMONI e WASKIEWCZ, 2013).

² O termo colono tem origem na administração colonial: “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar”. Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar. (SALAMONI e WASKIEWCZ, 2013).

IBGE (1999) em Canguçu foram plantados 4.126 hectares de fumo com uma produção de 9.593 toneladas. A fumicultura apresentou um crescimento na década seguinte (2000-2010), sendo que, em 2010 foram plantados 8.908 hectares de tabaco com uma produção de 13.362 toneladas. Atualmente, a organização do espaço agrário de Canguçu é baseada na agricultura familiar. Com um total 53.259 habitantes (IBGE, 2010), mais de 60% da população vive na zona rural. E, um grande número dos agricultores se dedica ao cultivo do tabaco, por ser vantajoso economicamente e se adaptar as características da agricultura familiar do município. Outros produtos são cultivados como: soja, milho, feijão preto, pêssego, batata inglesa, batata doce, trigo, laranja, milho doce, alho, girassol, amendoim, tomate, figo, ervilha, tangerina, morango, melancia, melão, abóbora, pepino, uva, cenoura, pimentão, mandioca, limão, ameixa, goiaba, maçã. Cabe ressaltar, que a produção agroecológica é uma atividade que vem crescendo no município. Assim, entende-se que a agricultura familiar do município não fornece apenas alimentos e matérias primas, mas também exerce funções de caráter ambiental, social e cultural, ou seja, percebe-se a presença da multifuncionalidade no espaço rural. Segundo Carneiro e Maluf (2003, p.19) “a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas.” Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens), da cultura material e imaterial (arquitetura, instrumentos de trabalho, práticas e costumes relacionados às tradições agrícolas, etc) e a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos. Observa-se, atualmente, o desenvolvimento do turismo rural em Canguçu. Encontram-se atividades turísticas no rural do município como áreas de camping que oferecem trilhas ecológicas, moinho, arroio para banho, aluguel de cabanas, passeio a cavalo, entre outros. As potencialidades turísticas necessitam de incentivos públicos para que as propriedades rurais que apresentam estes recursos possam investir em infraestrutura e qualificação dos serviços oferecidos, promovendo geração de emprego e renda para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Multifuncionalidade, agricultura familiar, turismo rural.

EXPANSÃO DA VITIVINICULTURA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Bruno Freitas Da Silva

Rosa Maria Vieira Medeiros

No sul do Rio Grande do Sul, vinícolas da Serra Gaúcha financiam investimentos em projetos de expansão da vitivinicultura, com a implantação de áreas de cultivo e construção de vinícolas. Essa atividade vincula-se à identidade cultural da região, atrelando-se a figura do “gaúcho” e as paisagens do Bioma Pampa. Essa dinâmica foi denominada de movimento Serra-Campanha (FLORES e MEDEIROS, 2013). Segundo Flores e Medeiros (2013), a difusão da vitivinicultura na Campanha Gaúcha trouxe novas técnicas que permitiram a inserção de grupos sociais locais. Atualmente, o circuito espacial produtivo dos vinhos da campanha pode ser identificado por três seguimentos: vitivinicultura corporativa, empreendedores e produtores independentes. A implantação da vitivinicultura no sul do Rio Grande do Sul modifica a estrutura produtiva a qual, por um longo período histórico, foi dependente da criação do gado de corte. Esse processo tem implicações na formação e organização do território, pois modifica o poder dos grupos sociais locais, criando novas territorialidades. Ocorre assim, a apropriação do espaço por outros atores que vão estabelecer um novo território. A cultura e a identidade também terão implicações frente à nova estrutura produtiva que se instala. Para averiguar essas hipóteses optou-se pela escolha da Mesorregião do Sudeste Rio-Grandense, constituída por vinte cinco municípios, que ocupam um espaço onde as condições edafoclimáticas são favoráveis ao cultivo da *Vitis vinífera*. Essa pesquisa pretende verificar os distintos processos de cultivo e beneficiamento da uva, elencando os agentes envolvidos, seus círculos de cooperação e a implicação dessa atividade para a modificação e organização do território na Mesorregião do Sudeste Rio-Grandense. Será analisado o circuito espacial produtivo da vitivinicultura na Mesorregião do Sudeste Rio-Grandense a partir de um resgate histórico-dialético dos sistemas produtivos presentes nesse espaço. Os sistemas produtivos serão caracterizados a partir de dados quantitativos da Embrapa Uva e Vinho, IBGE, EMATER, FEE. Os dados qualitativos serão coletados em trabalhos de campo nos municípios da área em estudo, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas a grupos sociais envolvidos na atividade vitivinícola. Os dados coletados serão analisados e fornecerão informações em escala municipal, possibilitando identificação das territorialidades e da formação do território pelos atores envolvidos nesse processo na mesorregião. A expansão da vitivinicultura na área em estudo modifica a formas de produção existentes no espaço. Os novos processos redefinem o território e são responsáveis por reestruturar o circuito espacial produtivo. Segundo Castillo e Frederico (2010, p. 468) no estudo do circuito espacial produtivo: O objetivo deixa de ser a identificação de gargalos que dificultem a plena integração funcional e prejudiquem a competitividade final dos produtos e passa a ser as implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica dos fluxos. Destaca-se que essa dinâmica interfere no território, ou seja, a base produtiva anterior sofre modificações a partir da

instalação de nova estrutura produtiva e constituição de novas territorialidades. Essas mudanças, além da influência no econômico, interferem na política e na cultura local-regional. Na identidade territorial, os hábitos de um grupo social relacionam-se a porção do espaço ocupado. A identidade territorial tem origem a partir do modo de vida do grupo social, que resultará na territorialidade deste sobre um território, material e/ou simbólico. As identidades individuais somam-se para construção da identidade coletiva que consolida a construção do território. Como afirma Saquet (2007), na identidade “há enraizamento, movimento, relações coletivas e organização política”, ou seja, as múltiplas identidades relacionam-se e territorializam-se em torno da ideia simbólica do território. O território pode ser constituído por aspectos materiais e simbólicos, sendo que na primeira, têm-se como base as formas que compõem a paisagem e que, pelas características simbólicas atribuídas, permitem a formação do imaginário. Em conjunto, o material e o simbólico definem a identidade. A formação do território ocorre com o processo de territorialidade dos grupos sociais que o compõem. Visto como categoria de análise, o território possibilita a visão ampliada e aprofundada sobre o espaço, pois extrapola a especificidade do lugar e permite, no modus vivendi das sociedades, a identificação das relações, atores, formas materiais e simbólicas que o constituem.

Palavras-chave: Território, Identidade, Vitivinicultura

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILLO, R; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 22, n 3, p. 461-474, 2010.

FLORES, S. S.; MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades na compreensão dos territórios do vinho e sua identidade. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-19, 2013.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular, 2007.

AGRICULTURAS ALTERNATIVAS E A PAISAGEM: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Éverton De Moraes Kozenieski

Na atual conjuntura brasileira, no que tange a produção agrícola e as dinâmicas do rural, é possível afirmar que há uma considerável presença de estabelecimentos agrícolas que têm sua produção pautada nos moldes da II Revolução Agrícola Moderna, a qual teve como alicerces: a motorização – elaboração de tratores e maquinários cada vez mais potentes, originados por motores elétricos e a combustão; a grande mecanização – construção de máquinas mais complexas e eficientes para auxílio das atividades rurais; a química agrícola – desenvolvimento de adubos e produtos de tratamentos; a seleção de plantas e animais – processos de adaptação de espécie com o intuito de inseri-las em novos ambientes, ampliação da produtividade e da rentabilização. (MOZOYER; ROUDART, 2010). A produção de commodities em formato de monoculturas, como o que ocorre com o soja, são exemplos da territorialização destes sistemas agrícolas. Há, contudo, um crescente número de agricultores que optam por realizar práticas agrícolas alternativas ao modelo convencional da agricultura, entendidas como “(...) sistemas socio-técnicos desenvolvidos em resposta a bloqueios sociais, econômicos e/ou ambientais encontrados na agricultura convencionalmente praticada em contextos históricos definidos. Dependendo de condições políticas e institucionais vigentes, esses sistemas técnicos alternativos podem permanecer como opções subvalorizadas pela sociedade ou podem suplantar os padrões convencionais de produção.” (PETERSEN, 2012, p. 40). Os traços contemporâneos das agriculturas alternativas estão amparados na inserção das preocupações de cunho ambiental junto a produção, além da constituição de outros padrões consumo e de relações entre as comunidades rurais, na qual destaca-se as produções agroecológica e de produção de orgânicos. Nesse sentido, a adoção de novos paradigmas ambientais e de práticas agrícolas alternativas perante o contexto hegemônico da agricultura convencional, trazem consigo mudanças significativas na interação entre o cultivar e o ambiente. Traz consigo também novas formas de apropriação e dominação do espaço pelos agentes presentes tanto no campo (agricultores, comerciantes) como também na cidade (consumidores), produzindo novas grafias no espaço. Frente a isso, configuram-se contextos regionais nos quais há a coexistência dessas diferentes estratégias produtivas, os quais podemos afirmar que há, conseqüentemente, a produção de diferentes grafias na superfície que repercutem essa diversidade. Nesse contexto, o presente artigo visa refletir sobre as diferentes possibilidades teórico-metodológicas para análise das práticas agrícolas alternativas e suas, respectivas, geografias por meio do conceito de paisagem. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas referências bibliográficas, especialmente sobre o conceito de paisagem, mas também sobre as características das agriculturas alternativas. A apresentação das informações está organizada em três momentos: primeiramente, apresentaremos algumas compreensões a cerca do conceito de paisagem; em seguida, traremos algumas considerações a respeito das características das agriculturas alternativas; num terceiro momento, analisaremos proposições de análise do espaço rural através da paisagem.

Palavras-chave: Agriculturas alternativas; paisagem; rural; geografias.

ASSENTAMENTOS RURAIS NA CAMPANHA GAÚCHA: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E CULTURAIS

Michele Lindner

Rosa Maria Vieira Medeiros

Diversos são os fatores geram mudanças espaciais, transformando antigas estruturas. O espaço denominado Campanha Gaúcha, localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil, representa um território historicamente constituído pelos latifúndios, onde a predominância econômica centrava-se na atividade pastoril e na concentração de terras. Com o avanço da luta pela terra, organizada através de movimentos sociais, diversas estruturas territoriais regionais passam a sofrer alterações. A luta pela terra no Rio Grande do Sul iniciada na porção norte passa ter uma maior concentração no período pós 1990 no sul do estado, ou seja, na região dos latifúndios. Nesse contexto, há algumas décadas já é perceptível, que a região denominada de Campanha Gaúcha no estado do Rio Grande do Sul, vem sofrendo transformações. Esse espaço que historicamente teve suas atividades econômicas centradas na atividade pastoril e na concentração de terras, a partir da década de 1990 passa a sofrer alterações territoriais com a instalação de diversos assentamentos em seu território. Assim, a Campanha Gaúcha passa a se inserir em um processo de mudança de sua configuração socioespacial, via reorganização de seu espaço agropecuário, com a emergência da agricultura familiar. Até a década de 1980 a porção norte do estado do Rio Grande do Sul concentrou a presença de assentamentos, os quais localizavam-se nas Mesorregiões Centro Ocidental Rio-Grandense e Noroeste Rio-Grandense. A partir da década de 1990 a presença de assentamentos passa a ser registrada em todas as Mesorregiões do Rio Grande do Sul. Nessa década, embora as mesorregiões da porção norte continuem apresentando um considerável crescimento na instalação de assentamentos é a porção sul que se destaca com o maior número de assentamentos, tendo sido criados 36 assentamentos entre os anos de 1992 e 1999 na Campanha Gaúcha. Nesse contexto, podemos ter uma noção de que após a década de 1990, os municípios dessa região passaram a sofrer profundas transformações sócio territoriais, tanto pela chegada de diversas famílias, quanto pela formação de diversas propriedades menores a partir de grandes propriedades. Assim, ao analisarmos os processos de territorialização nos remetemos a relação entre espaço e poder. As relações de poder são características das sociedades, é através destas relações que os sujeitos ou grupos conquistam seus territórios, sejam eles concretos ou abstratos. Assim, a conquista do território está ligada diretamente ao poder e a identidade, pois toda conquista de um território, toda territorialização é uma relação de poder, e ao se apoderar de determinado espaço, ao territorializar determinado espaço o sujeito ou o grupo lhe confere sua identidade. Nesse sentido, pensar no território da Campanha Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul, foi durante muito tempo, pensar somente em um território dominado pela pecuária extensiva em grandes propriedades. A identidade territorial dessa região historicamente esteve ligada a noção de latifúndio e grandes estancieiros, contudo, a partir da chegada de “novos” grupos de sujeitos, agricultores familiares assentados, traz a essa região identidades distintas aquelas tradicionais. Portanto, ao falar de transformações territoriais, estamos falando também em

transformações identitárias, pois a territorialização dos novos sujeitos trouxe consigo mudanças não só para a região, como também para os indivíduos que ali foram assentados. Cabe destacar, que grande número de famílias assentadas nos municípios da Campanha Gaúcha eram oriundas de municípios de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, especialmente da porção norte do estado. Esse fato também, gerou um estranhamento inicial, devido as diferenças físicas e culturais encontradas na nova terra em relação a terra de origem. Entretanto, torna-se necessário chamarmos a atenção para esse estranhamento, faz parte de um processo, não configurando-se necessariamente como uma negação ao novo território. Esse processo faz parte da reterritorialização dos sujeitos, que passam a ter a necessidade de se adaptar ao novo, e como parte da adaptação está à diferenciação entre o antigo e o novo, o que leva tanto a assimilação de novas práticas, quando a adaptação de antigas ao contexto atual, fatores esses que influenciam diretamente nas transformações territoriais do local. Contudo, percebemos que esse processo de territorialização gera mudanças nos sujeitos. Como esses sujeitos são agentes atuantes no território, conseqüentemente passam a gerar transformações neste, ou seja, a chegada de famílias de pequenos agricultores familiares em um território tradicional do latifúndio gera diversas transformações territoriais, seja na configuração espacial das propriedades, seja nas características culturais do local, que passa a agregar novas formas espaciais e diversificar a cultura.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Campanha Gaúcha, transformações socioterritoriais.

VINHO E IDENTIDADE NO BRASIL: DA ITÁLIA AO VINHO TIPICAMENTE BRASILEIRO

Shana Sabbado Flores

Desde a Cordilheira do Cáucaso (registros dos primeiros vinhos, 5000 a.C.), a vitivinicultura se difundiu por diversas regiões ao redor do mundo, motivada por razões econômicas, comerciais, logísticas e culturais (SOMMERS, 2010). Em todos os casos, a inserção da vitivinicultura aporta uma espécie de diálogo entre a cultura e o território em termos ambientais, mas também como representação. O vinhedo estabelece uma relação com o território, ele se adapta às condições locais, mas deixa igualmente suas marcas na paisagem, nos hábitos e nos ritos, criando novas territorialidades. Tal construção forma a identidade vitivinícola de maneira que o vinho de torna ator importante para também representar a cultura local (FLORES et al, 2014). Todo vinhedo possui sua história e pode ser considerado um patrimônio. Ao mesmo tempo, a consolidação de um vinhedo requer justificativa patrimonial, fundando sua identidade, o que pode ser identificado na apresentação dos produtos, seja no discurso dos atores ou elementos visuais a eles ligados. Dessa maneira, o texto busca refletir sobre a identidade dos vinhos no Brasil, a partir da observação de subsídios como iconografia, fotografia e elementos de linguagem utilizado pelas vinícolas na apresentação de seus vinhedos e vinhos (tais como, rótulos, materiais de comunicação impressos e disponíveis na internet, além de trabalhos de campo e observação do discurso dos atores locais nas regiões pesquisadas). Ao refletir sobre a identidade dos vinhedos no Brasil é fundamental olhar a Serra Gaúcha, que concentra mais de 80% da produção nacional. A Serra tem identidade fortemente vinculada ao imigrante italiano. Os marcos da cultura italiana na Serra podem ser observados hoje no discurso dos habitantes, nas práticas cotidianas e na paisagem local. É evidente uma ligação estabelecida entre o vinho e os principais suportes identitários, tais como a família, a igreja e a gastronomia. A fotografia e iconografia destacam aspectos locais, sempre fazendo um vínculo direto entre vinho e cultura italiana. O discurso dos atores locais relembra os pais e avós vindos da Itália e sua trajetória no Brasil, colocando em evidência o trabalho, o sonho de se estabelecer em um novo território e que o vinho fazia parte da família, o vinho como síntese dessa trajetória, sonho e conquista. Na paisagem, é possível observar a arquitetura local, com as casas tradicionais e até mesmo igrejas que fazem menção ao vinho. Outro elemento da paisagem é a constituição dos vinhedos, com o método de condução “latada” utilizando plátanos como suporte, uma herança etrusca (FALCADE, 2011). A viticultura do Brasil ocupa hoje outros territórios, que se iniciaram na década de 80, com forte expansão a partir dos anos 2000. Tais territórios se distanciam desse estereótipo italiano e buscam novos referenciais, o que não significa necessariamente que os descendentes desses imigrantes não estejam presentes e desempenhando papéis importantes nessa construção. Na Campanha Gaúcha é possível observar o vínculo dos vinhos com o “gaúcho” e elementos da cultura local, tais como o bioma pampa, pecuária (ovina e bovina), cavalos, o vento “minuano”, o relevo do pampa e os cerros. Tais elementos aparecem na fotografia, iconografia, elementos de linguagem das vinícolas e discurso dos atores. No material de comunicação das vinícolas, elementos históricos ou relacionados ao bioma pampa aparecem no nome dos vinhos e rótulos. O apelo histórico se dá colocando em evidência o gaúcho e fatos locais, como a Revolução Farroupilha. O vinho não aparece como parte histórica da identidade, mas como elemento atual

que carrega e sintetiza marcos da identidade local do gaúcho e da Campanha. Já o Vale do São Francisco representa o principal expoente da vitivinicultura tropical, com o diferencial de produzir até 5 safras a cada 2 anos. Na região, a identidade vitivinícola está se construindo fortemente baseada no produto, explorando suas características, de vinhos jovens, leves e tropicais, fazendo referencia às peculiaridades de uma região jovem, em formação, tais elementos aparecem nos discursos. Vale lembrar que a própria vitivinicultura tropical é um conceito e identidade em construção. A paisagem traz ao lado dos vinhedos o “Velho Chico”, além de vegetação e frutíferas locais (manga, coco). Por sua vez, os rótulos e nomes dos vinhos também trazem elementos locais, sobretudo na iconografia e aspectos da localização. O vinho representa o homem e sua cultura, ao mesmo tempo em que sua identidade é construída pelos diversos atores que compõem o processo. No caso dos vinhedos do Brasil, é possível observar os precursores, com uma identidade fortemente atrelada à imigração italiana, ao passo que os novos vinhedos procuram explorar características locais, propondo novas abordagens. Tudo isso acaba por ser reflexo das múltiplas facetas da cultura brasileira, do sul ao norte, tipicamente italiana, gaúcha, tropical, tipicamente diversa.

Palavras-chave: Território, Identidade, Vitivinicultura

A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS PARA A EXPANSÃO DA VITIVINICULTURA E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL DO VINHO NA CAMPANHA GAÚCHA

Vanessa Manfio

No contexto contemporâneo, o avanço do capitalismo tem proporcionado o surgimento de novas organizações espaciais e econômicas, das quais as influências comerciais e empresariais que antigamente atuavam no cenário restrito ao territorial passam a adquirir novas fronteiras e limites. Assim, as proximidades geográficas não representam mais o cerne das negociações econômicas, mas os interesses de diversos grupos empresariais. Com isso, atividades antes específicas de um espaço, ganhassem novos territórios, como é o caso da produção de vinho no Rio Grande do Sul. Dessa forma, tem se observado que a produção de vinho no espaço sulino era preferencialmente desempenhada pela região da Serra Gaúcha, entretanto, a descoberta da possibilidade desta produção na Campanha Gaúcha a partir de estudos científicos entre eles: o Zoneamento Agrícola de 1976 que mostrou a possibilidade da plantação de uva na Metade Sul, contribuíram para a constituição de um novo território do vinho. Associado a isso, o forte interesse na ampliação da produção de uva e vinho, de parte dos empresários da Serra Gaúcha implicaram em investimentos na Campanha, que tem representado novas potencialidades para a região, favorecendo o seu crescimento. Desse modo, o presente trabalho científico busca contribuir com a ciência geográfica, especialmente no que se refere à Geografia Agrária, buscando melhor compreender a dinâmica da Vitivinicultura na Região da Campanha Gaúcha, que vem articulando a formação de um novo território do vinho, tendo como suporte a Associação de Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha, fundada em 2010 por diversas empresas vinícolas de vinho locais e da Serra Gaúcha. Nesse sentido, a fim de conduzir a pesquisa, cujo eixo teórico-metodológico foca na importância da Associação de Produtores de Vinho na formação de um novo território do vinho na Campanha Gaúcha, procurar-se-á trabalhar com o método dialético, pois os fenômenos de transformação espacial desta região não são vistos isoladamente, envolvendo vários atores e suas relações. Sendo possível com esta análise, entender as transformações decorrentes da organização espacial, como é o caso dos estudos quanto à produção do vinho na Campanha Gaúcha, mediante ao qual torna-se fundamental entender as atividades econômicas deste espaço assim como, a incorporação de novos sistemas de produção na região, proporcionando a reorganização espacial. Diante disso, os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos compõem-se nas etapas apresentadas a seguir. Primeiramente, realizar-se-á um levantamento bibliográfico, a pós, será realizada a segunda etapa da pesquisa, que consiste na coleta de dados estatísticos, em fontes secundárias e o trabalho de campo, no qual serão desenvolvidas e aplicadas entrevistas e questionários, analisando dados e imagens a respeito da Vitivinicultura na Campanha Gaúcha e da formação de um novo território do vinho. Convém destacar que o presente estudo encontra-se em fase inicial, dessa forma não apresenta resultados apenas proposições a serem analisadas e comprovadas. No entanto, foi realizado um trabalho de campo exploratório com visita em cinco vinícolas da região, dos quais observou-se a presença de três grupos produtores de uva/ vinho distintos na Campanha Gaúcha -

as unidades empresarias vindas da Serra Gaúcha, as vinícolas criadas na região, que produzem um vinho diferenciado de melhor qualidade e menor quantidade para um público específico, e os pequenos produtores, que em sua maioria vendem a uva para as vinícolas empresariais como Almadén (Grupo Miolo). Foi possível observar ainda em Santana do Livramento que o turismo vem sendo instigado pelo poder público, pelas instituições de ensino e pelas vinícolas da região. Uma dessas iniciativas foi à criação do projeto Ferradura dos Vinhedos com a promoção da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e apoio da UNIPAMPA e patrocínio do Banrisul. Além disso, a Associação de Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha é importante na região a fim de proporcionar trocas de experiências entre as empresas associadas e promover o reconhecimento nacional/ global na produção de vinhos na Campanha Gaúcha, consolidando assim, a formação de um novo território do vinho e buscando promover uma identificação geográfica dessa atividade. Contudo espera-se que futuramente a pesquisa venha acrescentar novos conhecimentos sobre a temática, desencadeando outros estudos e servindo de instrumento para a criação de estratégias regionais de desenvolvimento, aproveitando as potencialidades locais.

Palavras-chave: Vitivinicultura; território; Campanha Gaúcha.

CARACTERIZAÇÃO DO POTENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES EM RIO CLARO-SP PARA A MULTIFUNCIONALIDADE: PAISAGEM E PEQUENAS PROPRIEDADES BAIRRO RURAL DE ITAPÉ

Vanessa Antunes De Souza

Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira

O presente resumo irá discorrer sobre a pesquisa de iniciação científica intitulada “Caracterização do potencial das propriedades rurais familiares em Rio Claro-SP para a multifuncionalidade: paisagem e pequenas propriedades do bairro rural de Itapé”. Considerando o contexto em que vive o município de Rio Claro, cuja característica principal é ser urbano-industrial e de grande influência da monocultura canvieira. Nesse local na área rural do município passa por um período de inércia econômica resultado do êxodo rural, tanto por parte da população jovem quanto dos moradores mais antigos que não acham viável produzir ou residir no local. O objetivo da pesquisa foi levantar o potencial do município caracterizando seus elementos internos (tríade produtor/propriedade/produção) e elementos externos (ecológico, econômico, político e demográfico-cultural. Foram propostos os seguintes objetivos específicos: 1) Caracterizar o espaço rural do município de Rio Claro, particularmente o bairro rural de Ibaté, identificando os sistemas de uso do solo dominantes; 2) Caracterizar as propriedades agrícolas: tamanho, atividade e nível de renda; 3) Caracterizar os produtores familiares; 4) Reconhecimento da paisagem rural e definição das unidades desta; 5) Levantamento de imagens; 6) Mapear os recursos da região em meio digital; 7) Caracterizar os recursos identificados com relação à localização, tipo de recurso ou potencial, acessibilidade, necessidades econômicas para efetivar a implementação; 8) Organizar o material na forma de imagem, texto e sistema digital. Diante dos objetivos apresentados e do objeto de estudo escolhido esta pesquisa apresenta metodologia de abordagem quanti-qualitativa que será utilizada ao longo de seu desenvolvimento com os seguintes materiais e métodos: 1) Consolidação do corpo teórico e conceitual sobre a multifuncionalidade da paisagem rural, efetuando levantamento bibliográfico e elaboração de texto com a discussão sobre essas temáticas; desenvolvimento de observação simples e levantamento de informações secundárias com registro em cadernos de campo e iconográfico; 2) Elaboração, teste e aplicação de formulários e realização de trabalho de campo; 3) Sistematização das informações e organização em banco de dados utilizando o software da Microsoft Office Access (2007); 4) Transcrição das entrevistas; 5) Tabulação dos dados; 6) Análise dos resultados da pesquisa de campo com produção de material textual, imagético e digital. O bairro Itapé está localizado à Noroeste no município de Rio Claro-SP, este é caracterizado como um bairro rural, cujas paisagens da região são marcadas pelos resquícios de vegetação nativa nas encostas no front das cuestas arenítico-basáltico contrastada com a monocultura. A área é abastecida pelo Rio Cabeça que pertencem a Bacia do Rio Corumbataí, rio de grande importância local, principalmente por não haver água encanada no bairro, o abastecimento é feito por minas, nascente e poços. Foram visitadas no local primeiramente 33 propriedades. Tendo em vista questões específicas da região elaborou-se um novo formulário para se aplicar junto aos moradores antigos e herdeiros existentes no bairro totalizando 6 formulários quanti-qualitativas. As

propriedades rurais são pequenas, residências rurais, chácaras, sítios de até no máximo 40 hectares, isto é, de 3 módulos rurais. Os moradores do local em sua maioria são caseiros, inquilinos e empregados, responsáveis pela manutenção do local, sendo que muitos proprietários usam o local como ambiente de lazer ou segunda moradia. A produção na área é considerada pouco rentável devido às condições pedológicas e pela dificuldade do uso de maquinários, já que o relevo é acidentado. A falta de segurança no local e o difícil acesso levam a maioria dos proprietários a exercer outro tipo de atividade na cidade. Associa-se a isso a precariedade na infraestrutura do bairro, a falta de saneamento básico e de serviços essenciais, além da ausência de atratividade e oportunidades para a manutenção da população no local. Contudo, a ampliação das possibilidades de permanência e desenvolvimento do bairro poderiam ser tratadas tomando-se as potencialidades da bonita paisagem do bairro de Itapé, que proporcionariam oportunidades de geração de renda, o uso sustentável dos recursos naturais, a manutenção da biodiversidade, do patrimônio e dos valores culturais (PINTO-CORREA, 2007). Deve-se considerar que certas áreas como Itapé podem perder sua capacidade competitiva no nível de produção, no entanto, essas desenvolvem outras funções. Pensando a multifuncionalidade como um conceito analítico, avaliando potencialidades e funções que dada paisagem rural pode suportar deve-se considerar a possibilidade de revitalização de áreas através do patrimônio histórico-arquitetônico e das tradições. No caso de Itapé é possível a criação de um museu fotográfico no antigo prédio da FEPASA, ações de sensibilização da comunidade, incentivo à cultura, assim como eventos e entretenimento para atrair visitantes e para a população do bairro como os que eram promovidos pela igreja juntamente com a comunidade: festa do padroeiro Salvador, festa junina, bailes e festividades natalinas. Além disso, no âmbito agrícola o incentivo à criação de pequenas empresas de beneficiamento e grupos de artesanatos são propostas interessantes para o local. A criação da educação ambiental tanto para a comunidade quanto atividades destinadas ao recebimento de visitantes.

Palavras-chave: Multifuncionalidade, Paisagem rural, Agricultura Familiar

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. Inforgeo, Lisboa, v. 22, p. 67 – 71, jul, 2007.
- TROPPIAIR, H. Geossistemas e Geossistemas paulistas. Rio Claro, 2000, 105 p.

CAMPONESES CIGANOS UMA NOVA REALIDADE DO CAMPO EM ASSENTAMENTO RURAL DO TRIANGULO MINEIRO

Franco Andrei Borges

Marcelo Cervo Chelotti

OBJETIVOS

Elaboramos algumas linhas de propostas para o desenvolvimento do trabalho, definindo nossos objetivos, sendo o objetivo geral compreender as características dos sujeitos ciganos, que têm como identidade uma constante situação de territorializar, desterritorializar e reterritorializar (T-D-R), que se engajam em movimentos de luta por terras e reterritorializam-se, no campo, abandonando ou tentando abandonar a cultura nômade, que é inerente a eles. Entre os objetivos específicos, compreender os territórios em rede que se estabelecem nas caravanas que se deslocam em seus destinos, cruzando municípios e atravessando os limites físicos entre o estado vizinho de Goiás; compreender como ocorreu a inserção dos ciganos no contexto da luta pela terra, o porquê da busca pela terra por parte dos ciganos e que interesses estão por trás desta lógica camponesa cigana, em suas linhas de fuga que se efetivam, o que se deixa para trás ao entrar neste processo e o que se ganha ao entrar nesta disputa por territórios; buscar, junto aos movimentos que se efetivaram para a conquista por terra na microrregião do município do Prata e Campo Florido (MG), o contexto de engajamento social e político, as bandeiras dos movimentos neste espaço, bem como a história dos ciganos que fazem parte do assentamento e de processos constantes de suas vidas e territórios interligados característicos principalmente dos assentados ciganos.

METODOLOGIA

A metodologia para a realização deste trabalho foi a análise de dados coletados em campo, em seis viagens entre Uberlândia e o assentamento P.A. Paulo Faria, e também ao município de Prata, para contatar líderes dos movimentos socioterritoriais, sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar etc. Além disso foram realizadas 12 entrevistas com ciganos e não ciganos, com o objetivo de buscar dados sobre a inserção destes na estrutura fundiária agrária, através dos movimentos socioterritoriais em que estiveram ou ainda permanecem engajados, sobre suas histórias de vida, os conflitos dessa luta, sejam estes internos ou externos ao assentamento, o porquê de sua inserção junto aos movimentos, deixando de lado a especificidade de seus processos culturais. Realizamos o trabalho campo no final do primeiro trimestre de 2014; a escolha se deve a uma antecipação na data devido a fatores como menor incidência atípica de precipitação de chuva para o mês, visto que a chuva dificultaria a ida e vinda, devido à precariedade das estradas que ligam ao assentamento. Todas as entrevistas foram gravadas e devidamente autorizadas, bem como as fotografias de suas posses, suas tendas, utensílios domésticos e de trabalho, juntamente com seus símbolos e sua imagem. O caráter metodológico qualitativo deste estudo é devido aos dados já catalogados, como idas ao campo para a coleta direta de dados, por intermédio de questionários semiestruturados, onde a possibilidade de o entrevistado falar do tema se torna uma forma que

abrange mais, sem perder o foco. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma forma de o entrevistador se apresentar ao entrevistado, em que a formulação de perguntas para a obtenção de dados que interessam à investigação é uma forma de investigação social, um diálogo assimétrico, no qual dois elementos se encontram, um deles de um lado, fornecendo dados sobre as indagações, e outro indagando sobre os dados. A partir desses questionamentos, pode-se construir um mapa social da vida desses sujeitos, tomando os fragmentos de sua história de vida, ou toda ela, e fazendo uma cronologia de suas andanças e construções sociais, ao longo de seus territórios móveis. Nesse sentido, o presente estudo foi estruturado em duas partes, sendo que, na primeira, realizamos a apresentação do assentamento e a localização do nosso locus de pesquisa, o quantitativo de sujeitos territorializados, a quantidade de sujeitos ciganos assentados no assentamento, bem como os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na segunda parte, apresentamos os ciganos, seu contexto nômade, que é definido pelo constante acampar e levantar acampamento, suas histórias, que mostram sua presença pretérita no campo agrícola produtivo da região, sua inserção na luta pela terra, por intermédio dos movimentos socioterritoriais e da construção de múltiplos territórios.

RESULTADOS PARCIAIS

Colocamos em discussão nesta proposta de pesquisa que observamos diante de uma nova realidade rural do Brasil que apresenta novos sujeitos nos embates políticos e de luta pela terra, sujeitos que, antes excluídos das literaturas sociológicas e geográficas, nos vêm serem apresentados em uma nova e magnífica roupagem, a de sujeitos que querem, que lutam e que conseguem seus lotes de terras, nos processos de Assentamentos propostos pelo INCRA e, a partir daí, se tornam camponeses, passando a ter um discurso atual que busca soluções para as dificuldades enfrentadas individualmente e pela classe. Observamos que estes sujeitos, que se mesclam entre ciganos e camponeses, se fundem no que autores como Nestor Garcia Canclini, em seu livro “Culturas Híbridas”, nos apresenta - a fusão entre o que são e o que se tornam ou, ainda, os sujeitos pós-modernos de Stuart Hall, que são aqueles que têm a capacidade de se adaptarem diante das circunstâncias que os cercam. Assim, podemos concluir um pouco do andamento de nossas pesquisas, pela nossa premissa de que Sujeitos que, em um processo nômade de vida se destinam a uma condição de territorializar, deixarem de ser nômades, largaram suas rotas de fuga ou seus territórios-rede ou seus processos desterritorializados. Algumas respostas nos dizem que a qualidade de vida desses sujeitos parados ou territorializados se torna melhor; as mulheres se queixam menos das condições, pois quando nômades, ficam sujeitas as diversas intempéries e patologias juntos aos filhos.

Palavras-chave: Camponeses Ciganos, multiterritórios, territorialidade, cultura cigana.

AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR AFETADAS PELA UHE SERRA DO FACÃO EM CATALÃO (GO)

Diego Emanuel Rodrigues

A agricultura familiar corresponde a um amplo conjunto de produtores rurais tendo como característica essencial a relação ente terra, trabalho e família. No Brasil, historicamente, este segmento ocupa a posição subalterna no espaço agrário brasileiro, sendo relegadas condições de produção desfavoráveis quando comparados aos grandes produtores rurais. A agricultura familiar é colocada como pequena produção ou produção marginal, reduzindo sua importância dentro do contexto da agricultura brasileira e, alimentando a imagem do produtor familiar como um ator social incapaz no campo. É preciso demonstrar a relevância do produtor familiar na sociedade brasileira, sendo este segmento responsável, majoritariamente, pelo abastecimento de alimentos no mercado interno, mesmo tendo ao seu dispor quantidade restrita de terra. Contudo, neste início de século XXI é cada vez mais presente no campo brasileiro as Usinas Hidrelétricas de Energia legitimadas pelo discurso da necessidade de energia elétrica para o desenvolvimento econômico do país. Com isso, estabelece a conflitualidade entre o segmento dos produtores familiares, que tem sua unidade de produção afetada pela formação dos reservatórios dos empreendimentos hidrelétricos. Nesse processo, há a colisão entre a lógica da agricultura familiar que reconhece o seu território enquanto espaço vida, em que se realizam todas as dimensões da vida, em contraposição a lógica colocada pelos empreendimentos hidrelétricos que enxergam o território como recurso de exploração intensiva, privilegiando a dimensão econômica do espaço. Nesta conjuntura, objetivou-se neste trabalho compreender as características socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares do município de Catalão que tiveram suas propriedades atingidas parcialmente pela formação do reservatório da UHE Serra do Facão, bem como verificar a influência desse empreendimento para a vida social e econômica do segmento dos agricultores familiares. Cabe ressaltar, que o recorte dos agricultores familiares participantes da pesquisa foi feita a partir das seguintes condicionantes: a) residir na área rural do município de Catalão; b) ser agricultor familiar segundo a normativa do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar; c) ter a propriedade em que vive anteriormente a UHE Serra do Facão, parcialmente atingida pelo reservatório da UHE Serra do Facão. Buscando atingir o objetivo proposto realizou-se o seguinte caminho metodológico: a) revisão teórica sobre o segmento da agricultura familiar no Brasil, destacando as transformações no campo em âmbito nacional, regional e municipal, a partir do processo de implantação de UHEs, cada vez mais intenso no Século XXI, e seus desdobramentos sobre os territórios, com especial atenção para o Sudeste Goiano; b) pesquisa documental junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para levantamentos estáticos e, de informações tais como: demografia, empreendimento energético (quantidade e capacidade produtiva), produção agropecuária entre outros e, c) pesquisa de campo com a finalidade de apreender a realidade pesquisada, nesta etapa utilizou-se de técnicas de pesquisa baseadas na observação e aplicação de roteiros de entrevista com agricultores(as) das unidades familiares afetados parcialmente pelo

reservatório da UHE Serra do Facão. Em linhas gerais, com a realização do tripé revisão teórica, pesquisa documental e de campo pode-se concluir que o perfil da população nas unidades familiares corresponde a casais de homens e mulheres, geralmente acima de 40 anos, indicando para o envelhecimento dessa população. Outro importante aspecto refere-se ao grau de instrução desses produtores, os quais em sua maioria apresentam escolaridade ao nível de Ensino Fundamental Incompleto. No tocante a produção, os agricultores baseiam-se em técnicas e tecnologias tradicionais. No que concerne a implantação da UHE Serra do Facão houve uma reorganização socioespacial que interferiu no território e na vida dos produtores familiares. A respeito dos benefícios verificou-se que para a maioria dos agricultores familiares não houve benefício algum (81,81%), já quanto aos problemas ocasionados em virtude da formação do lago da UHE Serra do Facão, os principais foram: o afastamento dos vizinhos (54,54%) e, o fato de ter de ceder parte da propriedade (54,54%). Por fim, mas não menos importante conclui-se que a reorganização socioespacial derivada do represamento do empreendimento hidrelétrico interferiu na sociabilidade dos produtores, bem como a redução da propriedade provocou dificuldades à racionalidade econômica dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar; UHE Serra do Facão; Catalão (GO).

VIABILIDADES DE RESTAURAÇÃO DAS FITOFISIONOMIAS EM PAISAGENS FRAGMENTADAS NA BACIA DO RIO SÃO BENTO, SUDESTE GOIANO

Priscila Querino De Lima

Idelvone Mendes Ferreira

O estudo tem como tema principal a preservação e restauração de áreas prioritárias na Bacia do Rio São Bento, no Sudeste Goiano, tendo como objetivo conhecer a distribuição espacial dos remanescentes de fitofisionomias na área da Bacia hidrográfica do Rio São Bento e suas relações com os demais componentes da paisagem, identificando áreas/remanescentes prioritárias para a conservação/restauração ambiental e a manutenção de possíveis corredores biogeográficos, considerando os fatores condicionantes a percepção da paisagem, em que o espaço geográfico exerce suas influências regionais e locais, configurando o objeto maior da pesquisa. Para a realização da pesquisa, adota-se procedimentos que obedecem a uma sequência, a saber; pesquisa teórica, de campo e de laboratório. Retornando à pesquisa teórica para a correlação com os métodos estabelecidos e utilizando a revisão bibliográfica, acompanhadas do trabalho de campo e da análise de imagens de satélites para o reconhecimento da área e para a coleta de informações relacionadas às áreas prioritárias, visando à identificação de possíveis áreas com interesses biogeográficos. Assim, o estudo aborda o Cerrado, um dos Biomas – unidades biogeográficas – mais importantes do Brasil, o segundo maior em extensão, ocupando 25% do território brasileiro, e o segundo em diversidade de espécies, com 5% da fauna e flora mundial e 1/3 da biota brasileira, tendo aproximadamente 2,2% da área do Bioma legalmente protegida. Os aspectos paisagísticos do Cerrado são descritos de modo a entender a caracterização da vegetação, dos solos, do clima, do relevo, dos aspectos litológicos e da geomorfologia, não só do Cerrado, como mais especificamente da área do Rio São Bento, no Sudeste Goiano, foco do estudo, localizada em parte no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, pertencente ao Município de Catalão (GO), e em parte no Município de Davinópolis (GO), sendo um subsistema fundamental no equilíbrio do ecossistema regional do Cerrado, por ser o Rio São Bento o último afluente desta Bacia regional ainda não represado. Bem conservadas até a década de 1960, as paisagens da Bacia vêm mudando significativamente a partir da década de 1970, visto que as condições do relevo aplainado, o fácil acesso a eletricidade, os programas oficiais de incentivo à agricultura e a presença abundante de água possibilitam um aumento na produção agropecuária que garante acesso a um mercado consumidor sustentado por uma malha viária, por rodovias e ferrovias, o que garante o escoamento da produção, principalmente, de grãos. As áreas de Veredas, nascentes dos tributários do Rio São Bento, têm sido atingidas por atividades antrópicas - lavouras, poluição e alagamentos, sem respeito à legislação em vigor, a qual estabelece que essas áreas são Áreas de Preservação Permanente. Com a finalidade de facilitar o entendimento da dinâmica dos diferentes usos do solo, a área da Bacia do Rio São Bento foi compartimentada em três partes: a) o Baixo Curso, que apresenta um relevo acidentado em decorrência do derruimento natural, com usos por pastagens naturais e/ou cultivadas, sendo a parte mais preservada da Bacia; b) o Médio Curso, uma transição entre o Baixo e Alto Curso, que possui um relevo pouco acidentado e é o local menos preservado, pois as áreas planas estão sendo

transformadas em lavouras de tratos intensivos e c) o Alto Curso, a área da Bacia onde encontram-se as nascentes do Rio São Bento e também as maiores áreas de Veredas. Com um relevo plano e água em abundância, esta área está ocupada pela silvicultura, lavouras de sequeiro e com pivôs. Com isso as Veredas e as Matas de Galeria estão sendo bastante prejudicadas pela obtenção de água. Diante desse quadro, recomenda-se a tomada de providências para garantir a proteção das espécies e manter a biodiversidade no local, conforme as opções estabelecidas nos mapeamentos apresentados nessa pesquisa: os corredores biogeográficos e as áreas prioritárias de conservação, onde foi demarcado parte do Baixo Curso como área prioritária para conservação; o Médio Curso, apenas como área indicada para a preservação, por ser a ligação entre o Alto e Baixo Cursos, e a manutenção das Matas de Galeria e das Veredas, para a viabilidade de Corredores Biogeográficos e para a preservação da biota da área, no Alto Curso da Bacia. A configuração geoambiental da área, ou seja, a litologia, conjugada com a disposição topográfica plana e com clima e solos favoráveis, é um fator condicionante para a expansão agrária na região e para seus consequentes impactos socioambientais.

Palavras-chave: Cerrado, Bacia do Rio São Bento, Corredores Biogeográficos, Sudeste Goiano.

REFLEXOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM GOIATUBA (GO)

Robson Lopes Costa

Introdução: introduzida no século XVI, a cana-de-açúcar é no século XXI uma das lavouras que mais tem ampliado sua área plantada no Brasil. Centrada na relação capital/trabalho, a cana-de-açúcar foi mantendo-se ao longo dos séculos e novas fronteiras de expansão foram abertas. É neste contexto que o município de Goiatuba (GO) tem sido nos últimos tempos um dos lócus de territorialização da cana-de-açúcar no estado de Goiás. Objetivo: com base no exposto, o presente trabalho buscou compreender os desdobramentos da inserção da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO). Entendendo a relação capital/trabalho como elemento fundante do processo de territorialização do setor sucroenergético e concebendo as disputas territoriais como parte das relações que o produzem. Metodologia: a territorialização do setor sucroenergético foi investigada por meio dos conflitos e resistências territoriais exercidos pelos pequenos produtores que têm suas propriedades ameaçadas pela lógica imposta pelas forças hegemônicas do capital. Nesse sentido, a riqueza epistemológica da metodologia qualitativa foram mecanismos essenciais ao processo de compreensão da lógica de atuação do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), bem como dos reflexos espaciais decorrentes do setor. Metodologicamente a pesquisa foi delineada buscando atender as demandas esboçadas nos objetivos. Para tanto, o trabalho seguiu o seguinte procedimentos metodológicos: a) revisão teórica de categorias geográficas como forma de compreender a realidade, com ênfase nas categorias Território, Espaço e Região. b) pesquisa documental junto às usinas Goiasa e Bom Sucesso, Câmara de dirigentes Lojistas, bem como nos sites CANASAT e SEGPLAN; c) trabalho de campo com aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturadas. Resultados parciais: logo, diante da tendência diuturna de acumulação e reprodução do capital, diversas são as transformações espaciais decorrentes da inserção do capital sucroenergético em Goiatuba (GO). Alteração na legislação municipal, preço dos alugueis, aumento da inadimplência no comércio e a destruição de casas em fazendas arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar foram algumas das principais transformações identificadas com a territorialização da cana-de-açúcar no município. Expressas nas marcas da paisagem estão as relações de poder evidenciadas por Raffestin (1993), em que o resultado da disputa territorial entre o setor sucroenergético e as lavouras de soja tem sido a desterritorialização da soja em parcelas significativas do município de Goiatuba (GO). Logo, em face ao processo de territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), duas realidades são suscitadas: o aumento substancial da área plantada de cana-de-açúcar, agregando áreas que antes pertenciam as lavouras de soja, e a consequente saída do trabalhador rural do campo. O mais contraditório é que o mesmo, já morando na cidade, vai ao campo para atuar na área agrícola das usinas. Isto é o que tem ocorrido com o exército de reserva agrícola decorrente da consolidação do território canavieiro em Goiatuba (GO). O trabalhador, diante da ausência de oportunidade na cidade, é obrigado a trabalhar em caráter temporário para o setor sucroenergético, o qual foi o responsável pela sua saída do campo. Não havendo moradores nas fazendas ocupadas pela cana-de-açúcar, uma das primeiras medidas é a destruição das casas. Especificamente em relação ao arrendamento da fazenda Selecta de

Goiatuba (GO), a intencionalidade por trás da retirada das casas é bem clara: expansão do plantio de cana-de-açúcar. Nesse sentido, a inexistência desse imóvel é fundamental, consoante aos interesses da usina que arrendou a propriedade, para dar mais agilidade ao processo de colheita, além de permitir que a área do pomar possa ser substituída pela cana-de-açúcar. Inerente ao processo de territorialização da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO) estão as relações de poder expressas nos rearranjos espaciais demonstrados nas marcas da paisagem. Fato que representa a saída do trabalhador do campo à medida que avança a área plantada de cana-de-açúcar no município. Entretanto, o que é posto como exemplo de caráter desenvolvimentista nada mais é que o sinônimo de permanência das velhas práticas que recaem há mais de quatro séculos sobre o campo brasileiro. Nesse sentido, a transformação espacial no município de Goiatuba (GO) é implementada em um caráter que fetichiza, por meio de uma visão desenvolvimentista e errônea, as reais consequências do avanço predatório, excludente e desterritorializante da monocultura da cana-de-açúcar. A qual, por meio da ação de sujeitos públicos e privados, tem suas ações potencializadas no processo de permanência da monocultura que empobrece o campo brasileiro. Ratificam-se, assim, as reflexões de Santos (2012) quando reforça que, embora novas formas e funções sejam implementadas, o que se estabelece é um misto do velho e do novo. Todavia, o velho é personificado nas práticas seculares de manutenção da monocultura em razão do latifúndio, e o novo – especificamente no município de Goiatuba (GO) – é inserido nas fazendas do município. Reafirma-se, assim, a inquietude do pesquisador em face do processo de territorialização da cana-de-açúcar, tendo em vista que este não é um processo acabado e, sim, em constante transformação. Tal “metamorfose” realiza-se com a inserção de novas formas territoriais em Goiatuba (GO), mas mantendo velhas práticas que reforçam as amarras do latifúndio e empobrecem as cidades que, na dependência da monocultura, têm a cana-de-açúcar como sua base econômica.

Palavras-chave: Sucreenergético, Capital, Território.

GT 3 - Educação e juventude no/do campo

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



JOVENS, CULTURA E REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS NO SUL DO BRASIL

Hélène Chauveau

Os dados do IBGE (2006) indicam que ainda ocorre a migração seletiva de jovens rurais no Sul do Brasil, com uma tendência de envelhecimento e masculinização dos territórios rurais. Esse fenômeno estável e contínuo tem vários fatores implicados e já analisados por diversos autores, entre os quais, a falta de renda e de oportunidades, as dificuldades de acesso a níveis educacionais mais elevados, etc. Um fator fundamental, mas muito pouco abordado na literatura, diz respeito à debilidade no acesso à cultura e ao lazer. A partir das representações e dos discursos dos próprios jovens rurais - oportunizados através de entrevistas semi-dirigidas e da observação participante feitas com cinquenta jovens na faixa etária de 15 a 25 anos, em 3 territórios rurais de Santa Catarina – procuramos analisar como esses jovens estão requalificando os seus territórios rurais. Diante de um contexto de falta de infra-estrutura, de enfraquecimento do tecido social e de redefinição de padrões culturais no mundo rural, os filhos e filhas de agricultores familiares questionam, inovam e reivindicam o seu direito ao lazer e à expressão cultural. No contexto sul-brasileiro, isso vem se traduzindo numa hibridização das práticas e dos sistemas culturais, muitas vezes rompendo-se dicotomias como rural/urbano, tradicional/moderno, local/regional/global, e num processo de reinvenção das suas raízes e identidades socioculturais (gaúcha, italiana, alemã, açoriana, indígena, cabocla, etc). Retratos de lideranças juvenis catarinenses nos permitem também, através das suas histórias de vida, entender por dentro suas abordagens dessas problemáticas e evoluções. Nos propomos a analisar tanto as ações dos jovens (grupos de jovens, organização de eventos, mutirões) quanto as dos setores público, privado e da sociedade civil. Com efeito, políticas públicas culturais como os Pontos de Cultura foram estudadas; iniciativas privadas como a descentralização de espetáculos pelo SESC foram consideradas; e responsáveis de movimentos sociais ou religiosos foram entrevistados. Cada conjunto de ações tem defeitos e qualidades, mas também está mudando a realidade geográfica rural e propõe uma visão diferente dela, promovendo por exemplo a criação de uma cultura própria, mas ressignificada para o campo. Com o olhar espacializado que propomos desse processo, objetivamos neste trabalho abordar, a partir do ponto de vista da juventude, a noção de campo não só como um lugar de produção agrícola, mas também como um lugar de vida e sociabilidade, indicando-se alternativas que procurem disponibilizar espaços e equipamentos sociais orientados para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer para os jovens rurais.

Palavras-chave: Juventude, Cultura, Rural.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA ESCOLA DO CAMPO NA REGIÃO CENTRO OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Jacson Dreyer Schumacher

Helena Maria Beling

Valquiria Conti

A presente pesquisa visa criar um espaço para reflexão em torno da educação do campo, além de conhecer o ambiente que envolve as escolas e suas comunidades escolares, no que se refere à construção de um resgate histórico, social, cultural e econômico por meio do Encontro Regional da Educação do Campo (SIFEDOC), para a troca de experiências e aprofundamento teórico sobre o tema. A primeira etapa consiste em fornecer subsídios teóricos e metodológicos que serão importante suporte para a reflexão e reconstrução metodológica da escola do campo, como a) O lugar como elemento de estudo e compreensão da realidade (resgate histórico e caracterização socioespacial da comunidade onde a escola está inserida); b) A escola do campo: teoria e prática (a escola do campo ontem e hoje, a busca da cidadania, o fazer pedagógico); c) A escola do campo no contexto rural (a conjuntura do campo no Rio Grande do Sul, características do modelo agrícola em curso, desenvolvimento sustentável, o papel da agricultura; d) O desafio da escola nos assentamentos de reforma agrária; e) Propostas pedagógicas para as escolas do campo. A segunda etapa consiste na realização do SIFEDOC em Santa Maria/RS, o qual foi realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 2013 com a presença de professores das escolas do campo da região central do estado e do Oeste. Neste encontro de educadores ocorreram exposições e trocas de experiências sobre a construção socio-espacial e histórica, e a reestruturação metodológica das escolas do campo. Encontrar um educandário que se insira na perspectiva de uma escola do campo e que não esteja apenas no campo reproduzindo ensinamentos desconexos a realidade dos sujeitos que ali se inserem não têm sido uma tarefa simples no decorrer dos últimos anos, o descaso por parte dos poderes públicos, sejam eles municipais ou estaduais, que na maioria das vezes não se preocupam com a atual situação das escolas que ainda sobrevivem em ambientes rurais tem ocasionado o fechamento de muitas delas, além do que, das poucas escolas que estão localizadas no campo, poucas são aquelas que estão preocupadas em oferecer ao educando uma educação voltada a sua realidade. O sentido de viver no campo, no decorrer do processo de “urbanização do campo” está se perdendo, o ensino repassado comumente de pai para filho do “trabalho” no campo bem como, a perspectiva de construção de uma vida no campo está se perdendo, visto que: “(...) a educação na realidade camponesa expressa-se não apenas no espaço escolar, mas nas diversas formas de manifestação do movimento camponês.” (Therrien, 1993, p.08). As escolas do campo possuem um grande diferencial se comparadas às demais instituições de ensino que estão localizadas em ambientes urbanos uma vez que, estas se situam dentro de um verdadeiro “laboratório” da qual as mesmas poderiam usufruir, o campo, um local de múltiplas funções simultaneamente, nesta perspectiva, cabe ao professor realizar esta ligação entre o conteúdo transmitido na teoria, e a valorização da realidade de cada sujeito ali existente, na prática. Para enriquecer o debate sobre

educação do campo, correu em Santa Maria, entre os dias 21 e 22 de Outubro o Seminário Regional de Educação do Campo: Projetos de Escolas do Campo no Rio Grande do Sul, Região de abrangência: Centro e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul tendo como principal objetivo o de proporcionar e dar continuidade a problematização das especificidades e recorrências que caracterizam as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais dos espaços rurais, visando o aprofundamento das reflexões sobre as práticas e dos fundamentos teórico-metodológicos que as constituem e dos desafios comuns, a fim de implementar o processo de construção de um Projeto de Sociedade e de Escola caracterizado pela inclusão efetiva e equânime dos indivíduos, com especial destaque aos trabalhadores. Também visando a melhor qualificação dos professores atuantes nas escolas do campo. Para tanto pode-se constatar que o Seminário Regional de Educação do Campo, realizado em Santa Maria contribuiu para que houvesse uma reflexão por parte dos educadores do campo bem como dos acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria em relação ao contexto atual das escolas do campo, bem como os principais desafios e as especificidades e recorrências que caracterizam as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais dos espaços rurais. Fica também a certeza da importância de atividades como estas tanto para os educadores das escolas rurais, como para os acadêmicos que estão em processo de formação que serão os futuros professores, e formadores de cidadãos.

Palavras-chave: Educação do campo, Seminário Regional, espaço de reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA NETTO, José. SANTIAGO, Maria Eliete. Formação de professores em Paulo Freire: Uma filosofia como jeito de ser- estar e fazer pedagógico. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011.
- TERRIEN, Jaques; DAMACENO, Maria Nobre (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS: O CASO DO PROJETO ARQUITETOS DO SABER EM CACHOEIRA DO SUL/RS

Tatiane Almeida Netto

Daiane Loreto De Vargas

Eduardo Paulli

Bárbara Chiodini Axt Hoppe

Clayton Hillig

A educação é um processo que pode e deve ser diferenciado no espaço rural, tendo em vista as características distintas deste cenário, como o modo de vida e as formas de trabalho desta população. Neste sentido, é importante que se tenha uma visão ampliada ou multidisciplinar da realidade por parte dos educadores e de todas as ações realizadas com este público. Fato que vai contribuir para a formação de um cidadão (estudante) crítico e comprometido com a realidade social onde vive. Uma educação com visão multidisciplinar no meio rural deve ter por base a interação entre as várias áreas de conhecimento científico e as práticas sociais, culturais, ambientais e produtivas do campo, ou seja, deve interagir, articular e aprimorar novos e diferentes métodos de ensino, pesquisa e extensão de forma sistêmica e participativa. De uma forma que valorize o saber cultural dos sujeitos rurais, resgatando seus saberes práticos para a discussão no meio acadêmico. Para estes fatos tornarem-se ações na vida social dos estudantes, dentro e fora da escola, é necessária a existência de um diálogo permanente entre os saberes discutidos na mesma e as experiências vivenciadas no dia-a-dia da comunidade rural, onde os estudantes passam a maior parte do tempo. Estes princípios têm como base a formação de cidadãos aptos a discutir aspectos relacionados à sua realidade e, desta forma, tomar uma posição frente aos temas atualmente discutidos na sociedade. Neste sentido, abordamos aqui algumas das oficinas de educação ambiental realizadas nas escolas rurais atendidas pelo Projeto Arquitetos do Saber, um subprojeto de um Projeto maior da Capes, intitulado Capes Novos Talentos. O Projeto Arquitetos do Saber está sendo desenvolvido desde o ano de 2010, pelo Grupo de Pesquisa Extensão Rural Aplicada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), situada na região central do Rio Grande do Sul, através de atividades desenvolvidas por graduandos, mestrandos e doutorandos de vários cursos da UFSM. O Projeto atende cinco escolas rurais, localizadas em comunidades do interior dos Municípios de Cachoeira do Sul/RS e Novo Cabrais, todas as escolas atendidas são estaduais e de ensino fundamental. O referido projeto tem por base três eixos temáticos de atuação, a partir destes eixos são construídas e realizadas as ações nas escolas rurais, os mesmos são: Agroecologia, Cidadania e Educação Ambiental. Neste trabalho será abordada uma das ações do eixo educação ambiental realizada no ano de 2014, em duas das cinco escolas rurais atendidas. São elas: Honorato de Souza Santos e Monsenhor Armando Teixeira, ambas de Cachoeira do Sul. A atividade realizada foi implementação de uma horta vertical ou horta suspensa, com a reutilização de materiais recicláveis trazidos pelos próprios alunos, afim de, conscientizar os estudantes sobre a importância de uma alimentação saudável. Propomos como prática educacional a confecção de uma horta

vertical de garrafas pets na escola, esta prática teve como finalidade a reutilização das garrafas plásticas, contribuindo para a reciclagem destes materiais, que muitas vezes não têm destino correto, indo parar em rios e no meio ambiente. Além, que a horta vertical é uma modalidade que pode ser construída em pequenos espaços, em comparação com as outras hortas, ela tem um caráter mais prático, bem como ainda tem o lado decorativo para os ambientes onde se é feito. A construção da horta suspensa na escola aliou técnicas e metodologias que visam a formação de uma educação ambiental a partir da horta, com o objetivo de aliar de forma equilibrada teoria e prática. Assumindo uma atitude problematizadora da realidade social, cultural, ambiental e dos sistemas de produção, bem como, mediadora dos conflitos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, ao contextualizar os processos reais vivenciados nas comunidades onde os estudantes estão inseridos. Em outras palavras, as ações do projeto estimularam a participação dos alunos e da escola como um todo dentro comunidade local, respeitando seus limites e aumentando suas potencialidades, ao valorizarem as práticas diárias que são vivenciadas junto as suas famílias, na propriedade rural. Estas ações ajudam na formação de uma visão crítica da realidade, na qual os indivíduos venham a ser capazes de discutir, dialogar, trocar, articular e construir junto com as comunidades onde vivem.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Horta Suspensa, Espaço Rural

ABORDAGENS PRELIMINARES SOBRE A PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Alex Cristiano De Souza

Marcelo Cervo Chelotti

A pesquisa em Educação do Campo tem início na Geografia durante os anos 2000, seguindo o debate dos movimentos sociais de luta pela terra no campo, sendo o MST a organização expoente do Movimento Por uma Educação do Campo. A Educação do Campo aparece então, neste período, como um novo campo de investigação na Geografia Agrária brasileira. Neste sentido, este trabalho pretende analisar a produção acadêmica, na Pós-Graduação em Geografia entre os anos de 2005 e 2012, pontuando a evolução quantitativa das pesquisas, sua espacialização pelas universidades brasileiras, a inserção de linhas de pesquisas no Diretório de Grupos de Pesquisas da Capes e as principais temáticas referenciadas.

METODOLOGIA

Como processo metodológico para elaboração deste, recorreremos ao levantamento de dados via Banco de Teses da Capes, no período anteriormente assinalado e também o levantamento dos grupos de pesquisa que incluem em suas linhas de pesquisas a temática da educação/ensino do/no campo cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (GDP), na área da Geografia.

RESULTADOS PARCIAIS

Consideramos na elaboração deste trabalho, pesquisas realizadas/concluídas em Programas de Pós-Graduação em Geografia na temática da Educação do Campo, compreendendo a multiplicidade temática da área, abrangendo pesquisas que relacionam aspectos da questão agrária aos processos educativos/formativos, como são os casos da educação indígena e quilombola, a questão das Escolas Família Agrícola (EFAs), o ensino de geografia, bem como a relação da educação e os movimentos sociais de luta pela/na terra. Desta forma, a pesquisa em Educação do Campo na Geografia se espacializa no espaço e no tempo, quando na Universidade Federal do Sergipe houve o primeiro trabalho em 2005, até o ano de 2012, houve uma pulverização por 18 universidades brasileiras: PUC-SP, UECE, UEM, UFG, UFMS, UFMT, UFPB, UFGP, UFPR, UFRGS, UFSC, UFSM, UNESP-PP, UNESP-RC, UNIOESTE, UNIR, USP, apresentando evolução quantitativa no tempo, como pode ser observado na Figura 01.



Figura 01: Evolução Quantitativa da pesquisa em Educação do Campo em Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil entre 2005 e 2012.

Fonte dos dados: capes.gov.br (2014).

A evolução quantitativa da pesquisa em Educação do Campo na Geografia vai ganhando espaço no debate acadêmico, por um lado em função das péssimas condições reais, objetivas, da educação no meio rural brasileiro, da participação dos movimentos sociais e do analfabetismo, que é um dos expoentes maiores de tal precarização (BEZERRA NETO, 2009). Por outro lado, a criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, tal como a institucionalização de programas oficiais como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) (FERNANDES, 2012). Além destes programas, a Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial é outro estímulo à formação e investigações, ao contribuírem na formação de novas experiências, com a participação dos geógrafos, acabando por estimular a pesquisa na área. Deste aumento da produção, identificamos também o crescimento de grupos de pesquisa cadastrados no DGP da Capes. Na busca realizada, localizamos 24 registros de grupos, que abordam, em linhas de pesquisa, a temática da educação do campo, contudo, 6 grupos não apresentam nenhum trabalho a respeito do tema, enquanto nos demais grupos constatamos que a maior parte das iniciativas de pesquisa está atrelada a graduação, seja em iniciações científicas ou trabalho de conclusão de curso. Já na Pós-Graduação, este número é abruptamente reduzido, existindo mais dissertações do que teses, em andamento e defendidas. Nesta breve análise, identificamos que as pesquisas em Educação do Campo na Geografia é marcada por grande variedade de temas, desde análises de ensino em escolas rurais ligadas a questão agrária à escolas rurais, agrotécnicas, EFAs, bem como, em menor quantidade, a indígena e quilombola. Trabalham, sobretudo com as categorias geográficas espaço e território na compreensão das escolas em relação às comunidades. As políticas públicas também se configuram como grande filão das pesquisas, analisando desde a política pública para a educação, como também a juventude, para os assentamentos rurais e cooperativas. E no marco educacional, as proposições são orientadas pelo

Movimento Por uma Educação do Campo, reclamando uma educação capaz de formar um novo homem, que reforce a identidade camponesa, os saberes populares, etc. A Pedagogia da Terra, iniciada pelo MST nos 1980, junto aos movimentos de educação popular apontava para uma educação transformadora, compreendendo a totalidade vivida. A inserção do Estado, através das políticas públicas, demarcaram outros caminhos para a Educação do Campo, sobretudo a partir das Licenciaturas em Educação do Campo, apartando ao máximo os movimentos sociais de sua condução e, por outro lado, cerceando as discussões dentro dos limites acadêmicos. Consideramos, por fim, que a retomada de orientação da Pedagogia da Terra, a través dos pensadores ligados a Escola Soviética do Trabalho (Pistrak, Krupskaja, Makarenko, Shulgin, etc) possam contribuir com a pesquisa em educação do campo, inclusive no campo da geografia, a partir da compreensão da transformação do espaço pelo trabalho.

Palavras-chave: Educação do Campo; Geografia; Pesquisa

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CAMPO: IMPOSSIBILIDADES ATUAIS PARA A PRÁTICA DO ENSINO ESPECIALIZADO

Isabele De Oliveira Carvalho

Gelson Júnior Santos Do Carmo

Marcelo Cervo Chelotti

O ensino no campo emerge de um movimento social, com forças voltadas da mobilização dos trabalhadores do campo, podendo ser considerada uma herança da organização coletiva dos camponeses diante das dificuldades apontadas na zona rural brasileira. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a partir da década de 80, possui um papel fundamental na discussão da implementação de uma educação voltada para os camponeses e as especificidades do meio em que vivem. Tal Educação passa a ser um forte instrumento no processo de construção e fortalecimento do movimento de luta pela terra. O fator determinante para um olhar governamental para a educação no campo de qualidade foi, segundo Leite (1999), a grande corrente migratória, que ocorreu com significância no país entre os anos de 1910/1920. O Iº ENERA (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária) que ocorreu em meados da década de 90, ganha titulação de “certidão de nascimento” para as reivindicações da educação no campo e desde então as conferências, encontros e eventos que discutem as questões da educação voltada para o camponês começam a ser notórias. A realidade camponesa do Brasil é abordada de uma forma multifacetada, nesse contexto, surge o chamado “ruralismo pedagógico”, que possui como ideia central a criação de escolas integradas às condições locais do meio onde estão inseridas, no caso o rural, objetivando assim agregar valor ao campo e conseqüentemente fixar o camponês em seu local de origem, inibindo a migração para a zona urbana, que se encontrava saturada, além da proposta de oferecer preparo escolar para moradores do campo que anteriormente não recebiam uma educação de qualidade.

OBJETIVOS

Além de constar um apanhado geral histórico de como surgiu a educação no campo no Brasil, o trabalho em questão, reforça a análise de que ainda há muito que ser realizado pela educação na zona rural, além de abordar algumas das várias dificuldades encontradas como a falta da oportunidade de capacitação por parte da equipe pedagógica escolar para lidar com a realidade de uma escola no campo que possui suas especificidades devido ao meio em que se encontra, a dificuldade em oferecer materiais didáticos voltados para o campo e principalmente a desestrutura escolar que a maioria das escolas ainda se encontram. Com a modernização da agricultura no campo através da implantação de novas tecnologias para intensificar a produção de alimentos (com agrotóxicos), o camponês, por sua vez é forçado a deixar o meio rural ou aderir à nova forma de produção imposta. Com esta nova produção de alimentos voltados à monocultura, o camponês perde suas raízes da produção orgânica que é principalmente voltada para a subsistência dele e de sua família. A educação do campo atrelada à produção sustentável (agroecologia) busca resgatar estas raízes de uma agricultura familiar, trabalhando este tema dentro das escolas rurais.

MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada para desenvolvimento do trabalho se divide em duas partes: Levantamento teórico e visita as escolas rurais para ações práticas do que está sendo proposto. O levantamento teórico para desenvolvimento do projeto em questão consta avaliações de algumas referências bibliográficas voltadas para o ensino no campo dentre esses, o levantamento de artigos publicados nos eventos ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agraria) e SINGA (Simpósio Internacional de Geografia Agrária) e a partir disso, fazer uma análise de como o tema em questão tem sido trabalhado ao decorrer dos anos. Também está sendo realizado acompanhamentos junto a duas escolas situadas na zona rural da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, tendo como principal foco a análise do ambiente escolar e as políticas que dão suporte a estas.

CONCLUSÃO

A partir das análises que estão sendo realizadas semanalmente juntamente às escolas rurais, foi observado um atual cenário para os profissionais e as próprias escolas do campo negativo. A deficiência na estrutura das unidades escolares, a dificuldade de acesso por parte dos estudantes e também dos professores até as escolas e a ausência de materiais didáticos e recursos básicos utilizados na sala de aula são grandes inibidores da educação. Pode-se observar, que apesar de algumas políticas públicas de especialização para o ensino no campo, poucos são os professores que se interessam pelo cargo na escola do campo e menos ainda, são aqueles que de fato se capacitam para o ensino direcionado à tais alunos. Leite (1999) afirma que a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada à planos inferiores. E infelizmente algumas pessoas ainda alimentam a ideia de que para viver na campo, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. O Rural, não deve ser visto ou lembrado como um lugar de atraso, pois a partir desse meio, aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos são desenvolvidos e organizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma Educação do Campo. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de. Educação rural e do campo. Uberlândia: Edufu, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C.(Org.) Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.
- LEITE, S.C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- PALADIM JÚNIOR, Heitor Antônio. Educação do Campo: A territorialização e a espacialização do MST. São Paulo: Anna Blume, 2010.

JUVENTUDE RURAL EM UBERLÂNDIA/MG

Ricardo Araujo Leite

Marcelo Cervo Chelotti

O Presente resumo faz parte do projeto de mestrado “A perspectiva da juventude rural no município de Uberlândia/MG: dilemas da sucessão na agricultura familiar camponesa” que teve início no ano de 2013; o foco da pesquisa é compreender a dinâmica do jovem camponês no município, tendo em vista as transformações ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1950. Uberlândia é hoje um município urbanizado com uma população total de 604.013 pessoas que vivem principalmente do setor de serviços da cidade, possui uma população rural de 16.746 pessoas que resistem ao processo de migração do meio rural para o urbano de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Censo Demográfico 2010). Sua urbanização teve início após a construção da capital federal (Brasília), sofrendo influência dela e dos estados de São Paulo e Goiás por conta da sua posição estratégica. Este fenômeno se intensificou após a década de 1950 com a expansão da economia mundial que elevou o desenvolvimento das técnicas de produção, num período que ficou conhecido como “Tecnológico”. Espanhol (2007) afirma que neste momento o Brasil apresentou grande desenvolvimento econômico com o aumento do produto interno bruto, porém este período também elevou a concentração da terra. Ele ainda ressalta que o desenvolvimento econômico resultante da elevação do PIB não resultou em melhorias sociais para o país, porque elevou a má distribuição de renda e os problemas sociais e ambientais no campo e na cidade. Uma das consequências da modernização da agricultura brasileira foi a rápida urbanização do país, que ocorreu graças a políticas públicas setoriais que excluiu os trabalhadores rurais de seu âmbito, focando no aumento da produção e na valorização do produtor rural latifundiário. O desenvolvimento econômico de Uberlândia no decorrer de sua história segue o que ocorreu no âmbito nacional, com projetos modernizantes que elevaram o êxodo rural e excluíram os trabalhadores do campo e os pequenos agricultores. Como reflexo do ocorrido neste período, o Banco de dados de Luta pela Terra – DATALUTA de Minas Gerais 2012, apontam o Município de Uberlândia como o que contem mais assentamentos rurais no Triângulo Mineiro (15 no total), o maior número de ocupações de terras entre 1990 e 2012 (53 no total) e o maior número de manifestações entre 2000 e 2012 (40 no total). Esses dados apontam para um desequilíbrio na estrutura fundiária do Município, que conforme já colocamos foi intensificada durante a modernização da agricultura. Diante do exposto, nos indagamos a respeito da condição do “jovem rural” nessa conjuntura, como ele assimila os processos de Territorialização, Desterritorialização e reterritorialização vividos por eles nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, nas escolas municipais rurais e escolas urbanas e nas comunidades rurais de Uberlândia. Como eles enxergam a sua identidade enquanto camponeses e agricultores familiares. O objetivo geral do trabalho é compreender a dinâmica dos jovens camponeses do município de Uberlândia, analisando suas perspectivas de permanência ou não no campo, tendo como ponto de partida os processos de TDR e as políticas públicas para o jovem. Dentro dos objetivos específicos estão sendo analisados como as políticas públicas são acessadas pelos jovens, verificando qual é a influência delas em suas vidas; os fatores que levam a masculinização do campo de Uberlândia;

fatores que influem na permanência dos jovens no campo e sua participação na agricultura familiar camponesa; os motivos que o levam a migrar para a cidade e suas estratégias de reprodução social em quanto camponeses, buscando compreender os elementos que influem na formação da sua identidade em quanto agricultor familiar camponês. Para alcançar os objetivos pretendidos, a metodologia da pesquisa foi dividida em duas etapas de execução. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento do referencial teórico básico abordando as principais temáticas, a saber, os processos históricos de formação do Triângulo Mineiro e do Município de Uberlândia, o território e as disputas territoriais com destaque para a área de estudo, a formação dos Movimentos Sociais do Campo, a Educação do Campo, agricultura familiar e a juventude rural. Já na Segunda etapa está sendo realizado trabalhos de campo no assentamento Rio das Pedras (Assentamento Mais antigo de Uberlândia) e na escola Municipal Tenda do Moreno afim de compreender melhor a dinâmica da vida dos jovens. Até o momento as pesquisas apontam que as políticas públicas de Educação, Lazer e desenvolvimento rural não estão sendo acessadas pelos jovens camponeses como determina a legislação, isto ocorre tanto por descaso das autoridades locais quanto por falta de projetos efetivos que sejam devidamente implementados. A falta de projetos que fixem os jovens no campo e o principal motivo para a migração destes para a cidade criando o dilema da sucessão rural no Município.

Palavras-chave: Geografia Agrária, Juventude Rural

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2010. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br> Acesso em:
- DATALUTA –Banco de Dados da Luta pela Terra, LAGEA/NERA, 2012.
- HESPANHOL A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade in: MARAFON, G, J. RUA, J. RIBEIRO, M. A. (org.) Abordagens teórico Metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. P. 179 a 198.

BREVES PROPOSIÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)

Luciana Domingues Chaves

Francielle De Siqueira Castro

Ao analisar a história da educação no campo em Ituiutaba (MG), verificamos que as características predominantemente locais não fogem da realidade de outros municípios em contexto regional e nacional. Sua educação rural foi edificada em meio às precariedades da época (1920) como infraestrutura deficitária; falta de eletricidade, serviços de transportes, materiais escolares; déficit de professores habilitados, propiciando muitas vezes falhas no ensino. As escolas rurais de Ituiutaba alicerçaram suas bases, como em muitos municípios brasileiros, sob o auxílio das prefeituras que “cediam às comunidades rurais, o professor e alguns materiais necessários, ficando a cargo dos professores ou das comunidades disponibilizarem os locais para montar as escolas” (MORAIS, 2008, p. 142). Ao considerar tais pressupostos o presente trabalho teve como objetivo conhecer a realidade da Educação do Campo nas cinco escolas rurais do município de Ituiutaba (MG). Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: leituras abordando aspectos sobre Educação do Campo; Escolas rurais no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba. No que tange a obtenção dos dados referentes ao Ensino do Campo no município estudado, os mesmos foram coletados junto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba e nas respectivas escolas, o que nos possibilitou o mapeamento e reconhecimento da realidade vivenciada nas escolas rurais. Historicamente, a primeira escola rural de Ituiutaba foi inaugurada em 1927, e se localizava no município de Gurinhatã (MG), naquela época pertencente ao município de Ituiutaba, o ensino nesta era misto com predominância do sexo masculino (MORAIS, 2008). Contudo, o ensino campesino começou efetivamente a obter espaço no cenário educacional local em 1940, com a criação quinze escolas, sendo predominante o ensino privado e apenas uma pública. Atualmente duas destas escolas (Quirino de Moraes e Francisco Antonio de Lorena) continuam atuando no cenário educacional rural de Ituiutaba, juntamente com outras três escolas, também municipais - Archidamiro Perreira de Souza, Bernardo José Franco e José da Silva Ramos, atendendo desde a pré-escola ao ensino médio. Para Moraes (2008, p.142), “o modelo de escola rural que tem predominado na nossa história é constituído quase que em sua maioria de classes multisseriadas”, na qual os professores se veem obrigados a trabalhar com vários conteúdos ao mesmo tempo, propiciando significativamente o aumento do índice de frustração perante aos alunos. Outro importante aspecto a considerar é acerca da infraestrutura das instituições do campo que se tornam um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. De acordo com Lopes (2012), as porcentagens de escolas campesinas sem as mínimas condições de funcionamento são ainda elevadas. Em Ituiutaba pode-se destacar que apesar das instalações físicas serem ineficientes, as escolas possuem acesso aos serviços básicos de internet e telecomunicações (telefone público), que atendem tanto as demandas das escolas como da comunidade circunvizinha. Convém realçar, que mesmo tendo acesso a internet, as escolas não possuem laboratórios de informática, ficando o acesso restrito ao uso administrativo. Outra preocupação acerca dos entraves da educação do campo refere-se às instalações das bibliotecas,

embora a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, estabeleça mecanismo para a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, no prazo máximo de dez anos, tendo como exigência mínima de um livro por estudante (MEC, 2010), o cenário encontrado nas escolas campesinas de Ituiutaba (MG) se apresenta deficitário. O acervo é pouco diante do conjunto de alunos. Além disso, alguns espaços destinados a estas contemplam também espaço de convivência e sala dos professores, bem como, exercem outros usos, como é o caso da escola José da Silva Ramos, que o refeitório é local também de reuniões de professores e pais de alunos, atendimento médico a comunidade. Outro impasse são as vias de acesso (estradas), não pavimentadas que nos períodos chuvosos ficam intransitáveis, impossibilitando à ida dos alunos a escola. Ora encontram-se trechos com patrolamento, cascalhamento, remoção de matagal as margens das estradas na contramão tem-se trechos sem nenhum suporte, em situação precária para tráfego principalmente em períodos chuvosos, quando algumas estradas ficam intransitáveis e, sem o transporte escolar, que não consegue passar pelos locais, os estudantes ficam impedidos de irem à escola. Diante desta situação, as escolas buscam alternativas para não deixarem os alunos prejudicados, visando recuperar e repor o conteúdo dos dias perdidos, por intermédios de conteúdos extras. Reforçamos ainda, o papel da escola para a comunidade campesina, que cada vez mais tem incumbido à função de reunir os moradores auferindo troca de saberes e ação cooperativa em prol da escola e da comunidade tornando-se o espaço de convivência coletivo. Para fechar este texto sem, contudo, concluir a análise e as discussões aponta-se que a realidade da educação do campo no município de Ituiutaba (MG) é marcada por uma linha de exclusão, isso pode ser percebido na falta de estrutura física de algumas escolas e também pela diminuição do número de alunos, decorrentes da falta de políticas públicas voltada para os camponeses permanecerem no campo e a manutenção das escolas no meio rural. Uma das explicações para saída do camponês ituiutabano no campo é a expansão do setor sucroenergético, que tem promovido conseqüentemente à diminuição dos alunos nas escolas campesinas. Este é apenas um recorte geográfico para o estudo e que muito ainda deve ser discutido e debatido a cerca do tema, que apesar de nos últimos anos ter ganhado espaço no cenário nacional ainda caminha para um desenvolvimento mais consolidado.

Palavras-chave: Escolas Rurais, Educação do/no Campo, Ituiutaba (MG).

GT4 - Questão agrária, políticas públicas e desenvolvimento rural

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



AS MUDANÇAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA (DOAÇÃO SIMULTÂNEA) E OS EFEITOS NOS MUNICÍPIOS DE ADAMANTINA, PAULICÉIA E TTUPI PAULISTA-SP

Fernando Veloso

Rosângela Aparecida De Medeiros Hespagnol

O objetivo do trabalho é analisar as mudanças nas regras e procedimentos na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), principalmente na modalidade Compra para Doação Simultânea (CPR-Doação), e seus efeitos nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista, localizados no oeste do Estado de São Paulo. Em termos de procedimentos metodológicos efetuou-se levantamento bibliográfico sobre a temática abordada; coleta e sistematização dos dados de fonte secundária; entrevistas com técnicos das Casas da Agricultura e ITESP, representantes das Associações de Produtores Rurais, lideranças locais e aplicação de formulário em parte dos agricultores familiares que participam do PAA. Embora tenha trajetória recente, alguns estudos de caso realizados em diferentes regiões do país sobre o PAA, relatam que o programa tem apresentado resultados positivos, mesmo apresentando certas limitações (DELGADO et. al., 2005; MATTEI, 2007; ZIMMERMANN, 2007; HESPANHOL, 2009; GRISA et. al., 2010; VIANA; VIEGAS, 2009; VELOSO, 2011; CAMPOS; ARNOLDI, 2014; TAKAGI et. al. 2014). De acordo com cada realidade brasileira em que o PAA está inserido, o programa assume arranjos institucionais característicos e bem específicos, como salientam os pesquisadores citados. Isso porque, embora seja uma política pública do governo federal, é na escala municipal que o programa é implementado. Para Castro (2010), é na escala municipal que ocorre o fazer político no espaço, que vai desde a visibilidade de um espaço político de organização da sociedade civil, até em decisões concretas que impactam o território e a vida dos cidadãos. Além disso, Castro (2010) enfatiza que é nesse recorte espacial que se revela em escala reduzida, comportamentos, valores, conflitos e intencionalidades que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional. No ano de 2014, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) completou uma década de existência. Nos dez (10) anos de sua execução, os recursos aplicados no PAA alcançaram o montante de R\$ 3 bilhões de reais. O PAA possui uma gestão descentralizada por meio da elaboração de projetos e prestação de contas à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Atualmente o PAA tem passado por período de transição em termos de sua implementação, por meio de normativas que também prevê a execução do PAA mediante “Termo de Adesão” dos estados, municípios e Distrito Federal visando maior facilidade e continuidade em sua execução. O PAA é operacionalizado por meio de cinco modalidades: Doação Simultânea; Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. Os limites anuais para a safra 2014/15 variam de R\$ 6,5 mil reais a 8 mil reais dependendo da modalidade, com exceção do PAA-Leite, cujos valores (R\$ 4,5 mil reais) são semestrais (CONAB, 2014). De acordo com MDS, a modalidade CPR-Doação passou a adotar novas regras a partir de setembro de 2014 a fim de dar maior transparência e agilidade com regras mais claras e objetivas nas operações de compra dos produtos, além de facilitar a participação dos agricultores familiares (CONAB; MDS, 2014). Dentre as principais mudanças estão:

- Ampliação do limite de participação individual dos agricultores familiares, inclusive ao vender por meio de cooperativas;

- Possibilidade de participação em mais de uma modalidade do PAA, com limites independentes;
 - Participação sistemática das Unidades Receptoras na elaboração da proposta e no processo de entrega e controle dos alimentos;
 - Regulamentação dos procedimentos para eventuais trocas de produtos;
 - Obrigatoriedade de que as Organizações fornecedoras tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica;
 - Exigência de certificado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no caso de aquisições de alimentos orgânicos ou agroecológicos, bem como da exclusividade destes produtos na proposta.
- Nos três municípios pesquisados, sete organizações (Associações de Produtores Rurais) de agricultores familiares participam do PAA. Constatamos que as organizações coletivas que focam determinado tipo de produto, como a uva em Tupi Paulista e o leite em Adamantina, a gestão do programa é mais facilitada, embora, a participação e envolvimento dos agricultores familiares seja reduzida. Nas duas organizações de Paulicéia e uma de Tupi Paulista têm tido inúmeras dificuldades na gestão do programa e com longos intervalos na renovação dos projetos, em razão da dificuldade na prestação de contas/renovação junto a CONAB, o que gera desestímulo e desconfiança dos beneficiários em relação ao programa. Nas localidades em que o poder público fornece algum suporte para as Associações, como infraestrutura (local para recebimento dos produtos “Banco de Alimentos”), recursos humanos (funcionários permanentes); e que conta com serviço de extensão rural mais presente, os projetos executados têm apresentado melhores resultados, além de contribuir para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Comercialização.

OS EFEITOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE PAULISTA

Flávio De Arruda Saron

Antonio Nivaldo Hespanhol

No presente texto são avaliados os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) sobre a agricultura familiar no Território Rural do Noroeste Paulista (TRNP). Dentre os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, destacam-se: a) Revisão bibliográfica, referente às temáticas atinentes a pesquisa, como políticas de desenvolvimento de apoio à agricultura familiar, organização social rural (associativismo, cooperativismo etc.), Noroeste Paulista, dentre outras; b) Levantamento documental e de dados de fonte secundária junto a órgãos oficiais; c) Pesquisa de Campo, para a obtenção de dados e informações de fonte primária, com a realização de 13 entrevistas com líderes de organizações de agricultores familiares e representantes de instituições públicas que atuam no TRNP. Também foram aplicados 41 formulários junto a agricultores familiares filiados as associações e cooperativas que implementaram projetos do PRONAT e do PAA.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DO NOROESTE PAULISTA

O Território Rural do Noroeste Paulista (TRNP) é um dos três territórios rurais de São Paulo, esta área, composta por 36 municípios (Mapa 1) é alvo de intervenção do PRONAT, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No Noroeste paulista a agricultura familiar consiste num importante segmento produtivo no campo, as principais atividades agrícolas deste segmento são a fruticultura, especialmente citricultura e viticultura; a olericultura e a pecuária, principalmente a leiteira (SARON, 2014).

OS EFEITOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR
O PRONAF é o único dos três programas estudados que está presente em todos os municípios do TRNP, foi o programa que contou com maior volume de recursos e mais acessado pelos agricultores familiares pesquisados, sendo que alguns agricultores pesquisados relataram que enfrentam dificuldades ter acesso aos financiamentos do programa. No período compreendido entre os anos agrícolas de 1998-1999 e 2008-2009 foram alocados R\$275.724.988,25 por meio do PRONAF, excetuando-se a modalidade Mais Alimentos. Dentre os agricultores familiares pesquisados, 75,61% (31) acessaram o programa ao menos uma vez. Por outro lado, um pequeno grupo, 16,13% (5) afirmou ter acessado todas as modalidades disponibilizadas pelo PRONAF. Verificou-se que o programa incide mais significativamente sobre os agricultores familiares mais capitalizados, em consonância com a tendência nacional, conforme destaca Guanzirolli (2007). No que tange ao PRONAT, os recursos alocados no TRNP por meio do programa foram de R\$327.122,00, com contrapartida de R\$56.344,13 de algumas prefeituras, totalizando R\$383.466,13. Os projetos do PRONAT se concentram na cadeia produtiva do leite de apenas seis

dos 36 municípios do TRNP, apoiando ações com baixa repercussão sobre a agricultura familiar, por diversas razões, especialmente em decorrência dos problemas internos das organizações coletivas e das próprias limitações do programa (excessiva burocratização, falta de recursos humanos, rivalidades político-partidárias etc.). Verificou-se que muitos projetos não são implementados, gerando frustração e desmobilização dos agricultores familiares, conforme salienta Gómez (2006). O PAA contemplou agricultores de 19 municípios do TRNP, alocando no período compreendido entre os anos de 2010 e 2013 R\$1.862.814,61. No conjunto dos agricultores familiares pesquisados, 53,66% (22) acessaram o programa. O PAA, apesar de limitado, é considerado importante pelos agricultores familiares pesquisados, especialmente por tocar em um dos principais gargalos para os agricultores, que é a segurança e a garantia de preços na comercialização da produção agrícola. Um dos efeitos gerados pelo PAA e PRONAT foi o fortalecimento do associativismo e cooperativismo induzido (condição para a implementação de projetos). Este modelo não tem gerado efeitos significativos, capazes fortalecer a agricultura familiar, pois não há participação efetiva dos associados, ou projetos de desenvolvimento rural. Neste sentido, os princípios em que se baseiam os programas de desenvolvimento rural pautados na abordagem territorial são incompatíveis com a realidade, ou seja, não consideram a baixa tradição participativa, o clientelismo, o autoritarismo e as disputas políticas, elementos que não são considerados na concepção de território adotada pelo MDA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados efetivos por parte das políticas de apoio à agricultura familiar requerem reformulações na estratégia de desenvolvimento rural, pois esta ainda tem priorizado o agronegócio (DELGADO, 2010). Os programas estudados têm contribuído timidamente na garantia dos processos sucessórios da agricultura familiar no TRNP. Tal fato decorre do pequeno impacto dos referidos programas na reversão da progressiva fragilização da agricultura familiar verificada ao longo dos anos, provocada, dentre outros motivos, por um contexto macroeconômico desfavorável, com a estagnação e baixo preço dos produtos agrícolas e alto custo de produção que comprometem a geração de renda de boa parte dos agricultores familiares, implicando na resistência dos jovens rurais em escolherem a agricultura como profissão. O modelo de associativismo e cooperativismo induzido pelo PAA e PRONAT também não oferece outras perspectivas, devido à incapacidade de solucionar as os problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

Palavras-chave: Políticas públicas, Agricultura familiar, Noroeste paulista.

O AVANÇO DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NA BACIA RIO IVINHEMA (MS) ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2013

Jodenir Calixto Teixeira

Antonio Nivaldo Hespanhol

O presente texto originou-se do projeto de pesquisa intitulado “Os efeitos econômicos e socioespaciais da expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema-MS”, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, nível de doutorado, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A pesquisa tem como objetivo principal analisar os efeitos socioespaciais da expansão canavieira nos municípios que possuem seus territórios total ou parcialmente localizados na bacia do rio Ivinhema em Mato Grosso do Sul. Para a realização da pesquisa estão sendo adotados os seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico sobre a questão agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul, com enfoque na expansão canavieira; levantamento bibliográfico sobre a região em estudo, caracterizando os municípios que a compõem; coleta de dados sobre a produção agropecuária dos municípios que pertencem à bacia do rio Ivinhema, em órgãos públicos (INCRA, AGRAER, IBGE); pesquisa de campo nas propriedades da região (pequenas, médias e grandes) com registro fotográfico e aplicação de formulários; realização de entrevistas com produtores da região, usineiros e autoridades estaduais e municipais; organização dos dados coletados em gráficos e tabelas; análise dos dados e redação final com base nos referenciais bibliográficos e na pesquisa de campo. O crescimento da produção canavieira no Mato Grosso do Sul vem ocorrendo, principalmente, nos municípios localizados na bacia do rio Ivinhema, onde se concentra a maior produção de grãos e alimentos do Estado. Do total de 39 municípios com lavouras de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, 24 estão nessa porção territorial do Estado. Dos 25 municípios que possuem suas áreas total ou parcialmente nessa bacia, apenas um não possui áreas cultivadas com lavouras de cana-de-açúcar. Na safra de 2003-04 a área ocupada com lavouras de cana-de-açúcar na bacia do rio Ivinhema era de apenas 61.784 hectares e elevou-se para 486.199 hectares, na safra 2012-13, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O ritmo de crescimento foi superior a média das principais regiões produtoras desse produto no país e a área plantada nesses municípios supera os 74% do total do Estado. Os municípios com maior produção de cana-de-açúcar na região, superando os 30 mil hectares de área plantada são: Rio Brillhante (87.289 ha), Nova Alvorada do Sul (71.966 ha), Dourados (38.604 ha), Maracaju (37.316 ha), Angélica (36.120 ha), Nova Andradina (31.601 ha) e Ponta Porã (30.985 ha). Os municípios com menor área cultivada com cana-de-açúcar, não superando os quatro mil hectares são: Glória de Dourados (87 ha), Douradina (157 ha), Deodápolis (2.639 ha), Anaurilândia (3.203 ha), Vicentina (3.505 ha) e Jateí (3.722 ha). Apenas cinco desses municípios produziram cana-de-açúcar em todos os dez anos agrícolas analisados: Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Sidrolândia. Com exceção de Sidrolândia, todos estão entre os maiores produtores da bacia. Isso se justifica pelo fato desses municípios receberem as primeiras usinas instaladas nesse território, demandando maior produção canavieira. A produção de cana-de-açúcar nesses municípios está atrelada à necessidade de produzir matéria-prima para atender a demanda das usinas de açúcar e

álcool instaladas na região. Na medida em que essas empresas foram se instalando nesses municípios, a produção canavieira cresceu rapidamente. O uso e ocupação do solo na área da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, entre os anos de 2003 e 2013, tem se alterado significativamente em decorrência da progressiva substituição da pecuária e outras lavouras pelo cultivo de cana-de-açúcar. Entre os anos de 2003 e 2013 houve forte redução das áreas de pastagens e significativa expansão das áreas de lavouras, com destaque para a cana-de-açúcar. Isso evidencia que o avanço da canavieira se deu, principalmente, sobre as áreas de pastagens. As áreas de pastagens reduziram de 70,27% da área total dos estabelecimentos agropecuários, em 2003, para 43,48%, em 2013, enquanto que as áreas de cana-de-açúcar se expandiram de 1,52% da área total dos estabelecimentos agropecuários para 13,04%, no mesmo período. As áreas de lavouras também apresentaram considerável crescimento no espaço da bacia, pois em 2003 ocupavam 1,84% e ampliaram para 17,69%. Esse fato não significa, porém, que não tenha havido o avanço da canavieira sobre áreas de outras lavouras, porém isso ocorreu em menor proporção.

Palavras-chave: Agropecuária, produção, cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRATA, Angela Maria; FARIA, Alcides Bartolomeu de. A expansão da cana-de-açúcar e o recorte em bacias hidrográficas: o etanol na sub-bacia do rio Ivinhema. In: Anais do 48º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, julho de 2010.
- BRASIL – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Projeto Canasat – mapeamento da cana via imagem de satélite de observação da Terra. Disponível em: www.dsr.inpe.br/laf/canasat/. Acesso em: 20 de junho de 2013.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Dados Estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: SEMAC, 2009.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto e HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A Região Centro-Oeste no Contexto das Mudanças Agrícolas Ocorridas no Período Pós-1960. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, Três Lagoas-MS, V. 1 – n.º 3 – ano 3, Maio de 2006. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/sumario/sumario_v3.htm

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM GRUPO DE ASSENTADAS: O CASO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO (OMAT) EM EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA (SP)

Larissa Araujo Coutinho De Paula

Rosângela Ap. De Medeiros Hespanhol

A inclusão de uma perspectiva que contemple as mulheres rurais nas políticas públicas é algo recente e, por isso, se encontra em aprimoramento. A inclusão dessa perspectiva é consequência de uma longa história de reivindicação das mulheres. No rol de demandas, as trabalhadoras rurais sempre buscaram reconhecimento profissional, que tivessem reconhecido o fato de serem agricultoras, e não apenas companheiras de agricultores, vinculadas às funções de seus conjugues, de modo que o trabalho delas fosse comumente considerado apenas uma ajuda ou complementação. Além do reconhecimento profissional, as agricultoras reivindicaram direitos igualitários no acesso à terra e à previdência social. Demandas mais recentes passaram a focar uma maior inserção feminina nas atividades produtivas, tais como crédito, novos canais de comercialização e assistência técnica, além de diversas manifestações a favor de um modelo produtivo agroecológico. Há, em nível político, um órgão da Presidência da República encarregado de estabelecer políticas públicas para mulheres, tratando-se da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Através da correlação dessa secretaria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), foram criadas políticas específicas para as mulheres rurais, tais como o Pronaf Mulher, o Crédito Apoio Mulher e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Existem ainda políticas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criadas a partir do encadeamento de diferentes ministérios que, a princípio, não continham um enfoque de gênero, porém após anos de execução, a avaliação desses programas evidenciou que tinham implicações diferenciadas para as mulheres, passando-se a exigir que para participar desses programas, 30% dos produtores cadastrados via Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) teriam que ser constituídas de mulheres. Diante deste quadro e das observações feitas em trabalho de campo realizado durante a pesquisa de monografia sobre o PAA em Presidente Prudente, notamos haver uma relação bastante peculiar entre este programa e algumas agricultoras com as quais tivemos contato; de modo que propusemos uma pesquisa para o mestrado, visando uma maior compreensão sobre os efeitos do PAA, PNAE, Pronaf Mulher e PNDTR sobre um grupo de mulheres assentadas, a Organização de Mulheres Assentadas do Assentamento Tucano (OMAT), no Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista, na região do Pontal do Paranapanema, bastante conhecida pelos conflitos fundiários. A pesquisa de mestrado, que ainda não está finalizada, procurou apreender as potencialidades e limitações das políticas supracitadas sobre a vida das agricultoras associadas à OMAT. No que concerne aos procedimentos metodológicos, além da coleta de dados de fontes secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e ao portal de transparência da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), foi adotado a realização de entrevistas, temáticas

e de história de vida, que foram posteriormente transcritas e encontram-se em fase de análise. Foram realizadas um total de vinte e sete entrevistas, junto aos funcionários de instituições como o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), às assistentes sociais e nutricionistas municipais, ao técnico da Casa da Agricultura de Euclides da Cunha Paulista e às agricultoras e agricultores vinculados à OMAT. O Assentamento Tucano foi criado em 1991, contém trinta e cinco lotes, numa extensão de 664,84 hectares, onde vivem aproximadamente setenta e cinco pessoas. A formação do assentamento resultou de uma luta de quase sete anos, apesar do grupo de acampados (as) não estarem associados a nenhum movimento social. A OMAT, apesar de atualmente possuir homens associados, foi criada e é administrada por mulheres desde a sua formação, em 2001. Hodiernamente a associação possui cerca de trinta associadas/os. A associação iniciou as atividades com um grupo pequeno, somente sete mulheres. Posteriormente, o grupo foi ampliado, sobretudo após a participação em programas de compras governamentais, como o PAA e o PNAE, quando muitos assentados passaram a se interessar pela associação, uma vez que para se cadastrarem como fornecedores do programa, necessitavam estarem organizados em uma associação oficializada, foi então que as lideranças passaram a admitir homens como membros. Verificamos que isso tem provocado problemas, já que de acordo com uma entrevistada, a maioria dos homens passou a participar da associação apenas em virtude dos programas de comercialização, mas a maior parte da produção de alimentos no assentamento é feita pelas mulheres; os homens somente se cadastram como fornecedores do programa, mas quem produz são suas esposas. As entrevistadas mencionaram ainda que a participação nos projetos e decisões que competem à associação não tem sido profícua, tanto entre as mulheres quanto entre os homens. A própria gestão da associação está há anos sob a responsabilidade de duas mulheres, que alternam entre si a presidência da mesma. Até o momento é possível considerar que, embora de forma restrita a valores baixos, as políticas públicas propiciam uma autonomia financeira às mulheres, o que pode dotá-las de maior poder de barganha nas relações cotidianas. Além de uma série de outros benefícios não materiais, como a elevação da autoestima e o reconhecimento de seu trabalho, acrescenta-se também o fato de algumas assentadas terem retomado os estudos, alegando que essa seria uma forma de obter mais conhecimento e, dessa forma, participarem plenamente das políticas públicas vigentes.

Palavras-chave: Políticas públicas, Mulheres, Pontal do Paranapanema.

O PNAE E OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO-SP

Marleide De Jesus Da Silva Aristides

Rosângela Ap. De Medeiros Hespanhol

Pretende-se, com esse texto, apresentar uma análise de parte dos resultados obtidos com a monografia de bacharelado em Geografia sobre os desafios encontrados pelos agricultores familiares do município de Pirapozinho-SP quanto à sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a organização e o engajamento social no âmbito da Associação de Produtores Rurais da Região de Pirapozinho (APRRP). Os procedimentos utilizados foram: leitura de material bibliográfico acerca da temática de estudo e coleta e análise dos dados de fonte secundária. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o presidente da associação de produtores rurais do município. O município de Pirapozinho localiza-se a oeste do Estado de São Paulo e ocupa uma área de 477,99 km². Sua população total é de 24.694 habitantes, sendo 23.213 residentes na área urbana e 1.124 na área rural (IBGE, 2010). Em Pirapozinho, o PNAE foi instituído em 1994, quando ocorreu a descentralização do programa de alimentação escolar, contudo, a participação dos agricultores familiares no programa se efetivou muito tardiamente, ou seja, em 2009, ano de promulgação da Lei nº 11.947, que estabelece a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar à alimentação escolar. A maior dificuldade encontrada pelo programa no município é que não se está conseguindo atingir os 30% da compra de gêneros da agricultura familiar porque o número de produtores inseridos no PNAE e a diversidade de produtos são pequenos. Para atingir os 30% é preciso comprar outros produtos de agricultores da região, e isso está sendo problemático do ponto de vista da logística e da qualidade dos alimentos. Além disso, o número de agricultores inseridos no programa, em 2013, era inexpressivo – apenas quatro (04). A principal dificuldade na comercialização dos produtos no âmbito do PNAE, segundo os agricultores, é a burocracia da documentação e os prazos para a entrega dos alimentos, que precisam seguir um padrão rígido de distribuição. O presidente da APRRP afirmou que, no início, os produtores pensavam que era a prefeitura quem seria a responsável pelo pagamento, ficando receosos em participar do programa e não receberem os recursos no final do mês. Os desafios levantados (pouca diversificação da produção e baixa adesão ao programa) com relação ao PNAE em Pirapozinho encontram no associativismo rural um dos seus principais pilares de sustentação. Segundo o presidente da APRRP, há dois anos a área de abrangência da associação compreendia 57 produtores rurais do município (66%), mas atualmente ela atende também 29 produtores rurais da região (34%), perfazendo um total de 86 associados. As reuniões da diretoria da associação são mensais, mas com os associados ocorre apenas uma vez por ano. Somente uma minoria dos associados participa das reuniões em que são abordados assuntos como os gastos da associação e os investimentos realizados. De acordo com o presidente da APRRP, o Poder Público deveria dar mais incentivo aos agricultores familiares, pois a gestão municipal está muito voltada para os problemas urbanos, e o espaço rural acaba sendo desprestigiado nessa

relação. Percebe-se, a partir dos relatos do presidente da associação, o não entendimento sobre a essência do associativismo rural, entendendo-o como um “órgão assistencialista”, somente de apoio e amparo técnico. Também é possível notar a falta de autonomia da APRRP, pois fica evidente a sua total dependência em relação ao poder público municipal. O associativismo é uma construção social, que ocorre por meio do fortalecimento e articulação de grupos que estão ligados por uma rede social, promovida pelos laços de proximidade e de solidariedade, seja devido aos vínculos de parentesco ou até mesmo por questões religiosas (HESPANHOL, 2005). O que explica a desarticulação dos produtores rurais associados é o fato de os mesmos não apresentarem uma perspectiva conjunta de resolução dos conflitos que permeiam a agricultura familiar, não percebendo que juntos eles poderiam pensar/propor soluções para os diversos problemas encontrados. A partir das informações expostas foi possível constatar que o PNAE possui importância para um grupo seletivo de agricultores familiares de Pirapozinho (apenas quatro), contribuindo para o escoamento de parte de sua produção e para a elevação das condições de renda e emprego em suas propriedades.

Contudo, alguns problemas dificultam a inserção de mais agricultores no programa, como a falta de comprometimento com o associativismo, entendendo-o como algo de caráter utilitário, e não de coesão social.

Palavras-chave: PNAE, Associativismo rural, Pirapozinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HESPANHOL, Rosangela A. M. Ação coletiva no meio rural: as associações de produtores na Região de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/.PDF>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO AGRÁRIO REGIONAL DA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nildo Aparecido De Melo

As premissas teóricas da economia solidária sustentam outra forma de desenvolvimento econômico e de combate ao desemprego, através da associação, da cooperação e da solidariedade entre os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou com dificuldades de reinserção profissional, apresentando-se articuladas ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento sustentável e aos socialistas utópicos do século XIX. O conhecimento e a análise das formas, das estruturas e da organização funcional das iniciativas solidárias nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, possibilitaram o questionamento das possibilidades, das limitações e das contradições da economia solidária desenvolvida no espaço agrário regional, através do trabalho de campo nos empreendimentos econômicos solidários entre os meses de setembro e outubro de 2013 e da coleta de dados no site da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Com isso, chegamos às seguintes conclusões: a economia solidária regional é um fenômeno apenas pontual e não está articulada em redes de produção, consumo e trocas; o trabalho continua subordinado diretamente ou indiretamente ao capital, pois muitos empreendedores precisam complementar a renda em outras atividades e se assalariam em usinas de açúcar e álcool da região; nem todas as características solidárias são desenvolvidas nos empreendimentos; os trabalhadores se associam apenas como forma de sobrevivência familiar e não como uma possível alternativa de emancipação social; entre outras conclusões que apontaram a economia solidária como um fenômeno pontual e apenas residual à lógica econômica dominante, servindo mais para os interesses de contenção das contradições sociais do capitalismo em tempos de desenvolvimento acelerado das forças produtivas materiais da sociedade.

Palavras-chave: Economia solidária, desenvolvimento econômico e economia regional.

INSTITUIÇÃO, CRISE E RENOVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTENSIONISMO RURAL NO BRASIL: NOTAS PARA DEBATE

Raphael Fernando Diniz
Antônio Nivaldo Hespanhol

OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho é analisar o papel desempenhado pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, com ênfase nas mudanças que vêm sendo empreendidas desde a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no ano de 2004. Busca-se, ademais, compreender os avanços e desafios desta política em implementar as transformações qualitativas almejadas para o extensionismo desde os anos 1980. Para consecução destes objetivos foram realizadas análises de documentos oficiais sobre as políticas de extensão rural no país e, complementarmente, leituras de trabalhos acadêmicos com investigações sobre o estado da arte do extensionismo no campo brasileiro.

RESULTADOS PARCIAIS

A criação de instituições de ATER no Brasil se deu a partir do modelo norte-americano de extensão agrícola, fundamentado na Teoria da Difusão de Inovações de Everett Rogers, visando difundir o pacote tecnológico da Revolução Verde para as atividades agropecuárias e, assim, transformar o campo num lugar propício à acumulação capitalista do setor dinâmico da economia. A extensão, nesses termos, se configurava como uma relação de transmissão e invasão cultural de um conhecimento hegemônico sobre os agricultores, tornando-se domesticadora, persuasiva e antidialógica, baseada numa relação vertical que se dirigia do agrônomo para os “objetos” de sua ação, os agricultores, considerados um “papel em branco” para sua propaganda (FREIRE, 1983). Contrariamente, a comunicação, seu par dialético, se orienta pela dialogicidade e pela educação como prática da liberdade, alicerçada numa relação horizontal entre extensionista –agricultor (FREIRE, 1983). Assim, a comunicação, enquanto prática emancipadora, é feita por meio do reconhecimento da ignorância de ambos os sujeitos da relação, e não apenas por parte do extensionista em relação ao agricultor. Desse modo, extensão-comunicação se tornará um dos mais importantes pares dialéticos que irão estruturar e servir de força motora ao movimento de instituição, crise e renovação das políticas públicas de ATER no século XX, buscando adequar os órgãos extensionistas, em cada período histórico, ao contexto político-econômico e socioambiental em que se inserem. A partir dos anos 1980, o extensionismo passou a vivenciar um momento de crise em suas bases filosóficas e metodológicas, as quais deram subsídios às políticas públicas desenvolvimentistas executadas desde 1950. No início dos anos 1990, esta crise se agravou ainda mais, tendo em vista a crise fiscal do Estado brasileiro e as políticas neoliberais do Governo Collor, ocasionando o enfraquecimento e desmonte do extensionismo no país (CAPORAL, 1998). No entanto, a partir de 2004, o Estado volta a assumir seu compromisso com o extensionismo através da construção de uma nova política pública de ATER, dando início a uma nova fase da extensão rural no Brasil. Esta nova fase é, então, marcada pela criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (BRASIL, 2004), elaborada com o propósito de formular novos

princípios e diretrizes para a construção de uma prática extensionista mais horizontal, democrática e baseada em novos paradigmas tecnológicos que visam fomentar iniciativas de cooperação e solidariedade no campo. Desde a instituição da PNATER várias ações têm sido realizadas buscando implementar transformações qualitativas no extensionismo, destacando-se o aumento de recursos financeiros para as entidades de ATER, a realização de cursos de nivelamento teórico-metodológico para os extensionistas e, em especial, a definição dos agricultores familiares como público-alvo da política. Apesar dos crescentes investimentos e ações realizadas, ainda existem inúmeros desafios a serem superados para que ocorram, de fato, as transformações qualitativas almejadas para o extensionismo brasileiro, destacando-se: 1) formação técnica/acadêmica dos profissionais de ATER, ainda carentes de conhecimentos sobre as novas metodologias propostas na PNATER; 2) quadro deficitário de técnicos agrícolas nas entidades de ATER; 3) pressão de setores do agronegócio, sobretudo de “casas agropecuárias”, visando impedir ações de combate ao uso de insumos químicos e tóxicos no campo etc. Observa-se, neste sentido, que apesar da PNATER se constituir uma política pública inovadora, rompendo com o paradigma de difusão-inovação de políticas precedentes, as transformações qualitativas almejadas encontram-se ainda restritas ao plano das concepções desta política, fragilizadas por diversas barreiras criadas por diferentes agentes sociais externos ao extensionismo e pela formação acadêmica/profissional dos extensionistas. Os objetivos de se transformar a extensão rural e, por conseguinte, promover um modelo de desenvolvimento sustentável no campo ainda estão longe de serem alcançados, já que a PNATER ainda se constitui numa “carta de boas intenções” para mudanças efetivas na prática extensionista. Visualiza-se que as mudanças propostas pela PNATER ainda carecem de necessárias e prudentes transformações de caráter endógeno nos órgãos extensionistas e deles com outras entidades, tais como: universidades, poder executivo, institutos de pesquisa e outras instituições ligadas à política de desenvolvimento rural, para que seus objetivos possam ser plenamente alcançados.

Palavras-chave: Extensionismo Rural; Políticas Públicas; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983[1969].

OS AVANÇOS E OS LIMITES DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROINF NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sérgio Pereira De Souza

Rosângela Ap. De Medeiros Hespanhol

OBJETIVO

O artigo enfoca o processo de institucionalização de territórios por meio da implementação do Programa de Implantação de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista, localizados no estado de São Paulo.

METODOLOGIA

Para alcançarmos o objetivo proposto realizamos levantamento teórico referente à temática e entrevistas com beneficiários que estão utilizando as infraestruturas e equipamentos nos três Territórios da Cidadania do estado de São Paulo.

RESULTADOS FINAIS

Os TC do Estado de São Paulo apresentam características socioeconômicas como problemas agrários, degradação ambiental, baixo dinamismo econômico, falta de regularização fundiária das terras etc, que demandam a implantação de políticas públicas específicas para sua solução, ou pelo menos para a minimização desses problemas. Os TC do estado de São Paulo são formados por um conjunto de municípios, que se caracteriza por uma diversidade social com a forte presença de comunidades tradicionais, agricultores familiares convencionais, quilombolas, pescadores e indígenas, que estão inseridas em territórios com baixo dinamismo socioeconômico, e que na totalidade dessa unidade da federação apresentam baixo desenvolvimento econômico. O PROINF é uma ação que contribui com o desenvolvimento, pois vincula ações estruturantes para os sistemas produtivos. O desenvolvimento pode ser compreendido como uma melhora qualitativa no nível de bem-estar de um determinado grupo social, usando como referência os indicadores sociais, políticos e econômicos disponíveis. Então, pode-se denotar que aumentos nos níveis de renda, qualidade de vida e infraestrutura, por exemplo, são alguns indicativos de desenvolvimento (MARIANI E ARRUDA, 2010). Nos Territórios da Cidadania do estado de São Paulo, entre os anos de 2003 e 2010, foram implantados 88 projetos com recursos advindos do PROINF. Foram investidos R\$ 9.578.700,11, sendo que deste total as prefeituras proponentes investiram R\$ 957.870,11 (10%) e o MDA investiu R\$ 8.620.830,00 (90%). As principais áreas de investimentos com recursos do PROINF nos TC do estado de São Paulo foram: fortalecimento da cadeia produtiva do leite (implantação de tanques de resfriamento), do café (instalação de barracão do café), hortifrutigranjeiros, feira livre (comercialização); patrulha agrícola (tratores e implementos) e escoamento da produção, instalação de cooperativa de crédito rural e capacitação de mulheres, aquisição de veículos para apoio à comercialização, aquisição de materiais e equipamentos para a implantação de hortas comunitárias, apoio à estruturação de oficinas para atividades artesanais. Com os recursos investidos, alguns setores produtivos têm apresentado melhorias significativas, inclusive com

rebatimentos positivos nas rendas dos beneficiários. A partir dessas características do PROINF no contexto dos TC do estado de São Paulo, delimitamos aspectos importantes que demonstram os avanços e os limites desse programa no desenvolvimento territorial, quais sejam: a) do ponto vista dos sistemas produtivos, essas ações são estritamente setoriais, pois beneficiam apenas determinados setores produtivos dos municípios; b) com relação às demandas dos beneficiários, os projetos atendem determinada necessidade de uma cadeia produtiva e não o sistema integral da produção (plantio, colheita, coleta, mecanização, adubação, sementes, ordenhas, transporte e comercialização); c) na perspectiva dos beneficiários territoriais, o programa apresenta uma exclusividade social, pois atende diretamente a um determinado público do território e não articula ações para uma relação social mais ampla e contextualizada com outros sistemas da economia como as agroindústrias e os consumidores, agentes da comercialização, comerciantes urbanos, feirantes convencionais; d) na questão do planejamento, o foco é no município, pois é resultante da necessidade de uma contrapartida do governo municipal, o que limita o planejamento, porque a lógica federativa do país não prevê um nível intermediário, como os colegiados territoriais e consórcios intermunicipais como instituições formalmente reconhecidas para receber e distribuir recursos nos territórios; e) a integração produtiva e comercial propiciada pela utilização dos recursos materiais advindos do PROINF apresenta-se como excludente, pois os produtores que se beneficiam desse processo são os mais capitalizados e/ou que possuem uma produção regular, em quantidade suficiente e organizada para atender aos mercados institucionais como o PAA e PNAE ou os tradicionais como os laticínios dos territórios. Portanto, os territórios que estão sendo produzidos a partir dos programas podem ser definidos como “territórios descontínuos” em que a ação governamental cria áreas de planejamento institucionalizado para um controle social e espacial do Estado, definido a partir de uma lógica política e econômica setorial e pontual.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural, Territórios da Cidadania.

O PROJETO DE MICROBACIAS II NO EDR DE BOTUCATU: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE PRATÂNIA E PARDINHO

Vania Cristina Dos Santos Pedro

Antonio Nivaldo Hespanhol

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo analisar os impactos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado, nos municípios de Pratânia e Pardinho, localizados no Estado de São Paulo. Os respectivos municípios compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Botucatu, que teve o maior número de planos de negócios aprovados nas cinco primeiras chamadas públicas do projeto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada a revisão da literatura acerca dos temas atinentes as políticas públicas direcionadas ao espaço rural, sobre descentralização político-administrativa, Microbacias II, cadeia produtiva e desenvolvimento rural. Foi efetuada a consulta e a coleta de dados em sites oficiais, no Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (PROJETO LUPA) referentes aos anos agrícolas de 1996/97 e 2007/08 e nos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1995/96 e 2006. Foram realizadas entrevistas semi-diretivas (semi-estruturadas) junto aos representantes da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI), dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), das associações de produtores rurais e técnicos responsáveis pela execução dos dois projetos, além dos formulários aplicados junto a 50% dos produtores rurais que participam do plano de negócio no município de Pardinho e 40% dos produtores rurais que participam do plano de negócio no município de Pratânia.

RESULTADOS PARCIAIS

Com o reconhecimento de que a agricultura familiar é importante para o país, o governo paulista estabeleceu uma agenda política que objetiva incrementar a competitividade e o bem estar desses agricultores, através do Projeto de Microbacias II (SÃO PAULO, 2012). As ações e recursos financeiros do projeto serão direcionados aos municípios com maior concentração de agricultores familiares, considerando a alta suscetibilidade a erosão como indicativo de degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo. No âmbito dos municípios selecionados (ver mapa 01) para a pesquisa foram aprovados dois planos de negócio referentes à cadeia produtiva do café. Na Associação de Produtores Rurais de Pardinho (APRUPAR) foi adquirida uma unidade de beneficiamento móvel e uma colheitadeira que atende 18 associados. Esse grupo é composto basicamente por agricultores familiares que produzem o tradicional "Café de Pardinho", conhecido por sua qualidade em decorrência do clima e da altitude da região, elementos propícios para a cultura (SÃO PAULO, 2013). A Associação Rural Giocondo Basseto (ARGB) de Pratânia possui 122 associados, dos quais 31 estão envolvidos na atividade cafeeira e participam do plano de negócio. A associação adquiriu com recursos do Microbacias II uma colheitadeira de café, além de

máquinas e equipamentos para a instalação de uma sala de provas. Com base no trabalho de campo foi possível verificar que a partir da implementação do Microbacias II houve a incorporação de tecnologia a produção, já que a colheita e beneficiamento do café passaram a ser mecanizadas. Faz-se ressalva em relação aos produtores mais velhos, visto que a lavoura de café tem em média 40 a 50 anos, impossibilitando a entrada da máquina para colheita, aliado a resistência em substituir essa lavoura. Por intermédio do Microbacias II foi possível agregar maior valor ao café, pois anteriormente o produto era comercializado em "coco" e passou a ser vendido beneficiado. No que se refere à efetivação de uma marca que permita a inserção dos dois grupos de produtores ao mercado e a comercialização de forma coletiva, verificou-se que os associados da ARGB caminham para a construção de uma unidade de torrefação de café, o que possibilitará a venda coletiva diretamente ao mercado, eliminando o corretor.

Palavras-chave: Projeto de Microbacias II, Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado. Manual Operacional. 2012."

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR

Lidiane Da Paz

OBJETIVOS

Entender como o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi formulado e como está sendo desenvolvido no município de Francisco Beltrão – PR.

METODOLOGIA:

O presente texto faz parte de uma pesquisa desenvolvida no programa de mestrado da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, para chegarmos as considerações que seguem neste texto, utilizamos a revisão bibliográfica em artigos, livros e *home pages* oficiais, bem como realizamos pesquisas de campo na Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão e na COOPAFI que é a instituição que articula o PNAE e os agricultores familiares.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um resumo da pesquisa em andamento que objetiva analisar a organização da COOPAFI em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Francisco Beltrão. O município de Francisco Beltrão está localizado no Sudoeste do Paraná possui segundo o IBGE (2014), 85.04 habitantes. Segundo o censo agropecuário realizado em 2010, o município tinha 68.000 pessoas vivendo na cidade e 16.437 no campo. Predominam as pequenas propriedades com relevância para a organização da agricultura familiar, que foi uma das expressões do seu processo recente de colonização realizada especialmente por gaúchos e catarinenses.

Dentre as características do espaço rural herdadas do período de colonização do Sudoeste do Paraná, conforme destaca Santos (2011), permanece traços solidários de sua ocupação como o trabalho com ajuda mútua, as trocas e parcerias, a vida em comunidade, ao mesmo tempo em que se visualiza uma inserção no mercado seguindo a pauta de produção nacional de commodities, o uso de tecnológicas modernas, o êxodo rural, paralelo o uso de técnicas rudimentares e a produção de policulturas, embora em menor expressão. A COOPAFI iniciou suas atividades em Francisco Beltrão em 2006, com a perspectiva de uma comercialização mais justa aos agricultores familiares, sendo atualmente responsável pela comercialização de milho, feijão, trigo, açúcar mascavo, frutas, doces de frutas, panificação, amendoim, doces de amendoim, mel, hortaliças e legumes. Atualmente uma das ações mais significativas da Cooperativa é a mediação entre os agricultores e os programas de compras dos governos municipais e federal, como por exemplo, o PAA e PNAE. Assim o foco central da pesquisa é compreender de que forma a COOPAFI que busca incentivar o pequeno agricultor a permanecer na propriedade rural potencializando as oportunidades de comercialização e produção, tornando a atividade mais rentável as famílias. (COOPAFI, 2013), estabelece a relação entre o PNAE e os agricultores familiares. A lei nº 11.947/2009 determina que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional da Educação (FNDE) sejam destinados para compra de alimentos da agricultura familiar. O limite de venda para o PNAE é de 20 mil reais por DAP/ ano. Os agricultores podem estar organizados associações ou cooperativas que possuam DAP física ou

jurídica, sendo que seus produtos se destinam aos alunos da rede pública de ensino. Para efetivar as compras a Secretaria Estadual de Educação, prefeitura e escolas são responsáveis pela execução do PNAE na utilização e complementação dos recursos financeiros. (MDS, 2013).

CONSIDERAÇÕES

O que se tem observado é que este programa tem sido fundamental para a organização da cooperativa e ao mesmo tempo ele ganha o caráter de potencializador da diversidade da produção familiar, no entanto, este canal institucional não tem abrangência suficiente para ser um contraponto a estrutura do agronegócio que prevalece na região sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Programas Institucionais, Cooperativismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA. L.M, CALDAS. L. E, AVILA. R.S. Coordenação e efeitos sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. PAA 10 Anos de Aquisição de Alimentos. Brasília, 2013.

Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI. Maio, 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso em maio, 2014.

IBGE. Censo Agropecuário (2000). Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2000/agri_familiar_2000/> Acesso em junho 2014.

INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, 2000.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programas Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/publicacoes/pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-para-agricultura-familiar> . Acesso em junho,2014.

Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Secretária de Educação, Cultura e Esporte. Maio, 2014.

UNICAFES. Estratégias de Acesso a mercados para Agricultura Familiar. Brasília, 2013.

CONSTRUÇÃO DE ECOTÉCNICAS PARA CONSERVAÇÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO RURAL

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Luiz Antonio Schmitz

Felipe Fontoura Grisa

INTRODUÇÃO

O estado do Paraná encontra-se em uma região privilegiada no que diz respeito à ocorrência de recursos hídricos e ao regime das chuvas. Ainda assim, ocorrem períodos de escassez de água em algumas épocas do ano. Além dos problemas de quantidade de água, a deterioração das matas ciliares, a falta de proteção adequada das nascentes, o uso intensivo de agroquímicos e a carência de saneamento básico são fatores deterioram a qualidade das águas, levando à sua contaminação e comprometendo sua disponibilidade. Este texto apresenta resultados de um projeto de pesquisa, que também contou com ações de extensão, relacionado à conservação e uso sustentável de recursos hídricos em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs). O projeto Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão – PR foi aprovado no Edital número 27/2008 (CNPq/MCT). Após um diagnóstico da ocorrência de corpos hídricos nas UPVFs, das fontes e formas de utilização de água pela família bem como da qualidade destas águas, foram desenvolvidas algumas ações, entre elas, a construção de ecotécnicas, como: cisternas, canteiros biossépticos, proteção de fontes e círculo de bananeiras. Assim, objetiva-se, de forma sucinta, relatar as funções de cada ecotécnica empregada e os principais procedimentos utilizados em sua construção.

METODOLOGIA

Com recursos do projeto, foi possível investir diretamente na construção de ecotécnicas direcionadas a melhoria da qualidade e da quantidade de água nas UPVFs beneficiárias. No total, foram 11 UPVFs, localizadas no município de Francisco Beltrão/PR. O principal critério para a seleção destas unidades esteve no fato das famílias trabalharem com agricultura orgânica e serem adeptas de alguns princípios da agroecologia. O diagnóstico de cada unidade foi realizado com base em entrevistas semiestruturadas realizadas em cada UPVF; levantamento in loco dos corpos hídricos existentes; realização de uma análise físico-química e de duas análises microbiológicas nos corpos hídricos utilizados para consumo humano, animal ou irrigação; seguido de um diálogo com cada família para apresentar os resultados das análises e definir as ações prioritárias em cada caso. Antes de tomar as decisões com cada família, a equipe envolvida pesquisou as técnicas mais adequadas para a solução dos problemas, priorizando as ecotécnicas. As ecotécnicas correspondem um conjunto de intervenções tecnológicas no ambiente que se baseia na compreensão dos processos naturais e tem como foco a resolução de problemas com o menor custo energético possível e com uso eficiente de bens naturais (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

Além de cursos (manejo e conservação de solos e águas na perspectiva agroecológica), do mapeamento das UPVFs e de outras ações (cercas no entorno das nascentes protegidas, construção de sistemas de irrigação, de um sistema de aquecimento solar de água e de esterqueiras para destinação de dejetos suínos), foram implementadas as seguintes ecotécnicas:

- Proteção de 8 nascentes utilizadas pelas famílias para obtenção de água para consumo ou irrigação, que apresentaram problemas de contaminação microbiológica. A proteção das nascentes se deu através de isolamento com dois sistemas: 1) solo-cimento (uso de rochas basálticas e de uma massa feita com solo, cimento e água) para nascentes menores e menos profundas; 2) uso de manilhas e tampa de concreto para nascentes maiores e mais profundas. Foram construídos dois sistemas de manilhas e seis de solo-cimento. Posteriormente novas análises foram realizadas e indicaram eliminação ou redução da contaminação microbiológica;
- Construção de 5 cisternas e reforma de calhas em telhados das UPVFs com produção de hortaliças. As cisternas foram construídas basicamente com arame e ferro, cimento e areia. Quatro delas tem capacidade de 33 mil litros e uma, de 25 mil. As águas pluviais captadas das cisternas são usadas para a irrigação e os animais;
- Construção de 10 sistemas de destinação e tratamento de esgoto, sendo nove canteiros biosséticos (sistema de fossa utilizando a evapotranspiração de plantas para decompor e eliminar os resíduos provenientes dos dejetos humanos) onde não há nenhuma infiltração desses dejetos no solo e em águas subsuperficiais e subterrâneas e, uma fossa séptica com três tanques de tratamento. O canteiro biossético consiste em um buraco cavado no solo, isolado com tijolos. Em seu interior constrói-se uma pirâmide de tijolos que permite a circulação de ar no sistema. Em seguida cobre-se com rochas, brita e solo. Sobre este solo foram plantadas espécies com boa capacidade de absorção de líquidos. No caso, optou-se por espécies que produzem flores, mas é possível plantar espécies comestíveis;
- Construção de 8 círculos de bananeiras para destinação de efluentes domésticos (água de pias, tanques e banho). Os círculos de bananeiras são feitos com a abertura de um buraco no solo, seguido de preenchimento com rochas e da cobertura com solo. Os canos de águas residuais são direcionados para esse local, onde são plantadas bananeiras, que possuem alta capacidade de absorção de líquidos.

Uma síntese dos objetivos e das ações do projeto pode ser vista em um vídeo, disponível em (<http://www.youtube.com/watch?v=WtUEezLracQ&feature=youtu.be>).

O projeto demonstrou que é possível minimizar e solucionar problemas graves, com poucos recursos e com tecnologias de baixo custo. Os resultados indicam a viabilidade das tecnologias implementadas e o fato de serem tecnologias simples, permite que os próprios agricultores se apropriem desses conhecimentos.

Palavras-chave: Conservação de água, ecotécnicas, saneamento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Elaboração Teresa Moreira. MEC/MMA. Brasília: 2012.

AS TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES NA AGRICULTURA CAMPONESA AGROECOLÓGICA

Marcos Aurelio Saquet

Raquel Alves De Meira

Leila Maria Panho

Alcione Kaefer

Nosso objetivo é compreender as territorialidades e as temporalidades que caracterizam a agricultura camponesa agroecológica nos municípios de Ampére, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Marmeleiro e Verê (Sudoeste do Paraná), tentando qualificar a opção teórico-metodológica adotada e gerando subsídios sistematizados que possam ser utilizados na construção participativa de projetos de desenvolvimento territorial em redes locais de cooperação voltados para a produção de alimentos sem o uso de insumos químicos, para preservação do ambiente e para valorização do patrimônio territorial das famílias camponesas. Os procedimentos utilizados na pesquisa são: pesquisas bibliográficas e documentais, aplicação de questionários, realização de entrevistas, coleta e análise dos dados secundários, acompanhamento das feiras agroecológicas, registros fotográficos e representação cartográfica. A perspectiva de abordagem territorial adotada é histórica, relacional, reticular e pluridimensional (DANSERO e ZOBEL, 2007) ou (i)material (SAQUET, 2007). Nas práticas (agro)ecológicas, tenta-se diminuir a dependência de insumos químicos e de energia externos à unidade produtiva, utilizando técnicas de manejo adequadas que não degradem o ambiente, aumentando a eficiência biológica (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000). De maneira geral, a agricultura camponesa está longe de desaparecer porque os agentes do capital e o Estado têm interesse na sua reprodução e criam, historicamente, condições (mesmo precárias) para sua continuidade (VERGOPOULOS, 1977; OLIVEIRA, 1986), produzindo alimentos, matérias-primas e gerando trabalho excedente (não pago), num processo de reprodução subordinada do campesinato (TAVARES DOS SANTOS, 1994). Também porque os agricultores são sujeitos políticos e, organizados, resistem, em algumas situações, à expansão do capital (FERNANDES, 2007; SHANIN, 2008), como ocorre na produção e vida camponesa (agro)ecológica. Durante as pesquisas empíricas realizadas até o momento nos seis municípios selecionados, verificamos a reprodução de princípios agroecológicos, tais como: a) predomínio de pequenos estabelecimentos rurais (em Itapejara d'Oeste, por exemplo, o tamanho médio é de 17,14 ha, porém, a área média destinada à prática agroecológica é de 3,8 ha); b) predomínio de cultivos diversificados realizados com o trabalho familiar, especialmente da produção de frutas e hortaliças; c) comercialização feita em mercados locais, principalmente por meio das feiras livres semanais (Francisco Beltrão [3 feiras], Marmeleiro [1] e Ampére [3]) ou de espaços específicos como o da APAV – Verê e do Mercado do Produtor de Itapejara d'Oeste [1] e Francisco Beltrão [1]; d) reprodução de relações de cooperação com os vizinhos e parentes, e de outros aspectos culturais herdados de seus pais e avós vinculados à cultura camponesa; e) organização política viabilizada por meio das associações (5) e pequenas cooperativas: são espaços de autonomia relativa tentando resistir à expansão da produção agrícola com base em insumos químicos; f)

preservação da biodiversidade por meio das áreas de proteção permanente e dos cultivos diversificados. Também percebemos sinais claros da autonomia que as famílias têm quando definem onde vender e os preços da produção: muitos entrevistados afirmaram que têm facilidade para vender o que produzem durante o ano e que têm liberdade para definir o preço dos produtos e escolher a forma de comercialização: alguns vendem nas feiras, outros nos mercados e, muitos, vendem no próprio estabelecimento rural, pois têm uma clientela já conhecida. A maioria produz com o objetivo de complementar a alimentação e a renda familiar. Estes resultados conseguidos pelos agricultores foram anteriormente identificados em um dos processos de avaliação da atuação do CAPA (IDE, 2008), acrescidos pela economia feita nas famílias, pois compram menos alimentos de fora do seu estabelecimento rural.

Palavras-chave: Território, agroecologia, desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- DANSERO, Egidio e ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale. Turim: Euro Mountains, 2007. p.135-141.
- FERNANDES, Bernardo. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 139-168.
- GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- IDE, Hans-Ullrich. A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre: EED, CAPA, IECLB, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986.
- SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- TAVARES DOS SANTOS, José. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. Cadernos de Sociologia, n.6, Porto Alegre, 1994, p. 135-153.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. (Org.). A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 41-174.

ESTUDO DAS TERRITORIALIDADES EM COMUNIDADES RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE ITAPEJARA D'OESTE E FRANCISCO BELTRÃO - PR

Raquel Alves De Meira

Marcos Aurelio Saquet

Leila Maria Panho

INTRODUÇÃO

Neste resumo apresentamos alguns resultados das atividades realizadas no projeto “Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d’Oeste e Francisco Beltrão - PR” no Sudoeste do Paraná, concluído parcialmente até julho de 2014, e que nos permite aprofundar as pesquisas empíricas, detalhando a compreensão das territorialidades nas comunidades rurais selecionadas. As territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares. Essas relações são próximas e distantes, de alteridade e exterioridade (RAFFESTIN, 1977 e 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1964). As territorialidades variam no tempo e no espaço, porém, também podemos viver territorialidades similares ou comuns, e quando isso ocorre, estamos construindo, socialmente, identidades. Identidades que compreendemos inerentes à cultura camponesa (THOMPSON, 1998), herdada e continuada com a incorporação de outros valores, conhecimentos, técnicas, comportamentos etc. (WOORTMANN, 2004). Há um híbrido entre tradição e mudança, identidade cultural e inovações econômicas que procuramos estudar por meio desta pesquisa.

OBJETIVOS

Compreender as principais determinações históricas que influenciaram a gênese das comunidades rurais dos municípios de Itapejara d’Oeste e Francisco Beltrão entre os anos 1940 e 1970. Identificar e mapear as comunidades rurais destes municípios, contextualizando-as na formação histórica. Compreender as principais características econômicas, políticas e culturais atuais dos moradores das comunidades rurais, bem como a importância dos jovens no espaço rural, as atividades que realizam e como vivem, tentando identificar aspectos da cultura camponesa reproduzida historicamente.

METODOLOGIA

Partimos das pesquisas bibliográficas, coleta e tratamento dos dados do IBGE, mapeamentos das comunidades rurais e realização das entrevistas (por meio de um roteiro). Os entrevistados foram selecionados considerando diferentes faixas etárias (jovens e adultos), em distintas comunidades de cada município. Também realizamos um registro fotográfico para mostrar as condições de vida das famílias entrevistadas que permanecem no campo (internet, antenas parabólicas, meios de transporte, vias de acesso, serviços, habitação etc.). Em relação aos mapeamentos, utilizamos como referências as cartas topográficas elaboradas pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro e as bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No município de Itapejara d'Oeste, identificamos 19 comunidades rurais com sede comunitária, destas, realizamos visitas e entrevistas em seis. Já no município de Francisco Beltrão, esse número é bem mais expressivo, com um total de 65 comunidades identificadas. Os contrastes encontrados nas comunidades nas quais realizamos trabalhos de campo evidenciam diferentes temporalidades (ritmos) e identidades (territorialidades). Alguns equipamentos encontrados nas moradias de algumas comunidades, por exemplo, demonstram ritmos mais acelerados (ligados à produção e comercialização), embora ainda sejam utilizados muitos equipamentos mais antigos e rudimentares, vinculados especialmente à produção de subsistência e a uma vida mais enraizada. Portanto, nas territorialidades identificadas, destacam-se relações de vizinhança, de ajuda mútua, de parentesco e, ao mesmo tempo, relações mercantis, com os centros urbanos mais próximos tais como Francisco Beltrão e Pato Branco. Assim, ainda persistem elementos da cultura camponesa, reproduzidos principalmente por pessoas que valorizam a família e o lugar, menos inseridas no mercado e com atividades produtivas menos mecanizadas. As construções de madeira ainda estão presentes tanto no rural, quanto no urbano. As disparidades vividas entre os moradores das comunidades rurais nos permite falar da importância da valorização cultural por parte dos moradores que povoaram essa região, firmando suas tradições e reproduzindo-as através do tempo. A valorização da cultura, das identidades, do patrimônio, nos permite salientar que, nas comunidades onde isso se evidencia, também há uma melhor infraestrutura e serviços, reflexos da organização e união entre os moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demarcação do território, através da criação dos municípios, das comunidades e dos próprios mapeamentos, revela claramente relações de poder – territorialidades - que se constituem a partir da produção e reprodução histórica do território em cada município e comunidade. Por isso é de fundamental importância que nossas pesquisas tenham um caráter aplicado e que o conhecimento produzido possa ser utilizado diretamente pelos sujeitos estudados. Estudar as comunidades rurais se torna fundamental para entender melhor o chamado mundo camponês, especialmente aspectos da reprodução das técnicas e dos conhecimentos camponeses repassados de geração em geração. Os elementos e processos da vida comunitária precisam, notadamente, ser compreendidos com mais amplitude e profundidade e, ao mesmo tempo, valorizados culturalmente.

Palavras-chave: Comunidades rurais, territorialidades, temporalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, Atti 19o. Congresso Geografico Italiano, Como, vol. III, 1964, p.239-253.
- RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité, Cahiers de géographie du Québec, vol. 21, n.53-54, 1977, p.123-134.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- THOMPSON, Edward. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WOORTMANN, Ellen. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.133-143."

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



A CRESOL E O CAPITALISMO NO CAMPO

Vosnei Da Silva

OBJETIVOS

O trabalho centra-se na importância da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), enquanto agente de fomento ao desenvolvimento na produção agropecuária, dos chamados “agricultores familiares” na região Sudoeste do Paraná. Primeiramente caracterizamos quem são os cooperados, após a atuação da cooperativa e as tendências futuras.

METODOLOGIA

No aspecto metodológico, primeiramente, fez-se uma revisão bibliográfica sobre o sistema capitalista, a agricultura brasileira na atual conjuntura e sobre o cooperativismo, suas doutrinas e experiências em diferentes países, e destes, uma tentativa de apreensão da especificidade da formação social (SANTOS, 1977). Posteriormente, usando dados disponíveis no site da instituição, publicações próprias e de estudiosos do tema (cooperativismo de crédito), uma análise sobre a especificidade da CRESOL, como, por exemplo, sua constituição histórica, público alvo, patrimônio e/ou situação financeira, objetivos do repasse de crédito, perspectiva política, planejamento estratégico, entre outros.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Investigando quem são, em sua grande maioria, os cooperados da CRESOL, percebemos que se tratam, conforme levantamento da própria cooperativa, de pequenos estabelecimentos rurais, a maioria dos quais não chega a ultrapassar os 20ha. É importante lembrar a distinção entre o tamanho da propriedade e sua escala de produção, pois daí pode surgir que, pequenos estabelecimentos, sejam grandes explorações (LÊNIN, 1980). O que não parece ser o caso dos cooperados, embora dados apontem que os produtores cooperados, apresentam rendimentos superiores aos do mesmo padrão não-cooperados. A mão de obra é essencialmente familiar, não por opção ou virtude, mas por condição, pois em geral são agricultores de poucos recursos (capital), que não conseguem nem contratar assalariados nem fazer uso de muitas máquinas, pela própria característica da propriedade, além da tipificação como “agricultor familiar”, presente em legislação específica (Lei 11.326/2006). No entanto, vemos aí o uso de outros fatores, como os chamados “poupa terra” que são os adubos, sementes, fertilizantes, etc., que proporcionam um melhor rendimento da produção, vide os recursos para custeio da produção (PRONAF). A CRESOL tem se apresentado como uma organização essencial para esse segmento de produtores rurais, constituído majoritariamente por pequenas explorações que, se não encontrassem apoio nessa forma de organização cooperada, certamente estariam excluídos do setor agropecuário. A insustentável competição com os grandes monopólios e produtores que atuam no setor, não deixaria margem para essa massa de pequenos estabelecimentos. Assim, a forma cooperativa, que acaba por se tornar uma forte instituição de defesa dos interesses da pequena burguesia rural desta região, tem proporcionado bons resultados ao segmento. Neste período histórico, o acesso ao crédito, dentro da mesma lógica do grande capital, diferindo muito pouco do chamado

“agronegócio”, é um mecanismo imprescindível não só para o desenvolvimento dessas economias como, também, elemento de modernização dessas lavouras e estratégico do ponto de vista de freio a ações que possam caminhar num sentido revolucionário. Em suma, essa forma cooperativista conduz a um aprofundamento do capitalismo no campo, mas não é a “tábua de salvação” da maioria dos pequenos agricultores (KAUTSKY, 1986).

RESULTADOS PARCIAIS

Por fim, salientamos que apesar do discurso, as tendências de longo prazo apontam para uma diminuição do número de produtores (concentração) e na intensificação de suas áreas cultivadas, com crescente elevação da produtividade, se tornando a tal “agricultura familiar”, um mito cada vez mais insustentável (LÊNIN, 1980). Tende-se cada vez mais, para a “sobrevivência” de explorações capitalizadas e integradas aos mercados, poucas pessoas na produção e uso mais intenso de máquinas e insumos, com ganhos de escala numa agricultura altamente modernizada.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito, agricultura, capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo: AGB/Boletim Paulista de Geografia, nº 54, jun. 1977.

A RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP

Guilherme Valagna Pelisson

O cenário agrário brasileiro está em permanente debate entre o paradigma da questão agrária versus o paradigma do capitalismo agrário. Este trabalho incumbiu-se da análise da agricultura familiar, principalmente o caso do município de Tabapuã, SP. Com isso pode-se analisar as articulações de ambos os paradigmas. Tabapuã localiza-se no Estado de São Paulo, na Microrregião Geográfica de Catanduva, que por sua vez insere-se na Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, na porção do Estado geralmente designada apenas como Noroeste Paulista e ao Polo Regional Centro Norte com sede em Pindorama. De acordo com o IBGE (Censo 2010), o município de Tabapuã possui uma área de 345,581Km² e uma população de 11.363 habitantes, dos quais 10.519 (92%) vivem no perímetro urbano e 844 (8%) habitantes na área rural. Um contraponto da agricultura familiar é o Agronegócio que está associado à monocultura, mecanização, pouca mão-de-obra e que é outro modelo de agricultura no Brasil que, apesar de antagônico como coloca Candiottto (2011), vem se combinando de formas diferenciadas no espaço geográfico. Dessa forma não se pode negar que o agronegócio vem influenciando as atividades e o modo de vida familiar e que há uma tendência de ampliação desta influência (CANDIOTTO, 2011, p. 277). Em relação a agricultura familiar, no caso do estudo, esta vem sendo ameaçada de uma forma intensa pelo agronegócio, reflexo das últimas décadas do século XX, quando as indústrias sucroalcooleiras se intensificam na região e expandi suas áreas de produção, por meio de arrendamento de terras (no caso do município) para o cultivo de cana-de-açúcar na produção de açúcar e álcool. A intensificação dessa atividade deve-se a políticas públicas, desde o Proálcool até as mais atuais, tais como instrumentos (entendidos aqui como um conjunto de ações por meio do qual se implementam as políticas públicas propriamente ditas) que reforçam a pesquisa e desenvolvimento (P&D) no setor. O município historicamente tem como característica a produção de commodities para exportação, pois até um pouco mais da metade do século XX o que mais se produziu no município era o café, em seguida foi a laranja (no contexto da industrialização do suco de laranja) e mais recentemente a cana-de-açúcar (estes cultivos foram baseados, na área plantada, colhida e a quantidade produzida em hectares). E nesses ciclos o pequeno explorador rural se organizou respectivamente da seguinte forma: do modo de meeiro, em um segundo momento contratando “boias-frias” na época da colheita e, por último sendo arrendatário e se desvinculando da terra (parcialmente ou total). Claro que também outras culturas foram disseminadas, mas em uma escala bem inferior, atendendo ao mercado local e a subsistência. O gado bovino também teve sua importância no município, principalmente a raça “Tabapuã”, originária do próprio município. Porém, este ficou mais restrito as grandes propriedades por seu alto custo. Atualmente, uma nova atividade no cenário rural vem surgindo, que é o turismo rural. Com isso, este trabalho tem o objetivo de entender algumas das razões da resistência da agricultura familiar no município de Tabapuã, SP. Para tanto, compreender as dinâmicas agrárias contribuirá para um levantamento do rural no município, principalmente sobre a agricultura familiar. Sendo assim, este estudo consistiu em levantamento bibliográfico, consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal (PAM), Fundação Seade. Esses dados foram correlacionados com as

informações coletadas em trabalho de campo, que consistiu na visita a órgãos municipais e a propriedades rurais de base familiar. Contudo, entendeu-se que o território rural tabapuanense recebeu imigrantes (grande parte oriundos da Itália), foi se consolidando por meio de políticas públicas que incentivavam e incentivam o grande proprietário rural na produção agrária por meio do agronegócio, mas que também, principalmente na última década têm ocorrido apoios governamentais que contribuem para o desenvolvimento rural através de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), no caso deste estudo foi identificado em um primeiro contato o PRONAF. Percebe-se um envelhecimento da população rural, e falta de incentivo por meio do governo local em manter ou instigar a importância da permanência da população no campo. E os que persistem, é notório o elo com a terra (seja porque é herança ou pelo próprio gosto da lida e/ou por ter trabalhado toda vida no campo – a questão da afetividade com o meio). De acordo com o IBGE, Censo Agropecuário de 2006, há 276 unidades de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar em 4.132 (hectares) contra 124 unidades de estabelecimentos agropecuários de não familiar em 23.531 (hectares), ou seja, há concentração de terras, onde se tem muitos hectares em mãos de poucos. E ao mesmo tempo se tem muitos agricultores familiares com poucas terras. A identidade paisagística rural está presente no campo em algumas propriedades onde estão preservadas as lendmarks, como a arquitetura das casas, o terreirão para a secagem do café, o paiol para armazenar, utensílios agrícolas (como os que servem para passar veneno na laranja e a “bica”). A conflitualidade presente entre o agronegócio e a agricultura familiar é um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, inserido no bojo do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; políticas públicas; desenvolvimento rural.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 298.

A AGROECOLOGIA E AS VARIÁVEIS QUALITATIVAS QUE INFLUENCIAM NA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

João Silvano Zanon

Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Leandro Jesus Maciel de Menezes

Carla Silveira Pereira

A produção do arroz orgânico no município de São Gabriel/RS se iniciou no ano de 2009 e a partir daí tem crescido consideravelmente. Desde então, diversos foram os esforços por parte do MST e do INCRA para fortalecer a produção orgânica dentro do espaço dos assentamentos de reforma agrária. No entanto, os assentados somente terão uma boa produtividade de arroz quando dominarem o sistema produtivo orgânico, através de boas práticas de manejo na lavoura, levando em conta as variáveis qualitativas que influenciam no sistema produtivo do arroz. O arroz orgânico cultivado no município de São Gabriel produz um novo espaço, remodelando o território e se opondo à territorialização do latifúndio e do agronegócio presente nas grandes propriedades rurais do município. O arroz é um dos alimentos mais importantes para a nutrição humana, sendo a base alimentar de mais de três bilhões de pessoas no mundo. É o segundo cereal mais cultivado no mundo, ocupando área aproximada de 158 milhões de hectares, sendo que o Rio Grande do Sul se destaca como o maior produtor nacional, pois é responsável por mais de 61% do total produzido no Brasil. (SOSBAI, EPAGRI, 2012). O município de São Gabriel está situado na porção central da mesorregião geográfica do sudoeste do Rio Grande do Sul, foi emancipado oficialmente em 1859 e ingressa no século XXI com uma população total de 62.594 mil habitantes e uma área de 5.023, 821 Km² (IBGE, 2013). Neste contexto, o trabalho tem como tema a implantação e recente expansão da produção do arroz orgânico no município. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) defende um modelo de desenvolvimento alternativo ao agronegócio, que compreende a produção baseada nos princípios agroecológicos, na produção destinada para o comércio de excedentes e para o consumo da família. A disseminação da agricultura de base agroecológica colocada por Assis (2006), objetiva desenvolver experiências que visem tirar da exclusão social a população marginalizada, incorporando-as ao processo produtivo, sendo que a agroecologia integra o meio ambiente de forma sustentável a produção local em busca do seu desenvolvimento. O projeto busca compreender como se desenvolve a produção do arroz orgânico e as variáveis qualitativas que influenciam neste sistema produtivo. Mais especificamente objetiva-se: a) identificar o sistema produtivo do arroz orgânico desenvolvido nos assentamentos do município; b) Compreender como as variáveis qualitativas interferem na produção do arroz orgânico na busca pela soberania alimentar. Partindo dos objetivos de investigação da presente pesquisa e a partir de uma abordagem qualitativa se buscará os meios para o desenvolvimento da pesquisa.

Quando aos procedimentos metodológicos, inicialmente a caracterização geral da área de estudo dando ênfase à base teórico-conceitual e trazendo reflexões de pensadores da agricultura orgânica de base agroecológica. A consulta aos sites do IBGE, Embrapa, Conab e IRGA para coletar dados

referentes ao sistema produtivo do arroz orgânico no Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, com o trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas aplicadas a técnicos e assentados que fazem parte de um coletivo de produtores de arroz orgânico dos assentamentos que produzem arroz no município verificando as transformações ocorridas no espaço agrário, suas características, problemas e alternativas, bem como uma reflexão das transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas nestes espaços. A terceira etapa se refere aos impactos do cultivo do arroz orgânico, principalmente para o assentado e sua família, pois tais práticas agrícolas sustentáveis estão atualmente em processo de expansão devido ao agravamento dos problemas ambientais e ao debate proporcionado pelos atores sociais que priorizam as questões do meio ambiente e as novas exigências de consumidores. Na última etapa se fará a sistematização dos dados coletados, interpretação e análise das informações e posterior geração de discussões e considerações referentes à pesquisa. Os assentados do município estão transformando seus sistemas produtivos convencionais para uma produção orgânica, passando a produzir de forma orgânica por proposta política do MST, do INCRA; e com a devida assistência técnica dos técnicos de ATES (Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária).

Palavras-chave: MST, reforma agrária, arroz orgânico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

IBGE: Cidades @, 2013. Online. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431830&search=rio-grande-do-sul|sao-gabriel>>. Acesso em: 26 de junho de 2014.

AS TERRITORIALIDADES DA REDE COOPERATIVISTA: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

Marilucia Ben

Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Trata-se de uma pesquisa de doutorado que busca analisar a Cooperativa Agroindustrial Lar e suas territorialidades no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Oeste de Santa Catarina e Paraguai.

OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho é compreender a territorialização/ expansão/ versatilidade da Cooperativa Agroindustrial Lar localizada no Oeste do Paraná e suas intencionalidades e as territorialidades verticais e horizontais no Brasil e no Paraguai.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da proposta de investigação serão realizadas pesquisas bibliográficas para o aprofundamento do tema, a cerca do território ocupado pela Cooperativa Agroindustrial Lar no Brasil e no Paraguai. Mediante essas pesquisas se pretende obter instrumentos metodológicos para estudar a territorialização/ versatilidade/ expansão da Cooperativa Lar no Paraguai e sua relação dialética entre cooperativa e as mudanças ocorridas nas propriedades rurais. O caminho metodológico a ser percorrido será trilhado pelo Método Dialético, onde sujeito e objeto são intrínsecos – o sujeito se constrói/ transforma construindo /transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que, uma vez em construção ou já construído (fruto do trabalho humano), influencia as ações do sujeito (SPOSITO, 2004, 2010). Portanto, entender as relações que permeiam o cooperativismo e sua territorialização/ versatilidade/ expansão que promoveram e promovem mudanças significativas no campo são objetivos fundamentais. Essas relações estão postas em diferentes escalas, local, estadual, nacional e internacional e o entendimento dessas escalas serão apoiados no conceito de território formulado por Raffestin (1993) nas chamadas tessituras territoriais. As contradições expressam pares dialéticos e não dualismos que devem ser analisados criticamente, como a territorialização /versatilidade/ expansão do cooperativismo na perspectiva integradora das dimensões econômica, política e cultural no sistema tridimensional (sociedade-espaço-tempo) da territorialidade (RAFFESTIN, 1993). Trata-se, portanto, de descobrir – pelo movimento do pensamento – as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história no cooperativismo do Oeste do Paraná seguida da expansão para o Paraguai. Por conseguinte, foram escolhidos estudos analíticos que revelem a territorialização/ versatilidade/ expansão da Cooperativa Lar no Paraguai utilizando dados comparativos, com abordagens de pesquisa qualitativa complementada por elementos de análise quantitativa e a participação observante. RESULTADOS PARCIAIS: Os resultados da pesquisa são parciais e se encontram no processo inicial. As cooperativas do Paraná serviram ao processo de modernização da agricultura, introduzindo inicialmente os cultivos da soja e milho através de linhas de crédito subsidiadas Estado à juros baixos. A Cooperativa Agroindustrial Lar surgiu como uma cooperativa de imigrantes no Oeste do Paraná e se tornou uma grandiosa agroindústria com o passar do tempo, voltada ao

agronegócio, atuando no Oeste Paraná, no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e além da fronteira nacional – no Paraguai. Atualmente a Lar conta com redes de supermercados, unidades industriais de vegetais, de leitões, de aves, de pintinhos, de ração, de mandioca, de soja e posto de combustível, empresas de transporte e a Lar Paraguai. Isso a torna competitiva financeiramente no mercado do Oeste paranaense, pois, além de receber as matérias-primas dos associados, faz seu beneficiamento, agregando valor ao produto, nos diversos segmentos já citados. Essa estrutura modificou o território paranaense, que a partir da relação com o capital agroindustrial ampliou a expropriação das propriedades e modificou a forma de produzir estão sendo investigadas as formas de produção e reprodução do campo desde a década de 1960 a 2013. As propriedades rurais que não atenderam ao sistema agroindustrial, em sua maioria foram extintas do meio rural, portanto entender as mudanças ocorridas e imbricadas neste sistema é de fundamental importância. No decorrer dessa vivência da temática aqui em questão foram aguçados aspectos de análise das territorialidades do cooperativismo no Paraná. Assim, na tentativa de estudar o tema e de desenvolver análises a ele pertinentes, surgiram ideias relacionadas à territorialização / expansão/ versatilidade da Cooperativa Agroindustrial Lar no Paraguai e como se apresentaram as formas de relações de poder e sua configuração e materialização espacial.

Palavras-chave: Cooperativa Agroindustrial Lar; territorialização; territorialidade; relações de poder.

DESENVOLVIMENTO RURAL: OS CAMINHOS TEÓRICOS DE UM CONCEITO COM APLICAÇÃO EMPÍRICA

Maiara Tavares Sodré

As propostas contemporâneas de intervenção social pautadas na apropriação teórica do conceito de desenvolvimento convergem para a compressão da inadequação dos modelos de aplicação desse conceito ainda hoje muito presentes nas políticas públicas. No que concerne ao espaço rural, essas novas propostas de reformulação das estruturas socioeconômicas balizam-se essencialmente pelo que se convencionou chamar de desenvolvimento rural. Este, mais do que uma proposição teórica passível de aplicação empírica, consiste antes em uma linha de pensamento para a transformação dos espaços rurais, que compartimenta-se em diversas estratégias de ação com mecanismos próprios de operacionalização, apensadas por objetivos comuns. O presente artigo objetiva a defesa da proposta do desenvolvimento rural como uma alternativa viável para a transformação da realidade dos espaços rurais. Para tanto, a metodologia empregada consiste em uma revisão teórico-bibliográfica de livros e artigos publicados em periódicos. O trabalho parte de uma discussão mais ampla sobre o desenvolvimento, destacando as transformações ocorridas ao longo do tempo no entendimento do termo e as diferentes concepções sobre seu conteúdo e objetivos presentes na atualidade; contiguamente, analisa a proposta de desenvolvimento sustentável e endógeno; na sequência, focaliza o desenvolvimento rural; depois, aborda os pressupostos que fundam a ideia de desenvolvimento territorial; atingindo, por fim, a perspectiva mais particularizada que assume a proposição do desenvolvimento territorial quando aplicada ao contexto do rural. De acordo com Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável representa um processo voltado para o reparo das relações exploratórias impostas aos países periféricos, de modo a reduzir a imensa distância existente entre os países ricos e pobres no que se refere às suas estruturas sociais, e também entre as elites privilegiadas e as minorias e excluídas, independentemente de sua localização geográfica. Já a proposta do desenvolvimento endógeno ou local desponta no bojo das proposições de desenvolvimento sustentável, formuladas a partir da década de 1970, em meio a debates ambientais e eventos internacionais organizados para discutir o padrão de desenvolvimento em vigor à época. O desenvolvimento endógeno busca se apresentar como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento exógeno, em que organizações financeiras internacionais estabelecem imposições de ordem neoliberal para que os países subdesenvolvidos recebam ajuda financeira, empréstimos ou investimentos produtivos. No que tange ao desenvolvimento dos espaços rurais no Brasil, as discussões teóricas dividem-se em duas linhas: uma mais dirigida para a valorização da multifuncionalidade, entendendo que se faz presente a necessidade de incentivo a outras funções para o espaço rural além da prática agrícola; e outra voltada para a promoção de uma agricultura agroecológica. O desenvolvimento territorial rural, por sua vez, resulta da união das propostas de desenvolvimento rural e territorial. Este entendido por Cazella, Bonnal e Maluf (2009), como a proposta de buscar a valorização as potencialidades locais a partir do seu aproveitamento para o fortalecimento do território e não com vistas à mera transferência de riquezas e recursos para a ampliação de economias de maior escala.

Assim, o desenvolvimento territorial rural (DTR) não se restringe à ampliação da produtividade da agricultura, a qual pode ser atingida por meio dele, bem como pode também ser um dos seus objetivos, mas, em hipótese alguma, será o objetivo exclusivo ou primordial. Desse modo, a proposta aqui apresentada extrapola a exploração das potencialidades naturais e locais do território rural – apesar de não prescindir delas –, radicando essencialmente na busca pela mobilização de interesses comuns aglutinados em favor da valorização do território enquanto espaço potencial para o desenvolvimento local de forma equânime. Quanto às propostas de desenvolvimento e, em especial, de desenvolvimento rural e DTR, a defesa feita aqui da importância de sua existência enquanto opção à via tradicional de desenvolvimento e das perspectivas de transformação social, perceptíveis através de sua aplicação, não tem por finalidade apontar essa proposta como a receita quimérica para a resolução de todos os problemas dos espaços rurais hodiernos. O que se pretende é apenas indicar um caminho, uma possibilidade, um sentido pelo qual podem se dirigir os futuros programas e políticas públicas. Tudo que o se pode assegurar com firmeza resume-se nessa assertiva: o desenvolvimento rural é uma possibilidade em construção de reorganização concreta dos arranjos territoriais com grande potencial de crescimento econômico, de preservação ambiental e de valorização da diversidade social e cultural presentes nos espaços rurais.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento rural, Desenvolvimento territorial.

A PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Adalberto Floriano Greco Martins

Rosa Maria Vieira Medeiros

Vinculada às condições ambientais locais, as experiências de gestão dos recursos naturais, dos recursos humanos e dos recursos econômicos por grupos sociais, populares, geram tecnologia, conhecimento, renda e novas formas de cooperação produtiva que indicam possibilidades de outro caminho de desenvolvimento ao atualmente implementado pelo capital. Um destes casos é a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que organiza no Rio Grande do Sul, a mais de 15 anos, um elevado grau de intercooperação econômica e social, em torno da produção do arroz ecológico. Baseado na produção agroecológica e sustentado numa profunda rede de cooperação e ajuda mútua, as famílias assentadas na região metropolitana produzem hoje mais de 420 mil sacos de arroz em casca, em 4.398 hectares, envolvendo 501 famílias, em 15 assentamentos localizados em 12 municípios.

Os conhecimentos gerados nestes processos se manifestam em diversas áreas. Do ponto de vista tecnológico na produção primária, muitos foram as técnicas desenvolvidas, indo desde o manejo d'água como forma de controle de plantas invasoras, insetos e doenças, até a produção de sementes próprias. Do ponto de vista da gestão, constituíram um alto grau de cooperação envolvendo grupos de produção locais, cooperativas locais, cooperativa regional, articuladas por um grupo gestor do arroz ecológico. Já do ponto de vista do processamento da produção e inserção nos mercados geraram novos conhecimentos como por exemplo o controle ecológico de insetos nas Unidades de Beneficiamento, o manejo das políticas públicas e a constituição de marca própria e selo comercial. O que dizer então do imenso esforço de certificação orgânica participativa em curso. As informações citadas já indicam a amplitude e grandeza da experiência em curso nos assentamentos do MST gaúcho, sendo talvez a maior experiência agroecológica e de cooperação agrícola deste movimento social no Brasil. Ali os assentamentos convertem-se em território, um produto "produzido" pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social, implicando na apropriação do espaço pelos sujeitos sociais que então territorializam esse espaço. Um território "usado". Daí decorre o fato de que o território sendo uma produção a partir do espaço e apoiando-se nele, converte-se num campo de poder, devido ao conjunto de relações que ali se desenvolvem. Compreendido como um instrumento de exercício de poder, este torna-se um importante critério para a definição do conceito de território, sendo as relações de poder o seu delimitador. Desta maneira, as práticas sociais e as relações delas decorrentes, remetem a experiência da organização do arroz ecológico a processos sociais de autonomia em contraposição aos processos de dominação política. Estas práticas espaciais das famílias assentadas, calcadas em relações simétricas de poder, com intensa participação social e profundos laços de solidariedade e cooperação, apontam tal experiência como expressões de práticas espaciais insurgentes, próprios de territórios dissidentes. Apesar dos êxitos

alcançados, esta experiência já indica limites que precisam ser superados. Um destes limites é a enorme dependência do mercado institucional, sobretudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), bem como da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Um outro limite, refere-se aos processos organizativos em curso e seu impacto na formação de uma consciência crítica das famílias envolvidas. Os grupos de produção existentes nos assentamentos, passam a ser o organismo de base que sustentam o processo de produção e de gestão da experiência. Esta forma organizativa (grupos de produção) rearticula as famílias no interior do assentamento em torno de processos centrados nas temáticas produtivas acentuando uma visão corporativa do movimento e do mundo, gerando motivações econômicas. Ao analisar estes aspectos, requer-se verificar se esta experiência efetivamente se sustenta como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista, gerando processos emancipatórios, não alienantes, centrados em princípios distintos do capital e que realmente ajudem as famílias a superarem os seus problemas de reprodução social, ajustadas aos recursos naturais por elas manejados, gerando formas de resistências e de identidades que redesenhe o seu território. O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica econômica, técnico produtiva e sócio organizativa dos assentados da região metropolitana de Porto Alegre, identificando elementos capazes de avaliar se esta alternativa de desenvolvimento baseada em novos princípios de produção e organização está gerando processos emancipatórios e configurações territoriais que permitam a resistência social.

Palavras-chave: Arroz ecológico, assentamentos, região metropolitana, resistência.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE: O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Elmer Agostinho Carlos De Matos

Rosa Maria Vieira Medeiros

A familiar rural moçambicana, ao longo do tempo, passou por processos de transformação para atender aos interesses dos sistemas políticos que dominaram o cenário político do país. Caracterizada por ocupar o espaço de uma forma dispersa, formando um tipo de povoamento a que Araújo (1989) a denomina por povoamento disperso com fraca densidade, a família rural desenvolvia uma agricultura itinerante, caracterizada pela mudança do espaço de produção em função da perda da qualidade do solo. Esse tipo de agricultura visava responder as necessidades internas dos grupos, sem necessariamente ter que colocar o produto no mercado para a comercialização. Em momentos de carência ou crise, a família rural recorria ao grupo familiar vizinho, na base de uma economia de afetividade. Com a ocupação efetiva do atual território moçambicano, a partir de 1920, quando o governo colonial conseguiu dominar e ocupar efetivamente o território nacional, iniciou-se um processo de incorporação da agricultura familiar aos interesses do capital colonial. Foi assim que o governo colonial decidiu manter o moçambicano diretamente ligado à agricultura e, produzindo para a sua subsistência e para o mercado (quer seja interno como externo). Uma das transformações a que ocorreu foi a organização espacial dos assentamentos, em que se passou para um povoamento disperso com relativa densificação, resultante da sua aglomeração em áreas de cultivo dominados pelos colonos imigrantes e por plantações.

Para manter esse tipo de povoamento o agricultor familiar era obrigado a vender a sua força de trabalho, já que a produção proveniente da agricultura familiar não era suficiente. Para que o agricultor familiar continuasse a trabalhar na agricultura e vendesse a sua força de trabalho, de uma forma barata, o Estado colonial criou alguns métodos de repressão, como o pagamento de imposto e do trabalho forçado. Com o alcance da independência, em junho de 1975, a FRELIMO enveredou por uma política social, econômica e até cultural que quebrasse todo e qualquer vestígio que lembrasse o período colonial e a sociedade tradicional. Uma nova forma de organização do espaço, tanto residencial como produtivo foi introduzido, materializada nas aldeias comunais e nas cooperativas de produção e de consumo. Foram criadas as condições para a transformação da população rural de um assentamento disperso para o agrupado, onde seria possível difundir a ideologia do partido, fornecer os serviços sociais que anteriormente eram excludentes para a maioria dos moçambicanos. As empresas agrícolas estatais foram definidas como o principal motor para o desenvolvimento rural. As cooperativas de produção seriam a segunda forma de socialização da produção, sendo para isso transitar-se de uma agricultura familiar, tida como responsável por gerar formas de exploração, remeter ao sistema capitalista e ser de difícil difusão das tecnologias. As políticas públicas aprovadas nesse período privilegiaram as cooperativas e as empresas estatais, por forma a eliminar a agricultura familiar. A política de socialização do campo não tomou em conta o período de colonização que acabou por formatar o camponês, colocando-o dentro das relações

capitalistas, mesmo que precariamente. Ao mesmo tempo, a política se esqueceu que a forma de povoamento que caracterizava a família rural era a dispersa e não o agrupado, como estava a ser implementado pelas aldeias comunais, em que o espaço residencial passa a ficar distante do espaço produtivo. O artigo tem como objetivo principal entender como as políticas públicas encararam o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Dar-se-á ênfase aos dois principais momentos da história de Moçambique, que se refletem no período pós-independência, com a implementação da política de socialização do campo e no período seguinte com a aplicação das políticas neoliberais. As análises a serem efetuadas terão como base a análise bibliográfica, recorrendo-se a autores nacionais e internacionais que escreveram sobre o assunto. Livros, artigos e relatórios de pesquisa serão consultados. Os resultados parciais indicam que durante o período de socialização do campo a agricultura familiar foi marginalizada em detrimento da agricultura desenvolvida pelos moldes coletivos, como as cooperativas de produção e as empresas agrícolas estatais. Dentro desse grupo, as empresas estatais foram as que mais investimento recebeu, sendo superior a 85%. Com a mudança da política econômica, aplicando-se as políticas neoliberais, que limitam a intervenção do Estado e movem o papel de direcionamento da economia do Estado para as forças do mercado, constata-se que o agricultor familiar é marginalizado em função do agricultor mais poderoso, isto é, com condições de investir. O Estado liberaliza a atuação dos diferentes tipos de agricultor, deixando-os competir livremente e acreditando que assim estarão em condições de aumentar a produção e com isso melhorarem a sua condição de vida. A lei de terras veio consolidar os interesses dos grandes investimentos e a precarização da segurança da posse de terra da família rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar, socialização do campo, Moçambique.

A VITIVINICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA: SUAS PERSPECTIVAS E REPERCUSSÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

Jaime Fogaça

Rosa Maria Vieira Medeiros

A vitivinicultura é praticada no Brasil em regiões de colonização italiana no sul do Brasil, e a Serra Gaúcha é o ícone dessa atividade. Em relação ao desenvolvimento da vitivinicultura em São Joaquim no estado de Santa Catarina, Cordeiro (2006), trata do cultivo recente de uvas viníferas em uma região sem qualquer tradição. Essa atividade foi implantada a partir de experimentos conduzidos pela EPAGRI em 1991, que demonstraram o potencial em virtude sobretudo do clima adequado à elaboração de vinhos finos. Além das questões históricas, físicas, econômicas e sociais abordadas pelo autor, o enfoque dos processos de cultivo, da qualidade e das perspectivas da cadeia produtiva no município contribuíram para o levantamento de questões presentes nessa investigação. Diante da abordagem sobre a identidade territorial que caracteriza a cadeia produtiva da vitivinicultura no Planalto Catarinense, Medeiros (2014), trás sua reflexão em torno da construção do conceito de território na perspectiva cultural. Na leitura do desenvolvimento territorial da atividade vitivinícola em Santa Catarina, essa abordagem caracteriza as expressões que registram naquele território a presença histórica, cultural e social da vitivinicultura. Nesse contexto, o território assume um novo paradigma que vai alimentar funções geográficas, sociais e políticas diante do desenvolvimento territorial da cadeia produtiva (Medeiros, 2014). Sendo assim, a identificação dos fatores que configuram o território da uva no Planalto Catarinense, constituem toda a base de sustentação não só do ponto de vista econômico, mas dos entraves que dificultaram e geram limites na região. Portanto, a leitura e a análise dessas funções requerem que a compreensão deste território passe por um filtro, através da pesquisa, a fim de verificar suas territorialidades no momento atual. O conceito de território de Milton Santos (2002) evidencia que o desenvolvimento territorial, não se apoia somente na dimensão econômica, mas também no diálogo com a realidade a ser investigada. Para o desenvolvimento dos aspectos de relevância da pesquisa aqui apresentada como intenção investigativa, outros conceitos serão apontados à medida que construirmos os passos de sua identificação e reflexão dos elementos centrais do tema. A definição de uma escala territorial mais específica e de desenvolvimento territorial da atividade de vitivinicultura no Planalto Catarinense, certamente não se resume só ao conceito de território e identidade, mas, sobretudo, numa ramificação conceitual e caracterizará as interlocuções dos sujeitos que povoam a área e do diálogo que se estabelece diante da realidade pesquisada. Cabe ainda ressaltar que as noções de tempo e espaço perfazem o escopo do tema, pois se trata de um estudo investigativo e reflexivo, portanto, necessário apontar os aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais que mais se destacaram e se destacam no cenário vitivinícola do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, a análise das políticas de desenvolvimento territorial e a vitivinicultura que se desenvolveram no estado de Santa Catarina, nas regiões de São Joaquim, Caçador e Campos Novos, buscam enfatizar as interramificações econômicas, os pressupostos culturais e os mecanismos que desencadearam a cultura identitária dessa cadeia produtiva no estado, diante do cenário de territorialidades. Sem dúvida as questões culturais que derivam da

atividade vitivinícola, são muito importantes no processo de análise territorial. A identidade da população com a atividade de vitivinicultura se entrelaça de tal forma que é difícil discernir os aspectos mais relevantes. No entanto, a relevância da pesquisa está em identificar como produtores das regiões que mudaram de atividade para sobreviver, mantêm uma relação com essa cultura. A busca por elementos que sustentem a elaboração investigativa se justifica em decorrência de haver não só uma mudança de atividade, mas também uma alternância de gerações que procuravam e procuram manter presente essa relação identitária entre a vitivinicultura e suas vidas. Quanto as perspectivas em relação ao desenvolvimento territorial e de sua territorialidade voltada a cadeia produtiva da vitivinicultura, a pesquisa procura abordar como os sujeitos envolvidos, produtores do campo e produtores na cidade, atuam nos diferentes ramos econômicos, e como que as interlocuções no campo cultural, social e político favorecem ou não o desenvolvimento da atividade nas regiões de produção de vitivinicultura no estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Vitivinicultura, desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Agência de Florianópolis. Superintendência de Planejamento. VITIVINICULTURA EM SANTA CATARINA: Situação atual e perspectivas. Florianópolis: BRDE, 2005b.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- CORDEIRO, Wilton Carlos. A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova atividade no município / Wilton Carlos Cordeiro – Florianópolis, 2006. 145 f., graf.; tabs.
- EPAGRI. Organização dos 1.500 produtores é prioridade. In S.C. AGRICULTURA E PESCA. Edição especial Gerência Regional de São Joaquim. Florianópolis: ano 2 – número 8 – julho /2004.
- _____. Normas técnicas para o cultivo da videira em Santa Catarina. Florianópolis, 2005. 67p. (EPAGRI. Sistemas de Produção, 33).
- FLORES, S.S; FALCADE, I.; MEDEIROS, R.M.V. Desenvolvimento territorial rural sustentável sob a perspectiva da vitivinicultura no Rio Grande do Sul. Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Disponível em <<http://www.alasru.org/>>. Acesso em 30 nov. 2014.
- FLORES, S.S; MEDEIROS, R.M.V. Ruralidades na compreensão dos territórios do vinho e sua identidade. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-19, fev., 2013.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade. Niterói: Editora da UFF, 1997.
- _____. O mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL. Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.
- MEDEIROS, R.M.V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M.A. & SPOSITO, E.S. [Org.] Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MEDEIROS, R.M.V. FACALDE, I. (orgs.). Expressões da re-territorialização do campo brasileiro. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.
- MELLO, Calos Cabral de. A presença do vinho no Brasil; um pouco de história. São Paulo: editora de cultura, 2004.

ROSA, Sérgio Eduardo da. Desafios da vitivinicultura brasileira. BNDES, Setorial Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: nº 19, p. 67 – 90, 2004.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Ed. USP.2002.

SANTOS, M; SOUZA, M.A; SILVEIRA, M.L. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. S.P., Editora Hucitec/ANPUR, 2002.

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



ASSENTAMENTOS RURAIS EM ELDORADO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Joel Luís Melchiors

Rosa Maria Vieira Medeiros

APRESENTAÇÃO

Os assentamentos rurais instalados em Eldorado do Sul pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, na passagem do século XX para o atual século, somam pouco mais de uma década de variação nas suas datas de instalação, sendo que o mais novo dentre eles possui apenas cinco anos de criação, atualmente são seis assentamentos no município, que faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e é vizinho à capital do Rio Grande do Sul (RS), Porto Alegre. Justifica-se o estudo desses impactos devido ao fato de Eldorado do Sul ser o município da RMPA com o maior número de assentamentos rurais atualmente.

O objetivo principal deste trabalho é mostrar os impactos econômicos e sociais, além do impulsionamento do desenvolvimento local, gerados pela criação dos assentamentos rurais em Eldorado do Sul. Como objetivos específicos destacam-se: identificar as similaridades e diferenças entre os assentamentos, perceber e identificar a ocorrência da melhoria da infraestrutura no município (escolas, postos de saúde, estradas), acarretada pelo desenvolvimento local; criar materiais de representação cartográfica dos assentamentos.

METODOLOGIA

Com base na análise de dados secundários - banco de dados de população e produção nos sites do IBGE, FEE, COOCEARGS e Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul - e na realização de entrevistas com trabalhadores rurais de todos os assentamentos alvo da pesquisa empreender-se-à análises comparativas do quadro produtivo do setor agropecuário do município antes da vinda dos assentados e no momento presente, para que sejam evidenciados possíveis impactos. Esta proposta está na sua primeira metade e tem um prazo de dois anos para ser concluída, a partir da observação e análise dos dados secundários serão formulados questionários de pesquisa para cada um dos assentamentos, com a realização a posteriori, de saídas a campo e visitas individuais aos agricultores assentados alvo da pesquisa. O primeiro assentamento instalado, o Integração Gaúcha, criado pelo Incra em 1998. É neste assentamento que encontra-se hoje de maneira mais avançada a questão da produção agroecológica e do cooperativismo (em comparação aos demais assentamentos de Eldorado do Sul), como pode ser verificado em trabalhos como o de Silva (2004) e o de Melchiors e Medeiros (2013). A organização neste assentamento ocorre nos chamados Grupos Gestores. Há o Grupo Gestor das hortas, o Grupo Gestor do leite e o Grupo Gestor do arroz (orgânico). É de grande importância verificar como está a situação dos coletivos nos outros assentamentos do município, pois o Integração Gaúcha é o mais antigo e consolidado deles, porém os assentamentos Apolônio de Carvalho e Fazenda São Pedro possuem mais famílias assentadas. Serão realizados levantamentos cartográficos das áreas de produção dos assentamentos durante as saídas de campo, com a finalidade de fornecer dados concretos sobre tais áreas e como estas estão sendo aproveitadas pelos agricultores assentados de Eldorado do Sul, além de, num momento

posterior, estes dados de mapeamento poder ser retornados aos agricultores e servirem, com a ajuda de técnicos agrícolas e do pesquisador, de materiais de embasamento e planejamento para safras futuras. Por último, a participação de muitos assentados nas feiras livres de Porto Alegre e Eldorado do Sul é uma das formas mais eficazes de se escoar a produção de hortifrutigranjeiros, leite e arroz destes agricultores. Sendo assim, os agricultores assentados começam a utilizar suas vantagens competitivas para venderem os seus produtos (hortigranjeiros, cereais, etc). Portanto, os "fixos" (propriedades e os meios de produção) e os "fluxos" (condições de produção, proximidade com o mercado consumidor e acessos a este mercado) serão de grande importância para um bem sucedido resultado. A forma como são realizadas estas feiras livres, para quem se vende os produtos e como os assentados sentem-se dentro desse processo estarão nas perguntas do questionários que será aplicado para os mesmos.

RESULTADOS PARCIAIS

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, este trabalho está voltado para uma pré-discussão: o fixo mais importante, a propriedade da terra, onde plantam, colhem e beneficiam a produção, assumirá um significado especial. A este espaço, que, de acordo com Raffestin (2011, p. 142), será o território, um local de decisões e tomadas de poder, e é decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos custos que acarreta para os atores. Portanto, o território é o local das ações dos assentados, ao qual ao longo da pesquisa buscar-se á saber se ocorreu alguma mudança na percepção da população de Eldorado do Sul, sobretudo da população urbana, sobre estes novos habitantes do município. Será trazido à baila se as repercussões territoriais desses assentamentos estão trazendo um impacto positivo ou negativo para a economia do município e como as pessoas de fora estão percebendo o desenrolar desse processo. A partir dos resultados que serão alcançados ao longo do desenvolvimento do trabalho se perceberá, tanto quantitativamente (dados de produção agropecuária, populacionais, de políticas públicas), tanto qualitativamente (percepção dos agricultores assentados da sua situação, impactos das políticas públicas in situ) mudou-se positivamente a realidade da zona rural (e também da zona urbana) do município de Eldorado do Sul.

Palavras-chave: Agricultores assentados, Eldorado do Sul, impactos locais, repercussões territoriais.

ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ ECOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL

Luiz Fernando De Carvalho Leal

Michele Lindner

Rosa Maria Vieira Medeiros

OBJETIVOS

Analisar a produção do arroz ecológico em assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) se apresenta como uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Sabe-se que a RMPA, economicamente caracterizada pela predominância de atividades urbanas ligadas aos setores secundário e terciário, apresenta um espaço rural amplo onde o destaque agrícola é para a produção de arroz. Esta produção tem participação importante na economia dos municípios além de ocupar uma área significativa de sua área rural. No entanto, os impactos ambientais decorrentes dessa atividade agrícola são em sua maioria avaliados como negativos e é justamente por essa razão que a produção de arroz ecológico dá uma nova dimensão a esses impactos. Nesse contexto, a produção do arroz ecológico trata-se de uma experiência inovadora, isso porque ao aderirem a essa nova prática produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos. Busca-se, com este trabalho, analisar estes impactos, comparar com outros tipos de produção que não são orgânicas e identificar como a relação entre agricultor e território se configura com uma produção orgânica em larga escala.

METODOLOGIA

A metodologia se baseou em saídas-de-campo em cada assentamento, com entrevistas buscando relacionar a produtividade, e como a experiência de produção orgânica têm influenciado na percepção territorial dos agricultores. Busca-se fazer esta relação em toda a RMPA aonde estão presentes estes assentamentos. A RMPA, formada por trinta e três municípios, registra a presença de assentamentos em nove de seus municípios, todos eles conquistados por famílias vinculadas ao Movimento Sem Terra – MST. Os assentamentos se localizam nos municípios de Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. A data de criação dos primeiros assentamentos corresponde a década de 1980, sendo que atualmente constituem um total de dezessete assentamentos, com 1.187 famílias instaladas.

RESULTADOS PARCIAIS

A experiência com o arroz ecológico na RMPA, teve início em 1999 quando foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos. Dez anos mais tarde, esta produção já contava com 211 famílias envolvidas, num total de 2104 hectares de terra distribuídos em oito assentamentos, cuja produção chegou a cerca de 180 mil sacas de arroz. A safra de 2010/2011 já contou com a

participação de 428 famílias assentadas produzindo o arroz ecológico na RMPA, em 3 881 hectares de terra de 11 assentamentos localizados em oito municípios. Atualmente aumentou o número de famílias engajadas na produção, embora a área tenha sido reduzida. A razão deste aumento de famílias está relacionada à construção de novas instalações nos assentamentos para o beneficiamento do arroz que vai desde a secagem até a embalagem do arroz à vácuo para comercialização. A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), sociedade cooperativa de prestação de serviços técnicos em áreas de reforma agrária, considera que esta cadeia produtiva do arroz ecológico se configura não só como a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil, como também a maior experiência em produção ecológica de arroz da América Latina. Esta observação possibilita afirmar que é viável, sim, a produção orgânica em grandes áreas como a que acontece nos assentamentos da RMPA. Portanto, essa experiência tem se demonstrado de grande importância não só para a RMPA, como também para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, visto que os impactos dessa transformação extrapolam o âmbito regional e passaram a servir de exemplo para outros produtores assentados que aderiram a prática da produção do arroz ecológico.

Palavras-chave: Agricultura orgânica, arroz ecológico, MST.

A CIRCULAÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL: O CASO DO MST, ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Solenn Lepeu

O Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) constitui um dos principais movimentos sociais brasileiros. Após sua criação no sul do Brasil em 1984, se expandiu para as outras partes do país. Além de sua longevidade, uma das suas características é que se trata de um movimento sócio territorial que reorganiza porções de espaços estabelecendo nesses locais novas práticas. As reivindicações do MST no princípio centrava-se no acesso a terra e a realização da reforma agrária, mas essas reivindicações foram gradualmente enriquecidas por outras reivindicações para a educação, o desenvolvimento da agroecologia, uma melhor justiça social e para a reivindicação da realização de uma reforma agraria popular. A reforma agrária popular procura reunir todos os setores da sociedade na luta contra o agribusiness e contra o controle das multinacionais sobre a agricultura brasileira insistindo sobre a necessidade da promoção da agroecologia. Os diferentes modos de ações do movimento são as marchas através do país, a ocupação de prédios, e especialmente a ocupação de terras que não cumprem a sua função produtiva da terra, visando a criação de assentamentos. O movimento constitui uma experiência singular de organização social ao longo do tempo. Permite as populações desterritorializadas, que perderam o seu acesso a terra, a encontrar um novo lugar de vida, se reterritorializar. Na Bolívia o Movimento dos Trabalhadores Camponeses e Indígenas Sem Terra (MST-B) foi criado em 2000. As ocupações de terra ocorreram início na província do Gran Chaco, situado ao sul do país, perto da fronteira entre o Paraguai e a Argentina, região que viu numerosos migrantes chegarem nos anos 1990. O Movimento Sem Terra boliviano tem origem num movimento regional nascido da preocupação de uma grande parte da população camponesa indígena das Terras Altas da Bolívia de poder acessar a terra. Os Quechuas e Aymaras sendo originários do departamentos de Chuquisaca e Potosi, eles migraram até as Terras Baixas do país para encontrar novos espaços de sobrevivência. A maior razão do êxodo das populações andinas estava de fato a impossibilidade para eles de acessar a terra nas comunidades de origem deles, por causa da diminuição de quantidade de terra nas Andes. A questão territorial é então o centro da reflexão e interesse da difusão do movimento do Brasil até a Bolívia. Essa difusão permite questionar a relação desse tipo de movimento, e das famílias que fazem parte desses movimentos. Essa análise será possível principalmente porque apesar dos movimentos existirem em contextos muitos diferentes, o padrão agrário no Brasil e na Bolívia tem muitos pontos em comum. Assim, a apresentação terá como objetivo de detalhar a circulação dos saberes e dos modos de organização entre esses dois movimentos, e de interrogar as diferenças e analogias na relação ao território que surgem da circulação do modelo do movimento do Brasil até a Bolívia, dentro dum padrão mais geral que questione a relação entre justiça e espaço, entendidos como processos dinâmicos e complexos que interagem os uns com os outros.

Palavras-chave: Território, justiça espacial, MST.

IMPLANTAÇÃO DA REDE DE POSTOS PLUVIOMÉTRICOS COMO SUBSÍDIO PARA O PLANEJAMENTO AGRÍCOLA NAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP.

Wilyan Rodrigo Luciano

Darlene Aparecida De Oliveira

Carlos Augusto da Costa Prochnow

INTRODUÇÃO

Este trabalho corresponde ao Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvido no Núcleo de Estudos Agrários, tendo como principal objetivo a implantação de uma rede de postos pluviométricos como subsidio para o planejamento agrícola nas propriedades rurais familiares de Rio Claro – SP, buscando - se fazer o monitoramento dos dados diários de chuva e assim sanar a falta de informações sobre a precipitação pluvial na área rural do Município de Rio Claro-SP, levantando-se também o potencial para multifuncionalidade, caracterizando os elementos internos e elementos externos do sistema agricultura nas propriedades rurais e apontando para a definição do potencial do capital sociocultural e econômico do grupo em questão, avaliando o processo de instalação dos pluviômetros em 15 propriedades ao longo do ano de 2013 e seu impacto nestas unidades.

OBJETIVOS

Diante do exposto para alcançar o objetivo proposto, foi necessário:

- Caracterizar os produtores envolvidos com o processo, procurando identificando o potencial econômico, cultural, empresarial e educacional do grupo;
- Caracterizar as propriedades agrícolas considerando: tamanho, atividade principal, nível de renda e investimentos, equipamentos existentes nas propriedades que permitam uma diversificação das atividades;
- Identificar quais os aspectos positivos e negativos da implantação dos pluviômetros no cotidiano da propriedade;
- Buscar uma avaliação dos produtores envolvidos com o processo;
- Levantar e sistematizar os registros e informações coletados em campo das unidades produtoras familiares permitindo a divulgação das mesmas.

MÉTODOS

A metodologia utilizada para a caracterização do potencial multifuncional das pequenas propriedades rurais em Rio Claro–SP seguiu várias fases:

- Consolidação do corpo teórico e conceitual fundamental, na qual realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as temáticas – paisagem rural, multifuncionalidade, impacto do clima na produção agrícola.
- O levantamento de informações, segundo técnicas de observação simples, registro em caderno de campo em visitas às 15 propriedades.

- Elaboração, teste e aplicação de formulários junto aos produtores rurais tendo como parâmetro as características ecológicas, demográficas e culturais de suas propriedades e famílias, caracterizando seus elementos internos (tríade produtor/propriedade/produção) e elementos externos (ecológico, econômico, político e demográfico-cultural);
- Levantamento de informações sobre as propriedades rurais com representantes dos órgãos públicos e entidades representativas;
- Organização de banco de dados com as informações levantadas;
- Transcrição das entrevistas;
- Tabulação dos dados;
- Análise dos resultados da pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO ou RESULTADOS ESPERADOS

A caracterização das propriedades e dos agricultores envolvidos deu-se através da aplicação de 11 questionários em campo durante os dias 10 e 11 de julho de 2014, a onde também foi possível obter a devolutiva em relação às medições realizadas no período de oito meses (nov./2013 – jul./2014), procurando identificar quais os aspectos positivos e negativos da implantação dos pluviômetros no cotidiano das propriedades; buscando uma avaliação destes produtores, além de melhorar o planejamento das atividades agrícolas, permitindo estimar a precipitação pluviométrica, melhorando o manejo das culturas irrigadas nas propriedades rurais. Deparou-se nas visitas realizadas com propriedades fechadas, vazias e oposição de alguns residentes em responder os formulários. Os trabalhos realizados em campo possibilitaram uma maior obtenção e interpretação das informações coletadas, dando a capacidade de caracterizar os produtores rurais envolvidos com o projeto, tendo como parâmetros as características ecológicas, demográficas, econômicas, sociais e culturais de sua propriedade e família.

Tendo em vista que é preciso um longo período de tempo para chegar a conclusões e definições sobre o regime de chuva, os principais resultados encontrados nessa pesquisa foram:

- Envolvimento da família do agricultor (a), o sentimento de valorização do mesmo e a busca de compreensão para a realização das medições e como interpretá-las;
- Utilização das medições para realização de ações na propriedade;
- Correlação das informações das cotas altimétricas através do uso de GPS em relação aos dados pluviométricos obtidos através das medições realizadas pelos agricultores.
- A partir das medições e de aplicação de questionário foi criado um banco de dados, além de mapas e croquis.
- Interesse por parte dos agricultores em dar continuidade nas realizações das medições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação dos pluviômetros no campo é de grande valia para o agricultor e estudiosos do clima, pois com o conhecimento da precipitação da chuva em cada localidade entre outros parâmetros meteorológicos auxiliaram nas decisões sobre a época de plantio, tipo de lavoura, escolha de semente e adubação, permitindo ainda sabermos o nível do lençol freático, assim, a obtenção de melhores resultados ao final da colheita. Por isso, é importante que sejam observadas a correta instalação do equipamento, bem como a devida coleta dos índices pluviométricos, para assegurar a confiabilidade dos dados para a geração dos mapas e análise dos mesmos.

Palavras-chave: Agricultura, Climatologia, Pluviometria.

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



CONFLITOS E PRÁTICAS DE GESTÃO DA ÁGUA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM UBERLÂNDIA - MG

Alison Nascimento Teixeira

João Cleps Junior

A temática do uso da água na atualidade vem promovendo inúmeros debates e opiniões diversas. Com a expansão das técnicas do sistema capitalista de produção, os bens naturais são cada vez mais explorados e quem tem controle sobre o território onde os mesmos se encontram tem também o poder de decisão e gestão sobre os mesmos. O uso da água para fins econômicos gera conflitos, pois, alguma entidade se apropria desse recurso, que é um bem natural, e acaba transformando-o em recurso hídrico, um bem pago. O projeto de extensão “Conflitos e Práticas na Gestão dos recursos Hídricos em assentamentos de Reforma Agrária” trata a questão da água nos assentamentos de Reforma Agrária na mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. O Triângulo Mineiro e Uberlândia-MG é considerada como uma região de avanço da produção intensiva de monoculturas, como é o caso da soja, cana de açúcar e milho, favorecidas principalmente pela localização e condições naturais. Como em muitas outras regiões do país, os camponeses foram expulsos de suas terras pela monocultura, se deparam com um dilema, modificar seu modo de vida para ou se inserir na lógica imposta pelo território do agronegócio. Grande parte dos agricultores migrou para o meio urbano, já que não viam no campo uma perspectiva de continuar produzindo. Em contrapartida, pequenos grupos se articularam em movimentos sociais de luta pela terra sendo que atualmente existem 15 assentamentos de Reforma Agrária no município de Uberlândia, demonstrando a particularidade dessa região que enfrenta um grande problema de acesso à terra pelos camponeses. A problemática de pesquisa envolvendo o problema da água nas áreas de agricultura familiar foi proposta por haver na região uma grande concentração de Projeto de Assentamento Rural (PAs) que sofrem cotidianamente com problemas relacionados com recursos hídricos. Numa região de agricultura altamente modernizada e de forte ação do agronegócio, em geral os estudos acabam privilegiando ações e resolução dos conflitos entre os grandes capitais (irrigantes) e em específico no âmbito da agricultura empresarial. Assim, a pesquisa visou estabelecer uma relação que dê subsídios para a formulação de políticas públicas e melhor utilização dos recursos nas comunidades de agricultores assentados pela Reforma Agrária. O presente trabalho é resultado da pesquisa concretizada pelo projeto de extensão “PEIC 2013: Conflitos e Práticas de Gestão da Água em Projetos de Reforma Agrária na Região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba”, que foi desenvolvida no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia no período de julho de 2013 a agosto de 2014, apoiado pela PROEX/ UFU. A metodologia adotada na pesquisa contou com duas etapas: a primeira consistiu em uma revisão bibliográfica, procurando outras experiências em projetos que trabalharam com tema parecidos, na primeira etapa também fizemos a análise de dados sobre conflitos pela terra e pela água na região de Uberlândia, dados da rede DATALUTA. A segunda etapa foi construída através de visitas a campo, onde foi possível ter contato direto com o problema estudado, facilitando assim a elaboração de propostas que poderão ajudar os moradores das comunidades rurais. As pesquisas de campo trouxeram à tona diversos aspectos da problemática levantada preliminarmente, os

problemas encontrados e denunciados por diversos trabalhos em outras regiões do Brasil se repetem nos assentamentos de Uberlândia. Nos assentamentos visitados foram encontradas várias limitações na estrutura para recursos hídricos: quando o problema não é no encanamento, é na caixa d'água, impossibilitando o uso dos equipamentos. Os camponeses reclamam da falta de auxílio por parte das entidades governamentais, principalmente as responsáveis pela execução das obras de assistência técnica. Alguns agricultores precisam retirar dinheiro do próprio bolso para fazer trabalhos estruturais nos assentamentos, comprometendo todo o planejamento feito para sobreviver, já que não são dadas muitas oportunidades para esses assentados. Conseguimos sistematizar vários dados, dentre eles os problemas enfrentados em relação a água, esses dados podem servir de base para outros trabalhos e também para a criação de instrumentos para uma melhor existência dos assentamentos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Assentamentos de Reforma Agrária, Disputa pela Água.

“CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS: ESTUDOS DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA”

Daise Jesus De Moura

INTRODUÇÃO

O banco de dados da luta pela terra (DATALUTA) contribui para uma importante fonte de dados e informações quantitativas e qualitativas para a compreensão das realidades e cenários criados a partir da luta pela terra, no sentido de apreender as experiências políticas e lutas sociais que se desenvolvem no campo brasileiro e em Minas Gerais. O DATALUTA vem sendo organizado desde 2005 e assume importância na medida em que tem sido utilizado como subsídio para elaboração de políticas públicas e pesquisas vinculadas à questão agrária brasileira. A proposta pauta-se na necessidade do registro e sistematização da realidade da luta pela terra, em especial no estado de Minas Gerais, enfatizando a atuação dos movimentos socioterritoriais, que se desenvolvem por meio dos conflitos agrários, afirmando assim o seu lugar social no campo brasileiro.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho é analisar o contexto da luta pela terra no Brasil e no estado de Minas Gerais a partir dos dados registrados pelo DATALUTA, bem como considerar as contribuições desta pesquisa para os estudos agrários.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica acerca dos principais temas abordados, destacando-se as ocupações de terras, as manifestações, os movimentos socioterritoriais e a reforma agrária. Os dados utilizados foram retirados dos registros da pesquisa Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (1988-2011). Em complemento aos dados, as representações gráficas e cartográficas que auxiliam a visualização das ações das ocupações de terras e das manifestações.

RESULTADOS

A concentração fundiária é tida como um dos principais indicativos da desigualdade, social, econômica e política, do país. Isso porque se há terras concentradas nas mãos de minorias, tal fato é possível através de políticas estatais que favorecem essa pequena porção da população, detentora de riqueza e poder, possibilitando assim a manutenção das grandes propriedades privadas. As constantes disputas territoriais no Brasil têm demonstrado quanto ainda é significativa a desigualdade social do país, pois impera por parte da sociedade e políticas públicas a visão sobre o desenvolvimento do campo se faz principalmente a partir da expansão do agronegócio. Entretanto, entendemos que o agronegócio basicamente vai à contramão do desenvolvimento do campo, visto que se faz parcial, e como muito alegado, voltado para uma minoria. Desse modo, o desenvolvimento do campo se limita ao se esbarrar na grande propriedade.

CONCLUSÃO

No estado de Minas Gerais, como em todo território brasileiro, é a partir principalmente das ocupações de terras que se efetiva a criação dos assentamentos rurais. É a pressão frente ao governo e contra o controle territorial pelo agronegócio. Soma-se ao processo de lutas no campo, as manifestações sociais através de suas diferentes formas de reivindicações pelos movimentos sociais. Estudos como o DATALUTA são de fundamental importância pois sistematizam e divulgam os dados sobre a luta pela terra que servem de base para vários estudos e criação de políticas públicas.

Palavras-chave: Minas Gerais, Luta pela Terra, DATALUTA.

DA RESISTÊNCIA À CONQUISTA DA TERRA: AS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS

Fabiana Borges Victor

Este trabalho versa sobre as manifestações de luta pela terra no início do século XXI, empreendidas pelos movimentos sociais do campo no estado de Minas Gerais, tendo como fonte de dados o Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Objetivamos elaborar uma tipologia a partir das formas de ação, das reivindicações levadas à discussão e dos espaços apropriados pelos movimentos. Entendida como dimensão da questão agrária atual, a manifestação é uma fundamental estratégia de ação diante dos problemas enfrentados pela população do campo, que percebe as possibilidades de mudança a partir das contestações ao modelo de desenvolvimento vigente pautado no agronegócio. Foram tratados os dez tipos mais frequentes de manifestação. As ações identificadas como concentração em espaço público são promovidas em diferentes localidades contidas de reivindicações distintas, reunindo expressivo número de pessoas em frente a órgãos governamentais, empresas, praças e avenidas. São exemplos, ato contra a impunidade na Chacina de Unaí (2010); protesto por segurança e reforma agrária (2009), contra o Massacre de Felisburgo (2012), entre outros. O segundo tipo é a ocupação de prédio público, registrando em Minas Gerais ocupações em prédios do INCRA (2006, 2011), Assembleia Legislativa (2011), Ministério Público (2012), entre outros. Esta se caracteriza pela ocupação de órgãos representativos, por exemplo, o INCRA, responsável pela desapropriação de áreas e pelo assentamento das famílias. Muitas vezes o objetivo dos manifestantes é promover uma reunião com os representantes, e com esta realizada ou agendada, finaliza-se a manifestação. Perfazendo 12% do total, o bloqueio de rodovia é uma forma de protesto que visa interditar a passagem de pessoas e veículos, um importante modo de adquirir visibilidade, sobretudo pela mídia. Dentre este tipo de ação configuram-se também os bloqueios de avenida realizados nas cidades. Já a manifestação do tipo temática trata de ações correspondentes às pautas de reivindicações estabelecidas pelos movimentos, tais como o Dia do Trabalhador Rural, Grito da Terra Brasil, Dia Internacional dos Atingidos por Barragem, entre outros. Conforme Pereira (2011), o objetivo dessas ações é mostrar à sociedade e ao governo a pauta nacional do movimento. Agrupamos os tipos caminhada, marcha e romaria por se constituírem de manifestações em movimento que percorrem distâncias predeterminadas, instituindo espaços políticos de diálogos, denúncias e reivindicações. A marcha difere da caminhada, definida para percursos mais longos. A romaria indica ações mais específicas, como a Romaria das Águas e da Terra, de cunho religioso. O tipo acampamento consiste na formação de acampamento em espaços públicos ou em frente a órgãos governamentais e empresas privadas nas cidades, por um curto período, a fim de pressionar as instituições e o poder público. Os últimos tipos de manifestação tratados são a ocupação de prédio privado e ocupação de agência bancária. Estas são as instituições financiadoras de crédito, e comumente são alvos de manifestações que visam o refinanciamento de dívidas ou a liberação de recursos aos assentamentos. Como afirma Pereira (2012), as ações em agências bancárias são específicas para resolver problemas financeiros e tiveram como alvos os principais bancos oficiais federais na maioria das vezes. Quanto à ocupação de prédio privado, estes espaços representam os

interesses capitalistas contra os quais os movimentos se posicionam. São corporações que produzem monoculturas para exportação; construtoras de grandes projetos nas áreas rurais; ou empresas que causam a degradação ambiental sem se preocupar com os recursos naturais ou com a população local. Por meio do presente estudo buscamos, portanto, contribuir para o debate das transformações do campo e da realidade agrária a partir das manifestações no processo de luta pela terra.

Palavras-chave: Manifestações, Luta pela terra, DATALUTA.

GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: ANÁLISES A PARTIR DAS PESQUISAS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

Heitor Nascimento Mendes

Marcelo Cervo Chelotti

A presente pesquisa PIBIC/FAPEMIG, é parte de um projeto de maiores intenções, onde contribuiremos com o levantamento de dados referentes à incorporação da Agroecologia nas recentes pesquisas de Geografia Agrária, buscando entender as interfaces entre esses dois campos do saber: A Geografia e a Agroecologia. Tem-se como objetivo principal Analisar a incorporação da Agroecologia nas pesquisas realizadas na Geografia Agrária a partir dos Anais do ENGA e SINGA. Para atingirmos tal objetivo central elencamos três específicos: a) Identificar o início da discussão sobre a Agroecologia (novo paradigma) dentro do campo de conhecimento da Geografia Agrária – Processo de ecologização da agricultura. (Hespanhol, 2008); b) Analisar nos artigos publicados nos principais eventos da área – ENGA e SINGA – quais as temáticas sobre Agroecologia predominaram em cada um, tendo em vista que possuem propósitos teórico-metodológicos distintos; e c) Detectar nas pesquisas realizadas quais são os principais autores utilizados na discussão sobre Agroecologia e qual sua real concepção sobre ela. Enquanto estratégia metodológica definiu-se as seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico sobre a Revolução Verde e suas consequências para o campo brasileiro;
- Levantamento bibliográfico sobre a Agroecologia, sua importância e as inter-relações com o campesinato e a geografia agrária;
- A partir da discussão literária, realizar levantamento documental nos Anais dos principais eventos científicos da Geografia Agrária;
- Organização e sistematização das informações coletadas em planilhas, criando quadros analíticos;
- Produção do relatório final contendo as informações coletadas, sistematizadas, analisadas e devidamente interpretadas.

Como a pesquisa teve início em Março deste ano, algumas etapas já foram concluídas, e já podemos identificar um aumento do número de palavras-chave utilizadas e dos autores citados no decorrer dos eventos. Entre as palavras-chave mais recorrentes estão exatamente Agroecologia, agricultura alternativa, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável e modernização da agricultura. Dentre os autores citados, há também um aumento nas últimas edições, comprovando mais uma vez como a temática vem sendo trabalhada de forma mais abrangente e numerosa com o passar dos anos. Autores como ALTIERI e CAPORAL estiveram presentes nas citações de forma mais significativa, porém, autores como HESPANHOL, GLIESSMAN, CANDIOTTO e outros, foram recentemente mais citados e demonstram a atual abrangência da temática. A partir dessas primeiras análises dos trabalhos, identificamos alguns pontos importantes que apontam para uma mudança no cenário agrícola nacional, havendo a necessidade política de apoio ao pequeno produtor, a diminuição do uso de pacotes tecnológicos injustificáveis, bem como a preocupação com a natureza, com a sustentação da vida, é o que pode ser observado nessa transição agroecológica pós década de 1980. Assim, fica-se clara a importância de buscarmos compreender

como a Geografia está incorporando a discussão da Agroecologia em suas pesquisas, pois entendemos ser esta a grande mudança necessária para o campo, ou seja, a transição possível para uma melhor convivência entre homem e natureza, e esses resultados já demonstram tal aspecto.

Palavras-chave: Agroecologia, Anais, Geografia Agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA, 1989.
- BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.;
- BALESTRO, M. V. (Org.). Agroecologia: os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-16.
- CHELOTTI, M.C. Agroecologia em assentamentos rurais: estratégia de reprodução camponesa na Campanha Gaúcha (RS). Agrária: revista do laboratório de Geografia Agrária USP. São Paulo, v.7, jul/dez 2007, p.94-118
- EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. Brasília/DF, maio de 2006. (Impresso).
- FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 34-41.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Agroecologia: Limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136."

PERFIL SOCIOECÔNOMICO E FUNDIÁRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA-MG

João George Moreira

Bruno Maia

João Cleps Junior

O município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, é considerado extremamente estratégico para o agronegócio nacional devido a vários fatores, como malha rodoviária interligada a todas as regiões do país, proximidade dos centros produtivos de commodities e presença de grandes empresas transnacionais de insumos agrícolas. Essa condição, associada à política agrícola patronal sedimentada ao longo das décadas, fez com que Uberlândia se constituísse numa região de fortalecimento dos problemas fundiários e sociais do campo, como a concentração de terras e a exclusão social dos menos integrados à agricultura moderna. Por outro lado, também há forte presença de agricultores familiares, e de movimentos de luta pela terra extremamente atuantes, com 16 assentamentos de Reforma Agrária e vários grupos acampados, que reivindicam o direito à terra para trabalho. Esses grupos têm demonstrado, ao longo dos anos, muitas dificuldades em se integrar aos mercados, devido a falta de estímulo político e à dificuldade de se associarem de maneira efetiva. Dentre as políticas públicas destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi instituído em 2003 por meio do Artigo 19 da Lei 10.696, com o intuito de incentivar a agricultura familiar e garantir o acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como permitir a formação de estoques e a garantia dos preços dos produtos da agricultura familiar. Existem cinco modalidades para o PAA, estando Uberlândia integrada à modalidade de compra com doação simultânea, que possibilita atualmente, uma cota de venda de R\$ 6.500,00 para cada agricultor familiar por ano. Atualmente, Uberlândia possui por volta de 250 agricultores inscritos no programa. O objetivo deste estudo é o de caracterizar os agricultores de Uberlândia, fornecedores do PAA, sob alguns aspectos relacionados à questão fundiária e socioeconômica. Para a realização das pesquisas, foi feito um levantamento onde foram entrevistados 168 agricultores do PAA, que responderam a algumas questões, tais como: condição de posse da terra, área total da propriedade, acesso ao Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em qual modalidade e se comercializa no CEASA (Centro Estadual de Abastecimento) e em outros mercados. Procedeu-se à tabulação dos dados alcançados, para estudo de estatística descritiva. Com relação à condição de posse da terra, 57,1% são os assentados de reforma agrária (concessão de uso pelo INCRA), sendo os 42,9% restantes pertencentes às outras condições de posse e propriedade, a que convencionaremos chamar de não assentados (26,2% proprietários; 10,1% arrendatários; 3,6% comodatários, que utilizam gratuitamente a terra com autorização do proprietário; 2,4% meeiros e 0,6% não conseguiram definir sua condição). A área das propriedades varia entre 2 e 77,8 ha, sendo a média geral de 19,4 ha. A média de área entre os assentados é de 17,8 ha, e entre os não assentados, de 21,4 ha. A maior área de assentados é de 28 ha, e 77,8 ha de não assentados. Ressaltando que o módulo fiscal em Uberlândia é de 20 ha, sendo 80 ha o máximo para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf

(DAP). Dos entrevistados, 69,6% já haviam acessado o Pronaf, e 30,4% não. Essa proporção manteve-se praticamente a mesma, tanto para assentados, quanto para não assentados, porém, arrendatários e comodatários acessaram o Pronaf em proporção menor, e proprietários tiveram mais de 80% de acesso ao Pronaf. Dentre os que acessaram crédito do Pronaf, a modalidade mais acessada foi de Investimento, em 47,0% dos casos. 29,9% acessaram a modalidade de custeio e 18,8% acessaram os dois. 4,3% não souberam definir a modalidade que acessaram. Aqui encontra-se uma diferença marcante entre assentados e não assentados, pois que, dos que acessaram Pronaf, entre os assentados, 71,6% acessaram apenas do tipo investimento, enquanto que entre os não assentados, 56,0% acessaram apenas de custeio. Essa situação ocorre devido ao fato de os assentados terem iniciado seus empreendimentos sem infraestrutura mínima, demandando investimento, enquanto que as outras modalidades de posse, como os proprietários, já possuem empreendimentos instalados na área há mais tempo, servindo o crédito para manutenção dos mesmos. Dentre os entrevistados, apenas 39,3% comercializam seus produtos no CEASA, não havendo diferença considerável entre assentados e não assentados. Os agricultores do PAA de Uberlândia não apresentam grande proporção de comércio em outros mercados, tendo ao todo, apenas 25,0% de participação. Fato preocupante, pois, além do PAA, poucos mercados estão sendo acessados por eles. Assim, o PAA tem se mostrado uma alternativa de inserção econômica aos agricultores familiares do município de Uberlândia, porém, não tem sido suficiente para cumprir esse papel, estando os mesmos ainda excluídos de melhores possibilidades econômicas e sociais, ou forçados a desempenhar outros trabalhos, para agricultores patronais ou mesmo na cidade.

Palavras-chave: Políticas públicas, segurança alimentar, Pronaf.

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DATALUTA PARA UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES NO PERÍODO DE 2000-2014

Márcia Carolina Silva

O Brasil traz no campo as heranças deixadas por seus colonizadores, grandes latifúndios em mãos de poucos que cultivam o que querem e da maneira que acreditam ser melhor. No processo de desenvolvimento do país foi, apenas nas últimas décadas que o campo ganhou visibilidade, não apenas em termos de modernização, mas nas lutas sociais. Frente a isto, os movimentos sociais do campo estão se rearticulando e tentando ganhar cada vez mais visibilidade para sua luta que é principalmente a Reforma Agrária, que vai além da distribuição de terra, trata-se de uma reestruturação econômica, social e política do país e de sua população. Em Minas Gerais, a compreensão da questão agrária e dos conflitos socioterritoriais, exige o estudo e análise das ocupações de luta pela terra, promovidos pelos movimentos sociais atuantes. As ocupações de terras são compreendidas como ações políticas coletivas das famílias que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, originando uma série de reivindicações, denunciando as falhas cometidas pelo governo nas propostas voltadas para o campo; a expropriação do camponês para a expansão do agronegócio; a lentidão nos processos de desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e principalmente a violência cometida contra os trabalhadores e integrantes dos movimentos sociais. Analisando esses elementos os setores sociais organizados no campo compreendem que para modificar a atual correlação de forças e prosseguir com os avanços na luta contra o modelo político neoliberal e na melhoria na condição de vida no campo o principal caminho é a ocupação, que faz da reforma agrária um amplo debate, a partir dos movimentos sociais e a sua estratégia de luta em massa. Ao propor esta discussão, são colocados em evidência elementos essenciais e estratégicos que possibilitam a continuidade da luta pela terra e na terra, em favor da Reforma Agrária e contra a atual e histórica concentração de terras gerada principalmente pelo agronegócio, tanto em Minas Gerais quanto em todo território nacional. Promovendo tal abordagem, o Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA iniciou a sistematização de dados referente às ocupações em 2009, realizando o levantamento de dados das informações em Minas Gerais e em outros estados como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Espírito Santo e Mato Grosso. O Projeto em questão desenvolve uma base de dados da questão agrária em Minas Gerais a partir das categorias manifestações, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos sociais e recentemente vem discutindo a questão da estrangeirização da terra, tornando-se este último também uma importante categoria de análise. Deste modo, através dos dados da pesquisa DATALUTA, tem sido possível identificar e espacializar a ação dos movimentos sociais no estado de Minas Gerais e Triângulo Mineiro e, por outro lado, compreender a problemática da Reforma Agrária e o grau de intensificação dos conflitos no campo brasileiro. Assim, a preocupação central do artigo é a de disponibilizar as diferentes informações que envolvem a tipologia de ocupação de terras, no Brasil, com ênfase em Minas Gerais, no período que se compreende entre 2000-2014. A partir dos estudos realizados na Rede DATALUTA, analisamos as transformações recentes no cenário de luta pela terra e a questão agrária, com o intuito de se contribuir na compreensão das

ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais no campo em Minas Gerais, por meio da quantificação, qualificação e compreensão das reportagens registradas no acervo da Rede DATALUTA, juntamente com os dados obtidos pela CPT. Assim, de contrapartida podemos afirmar que o período temporal o qual o artigo possui o intuito de compreender as dinâmicas de ocupação em Minas Gerais, der, é possível afirmar uma mudança nas dinâmicas que envolvem tal tipologia de ocupação, tendo uma queda de 72% nos últimos anos, tais aspectos podem ser justificados por políticas assistencialistas e as medidas que foram implementadas por alguns governos, como a medida provisória 2109-52, que foi criada no governo FHC. No entanto a queda das ocupações não significa um enfraquecimento dos movimentos, as ocupações ocorridas em Minas Gerais 2000 - 2014, com base na Rede DATALUTA, nos permitem espacializar à luta mostrando onde estão os focos dos conflitos socioterritoriais, sendo ainda um modo dos movimentos sociais, combaterem diretamente as contradições presentes no sistema.

Palavras-chave: Conflitos Socioterritoriais, Luta pela Terra, Ocupações

POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEL EM MINAS GERAIS

Natália Lorena Campos

Muito é discutido em relação à expansão canavieira no país e como essa produção é vista como forma de solucionar os problemas relacionados a matriz energética brasileira. O etanol é considerado uma opção energética renovável, em substituição ao petróleo, o que faz com que sua produção seja incentivada pelo Estado. Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em apresentar as principais políticas de estado no setor sucroenergético e a importância dessas políticas para a disseminação do etanol. Temos como foco a atuação das políticas em Minas Gerais, onde a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba concentra as principais usinas no estado, num total de 49 usinas (2014), sendo que 28 estão localizadas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Partindo do desenvolvimento agroindustrial canavieiro e as sucessivas crises neste cenário, buscamos por fim demonstrar a atual configuração do setor sucroenergético, seus avanços e retrocessos no cenário nacional. Metodologicamente, nossa pesquisa foi construída a partir de estudos relacionados as políticas públicas para o setor canavieiro, fontes de dados/reportagens veiculadas em jornais e boletins referentes ao setor, que colaboraram para a compreensão da atual configuração agroindustrial canavieira em Minas Gerais. A medida em que a cana-de-açúcar migrou da região Nordeste adentrando os territórios do Centro-Sul do país, a partir do desenvolvimento agroindustrial canavieiro, o Estado brasileiro intensificou a criação de políticas públicas que suprimissem as necessidades dos empresários do agronegócio e a disseminação do etanol como fonte de energia renovável. Além das políticas de âmbito nacional, sendo a principal o Proálcool (1970-1985), foram criadas políticas regionais e estaduais atendendo às necessidades de cada localidade, como o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO (1975) e Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER (1978) que tiveram como objetivo acelerar o processo de transformação espacial das regiões atingidas, com investimentos em infraestrutura que permitiram a difusão do agronegócio em áreas de Cerrado. Os investimentos nas áreas de Cerrado intensificaram a concentração fundiária e luta pela terra, além de não ter ocorrido de forma igualitária em todos os municípios do Triângulo Mineiro. A maioria dos municípios da região que ficaram de fora do pacote tecnológico decorrente desses programas na década de 1980, encontraram no processo de expansão canavieiro uma forma de integração a economia agroindustrial. O espaço agrícola regional, que antes era marcado pela cultura de grãos e pecuária, segue agora cada vez mais tomado pelas lavouras canavieiras. Ainda na década de 1970, o Proálcool teve significativa importância em suas diferentes fases, e foi a principal política voltada ao setor a fim de difundir o etanol na matriz energética brasileira. A partir da criação do Proálcool houve uma intensa difusão de usinas pelo país. A expansão canavieira em Minas Gerais ocorreu, por exemplo, com maior vigor durante a década de 1980, amparada também por políticas específicas para o desenvolvimento do Cerrado. No mesmo período, temos também uma intervenção estatal a fim de modernizar os canaviais nordestinos, porém, essa intervenção não obteve êxito, pois a inserção de maquinário no processo produtivo impediu que a produtividade do setor aumentasse, além do descrédito dos senhores-de-engenho que perderam o controle sobre a totalidade do complexo produtivo do açúcar, base do poder político e econômico desses agentes

(VIAN, 2003). Nesse contexto, a região Centro-Sul começou a receber suas primeiras unidades de produção e áreas de cultura da cana-de-açúcar. Como forma de incentivar o setor, o IAA junto ao governo federal criou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar – PLANALSUCAR para renovar as variedades de cana produzidas no país. Nesse sentido, a importância da relação indústria e agricultura permitiram o sucesso da produção do etanol graças aos subsídios creditícios e incentivos fiscais. Durante o Segundo Choque do Petróleo (1979), esse mais significativo em relação ao seu impacto negativo, houve uma maior necessidade na produção de álcool combustível com foco maior para a produção do hidratado. Como políticas para o setor foram criados o Conselho Nacional do Álcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL como organismos para agilizar o Proálcool. Os créditos de subsídios continuaram e foi estipulada uma produção de 60 mil litros/dia para as destilarias continuarem recebendo os subsídios. A extinção do IAA na década de 1990, foi a primeira medida de desregulamentação promovida pelo Estado que envolvia o setor, e mais tarde a liberalização dos preços dos seus produtos. Houve uma estabilidade da produção e descrédito do setor devido a falta do álcool, o que fez com que muitas usinas quebrassem e outras mudassem o foco de produção para o açúcar. Diante as sucessivas crises que acometeram o setor nos anos 1990 e 2000, tendo como a mais importante a crise de 2008, o setor sucroenergético enfrenta contratempos econômicos e financeiros e ausência de uma política setorial direcionada fizeram com que muitas usinas e produtores quebrassem. Muitas usinas tiveram grandes perdas cambiais e aumentaram muito o seu endividamento. Descapitalizadas, a saída encontrada por elas foi reestruturar-se financeira e societariamente, abrindo as portas para o capital estrangeiro. Segundo o Relatório da rede social de justiça e direitos humanos (2012), a crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no mercado de terras no Brasil. Porém, o movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agrocombustíveis.

POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: AVALIAÇÃO E ALTERNATIVAS DE USO DA ÁGUA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS

Raquel Do Nascimento Neder

OBJETIVOS

A pesquisa, de maneira geral, buscou sistematizar os dados sobre as condições socioambientais dos assentamentos selecionados para o estudo e estabelecer uma relação que dê subsídios para a formulação de políticas públicas e melhor utilização dos recursos hídricos nas comunidades de assentados pela Reforma Agrária. Ainda, buscou-se analisar como as comunidades dos projetos de assentamentos localizados no município de Uberlândia estabelecem as formas de gestão em relação ao uso da água e como estas são direcionadas por legislações públicas de órgãos vigentes, além de identificar as regras internas constituídas, as formas coletivas de gestão (formal ou informal), compreender e identificar os tipos de auxílios disponíveis – técnicos agrícolas, voluntários, entidades particulares) fundamentais para o apoio e transmissão de conhecimentos técnicos á respeito das formas adequadas de gestão dos recursos hídricos nas áreas que estão instalados os assentamentos rurais. Desta maneira, através das pesquisas realizadas pelo projeto, buscamos analisar como ocorre a gestão dos recursos hídricos nos projetos de assentamentos rurais, os conflitos que abrangem esta prática, assim como as problemáticas que envolvem a dinâmica do contexto agrário na região e as políticas de reforma agrária no âmbito da importância da segurança alimentar, somente possível através da gestão economicamente viável e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos em projetos de assentamentos rurais.

METODOLOGIA

Propomos como principais procedimentos metodológicos o envolvimento nas discussões e consultas em órgãos ligados à política fundiária e ambiental, incluindo as instituições-parceiras, e com os assentados pela Reforma Agrária. Por conseguinte, foram realizadas entrevistas com representantes de entidades ligadas às questões da água e agricultura, com o objetivo de analisar como os diferentes setores da sociedade lidam com a questão dos conflitos sócio-territoriais existentes na mesorregião. Completando a pesquisa empírica e obtenção de dados primários, foi de suma importância os trabalhos de campo realizados nos projetos de assentamento rural de Uberlândia e região, estabelecendo contato direto com os produtores e suas representações (Associações, cooperativas etc.), de modo a explorar o contexto local sobre a questão ambiental em geral e a questão da água.

RESULTADOS FINAIS

Os estudos realizados durante o desenvolvimento da presente pesquisa evidenciam uma população rural que vive uma escassez de recursos financeiros e de acesso á conhecimentos tecnológicos que não a permite que sejam buscadas novas e eficientes formas de manutenção dos recursos hídricos dentro dos assentamentos rurais. Os principais problemas ambientais causados por um gerenciamento inadequado deste recurso, tendo como o fator mais urgente em termos de

necessidade de solução são os seguintes: falta de proteção das fontes de água e do solo contra a contaminação dos lençóis freáticos por propriedades vizinhas, além do mesmo solo já possuir um histórico de uso de plantação extensiva por uma ocupação da propriedade anterior á dos assentados, tornado desta forma falha a garantia da qualidade da água em seus aspectos físicos, químicos e biológicos. Desta forma, torna-se necessário um resgate do conhecimento ambiental local por parte dos assentados em conjunto e parceria com pesquisadores, representantes governamentais e educacionais diversos, para que ocorra uma interação do conhecimento empírico tradicional local com o conhecimento técnico/científico, além da necessidade da criação de um sistema a que busque incentivar uma manutenção sustentável da água, devendo-se atentar para todas as formas de sua gestão, desde a sua qualidade, armazenamento, distribuição e consumo e formas possíveis de seu reuso, para que seja, assim, garantida aos assentados uma disponibilidade de água em todos os períodos do ano. Ademais, o estudo surgiu como uma proposta de análise sobre o uso da água nas propriedades rurais do município de Uberlândia, a princípio para compreender a questão geral da água nos municípios que se localizam dentro da bacia hidrográfica do rio Araguari e pode-se perceber, essencialmente, que o Estado vem conduzindo a reforma agrária sempre pelo lado produtivista e, como tal, altamente degradante em termos ambientais e socialmente excludentes. Por isto, as pesquisas nesse campo devem continuar, para que se possa modificar a forma de se produzir no meio rural e nos assentamentos, afim de não reproduzir o modelo dominante na produção agrícola brasileira. Embora o trabalho ainda não possua todas as informações disponíveis necessárias a um acurado diagnóstico regional, pode-se também afirmar que os assentados, ao estabelecerem seus processos produtivos, acabam por reproduzir o pacote tecnológico do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, reprodutor do capital agroindustrial e destruidor dos ecossistemas via monocultura e praticas agrícolas a ela correspondentes. Portanto, sem a água, recurso primordial para o desenvolvimento das atividades dos assentados rurais, não tem como produzir de forma a alcançar uma segurança alimentar através da soberania dos pequenos agricultores e da segurança hídrica. Tal fato será somente possível através do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a consequente melhoria da qualidade de vida dos assentados, estes diretamente afetados pela expansão do agronegócio no campo.

Palavras-chave: A Gestão dos Recursos Hídricos; Políticas públicas; Uberlândia-MG.

O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – MARAM: SUAS AÇÕES E OS DESDOBRAMENTOS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA- MG

Ricardo Luis De Freitas

João Cleps Junior

O debate sobre o tema reforma agrária veio ao longo do tempo alterando-se conforme a conjuntura política e econômica. Isso representa para o Brasil um importante desafio, pois, embora o debate avance ou recue conforme as forças políticas presentes nesse território, não temos de maneira concreta elementos reais que sejam satisfatórios para a sociedade no que diz respeito à ação de uma efetiva reforma agrária. É necessário nos posicionarmos no que tange a existência de políticas de criação de assentamentos rurais. Geralmente, essas políticas ocorrem em área de tensão envolvendo a disputa pela posse da terra, sendo essa demanda apresentada especialmente pelos movimentos sociais rurais e entidades de apoio à reforma agrária. Essa realidade se repete em diferentes escalas territoriais, desde o Brasil até o nível local. A tensão gerada pelo conflito envolvendo a propriedade privada da terra não é um elemento recente no debate político e econômico. Historicamente, a questão central do espaço agrário brasileiro esteve relacionada ao elevado grau de concentração da propriedade fundiária. Nesse contexto, é que dois modelos de desenvolvimento opostos se chocam, de um lado a agricultura empresarial representada pelo agronegócio e do outro a agricultura camponesa. Um diz respeito ao modelo de agricultura hegemônico que baseia sua produção em grande escala, ou seja, a produção de commodities. Esse modelo é o que promove uma série de resultados negativos para a sociedade brasileira, dentre os quais destacam-se a elevada concentração de propriedade fundiária, a apropriação do agronegócio no território com o avanço de áreas plantadas desses monocultivos, e seus efeitos impactantes no mundo do trabalho e no meio ambiente. O outro modelo de desenvolvimento presente no Brasil é representado pela agricultura camponesa. É este modelo que abastece o mercado interno e que garante a soberania alimentar desse país. Ao longo do processo histórico esse modelo foi sendo permanentemente esquecido pelas políticas de governo, e a partir desse contexto é que eles lutam contra esse padrão desigual de desenvolvimento. A partir dos anos de 1990, momento em que esses dois modelos começaram a ter uma maior visibilidade relacionada aos conflitos, é que foram inseridos os programas de Reforma Agrária de Mercado – RAM, proposto pelo Banco Mundial e com a articulação do governo federal e as elites agrárias regionais e locais. A estratégia em curso naquele momento era o de fomentar o mercado de terra, oferecendo linhas de financiamento para a compra de terra para os camponeses pobres, sem-terra ou com terra insuficiente para manter sua existência. Parte dos recursos destinados pelo financiamento aos camponeses eram oriundos do Banco Mundial e o restante uma contrapartida do governo federal, os camponeses entraram com a força de trabalho necessária para produção. A dívida do financiamento deveria se pagar após três anos, tendo um prazo total de 20 anos para pagar. Iremos nos deter no Projeto Banco da Terra, pelo fato de que na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apenas essa linha de financiamento foi implantada conforme o recorte temporal realizado de 2001 a 2003. No entanto,

os camponeses atendidos por essa política pública não conseguiram pagar a primeira parcela vencida no final do ano de 2003, bem como as futuras prestações. Nesse conjunto, surge o Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM, movimento este representante das 42 associações existentes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O MARAM surge em um momento delicado em que as associações encontravam-se incapazes de debater os desdobramentos da dívida. Outro agravante naquele momento, foi a extinção do projeto BT no âmbito federal, fazendo com que as entidades responsáveis tanto no estado quanto pelo município por sua implantação se ausentasse dos compromissos com os mutuários. Esse movimento realizou algumas ações com os mutuários, reunindo algumas vezes com os responsáveis pelo programa em Brasília na Secretaria do Reordenamento Agrário – SRA e em Belo Horizonte no Instituto de Terras – ITER/MG. Para a elaboração deste trabalho contamos com revisão teórica entre os principais temas abordados e no que diz respeito ao tema empreendimentos RAM recorrendo à análise de alguns estudiosos tais como Ramos Filho (2010, 2013); Barros e Suaer et. al.(2003); Pereira (2004). Os estudos também permitiram obter embasamento em pesquisas do projeto Banco de Dados de Luta Pela Terra da Reforma Agrária de Mercado – BDRAM, o qual nos forneceu dados que dizem respeito à criação desses empreendimentos no estado de Minas Gerais. Outro tema abordado refere-se aos estudos dos movimentos sociais rurais, e para nos auxiliar contamos com as contribuições de Fernandes (1996; 1999; 2005) e Gohn (2012). No decorrer da pesquisa outras contribuições foram inseridas no debate. Além disso, realizou-se trabalhos de campo nos empreendimentos em que seus integrantes eram respectivamente lideranças do MARAM , também foram entrevistados agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT e da Ação Franciscana Esperança e Solidariedade – AFES e seus assessores jurídicos. Várias foram as motivações e razões para a escolha desse objeto, destacando principalmente a quase completa ausência de textos sobre esse movimento em específico. Num primeiro momento, faremos um rápido delineamento sobre o contexto em que os programas da RAM começaram a ser implantados no Brasil. Na sequência, apresentaremos o momento do surgimento do MARAM, as principais ações empreendidas, as conquistas e os desafios.

Palavras-chave: MARAM Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Banco da Terra.

SETOR SUCROENERGÉTICO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM FRUTAL (MG)

Elvisley Rodrigues De Oliveira

Estevane De Paula Pontes Mendes

INTRODUÇÃO

Apresenta-se reflexão acerca das políticas públicas voltadas para a manutenção, expansão e perpetuação do setor sucroenergético desde o período Colonial e ao longo do século XX, sendo o Estado o principal financiador dessa atividade econômica através de subsídios para a construção de novas agroindústrias sucroenergéticas, construção de rodovias e incentivo ao consumo do etanol. Assim, objetiva-se compreender quais foram os programas de incentivos e como estes contribuíram para a atividade canvieira territorializar-se no Centro-Sul do Brasil, sendo esta região a de maior produção de açúcar e álcool do País. E também analisar as transformações ocasionadas no município de Frutal (MG) a partir da territorialização do setor sucroenergético a partir de meados da década de 2000

POLÍTICAS DE REGULAÇÃO E EXPANSÃO CANAVIEIRA NO SÉCULO XX

O século XX foi decisivo para a reestruturação do setor sucroalcooleiro no Brasil. Sendo as primeiras décadas marcadas por desajustes entre o mercado interno e mercado externo. O incentivo à produção de álcool com programas do IAA, ampliou a valorização do parque alcooleiro com a redução de oferta de petróleo causada com o período de guerra. Esse processo se efetivou com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que contribuiu para a expansão da lavoura canvieira e modernizar os engenhos centrais transformando-os em usinas sucroenergéticas, além do incentivo e pesquisas voltadas para o aumento da produtividade através do desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar que será discutido a seguir.

PROÁLCOOL E EXPANSÃO CANAVIEIRA

O uso de álcool como combustível surgiu como alternativa para a crise que o mercado açucareiro atravessou na década de 1970. Ocasionalmente pela baixa dos preços do açúcar no mercado internacional, e também pela crise do petróleo, cujo preço do barril sofreu significativo aumento no preço. Por ser um produto de uso em escala mundial e muito consumido pelos países desenvolvidos, deflagrou-se a crise de abastecimento, inclusive no Brasil. Para sanar o conflito no comércio do açúcar e no abastecimento de petróleo, o Governo Federal criou, no ano de 1975, o Proálcool, com o objetivo de aumentar a produção de álcool visando à substituição da gasolina. O PROÁLCOOL é um programa federal [...]. O seu objetivo foi de aumentar a produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim incrementar o uso no setor químico. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 55-56). Dessa maneira Thomaz Junior (2002) corrobora com o assunto abordado afirmando que, “o programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar” (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 76). Em linhas gerais, o Proálcool foi um programa relevante para a

economia Brasileira. Foram medidas inovadoras em vários segmentos: oferta de crédito subsidiado para a expansão das áreas de lavoura canavieiras, para a implantação de novas destilarias de grande porte; colocação do álcool como alternativa de combustível nacional frente à crise do petróleo; incentivo estatal junto às indústrias automobilísticas para a produção de carros movidos a álcool; produção de equipamentos e máquinas voltadas para o setor de açúcar e álcool. Dessa forma, as ações do Estado com a inserção de capital nacional, juntamente com capital privado e também internacional, foram responsáveis pela continuidade desse cultivo de origem colonial até os dias atuais.

O SETOR SUCROENERGÉTICO E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS EM FRUTAL (MG)

A partir da década de 1990, Minas Gerais figura-se entre os maiores produtores de açúcar e álcool do País. A maior concentração da lavoura canvieira está localizada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudeste de Minas, sendo estas, atualmente, as principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do Estado Mineiro. O município de Frutal localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro, sendo sede da sua Microrregião de mesmo nome. O Município faz divisa com o Estado de São Paulo, importante centro econômico e comercial, exercendo influência na Microrregião. O Município dotado de importantes rodovias federais, como as BRs 153 e 364, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico. A partir de meados da primeira década do século XXI, o município de Frutal recebe a implantação de duas usinas sucroenergéticas, sendo elas: a Usina Frutal instalada em 2006 e que começou suas atividades no ano seguinte e que fora adquirida pelo grupo Bunge, e a Usina Cerradão, do Grupo Queiroz de Queiroz e da Usina Moema S.A, instalada em 2007 e que iniciou as atividades em 2009. Essas usinas empregam juntas cerca de 2.500 colaboradores onde cerca de 70% destes são residentes do Município (SILVA, 2012). As atividades relacionadas ao campo contribuem decisivamente para o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviço local. Sabe-se que, com a territorialização do setor sucroenergético, outros setores econômicos ligados a essas atividades se instalaram no Município para atender à demanda originada por esse segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos apontamentos referentes à atividade econômica da cana-de-açúcar, cabe ressaltar que desde o Brasil Colônia a ação do Estado se faz presente instalação, expansão e manutenção garantindo assim a perpetuação do setor canvieiro na economia Brasileira. Ao longo do século XX observa-se que devido à crise na oferta de petróleo fez com que os países dependentes desta fonte de energia criassem alternativas frente ao cenário daquele período.

Palavras-chave: Setor sucroenergético. Proálcool. IAA. Frutal (MG).

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DA MULHER DO CAMPO: A INFLUÊNCIA DA CULTURA PATRIARCAL NA COMUNIDADE RANCHARIA

Lívia Aparecida Pires De Mesquita

Estevane De Paula Pontes Mendes

O modo de ser da mulher se constitui de acordo com a cultura e a educação em que se encontra inserida, através das vivências e das relações construídas no interior da família. Assim, a mulher que vive de acordo com uma cultura patriarcal, que prega a superioridade masculina sobre a feminina, terá o seu comportamento moldado com base nessa forma de vivência, a qual influenciará na sua trajetória de vida. Atualmente, através das lutas das mulheres há mudanças em relação às práticas da cultura patriarcal. No entanto, essa cultura continua a influenciar no modo de vida de muitas famílias e na condição da mulher. No campo, há mulheres que ainda vivem sobre uma cultura patriarcal, a qual leva as mesmas a acreditar que as relações desiguais de poder, a divisão do trabalho e dos espaços são naturais e fixas, modo de pensar que traz como consequência a exploração da mulher, o não reconhecimento do seu trabalho e a privação dos momentos de lazer. Diante disso, buscou-se analisar as principais características do patriarcado brasileiro e como a relação de poder e o discurso incorporado pela sociedade patriarcal influenciam no 'modo de ser mulher' e na organização da família agricultora da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás. Para alcançar esse objetivo foram realizadas leituras sobre: patriarcado, violência contra a mulher, relações de gênero, divisão sexual do trabalho, relação entre o público e o privado dentre outros. Foram adquiridas informações empíricas através de 4 (quatro) entrevistas de história de vida com mulheres e de 13 (treze) entrevistas temáticas com os agricultores e as agricultoras da comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. As fontes orais foram utilizadas para adquirir informações sobre a trajetória e as vivências das mulheres da Rancharia, com vistas a compreender o modo em que vivem e o modo de ser dessas agricultoras. A comunidade Rancharia está localizada a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Campo Alegre de Goiás. É constituída por estabelecimentos rurais que se caracterizam pelo predomínio do trabalho familiar e atualmente é composta por 25 famílias, totalizando em torno de 60 pessoas. O município de Campo Alegre de Goiás possui uma área de 2.463,014km² e faz limite com os municípios de Catalão, Cristalina, Ipameri no Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais e encontra-se a 250km da capital Goiânia. A população de Campo Alegre de Goiás é de 6.060 habitantes. Destes, 4.481 (74%) residem no meio urbano e 1.579 (26%) na área rural (IBGE, 2010). Ao analisar as relações de gênero na sociedade brasileira, observa-se que apesar das diversas conquistas das mulheres e das mudanças relacionadas ao seu papel na sociedade e na família, muitas barreiras relacionadas à submissão das mulheres aos homens não foram totalmente modificadas, ainda permanece um modo de pensar baseado em uma cultura patriarcal que separa os espaços de gênero, inferioriza a mulher, explora seu trabalho e gera relações desiguais de poder. Na comunidade Rancharia esse modo de pensar não está enraizado apenas na mente masculina, mas a maioria das mulheres também acredita na superioridade do homem em relação à mulher. Geralmente, a mulher é responsável pela reprodução desses valores através da educação de seus filhos(as), pois há uma naturalização da cultura dominante e faz com que muitas mulheres reproduzam, até mesmo de

forma inconsciente essa ideologia da qual são vítimas. Outra questão que deve ser salientada são as agressões que as mulheres da Rancharia sofreram no decorrer de suas existências. Através da história de vida das mulheres mais velhas (67 e 72 anos de idade) da comunidade Rancharia constatou formas de violências físicas e psicológicas sofridas, que ficaram na memória e deixaram traumas, os quais influenciam no comportamento tanto das mulheres quanto dos(as) filhos(as). Com as mulheres mais jovens não houve relatos de violência, no entanto nota-se ainda a presença da cultura patriarcal no interior da família. As relações desiguais de poder continuam a separar os espaços ocupados pelos diferentes sexos e a relegar a mulher à esfera menos valorizada. O homem continua sendo o único responsável pelo sustento da família e mesmo quando a mulher trabalha junto com o mesmo, realizando uma dupla jornada de trabalho, está apenas ajudando. Diante dessas informações, salienta-se a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero no meio rural. Garantir a participação ativa das mulheres e seu acesso aos recursos, benefícios e a informação sobre seus direitos é a principal tarefa a ser levada a sério por elas próprias e pelas instituições públicas e privadas que procuram promover o desenvolvimento socioeconômico não só da produção familiar, mas de todo país.

Palavras-chave: Mulher. Cultura patriarcal. Comunidade Rancharia.

AGRICULTURA FAMILIAR E RELIGIOSIDADE: A COMUNIDADE TAMBIOCÓ NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)

Michele Juliana De Assunção

A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A partir de 1990, a agricultura sofreu grandes mudanças e as unidades de produção familiar passaram a ter problemas, principalmente no que diz respeito à sua renda. Com a chegada da tecnologia no campo, as dificuldades se tornaram maiores, pois essa tecnologia, na maioria das vezes, é direcionada para a agricultura empresarial. De um modo geral, o trabalho desenvolvido pelos pequenos produtores não conta com o incremento tecnológico, devido ao aumento nos custos da produção e por não terem acesso à créditos e financiamentos para comprar e/ou manter maquinários/equipamentos mais modernos. A partir deste contexto, propõe-se compreender o modo de vida inerente às formas familiares de produção, seus conflitos, crenças e suas relações sociais com os demais indivíduos, tendo como referência a comunidade Tambiocó, situada no município de Catalão (GO). Após a leitura e fichamento dos textos, foi feita a pesquisa em documentos da Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL) e da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (SMS). A pesquisa empírica na comunidade Tambiocó foi realizada em 2009 e 2010. Foram aplicados um total de 15 roteiros de entrevistas com os chefes das famílias rurais (sendo 14 casais e 1 solteiro). Os critérios para seleção da amostragem foram os seguintes: tempo de residência na propriedade e conhecimento sobre a sua história. Outras informações foram obtidas através de relatos verbais e observação. No Brasil, muitos produtores não são proprietários das terras onde trabalham e assumem a condição de meeiros ou arrendatários. Durante a pesquisa na Comunidade, foi possível averiguar que a modernização da agricultura afetou, consideravelmente, os pequenos produtores da região. E para superar as dificuldades que surgem a cada dia, os pequenos produtores rurais da comunidade Tambiocó, têm buscado alternativas que os ajudam a se manterem na propriedade, como a venda da produção excedente em feiras livres e supermercados e os serviços temporários, realizados, geralmente, nas propriedades próximas. As feiras livres no município de Catalão são um bom exemplo de estratégia usada pelos produtores rurais para aumentarem a sua renda. Com o intuito de conhecer o modo de vida, as manifestações religiosas e os aspectos socioeconômicos dos produtores rurais, fez-se um estudo na comunidade Tambiocó, município de Catalão (GO). No que diz respeito às práticas socioculturais e religiosas, destaca-se na Comunidade a presença de uma benzedeira. Em relação às festas e novenas, todo o ano acontece no mês de julho, a festa em homenagem a São Sebastião e Divino Espírito Santo. Esta festa tem duração de nove dias e é realizada desde o ano de 1965. Outra manifestação religiosa importante na Comunidade é a novena em homenagem a Santa Maria Madalena para pedir chuva. É realizada no final do mês de setembro. Com a pesquisa, observou-se que 39% dos produtores são proprietários das terras em que produzem e o acesso a essas terras se deu por meio de herança. As propriedades adquiridas através de compra representam 27%, e as que foram adquiridas por meio de herança e compra de outra parcela de terra, representam 20%. Existem ainda, na Comunidade, casos de famílias que adquiriram suas propriedades através de usucapião. Essas propriedades

representam 7%, e se igualam com as de concessão de uso que também representam 7%. O tamanho das propriedades varia entre 2 e 20 alqueires. Em relação à idade, a média para os produtores residentes na comunidade Tambiocó é de 53 anos para mulheres e 54 anos para os homens. O grau de escolaridade das pessoas entre 38 e 80 anos é baixo. Isso se deve ao fato de que muitas dessas pessoas tiveram que abandonar os estudos para ajudarem sua família com os serviços da fazenda. Muitas são as dificuldades enfrentadas por esses produtores familiares e que acabam por desanimar e dificultar a permanência do produtor e de sua família na propriedade. Muitas vezes, precisam buscar trabalho fora do estabelecimento produtivo como forma de aumentar a sua renda. É notório que as famílias que permanecem no campo precisam satisfazer as necessidades de todos os membros e manter a reprodução do patrimônio sociocultural. Os produtores buscam conseguir mais terras para produzirem, o que representa uma possibilidade de evitar que parte da família seja expulsa do campo. A principal preocupação está na qualidade de vida dessas famílias que residem no campo, quanto ao seu futuro e o de sua propriedade.

Palavras-chave: Agricultura, Família, Tambiocó.

GT 5 - Novos valores, mercado e reprodução social

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



LOCALIZAÇÃO E QUALIDADE NOS CIRCUITOS AGRO-ALIMENTARES

Daniele Lima Gelbcke

Maria Das Graças Brirghtwell

Vivemos, desde a década de 1970, uma mudança na lógica agroalimentar, consequência da mundialização da produção de alimentos, prestação de serviços e consumo. Garantida pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho, especialização produtiva, e predomínio de grandes corporações que lideram os mercados, esta nova lógica tem como reflexo o distanciamento entre os espaços de produção e de consumo. Estes, por sua vez, são articulados por fluxos materiais (produtos/mercadorias) e imateriais (informações, normas, capital) que circulam no espaço (Castillo e Frederico, 2010). Circuitos curtos (Aubri and Chiffolleau, 2009, Darolt et al., 2013) ou de proximidade (SILVA, 2009), redes alimentares alternativas (Alternative Food Networks) (Renting et al., 2003) e cadeias agro-alimentares curtas (Ferrari, 2011, Marsden et al., 2000) são termos que tem sido utilizados para definir formas alternativas de produção e consumo que surgiram nas últimas décadas em várias partes do mundo visando aproximar produtores e consumidores. Estas alternativas emergem, de acordo com Chiffolleau (2008) em virtude de dois processos complementares. O primeiro diz respeito ao quality turn, ou seja, em um contexto de profunda desconfiança dos consumidores com a moderna indústria agro-alimentar diante de crises como a da Vaca Louca, motivando-os a adquirirem alimentos de “marca” ou a se aproximarem dos produtores, garantindo qualidade através de relações de confiança. Da parte dos produtores, a adesão a estes modelos alternativos configura-se como uma estratégia de inserção e construção de mercados, através de uma abordagem de produção agrícola diferenciada e mais autônoma face às regras impostas pelas grandes (e dominantes) redes de distribuição alimentar, que dificultam a inserção de produtores familiares e portadores de projetos alternativos, como os agroecológicos, nos mercados convencionais. Os circuitos curtos/de proximidade apontam assim, para uma maior aproximação - tanto relacional quanto geográfica - entre produtor e consumidor, priorizando sobretudo a qualidade dos produtos, garantida por critérios de confiança e informação e contribuindo para re-localização da alimentação. Ainda que os circuitos curtos apresentem possibilidades e potencialidades para produtores e consumidores, vários autores (Ferrari, 2011, Darolt et al., 2013) tem apontado para a necessidade de se aprofundar conceitos, métodos e abordagens, capazes de traduzir a complexidade empírica destas experiências. Esta comunicação contribui para o debate analisando, em primeiro lugar, quais os limites e potencialidades que os termos circuitos, cadeias e redes - muitas vezes usados na literatura de forma indiferenciada - possuem. Em segundo lugar, buscamos construir uma análise que perceba os circuitos de proximidades inseridos em estruturas sociais e contextos sócio-espaciais específicos, mas também ligados à diferentes escalas espaciais. Assim, circuitos curtos ou redes alimentares alternativas nem sempre existem somente em oposição aos circuitos longos ou redes convencionais, mas podem estar imbricados em relações de solidariedade e conflito, perspectiva defendida por alguns autores (Sonnino and Marsden, 2006, Mior, 2010). Sendo assim, a noção de localização alimentar, entendida como a capacidade de garantir a proximidade geográfica entre produtor e consumidor pode ser mobilizada tanto por grandes redes varejistas quanto por feirantes. Se em ambos os casos

o fluxo material, que são os alimentos, é reduzido com a aproximação geográfica, esta proximidade não elimina regras, normas, sistemas de informação (fluxo imaterial) definidos para além da escala local, representando desafios para aquelas iniciativas que almejam escapar das regras das redes convencionais. Da mesma forma, o encurtamento e a redefinição das relações entre produtores e consumidores, com sinais claros e transparentes da proveniência e das qualidades atribuídas aos produtos são estratégias utilizadas não só por estas redes agro-alimentares alternativas, mas também por grandes redes varejistas através de sistemas de rastreabilidade. Em terceiro lugar, reconhecemos ainda que estudos agro-alimentares não podem mais ignorar o consumo diante da crescente ansiedade e desconfiança dos consumidores com relação ao moderno sistema agroalimentar e, do nível de exigência com a relação a diversidade e constante disponibilidade destes alimentos. Como advertiu Goodman (2002), o consumo ainda é considerado uma ‘caixa preta’ e a articulação entre produção e consumo como categorias analíticas continua um desafio. Buscamos, portanto, entender as “distintas maneiras pelas quais as demandas dos consumidores e oferta dos produtores são articuladas em ‘códigos’ produtivos específicos” (Renting et al, 2003), quer sejam orgânico, ecológico, regional, artesanal e colonial ou outros.

Palavras-chave: sistema agro-alimentar; localização; qualidade

MERCADOS INSTITUCIONAIS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOB UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Jefferson Rodrigues dos Santos

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado em 2003, tendo como objetivos principais o combate à fome no Brasil e o fortalecimento da agricultura familiar. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa funciona através da compra de alimentos diretamente dos agricultores, assentados da reforma agrária e comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais. O trabalho aqui resumido apresenta resultados de um projeto de pesquisa que investiga as variações regionais da efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos, promovido pelo governo federal brasileiro. O objetivo central da pesquisa em andamento é analisar os fatores influentes na variabilidade espacial do programa. A metodologia consiste na organização de um banco de dados a partir das informações disponibilizadas a partir de 2011 pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS para o PAA modalidade municipal, bem como análises relacionadas a caracteres físicos do território, como redes urbanas, densidade populacional, infraestruturas de transporte e elementos sociais, como perfis fundiários regionais e densidade institucional. Como pressupostos teóricos, tomou-se a teoria de organização do espaço rural, em especial os anéis agrários de Von Thünen, dentro de uma perspectiva da importância da distância e acessibilidade aos centros urbanos regionais como pressuposto para a organização espacial da atividade em estudo. Aportes da economia institucional também têm sido abordados no sentido de interpretar a densidade organizacional e de instituições como fatores importantes para a adesão dos agricultores à política pública, bem como os diferentes resultados da mesma. Desde sua criação em 2003, o PAA experimentou crescimento nos valores dos recursos aplicados, nas modalidades de execução, no número de agricultores participantes, bem como no número de pessoas atendidas pela doação de alimentos. As aquisições passaram de 135 mil toneladas em 2003 para cerca de 462 mil toneladas em 2010. Os dados do ano de 2011, oriundos de todo o Brasil, indicaram a profunda disparidade regional no ritmo de implantação da política. Correlacionando a distribuição da população e o número de contratos de vinculação de agricultores ao programa, percebe-se alta concentração em torno das áreas metropolitanas e das cidades de maior relevância nas redes urbanas regionais. Tal comportamento foi observado na quase totalidade dos estados brasileiros. A importância das infraestruturas de transporte e da articulação rural-urbano pôde ser evidenciada pela rarefação de dados da região Norte, dadas as dimensões dos estados e dificuldades de integração intrarregional, em função da predominância de um modal fluvial bastante precário. Os resultados destacam a relevância das interações rural-urbano, sobretudo no caso específico de políticas ligadas à segurança alimentar e incentivo à produção diversificada. Historicamente a proximidade com as grandes áreas urbanas cria um mercado consumidor potencial para produtos hortícolas, possibilitando aos agricultores destinarem seus esforços para essas atividades diversificadas. Por outro lado, regiões distantes de aglomerados urbanos significativamente populosos carecem de mercados consumidores capazes de absorver a produção de tal modalidade de agricultura, caso um grande efetivo de unidades produtivas destine seus esforços a tais produções. Os custos para o escoamento da produção rumo a áreas urbanas distantes opera no sentido de influenciar os

agricultores à especialização em produtos cuja escala de produção e rendimento sejam compatíveis com os gastos com transporte. Dessa forma, quanto maior a distância das cidades mais populosas, quanto mais rarefeita a rede urbana regional, ou ainda, quanto mais precária for a conexão dos agricultores aos mercados a organização social dos mesmos, maior a tendência à ocorrência de agriculturas especializadas e com pouca articulação comunitária. No momento do surgimento de programas como PAA, essa condição acaba por definir as áreas com maior aptidão a participação nos mesmos, já que a demanda orienta-se justamente na direção de produtos alimentares variados e requer capacidade organizativa, a princípio informal, mas necessariamente formal a medida do crescimento do volume de recursos. Há que se considerar também a existência de saberes produtivos acumulados ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o programa, ao se consolidar como política estatal, somado ao processo de urbanização, sobretudo o crescimento das cidades médias no interior brasileiro, pode influenciar positivamente o crescimento de uma produção agrícola familiar diversificada, na medida em que em promova uma ruptura com o cenário histórico de regiões rurais desarticuladas de centros urbanos regionais. Embora os resultados da pesquisa ainda sejam bastante superficiais, dado o caráter recente do projeto, a análise do PAA abre horizontes de debate tanto em aspectos infraestruturais do território, alguns apontados acima, quanto para uma perspectiva institucional, de organização das comunidades e dos conflitos subjacentes à execução de uma política pública que vem se tornando referencia internacional.

Palavras-chave: Mercados institucionais, território, agricultura.

A IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O QUEIJO DO MARAJÓ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Benedito Ely Valente Da Cruz

Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol

INTRODUÇÃO

Produzido há mais de cem anos, o queijo artesanal do Marajó é um produto que está na base da reprodução econômica e social de centenas de produtores na microrregião Arari-Marajó/Pará, e recentemente tem sido objeto de um processo de “certificação” da produção, o que tem levado alguns produtores a deixar a condição de clandestinidade a qual estavam submetidos. Ao mesmo tempo, existe uma iniciativa coordenada pelo Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para obtenção do selo de identificação geográfica para este produto. É a partir desta situação descrita, que a pesquisa procurará demonstrar como está estruturada a produção de queijo artesanal do Marajó e o seu processo de certificação da produção. Para tanto, utilizamos como ferramenta metodológica, a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários.

RESULTADOS PARCIAIS

A Microrregião do Arari concentra a principal bacia leiteira bufalina do Marajó, responsável pela produção do queijo do Marajó, um dos produtos mais característicos da culinária paraense e símbolo da cultura marajoara. É uma produção que ocorre em pequena escala em pequenas e médias propriedades, utilizando tecnologia tradicional e de baixa qualidade, caracterizando-se com uma agroindústria rural, pois se localiza dentro da unidade de produção e mantém um vínculo direto com o sistema de produção familiar (SANTANA, 2011). Segundo Santana (2011, p.24), “a produção de leite de búfala é oriunda de 288 unidades produtivas do Marajó, com produção mensal de 4.527 mil litros, dos quais 77,2% foram destinados à venda”. Ainda segundo o autor, a região produz em torno de 26 toneladas de queijo, sendo que 78% é voltada para comercialização e o restante (22%) é destinado para consumo interno nas fazendas. No entanto, devido à informalidade da produção e comercialização do queijo, estes números não refletem a realidade referente à importância econômica e social deste produto para a região, tanto é que as pesquisas de campo de Santana (2011) apontam que a atividade de produção do queijo é capaz de custear toda a produção bubalina em algumas fazendas da região. Contudo, o crescimento dessa produção esbarra na comercialização informal e, principalmente, no não enquadramento aos padrões sanitários exigidos pela vigilância sanitária. Tais fatores obstaculizam o desenvolvimento da produção queijeira no Marajó, que fica restrito a sua área de produção e não consegue alcançar outros mercados, a não ser que seja de forma clandestina, criando grande risco para os produtores, comerciantes e os consumidores deste produto. Para Santana (2011), o crescimento da produção queijeira no Marajó depende necessariamente da aplicação de novas técnicas de produção e armazenamento, visando tornar esse produto mais comercializado e competitivo em âmbito local e estadual. Ainda, segundo o autor, para que os sistemas produtivos sejam capazes de gerar rendimentos crescentes é necessária a introdução de inovações tecnológicas e de gestão, com vistas a romper o círculo vicioso da pobreza que afeta a região. No entanto, para que isso ocorra é

preciso que se crie um sistema de informação sobre as demandas de mercado, os preços dos produtos e dos insumos, custos de produção e comercialização, linhas de crédito para capital de giro e investimento, bem como para apoiar a comercialização, infraestrutura de armazenamento e logística de distribuição direta e reversa. Como estas condições ainda não existem, o produtor depara-se com o seguinte dilema: de um lado, os produtores que operam em um circuito em que as relações comerciais são totalmente informais, criando grande problema de mensuração por conta da assimetria de informação, o que favorece ganhos para os intermediários, por uso de práticas oportunistas nas transações; e de outro lado, um mercado exigindo produto com alto conteúdo em qualidade e tecnológica. Este quadro de fragmentação da oferta e desconfiança generalizada dos agentes dificulta o investimento em contratos de integração, que pode ser a saída para a pequena produção acessar os mercados de alto valor. (SANTANA, 2011, p. 54). Esta situação começa a ser alterada, pois com a promulgação da Lei 7.565, de vinte de outubro de 2011, que regulamenta a produção a comercialização de produtos artesanais, junto com o Protocolo de regularização do queijo do Marajó criou o marco legal que tirou o queijo do Marajó da condição de produto “clandestino”, abrindo caminho para formalização da produção e abrindo o caminho para sua comercialização em todo o Estado do Pará. Em levantamento realizado junto à unidade da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ em Salvaterra identificou-se a existência de 32 produtores de queijos nos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari. Destes 06 (seis) estavam com suas queijarias registradas, 04 (quatro) em adequação e 22 (vinte e dois) se encontravam em situação de clandestinidade, ou seja, ainda não iniciaram o processo de certificação das suas queijarias. Em entrevistas que realizamos juntos aos produtores já certificados e em processo de certificação, observou-se certa inquietação e descontentamento com a ADEPARÁ no que concerne a não adequação a Lei 7.565, de 25 de outubro de 2011 que regulamenta a produção artesanal do queijo do Marajó. Os mesmos alegam que esta situação está criando uma concorrência desleal no mercado de queijo da região, pois os produtores “clandestinos” estão vendendo queijo livremente e sem a fiscalização da ADEPARÁ, prejudicando desta forma os produtores que estão certificados e que não tem como concorrer com os menores preços praticados pelos queijeiros “clandestinos”.

Palavras-chave: Identificação Geográfica, Desenvolvimento territorial, Queijo do Marajó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTANA, Antônio Cordeiro de. Diagnóstico das cadeias de valor sustentáveis e inclusivas do Marajó: açaí, mandioca, pesca artesanal e pecuária. Belém: Viva Marajó, 2011. APOSTILA."

A ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE DRACENA NOS PROGRAMAS DE COMPRAS COLETIVAS

Carlos De Castro Neves Neto

Rosângela Ap. Medeiros Hespagnol

O texto tem por objetivo discutir a participação das Associações de Produtores Rurais do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena nos programas de compras coletivas da agricultura familiar. Entre esses programas se destacam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do Governo Federal, e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), do Governo do Estado de São Paulo. Essas três políticas públicas têm criado um importante canal de comercialização para os produtos da agricultura familiar e têm permitido a reprodução social desses agricultores. Além disso, os programas de compras coletivas fornecem alimentos de qualidade às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Assim, os programas têm contribuído para a diminuição da fome no Brasil. Para a realização da pesquisa, realizamos, além da revisão bibliográfica e da consulta aos dados oficiais dos programas, entrevistas com os (as) presidentes das associações, com extensionistas rurais da CATI e agricultores familiares. Dessa forma, apresentaremos neste artigo os resultados parciais de nossa pesquisa de pós-doutorado. O EDR de Dracena possui vinte e nove associações de produtores rurais constituídas, que estão distribuídas em dezesseis municípios. Dentre elas, se destacam a Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região (APRAR) e a Associação de Produtores Rurais do Município de Dracena, que serão abordadas mais detalhadamente nesse artigo. A associação de Dracena possui 180 produtores associados, sendo que 80 deles participam do PAA e 50 do PNAE; já a APRAR conta com 185 produtores associados, todos entregam no PAA e 50 deles participam do PNAE. Nenhum agricultor familiar associado da Associação de produtores de Dracena ou da APRAR participa do PPAIS. Também discutiremos neste artigo o importante papel das prefeituras municipais no fomento as associações rurais, seja na destinação de recursos financeiros, seja na contratação de profissionais para trabalharem nas organizações rurais. Não obstante o pagamento de mensalidade dos associados e a cobrança de uma taxa dos programas de compra coletiva, essas duas associações dependem do apoio da prefeitura municipal para o funcionamento a contento. Assim, constatamos que para o funcionamento de uma associação, o apoio do poder público municipal se torna essencial. Além disso, a atuação dos profissionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e dos funcionários das Casas da Agricultura também são importantes para o desenvolvimento das organizações rurais. Em pesquisa de campo, percebemos que os técnicos e agrônomos da CATI apóiam o agricultor familiar do EDR de Dracena, oferecendo assistência técnica e orientação na elaboração de projetos, assim como divulgando os programas de compras coletivas. Isso tem se refletido no aumento do número de produtores familiares que estão participando desses programas, sobretudo no PAA, programa que possibilita uma maior adesão de agricultores. A maior

adesão de produtores ao PAA se justifica pela facilidade do programa, que não exige uma regularidade na entrega da produção, como ocorre no PNAE e PPAIS, assim como possibilita a troca de produtos, caso o agricultor familiar tenha algum problema na produção. No final de 2014, o valor da cota anual do PAA foi elevado para R\$ 8.000,00. Em relação ao PNAE, muitos produtores ainda possuem receio em participar deste programa, que exige uma produção em grande quantidade e regular, atendendo todo o calendário escolar da rede pública. No entanto, nos últimos anos, têm aumentado consideravelmente o número de agricultores que estão participando do PNAE, cujo valor anual por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) está em R\$ 20.000,00. Em relação ao PPAIS, política pública lançada no final de 2011, poucos produtores estão participando do programa. Os motivos para essa baixa adesão ao PPAIS se explicam pela dificuldade no entendimento dos objetivos do programa, mas também pela impossibilidade de participação das organizações rurais. O valor máximo anual por família no PPAIS é de R\$ 12.000,00. Apenas vinte produtores rurais do EDR de Dracena estavam habilitados, no início de 2014, para participarem do PPAIS, um número baixo, o que demonstra a dificuldade de operacionalização dessa política pública estadual. Dessa forma, embora os agricultores familiares possam participar desses três programas de compras coletivas, que oferecem ao ano um total de R\$ 40.000,00, renda que poderia contribuir para a permanência desses agricultores nos espaços rurais, garantindo sua reprodução social e, ao mesmo tempo, elevando a produção de alimentos, isso não ocorre, devido a uma série de fatores, tais como: envelhecimento da população rural, dificuldade no entendimento dos programas, falta de recursos financeiros e baixo nível de associativismo rural. Palavras-chave: associativismo rural, reprodução social, programas de compras coletivas.

Palavras-chave: Associativismo rural, reprodução social, programas de compras coletivas.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA EM PEQUENAS UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS: O CASO DOS BAIROS RURAIS 1º DE MAIO/TIMBURI E PONTE ALTA/CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Gabriela Donaton

Rosângela Ap. De Medeiros Hespanhol

OBJETIVOS

Este trabalho tem como tema central de análise as estratégias de reprodução econômica e social adotadas pelos produtores rurais dos bairros rurais 1º de Maio/Timburi e Ponte Alta/Córrego da Onça, localizados no município de Presidente Prudente (SP). Assim, buscou-se identificar e analisar a organização interna das unidades produtivas estruturadas no trabalho familiar e as estratégias de reprodução social e econômica adotadas, considerando-se a dinâmica local do município de Presidente Prudente,

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento bibliográfico, seleção e leitura de materiais sobre: estratégias de reprodução social e econômica em pequenas unidades produtivas rurais; o desenvolvimento recente da agricultura; o processo de modernização da agricultura; e a formação socioespacial do município de Presidente Prudente, que apresenta algumas especificidades na dinâmica agropecuária;
- consulta aos dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Fundação Estadual dos Sistemas de Dados (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de caracterizar o espaço agrário do município;
- elaboração e aplicação de formulários aos produtores rurais dos bairros selecionados, sendo dez (10) formulários no bairro 1º de Maio/Timburi e seis (6) formulários no bairro Ponte Alta/Timburi;
- e,
- análise dos dados e das informações obtidas com o trabalho de campo considerando a revisão bibliográfica realizada.

RESULTADOS FINAIS

Diante da análise de dados e das informações obtidas, podemos inferir que a produção agropecuária nos bairros rurais pesquisados encontra-se diversificada. Dentre os principais produtos cultivados para a comercialização temos a batata-doce que é vendida através de um intermediário para a cidade de São Paulo e Curitiba. No que se refere à pecuária, o gado de corte e o gado leiteiro são comercializados por meio de intermediários e laticínios. Notamos que muitos produtores arrendam suas terras para pastagem, como também possuem outra área arrendada de batata-doce. Outro produto que podemos destacar é a produção de hortaliças, tanto para o autoconsumo como para a entrega na prefeitura. Há também produtores que entregam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), porém estes reclamam do atraso nos pagamentos, que

chega a ser de até 120 dias. Outro fato que podemos destacar é a produção para o autoconsumo presente em oito (8) de 10 propriedades pesquisadas.

Podemos compreender, assim, que a produção para o auto-consumo se constitui como uma estratégia de reprodução social, na medida em que esta contribui na diminuição dos gastos da família com alimentação, já que parte desses produtos é cultivado na propriedade. Os principais produtos são: hortaliças, milho, banana, manga e laranja.

Realizando o cruzamento de dados, compreendemos em qual estrato localiza-se o trabalho fora (externo) e na propriedade. Nas propriedades até 10 hectares, apenas 20,0% dos produtores rurais possuem algum membro familiar que exerce somente atividades dentro da propriedade e 80,0% realizam o trabalho fora da propriedade. Nas propriedades entre 11 a 20 ha notamos uma mudança, na medida em que 42,8% trabalham somente na propriedade e 57,2% realizam atividades fora da propriedade. Já no estrato entre 21 a 50ha temos 50,0% de pessoas que realizam o trabalho fora da propriedade e 50,0% que realizam o trabalho na propriedade rural. A renda familiar no meio rural está cada vez mais deixando de ser essencialmente agrícola, permitindo-nos afirmar que os produtores rurais estão buscando alternativas para complementar sua renda, tendo em vista a permanência no campo e a reprodução de seu patrimônio. Um ponto importante a ser considerado, é de que forma a renda adquirida fora da propriedade é aplicada. No bairro rural 1º de Maio/Timburi, segundo pesquisa de campo, 50% da renda é aplicada na propriedade e 50% não é aplicada na propriedade. Assim, esses recursos são aplicados na manutenção dos próprios membros familiares para a compra de roupas, eletroeletrônicos, como também o pagamento de curso superior. No bairro rural Ponte Alta/ Córrego da Onça, 33,3% da renda é aplicada na propriedade e 66,7% não é aplicada na propriedade. Constatamos, assim, que o trabalho externo se constitui em uma estratégia necessária para a composição da renda familiar, o que culmina com um dos principais problemas levantados pelos produtores rurais, que é o preço baixo obtido no momento de comercialização da produção agropecuária. Desta forma, a resistência destes no campo, pode ser interpretada como decorrência de suas escolhas e opções, "as estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele - [o agricultor familiar] - dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro" (WANDERLEY, 2001, p.35). As estratégias irão ocorrer em vários aspectos, tais como: produtivos, de comercialização, de crédito, de organização, dentre tantos outros, como também ligados à cultura, ou seja, valores, tradições e normas que norteiam as relações familiares, educação dos filhos etc. (MENEGATI, 2008).

Palavras-chave: Estratégias; Reprodução; Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. -3.ed.- Passo Fundo: UPF, 2001.

MENEGATI, Regiane Aparecida. Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do município de Indiana (SP). 2008. 213 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente."

AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)

Juniele Martins Silva

Rosângela Ap. De Medeiros Hespanhol

O conceito de comunidade é, usualmente, vinculado ao meio rural, pois é mais significativo o sentimento de pertencimento ao lugar e as relações de reciprocidades em virtude dos sujeitos vivenciarem, de maneira mais intensa, os costumes, tradições e crenças. Nesse sentido, propõe-se compreender as discussões sobre comunidade rural, bem como as principais características destas no município de Catalão (GO). O recorte espacial da pesquisa foi o município de Catalão (GO), especificamente, as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó. O município de Catalão (GO) localiza-se no Sudeste do Estado de Goiás e conta com, aproximadamente, 20 comunidades rurais. Para o desenvolvimento do trabalho foi feito: a) revisão teórica, sendo consultados Mendes (2005 e 2008), Tedesco (1999), Venâncio (2008), dentre outros; e, b) pesquisa empírica nas comunidades rurais Custódia (54 famílias), Ribeirão (60 famílias), São Domingos (51 famílias) e Tambiocó (51 famílias), sendo aplicados, respectivamente, 19 (35,18%), 21 (35,00%), 17 (33,33%) e 18 (35,29%) formulários de entrevista com os agricultores familiares que residem nestas localidades. Gomes (1999) considera que a comunidade representa um grupo unido por tradições e objetivos em comum. Nesse sentido, é mais facilmente aplicável ao meio rural, pois é caracterizado pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação estreita com a terra e com o lugar. Mendes (2008) expõe que a identificação das comunidades rurais do município de Catalão dá-se em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas e que apresentam um alto índice de parentesco. As famílias estabelecem uma organização de vizinhança, criando um sentimento de localidade e identificação. Esses aspectos conferem às famílias, de uma determinada comunidade rural, uma identidade geográfica e social. Deve-se ponderar a importância que os cemitérios e as escolas multisseriadas (conhecidas na região como Grupos) tiveram para a constituição das comunidades rurais do município de Catalão (GO). A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/GO) possui, também, uma relevante contribuição para o desenvolvimento das comunidades rurais do município de Catalão (GO). A EMATER/GO foi instalada no município no final da década de 1970 e implantou o Programa de Desenvolvimento das Comunidades, conhecido como Extensão Rural. Nesse contexto, surgem os programas de extensão rural e a denominação de “Comunidades Rurais” no município de Catalão (GO). A maioria das comunidades rurais do município de Catalão (GO) possui um núcleo central, com uma igreja e/ou um centro comunitário. É frequente, também, a existência de escolas, cemitérios, quadras de esportes, dentre outros. Nota-se que as comunidades do município de Catalão (GO) são fundadas a partir do sentimento de localidade. Essas comunidades, além do núcleo central, são organizadas por propriedades rurais dispersas, constituídas, principalmente, por agricultores familiares. Nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, o tamanho médio das propriedades pesquisadas é de 47,34 ha. A área média das propriedades rurais da comunidade Custódia é de 68,19 ha, na Ribeirão 28,65 ha, na São Domingos 43,23 ha e na Tambiocó 49,29 ha. Nessas comunidades, as famílias combinam diversas fontes de rendas. A principal atividade econômica dos agricultores familiares é a pecuária. Assim, 86,44% das famílias visitadas criam

bovinos, na qual 74,50% são para a pecuária leiteira. É expressiva, também, a criação de suínos (68,15%), equinos (63,76%) e galináceos (93,23%), sendo estas destinadas, sobretudo, para o consumo familiar. Dentre os pesquisados é significativo, ainda, o cultivo de milho (78,53%), cana-de-açúcar (23,21%), mandioca (75,90%), frutas (90,41%) e hortaliças (86,63%). Além da produção diversificada de alimentos e da criação de animais, os agricultores familiares pesquisados das comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó recorrem à: a) atividades extra propriedade, como trabalhadores temporários e/ou diaristas (28,45%); b) participação em feiras livres na cidade de Catalão (GO) (9,29%); c) participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (10,75%); e d) comercialização de excedentes para vizinhos, mercearias (75%), dentre outros. Nas comunidades pesquisadas é expressivo o número de beneficiários da Previdência Social Rural, ou seja, 49,66% dos entrevistados possuem aposentadorias, esse fato se deve ao envelhecimento da população, isto é, a média de idade para os homens é de 59,97 anos e para as mulheres de 55,33 anos. Para os sujeitos investigados, a comunidade representa o lugar de convívio social, onde se dão as relações de vizinhança, amizade e parentesco. Além de serem notórias as relações de sociabilidade, decorrentes das relações de solidariedade (ajuda mútua) e dos eventos comunitários. O trabalho é vinculado à pesquisa de Doutorado em Geografia UNESP/FCT e está em fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunidade. Comunidades rurais. Catalão (GO).

EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS ORGÂNICAS – ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ-VIAMÃO/RS

Alecsandra Santos Da Cunha

Helena Maria Beling

Taiane Flores do Nascimento

Carmen Luyara Canabarro Leal

Iolanda Lopes de Oliveira

A estrutura fundiária do Brasil é baseada em latifúndios, essa realidade é fruto de um processo histórico de colonização exploratória, na qual suas terras deram lugar à grande agricultura capitalista, hoje representada pelo agronegócio. No decorrer desse processo histórico, de dominação e exploração, surgiram os movimentos sociais de luta pela terra que buscam promover a democratização do acesso à terra. Entre eles está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No V Congresso Nacional do MST, foi reafirmado em sua carta de princípios como linha política de atuação, a adoção da Agroecologia. Nesse sentido, esta se torna frente de luta contra o modelo hegemônico de produção, com o objetivo de produzir alimento saudável para a população, assim como garantir a saúde do agricultor que vem sendo prejudicada diante do grande uso de agrotóxicos. Considerando a produção de alimentos saudáveis como um dos princípios do MST, as hortas orgânicas, que veem sendo desenvolvidas por algumas famílias no Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS, podem representar importante fonte de investigação no que tange à qualidade de vida e autonomia familiar. Pois, sabe-se, que além da luta pela terra, a Reforma Agrária Popular proposta pelo MST objetiva a autonomia dos sujeitos que vivem no/do campo e a soberania alimentar do país. Nesse sentido, pergunta-se: as hortas orgânicas estão contribuindo para que as famílias envolvidas nesta atividade alcancem a sua autonomia? Esta é a pergunta norteadora dessa pesquisa e está centrada em um tema maior que é a Agroecologia como forma de vida, autonomia dos povos do campo e soberania alimentar. Em meio à hegemonia imposta pelo capital, a Agroecologia surge como alternativa de qualidade de vida e produção saudável de alimentos. Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade, urgente, de alternativas de combate ao modelo agroexportador, que além de não garantir a alimentação para o mercado interno, promove conflitos territoriais. Dessa forma o objetivo geral que norteia a pesquisa é: Compreender a organização produtiva das famílias envolvidas na produção das hortas orgânicas no sentido de possibilitar sua autonomia. E os objetivos específicos: a) Identificar a situação socioeconômica das famílias até o momento em que as mesmas iniciaram as atividades com as hortas orgânicas; b) Identificar e caracterizar o processo produtivo/organizacional das famílias; c) Identificar a situação socioeconômica das famílias atualmente; d) Considerar as perspectivas dessas famílias. A pesquisa é dividida em três fases. A primeira fase consta do levantamento de dados secundários com o objetivo de um estudo teórico detalhado. A segunda fase é a coleta de dados junto aos produtores assentados (foram elencadas seis famílias para fazer parte da pesquisa), objetivando levantar dados sobre o sistema produtivo e a organização dos mesmos no que tange à

produção e mercado. A terceira fase, de caráter mais amplo, originada do cruzamento de dados e informações, permite uma análise do caso específico das hortas orgânicas dentro do assentamento, motivando novas buscas de informações que possam orientar o processo de análise. A pesquisa se utiliza de abordagens quantitativas e qualitativas, no intuito de identificar a organização e reorganização da produção orgânica das hortas. Para utilização de abordagem qualitativa e quantitativa, são utilizadas fontes de informações bibliográficas, visitas a campo, entrevistas semiestruturadas e observações participantes. A pesquisa se encontra em andamento na fase inicial. Dessa forma, os resultados parciais são provenientes de observações e conversas informais com os produtores assentados. As famílias envolvidas na produção das hortas orgânicas, em sua maioria, dedicavam parte do seu tempo à horticultura e, para aumentar a renda familiar, acabam por vender sua mão-de-obra em diversos tipos de atividades não-agrícolas. Esta situação é facilitada no assentamento devido à sua proximidade com a capital, Porto Alegre. Atualmente, as famílias pesquisadas parecem se encontrar em uma fase de autoconhecimento no que se refere à sua produção horticultora e, também, no que se refere ao mercado no qual escoar sua mercadoria. A maior parte da produção é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Além disso, feiras de produtos orgânicos estão se espalhando pela capital gaúcha em pontos estratégicos, contudo, muito há ainda que avançar na democratização de um modelo de alimentação saudável para a população brasileira. O envolvimento das famílias na produção das hortas orgânicas ocupa todo o seu tempo de trabalho, não sendo mais necessário vender a mão-de-obra familiar, podendo buscar avanços tecnológicos para a produção e melhor desempenho do lote. Portanto, as hortas orgânicas parecem estar contribuindo para que estas famílias alcancem seu empoderamento socioeconômico.

Palavras-chave: Agroecologia, hortas orgânicas, empoderamento.

APONTAMENTOS SOBRE FORÇA DE TRABALHO E EMPREGO NO ESPAÇO RURAL DO PAMPA GAÚCHO

Ana Clarice Soares Hanauer

OBJETIVO

Este texto tem por objetivo discutir questões relacionadas às mudanças na ordem técnica da produção agrícola na região do Pampa gaúcho, suas consequências, impactos e permanências em relação à força de trabalho e emprego no espaço rural e regional. A Região do Pampa, nos domínios do Brasil e do Uruguai, por muito tempo manteve sua paisagem rural relacionada às atividades tradicionais da pecuária. Tal atividade foi responsável pela manutenção, tanto da estrutura socioeconômica regional, quanto da cultura e do modo de vida da sociedade. Todavia, recentemente, a região passou por mudanças na ordem técnica da produção, com a introdução de atividades exógenas, como o cultivo de eucaliptos para a geração de celulose, além da expansão da monocultura sojeira em áreas antes ocupadas pela pecuária. Desencadeou-se, portanto, uma série de transformações territoriais, no modo de vida da população rural, nas suas atividades e suas relações, que em seu conjunto tem promovido transformações significativas na paisagem. Entretanto, nesse processo de mudança contínua há, também, permanências. Assim, formulamos questões balizadoras que sustentam o processo de pesquisa: Como esse processo tem se desenvolvido no decorrer do tempo? Que implicações evidenciam-se sobre a força de trabalho e o emprego nas atividades agrícolas da região? Quais os impactos dessas mudanças e permanências no espaço rural regional?

DISCUSSÃO TEÓRICA

No Brasil, a partir dos anos 70 vivemos o que se chamou de revolução verde, uma forte investida do capital sobre o campo, provocando enormes consequências para comunidades rurais onde o trabalho com a terra é dirigido a produzir, além do consumo, o excedente comercializável. A partir de então planta-se, coleta-se e cria-se para viver e para vender. Troca-se, vende-se e compra-se trabalho por bens, bens por bens, trabalho e bens por dinheiro (BRANDÃO, 2007). A partir da década de 90 aprofundam-se ainda mais as mudanças na ordem técnica na forma de produzir no campo com o chamado agronegócio. Monopólios de empresas multinacionais que concentram todo processo de produção desde as sementes, os insumos químicos, os fertilizantes, a colheita, o armazenamento e transporte até as agroindústrias ou portos no caso de exportação; espacializando-se de várias formas para garantir total liberdade de ação. Segundo CAMPOS: "...o agronegócio envolve uma ampla articulação de capitais [...], cuja maximização de lucros é viabilizada por um contexto de globalização neoliberal em que os capitais têm ampla liberdade de circulação [...], por outro lado por meio da apropriação dos espaços nos estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades" (2011: p.110). Então, se o desenvolvimento das forças produtivas impôs mudanças no espaço e na forma de fazer agricultura, como teriam ficado as relações sociais de produção e as relações de trabalho no campo? É o que faremos para identificar ao longo da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa está estruturada em fases. Primeiramente, a construção do referencial conceitual para subsidiar a análise da realidade. A definição do marco teórico da investigação realizou-se por meio do resgate e discussão dos conceitos empregados. Nessa mesma fase, também foi efetuado um levantamento bibliográfico para caracterizar a área de pesquisa. A segunda fase constituiu-se na coleta de dados em fontes secundárias que permitiram diagnosticar o fenômeno estudado; para isso foram realizados levantamentos no Censo Agropecuário do IBGE de 1960 a 2006 para identificar a evolução e a dimensão da propriedade, da condição legal das terras, do pessoal ocupado, a evolução dos principais cultivos e a evolução do número de efetivos da pecuária. Posteriormente, a terceira fase constituirá em uma pesquisa de campo cuja preocupação fundamental será o levantamento de dados qualitativos, em que serão ouvidos os sujeitos sociais envolvidos com a temática.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Salienta-se que a pesquisa está em andamento, porém no atual estágio é possível identificar que o avanço do agronegócio na Região da Campanha é o principal fator para as mudanças no espaço rural e as relações de trabalho. Espera-se que a partir da pesquisa de campo se possa concluir as intuições ou hipóteses que já temos a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário e da pesquisa bibliográfica sobre mudanças nas relações de trabalho principalmente no que diz respeito ao pessoal ocupado, e o trabalho familiar, que movimentos ocorreram com os trabalhadores assalariados temporários e se houveram mudanças no trabalho assalariado permanente.

Palavras-chave: Agronegócio, força de trabalho, emprego

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf> - Acesso: 13 jun. 2014.
- CAMPOS, C. S. S. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio. Ed. Clacso. Buenos Aires, 1º Ed 2011.
- COSTA, R. L.; MENDES, E. P. A diferenciação nas relações de trabalho no contexto sucroalcooleiro em Goiatuba e Itumbiara. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.
- MARX, K. Contribuição à Crítica da economia política. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008."

ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DE IBARAMA/RS: UMA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E PRODUTIVA

Helena Maria Beling

Alecsandra Santos Da Cunha

Jacson Dreyer Schumacher

Valquiria Conti

O cultivo de sementes crioulas sempre esteve presente entre os agricultores familiares do município de Ibarama/RS. A partir de 1998, com a iniciativa de extensionistas da EMATER/RS e alguns agricultores familiares camponeses, iniciou-se uma organização com a finalidade de desenvolver o resgate, conservação e multiplicação de cultivares de milho crioulo, além de manter preservados os saberes tradicionais locais. Após muitos esforços, em 2008, foi efetivada a criação da Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama/RS. Grande da população de Ibarama/RS vive no meio rural, com sua economia baseada na produção agropecuária, predominando as culturas de milho, feijão, fruticultura e hortigranjeiros, muitos destes produtos são destinados para consumo próprio e comercialização de excedentes, além da produção de tabaco em algumas propriedades. A pesquisa teve como objetivo geral compreender a importância do resgate das cultivares crioulas no município de Ibarama/RS, na organização das unidades de exploração de agricultura familiar camponesa, no resgate de saberes e conhecimento de técnicas agroecológicas. Mais especificamente objetivou-se: a) Realizar a caracterização produtiva dos agricultores familiares camponeses da “Associação de Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama/RS”; B) Descrever como se deu o processo de resgate dos saberes sociais relacionados à produção de cultivares; C) Compreender como as instituições do Escritório da EMATER de Ibarama/RS e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) contribuem para a continuidade do princípio da produção agroecológico das cultivares crioulas. A pesquisa que já foi concluída dividiu-se em três fases. Inicialmente contou com um levantamento bibliográfico com intuito de um estudo teórico aprofundado e detalhado. Após foi realizada coleta de dados com observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas, na última etapa foi realizado o cruzamento dos dados e informações coletadas, possibilitando análise específica da área de estudo. Para o desenvolvimento da proposta, foi utilizada abordagem qualitativa, centrada no método dialético, pois possibilitou um dinamismo que mostrou as constantes transformação dos fatos, pois “a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p. 67). Com a Associação é comprovado que ainda existem agricultores que resistem aos pacotes tecnológicos impostos pelas grandes empresas, esses agricultores valorizam seu trabalho de resgate e conservação de cultivares crioulas, valorizando seus saberes com práticas produtivas de manutenção e conservação do solo. Além disso, Associação garante a conservação das cultivares crioulas, gerando autonomia produtiva e soberania alimentar a estes agricultores familiares camponeses. Conforme COSTABEBER; KAUFMANN (2012), a área utilizada com cultivares crioulas de milho atinge, na atualidade, em torno de 1.400 ha, cultivadas por, aproximadamente, 650 famílias. Antes do resgate

da produção de cultivares crioulas se utilizava mais de 90% de cultivares híbridas de milhos, e, atualmente o uso desse tipo de cultivar é inferior a 50%. Isso mostra um número considerável, tanto de área plantada como do número de famílias envolvidas com esse sistema de produção, possuindo estoque de cultivares crioulas para trocar e comercializar com outros agricultores. A mudança significativa que houve no quadro de produção de milho neste município se justifica pela possibilidade das famílias reduzirem os custos de produção, além de diminuir ou extinguir o uso de agroquímicos, garantindo a subsistência de sua família e aumentando sua renda através da comercialização de sementes para outros produtores rurais. É de extrema importância a continuidade deste trabalho, que é realizado com tanto esforço e dedicação pelos Guardiões, pois os mesmos garantem a continuidade do trabalho de conservação dos saberes tradicionais, ligados à produção e ao manejo das sementes. Na atualidade a Associação possui uma organização completa, que está mudando a realidade de diversas famílias.

Palavras-chave: Sementes crioulas, Ibarama/RS, agricultores familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTABEBER, J. A.; KAUFAMNN, M. P. Análise do Conhecimento Popular Associado ao Resgate de Cultivares de Milho Crioulo no Município de Ibarama, RS. Disponível em: <http://www.aader.org.ar/XVI_jornada/trabajos/archivos/2012/110_trabajo_atm_kaufmann.pdf>.

Acesso em: 13 jun. 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luis de. Tratando de metodologia científica. São Paulo, SP. Pioneira Thomason Learning, 2002."

AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE SANTA FLORA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Leandro Jesus Maciel De Menezes

Cesar De David

João Silvano Zanon

Nas últimas décadas, em meio às transformações recentes do campo, tem-se reforçado, consideravelmente, a importância da chamada agricultura familiar. E isto porque, no momento atual, a agricultura familiar além de manter-se como um segmento imprescindível para a produção de alimentos, ainda corrobora de forma bastante expressiva com a produção de mercadorias, mais especificamente, de commodities como a soja. No distrito de Santa Flora, localizado no município de Santa Maria, a agricultura familiar possui os traços característicos apontados por Wanderley (1999), ou seja, aquela em que a família tem a posse dos meios de produção e trabalha em seu próprio estabelecimento, garantindo a reprodução social da unidade familiar através do atendimento de suas necessidades. Nos últimos anos, em Santa Flora, tem ocorrido uma expansão extremamente dinâmica da atividade sojicultora e em virtude da dinamização desta atividade há um processo de transformações contínuas. Essas transformações, de certa forma, podem ser “lidas”, na medida em que, organizam-se e/ou reorganizam-se a paisagem e o território. Neste contexto de transformações estão inseridos inúmeros agricultores familiares que, ao longo dos últimos anos, tem optado por desenvolver a atividade sojicultora, quer seja em meio a outras culturas (como o feijão, a batata, a cebola, milho, etc.), quer seja destinando praticamente todo espaço de suas propriedades para a produção da monocultura soja. Concomitante com a expansão da soja nos arranjos produtivos controlados pelo agricultor familiar há uma intensa reestruturação dos processos produtivos pautada em inovações tecnológicas e biotecnológicas. Não obstante, em Santa Flora, em meio a este processo de mudanças contínuas há algumas permanências, haja vista que ainda há agricultores que apostam, em seus arranjos produtivos, na diversificação da produção agrícola como a base alimentar do núcleo familiar e uma fonte de geração de renda. Estes agricultores familiares, buscando superar inúmeras adversidades, têm utilizado de um conjunto de estratégias para permanecer desenvolvendo certas atividades agrícolas e não agrícolas e, ao mesmo tempo, dar continuidade a um modo de vida historicamente construído. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como um conjunto de estratégias tem possibilitado a permanência de um grupo de agricultores familiares desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas em meio às transformações em curso no distrito de Santa Flora. Utilizando-se de instrumentos teórico-metodológicos que compõem a pesquisa qualitativa (como a revisão bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas, diário de campo, etc.) compreendeu-se e enfatiza-se que tal permanência tem sido possível na medida em que os agricultores familiares inserem-se em programas de fomento à produção rural no âmbito municipal e adotam como estratégia participar de determinados espaço-tempo de comercialização de produtos, em distintas partes do espaço urbano do município de Santa Maria. A inserção dos agricultores em programas abre a possibilidade de acesso a recursos imprescindíveis para que seja possível dar continuidade as atividades agrícolas e não agrícolas

desenvolvidas no interior da propriedade. E a comercialização do que é produzido no distrito pelos agricultores familiares em feiras no espaço urbano do município de Santa Maria é uma das principais estratégias adotadas e uma das que mais oportuniza geração de renda para os agricultores. A partir da sua inserção em programas de fomento a produção rural e da comercialização de seus produtos em feiras inúmeros agricultores tem permanecido em suas propriedades produzindo alimentos para a subsistência de sua família e para demais membros de nossa sociedade que a seus produtos tem acesso no momento da comercialização. Logo, além de ter a possibilidade dar continuidade a um modo de vida específico historicamente construído, ainda estes agricultores desempenham um papel fundamental para a sociedade, uma vez que, a ela oportunizam alimentos de qualidade e pelo que se constatou empiricamente a um preço bastante acessível.

Palavras-chave: Santa Flora, Agricultura familiar, feiras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, 1999. p. 21-56."

REPRODUÇÃO SOCIAL DE SABERES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DE IBARAMA, RS

Valquiria Conti

Helena Maria Beling

Jacson Dreyer Schumacher

Com a inserção do agricultor na lógica capitalista, a agricultura tradicional perdeu espaço e o agricultor familiar passou a ser desvalorizado por utilizar técnicas antigas. Dependentes dos pacotes externos e do mercado, os agricultores são muito suscetíveis às crises, assim muitas famílias, e principalmente os jovens abandonaram o campo e foram viver nos centros urbanos. Dessa forma, conseqüentemente houve o envelhecimento da população do campo e a agricultura familiar ficou fragilizada devido, também, a falta de sucessores no meio rural. Apesar da forte ação da política de difusão das cultivares convencionais, alguns agricultores resistiram e seguem resistindo à pressão do processo de modernização agrícola. Esses agricultores preservam e cultivavam, em sua unidade de produção familiar, cultivares crioulas, motivados pelo ideário de uma agricultura sustentável, que atenda os aspectos social, econômico e ambiental. E, preserva a autonomia tão importante para a agricultura familiar. Em Ibarama, região centro serra do Rio Grande do Sul, os agricultores familiares camponeses estão organizados pela Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama, RS. Tal associação se destaca pelo empenho em conservar as cultivares crioulas e os saberes tradicionais, bem como na preocupação dos mesmos com a sucessão dos jovens no campo. Para compreender com maior especificidade, a presente pesquisa tem como objetivo entender como se dá a reprodução social dos saberes tradicionais dos agricultores que fazem parte da Associação dos Guardiões das Sementes crioulas de Ibarama, RS. E, de forma específica visa caracterizar brevemente a Associação dos Guardiões das Sementes crioulas de Ibarama, RS entendendo sua importância para tal município. A pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, seguindo as seguintes etapas: levantamento bibliográfico; elaboração de entrevistas semi estruturadas com o intuito de responder os objetivos propostos; realização do trabalho de campo, com a aplicação das entrevistas; sistematização das informações e redação final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, RS, foi criada oficialmente no ano de 2008, mas as atividades de conservação das cultivares crioulas se dá há muitos anos. Em 1998 começaram a ser realizadas reuniões entre o técnico agrícola do escritório da EMATER/RS e os agricultores que cultivavam sementes crioulas com o objetivo de fazer uma socialização de experiências e saberes, trocar sementes e ter o comprometimento de guardar e dar continuidade as cultivares crioulas que cada agricultor possuía. A partir do ano de 2002, os referidos agricultores começaram a organizar o Dia da Troca de sementes crioulas, o qual ocorre todos os anos na segunda semana do mês de agosto. Atividades como a transmissão de saberes tradicionais relacionados ao cultivo de cultivares crioulas, a diversificação, a forma de guardar estas de um ano para o outro, produção com uso menor de agrotóxico e a tentativa de uma produção orgânica são

um destaque no município e atraem a atenção de inúmeras pessoas. Uma das preocupações dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama é a continuidade do plantio das sementes, resgate e preservação, bem como na sucessão de saberes tradicionais relacionados ao produzir destas cultivares. Neste sentido, a Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, RS, juntamente com a Secretaria de Educação do município, o Escritório da EMATER de Ibarama e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto Colombelli criaram o Projeto “Garantindo o futuro, preservando as sementes crioulas”. A necessidade de tal projeto destaca-se nas entrevistas com os agricultores Guardiões. Então esse projeto surgiu pensando em dar continuidade a Associação, pra que as sementes crioulas não se percam, porque um dia a gente vai morrer, e essas coisas que a gente sabe, que os antigos passaram pra nós, não pode ser perdido. (G 2 – Trabalho de Campo – Outubro/2012). Assim, a participação dos Guardiões se dá na forma de orientações no cultivo de sementes crioulas e fornecimento destas cultivares e transmissão de saberes tradicionais no que se refere ao produzir destas sementes. De tal modo estão sendo formados os Guardiões Mirins de Sementes Crioulas, através do projeto “Garantindo o futuro, preservando as sementes crioulas”, com o intuito de diversificar a produção de suas unidades de exploração familiar às quais são baseadas basicamente no cultivo fumageiro. A partir de resultados do estudo de campo, é possível afirmar que a criação desse projeto e o envolvimento de tais entidades é de extrema importância e está fazendo a diferença no viver da comunidade local. A diversificação da produção com cultivares crioulas auxilia na renda familiar, melhora a condição alimentar, e faz um resgate das origens históricas dos antepassados que cultivavam estas cultivares e possuíam várias técnicas para a conservação das mesmas, além de garantir maior autonomia para os agricultores, característica esta, muito importante para a sustentabilidade da pequena propriedade. Dessa forma, os jovens envolvidos no projeto sentem-se inseridos nas atividades e na realidade do campo. Segundo dados coletados em entrevista, é perceptível a identidade e o sentimento de pertencimento que o projeto “Garantindo o futuro, preservando as sementes crioulas” desperta nos alunos, não obrigando-os a permanecer no campo, mas indicando que o campo é um local rico em saberes e que a permanência em tal não é sinônimo de retrocesso.

Palavras-chave: Reprodução social, saberes tradicionais, cultivares crioulas.

ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE

Gabriela Rodrigues Gois

Giancarla Salamoni

Compreendendo a agricultura como um sistema complexo, composto por diferentes elementos interconectados, em que o produto desta interação estabelece relações com sistemas externos, resultando em diferentes formas de praticar agriculturas, este trabalho objetiva realizar um estudo sobre a organização da agricultura familiar no município de Pantano Grande-RS, adotando enquanto categoria operacional o conceito de sistemas agrários, materializado, por fim, na “Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários” (ADSA). Diante da evidente importância da agricultura familiar, não somente na economia em diferentes escalas, mas na contribuição social, meio da produção de alimentos para as famílias rurais e urbanas, de matérias-primas para os segmentos industriais e outras atividades de caráter multifuncional, o presente trabalho analisa o sistema da agricultura familiar, buscando evidenciar, a partir de um estudo sobre os elementos de caráter social, técnico e produtivo, as potencialidades de desenvolvimento desta categoria social em escala local. As transformações de caráter social, econômico e político nas conjunturas atuais que vêm impactando os sistemas socioprodutivos na agricultura, foram expressas, principalmente, pela modernização da base técnica e produtiva e pela integração da agricultura familiar com o mercado capitalista. Os principais sujeitos dos sistemas agrários, os agricultores familiares, responderam de diferentes formas a essas mudanças. No entanto, a natureza contraditória desses processos influenciou, igualmente, na forma como os agricultores foram afetados social, econômica e ambientalmente, resultando em diferentes estratégias de reprodução social e territorial da agricultura familiar para mantê-la atuante nas dinâmicas socioespaciais rurais. Com base neste entendimento, torna-se relevante compreender como se articulam as dinâmicas produtivas, sociais e técnicas dos sistemas da agricultura familiar e seus (re)arranjos com os fatores econômicos, sociais e ambientais dos espaços nos quais estão inseridas, para que seja possível identificar suas potencialidades e restrições, visando tanto o desenvolvimento rural local, quanto a ampliação de possibilidades para a reprodução social das famílias agricultoras no rural. Assim, a análise-diagnóstico dos sistemas agrários, resultante dessas investigações, configura-se como um instrumento subsidiário para a elaboração de programas e ou projetos que visem o planejamento e o desenvolvimento rural (MIGUEL, 2009). O caminho traçado para a construção deste estudo se iniciou em revisões teórico-bibliográficas sobre a temática da agricultura familiar e campesinato, abordagem sistêmica, sistemas agrários, estratégias de reprodução social e desenvolvimento rural, tendo como principal referencial teórico os estudos realizados por Mazoyer e Roudart (2010), Silva Neto e Basso (2005), Miguel (2009), Ribeiro e Salamoni (2011) e Wanderley (2009). A etapa seguinte se deu por meio da realização de trabalhos de campo no município estudado, em visita às unidades familiares, vivências com as famílias agricultoras e entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado. O recorte territorial da pesquisa compreende o município de Pantano Grande-RS, localizado na região do Vale do Rio Pardo. Este município é caracterizado pelo grande número de estabelecimentos agrícolas de caráter patronal, tendo como principais atividades a pecuária e a

silvicultura e, externo à agricultura, a mineração (FEE, 2012). Em Pantano Grande é possível perceber que a agricultura familiar camponesa define suas estratégias de reprodução social e territorial baseadas, predominantemente, na combinação da produção para o autoconsumo com a pluriatividade. Tal combinação possibilita que as famílias garantam a sua segurança alimentar e, além disso, permite que as mesmas possam se manter atuantes nas dinâmicas do espaço rural do município, por meio do trabalho agrícola e não agrícola. Em ambas as situações há, primeiro, uma economia de renda baseada no autoprovisionamento e, em segundo, uma possibilidade de obtenção de rendimentos monetários no emprego da mão de obra familiar fora das propriedades. Cabe enfatizar que as estratégias adotadas pelos agricultores familiares camponeses são resultados das tomadas de decisões dos grupos familiares, de acordo com suas necessidades, frente ao contexto socioeconômico nos quais estão inseridos. Com base nestas observações, é possível inferir que a agricultura familiar camponesa em Pantano Grande está assentada em diferentes estratégias de reprodução social adotadas por pelos agricultores, os quais reagem frente às transformações ocorridas em escala local e regional, mobilizando os recursos internos, como o uso da terra para a produção de autoconsumo e o emprego remunerado da mão de obra."

Palavras-chave: Análise-diagnóstico de sistemas agrários, agricultura familiar camponesa, Pantano Grande/RS.

A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA AGRÁRIO NA LOCALIDADE ESTÂNCIA DA FIGUEIRA-CANGUÇU/RS

Luciana Venzke Pranke

Giancarla Salamoni

O objetivo principal deste trabalho objetivo é Identificar a importância da produção para o autoconsumo combinada com a produção para o mercado, na manutenção e reprodução social e territorial das unidades familiares na localidade Estância da Figueira, município de Canguçu/RS. Para o entendimento global do objeto de estudo foi utilizada a abordagem sistêmica, pois compreende os diversos sistemas e suas interrelações na abordagem do espaço agrário e da agricultura. Assim, a análise dos sistemas agrários representa uma importante ferramenta de análise, uma vez que os elementos não estão dissociados na natureza e, por isso, o ecossistema e o agroecossistema precisam ser analisados em conjunto, pois não existe na atividade agrícola uma fronteira capaz de interferir na comunicação dos elementos. Entende-se que a atividade agrícola organiza-se de diversas formas e apresenta distintas particularidades. Porém, apresenta características que permitem agrupar diversos elementos conforme suas semelhanças, logo a abordagem sistêmica permite entender melhor a realidade observada. Os tipos de atividades agrícolas existentes nas propriedades também são entendidos a partir do conceito de sistemas agrários, pois estes partem da escolha do proprietário ou do grupo familiar a partir da combinação de elementos físicos e de fatores culturais, ou seja, as tradições agrícolas. Conforme metodologia proposta por Diniz (1984), o sistema agrário na localidade da Estância de Figueira está organizado em subsistemas internos, sendo eles, o social, o funcional e o de produção. O social caracterizando as relações sociais de trabalho e da propriedade da terra; o funcional representa o sistema técnico. E, o da produção caracteriza o que, quanto e para quem é produzido. Para a realização da pesquisa, optou-se por utilizar o método qualitativo, pois permite a interpretação das informações com base em ações, crenças, costumes, valores, o que permite uma compreensão dos fatos a serem estudados. Na pesquisa de campo foi utilizada a técnica da entrevista, baseada em roteiro semiestruturado, através de visitas ao município, para interagir com os dois grupos de informantes (no primeiro, os representantes de instituições públicas oficiais e de grupos organizados de agricultores. No segundo, os próprios agricultores). A partir dos resultados da pesquisa de campo, percebe-se que a produção para o autoconsumo é um fenômeno responsável pela reprodução e manutenção da agricultura familiar na localidade. Deste modo, o autoconsumo significa para o agricultor familiar a segurança de produzir e consumir alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos. E, ainda, representa autonomia econômica e social para produzir o que melhor se adapta a organização da unidade familiar. Com o fortalecimento da produção para o autoconsumo, a unidade familiar economiza a renda, pois não mobiliza recursos monetários na aquisição de alimentos, e assim pode liberar rendimentos para obtenção de outros bens e investir na própria atividade agrícola. Na área pesquisada, a produção de fumo representa a principal fonte de ingressos monetários para a

formação da renda familiar. Por outro lado, é a manutenção da produção para o autoconsumo que, conseqüentemente, economiza os rendimentos obtidos com a venda do fumo, possibilitando a permanência do agricultor na atividade agrícola e no campo. Diante disso, argumenta-se que a diversificação alimentar é um dos fatores que contribui para a permanência do agricultor no campo, pois além de todos os produtos cultivados na propriedade, como o milho, batata, feijão existe as frutíferas, hortaliças, carnes e outros derivados da produção animal que compõem a dieta alimentar das famílias. Assim, garante-se uma gama variada de opções para a alimentação doméstica e que, certamente, representaria um aumento das despesas familiares quando comprados de terceiros. Por fim, percebe-se que ocorreu um enfraquecimento na mobilização e articulação de representações sociais entre os agricultores na área pesquisada, fato que representa a atuação exclusiva da assistência técnica das empresas fumageiras. Sendo assim, o mercado do tabaco representa a significativa dependência dos agricultores na tentativa de assegurar a venda da matéria prima – o fumo – e, em contrapartida, as empresas garantem a única forma de assistência técnica na área pesquisada, além do fornecimento dos insumos necessários à produção.

Palavras-chave: Agricultura familiar, sistemas agrários, autoconsumo.

DISCUSSÃO DO TEÓRICA DO HIDROTERRITÓRIO A PARTIR DA REALIDADE NORTEMINEIRA

Priscilla Caires Santana Afonso

João Cleps Júnior

A água se tornou um recurso estratégico na sociedade capitalista e, por isso, sua gestão tem sido alvo de vários estudos. Esses alertam para a necessidade de se pensar demandas de grupos que são excluídos do acesso aos recursos hídricos em qualidade e quantidade suficientes que garantam uma vida digna e saudável, apesar de ser um direito previsto na Lei das Águas brasileira (Lei n.º. 9433/97). Entretanto, contrária a Lei existe um processo de privatização das águas no Norte de Minas que tem prejudicado comunidades que deixam de ter acesso ao recurso. Nesse sentido o objetivo desse trabalho é discutir o conceito de hidroterritório a partir da realidade da região Norte de Minas Gerais. Tal conceito foi criado pela necessidade de se pensar a ocupação geopolítica do espaço geográfico a partir das relações de poder exercidas pelos diferentes sujeitos sociais tendo a água como trunfo. Esta é entendida não mais como simples recurso natural disponível “[...] ou simples ‘coisa’, a matéria em si, [...] ela é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades e como meio para garantir um fim”. (RAFFESTIN, 1993, p. 3). O fim, no caso das águas, é seu controle que garante, por consequência, poder e este se manifesta em diversas escalas, tantas quanto os hidroterritórios existirem. A construção do conceito de hidroterritório está fundamentalmente relacionada à presença dos múltiplos territórios e das diversas dimensões e escalas em que se baliza o conceito de território. Na perspectiva dos territórios múltiplos, crê-se que os camponeses geraizeiros vivem e existem no território dos usos e, por isso, entendem a água e os demais recursos naturais como essenciais à vida e constroem seu lugar de vivência a partir das apropriações. Essa forma de “poder” exercido, não implica que a água e os demais recursos deixem de ser comuns aos sujeitos da comunidade, pelo contrário. Por ser fundamental à sua existência, à satisfação de suas necessidades básicas é importante para a construção de seu modo de vida, identidade e cultura, negá-la implica em negar a si mesmo, é “desaparecer”. Por isso, as territorialidades diferentes às próprias do território geraizeiro e que dialeticamente o comprometem (em primeira análise), precisam ser contornadas. Isso é feito a partir da renovação dos laços identitários, solidários e atribuindo-se novos sentidos a antigos símbolos que, por sua vez, contribuem no processo de revitalização da cultura, do território. As territorialidades “estranhas” ao lugar são impostas pelo capital essas destroem-contribuem, dialeticamente, para o processo de (re)construção, (re)estruturação da cultura geraizeira. No espaço em estudo, o capital é representado no campo pelo “negócio da terra e água”, o agrohídro-negócio. Para esse ator signatário, dominar a água significa a possibilidade de acumular capital através da comercialização desse recurso. Dessa relação surgem os conflitos pelo direito de existir, de gerir os recursos de forma cultural no território dos usos, o território dos gerais. A partir dessas análises é possível concluir que a gestão comunitária é baseada em princípios e normas morais que estão em desacordo com os princípios da Lei das águas brasileira. Para compreender essa relação é fundamental o conceito de hidroterritório que desmistifica discursos e proporciona o

estudo de usos e gestão das águas que são culturais e, portanto, contribui para uma leitura espacial completa.

Palavras-chave: Hidroterritório, Norte de Minas, Gestão das Águas.

A TERRITORIALIDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE INDEPENDENTES DE SANTA ISABEL DO RIO PRETO EM VALENÇA, RJ

Bruno Milan Carneiro De Albuquerque

Esta pesquisa procurou investigar sobre a territorialidade da Associação dos Produtores de Leite Independentes de Santa Isabel (APLISI) do Rio Preto, distrito do município de Valença, no estado do Rio de Janeiro. Investigaram-se suas redes geográficas horizontais estabelecidas entre os produtores associados que têm seus estabelecimentos produtores de leite em sete municípios nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foram analisadas as transformações sócio-econômicas no substrato material recortado, decorrentes destas redes geográficas que ocasionam processos territoriais. Procurou-se esclarecer a forma de produção destes estabelecimentos associados exemplificando como eles se diferenciam da maioria dos estabelecimentos de leite, principalmente no estado do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se uma relação com a territorialidade da produção leiteira passada e atual dentro da região de atuação da APLISI para explicar como as mudanças ocorreram. No processo desta pesquisa, constatou-se que há uma nova forma de relação política e econômica entre os produtores de leite e as indústrias processadoras, compradoras da produção. Esta nova forma se faz através de um contrato jurídico com duração anual e que contempla mais renda para os produtores associados. Esta compra através deste contrato configura uma proteção maior e inédita no circuito produtivo do leite fluminense e mineiro, aumentando a territorialidade da APLISI a partir do seu território de controle. Através dos trabalhos de campo e baseando-se em leituras de autores geógrafos sobre os conceitos de território e territorialidade, que formam a vasta bibliografia sobre os conceitos estudados e que realmente responderam à problemática desta pesquisa, foi delimitado o território controlado pela APLISI e conformada sua territorialidade. As visitas à sede da APLISI foram feitas nos dias 25 de Janeiro de 2014, quando entrevistei o Diretor Técnico, Sr. Eduardo Silva, adquirindo as primeiras informações sobre a APLISI, e 26 de Fevereiro de 2014 quando visitei a fazenda Córrego da Serra de propriedade do diretor comercial, Sr. Paulo Fernando, onde conheci a produção de leite e a estrutura usada nesta produção que serviu de exemplo de modelo de produção de leite usado pelos produtores da APLISI. Assim geografiza-se a APLISI pela sua produção, conformando uma territorialidade singular através das redes geográficas verticais e horizontais criadas na organização espacial que se formam com os fluxos formados pelos atores da APLISI que conformam o espaço geográfico de produção desta Associação, estabelecendo uma relação com os conceitos de território e a sua organização espacial de produção e investigando esses processos remetendo ao conceito de territorialidade de Dematteis.

Palavras-chave: Territorialidade, Leite, Território.

OS ASPECTOS FORMADORES DAS IDENTIDADES CULTURAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES: A COMUNIDADE RURAL OLHOS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)

Laila Maria De Sousa Naves

Estevane De Paula Pontes Mendes

Na agricultura familiar os produtores são proprietários dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo e ainda possuem um sentimento de pertencimento com a propriedade onde vivem, trabalham e têm sua religiosidade. Nesse contexto, propõe-se compreender as principais discussões sobre a agricultura familiar e a identidade cultural, ressaltando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da comunidade Olhos d'água no município de Catalão (GO). Para a efetivação da pesquisa foi realizada uma revisão de literatura, utilizando obras que discutem as temáticas agricultura familiar, identidade e cultura. Foram analisados os aspectos teóricos e os dados empíricos de trabalhos que exploram a realidade dos produtores familiares do município de Catalão (GO). A pesquisa empírica foi realizada na comunidade Olhos d'água, no município de Catalão (GO), em 2010. Foram aplicados um total de 10 roteiros de entrevista. Esta comunidade dista aproximadamente 60km da sede do município e 11km do distrito de Santo Antônio do Rio Verde. A unidade de produção familiar pode ser compreendida através de uma forte relação entre terra trabalho e família. Cada família é detentora da terra, dos instrumentos de trabalho e de um conjunto de técnicas para a administração do patrimônio, que pode ser passado de geração a geração. A força de trabalho empregada na terra é geralmente composta pelos próprios membros das famílias e, de acordo com a necessidade, por trabalhadores temporários (LAMARCHE, 1993). Nessa perspectiva, a definição da agricultura familiar segundo Abramovay (1992) ressalta três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. Desse modo, a agricultura familiar possui relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança. O autor analisou que as relações de parentesco ou mesmo a solidariedade dos vizinhos demonstra que os produtores ajudam uns aos outros. É importante destacar que esse tipo de relação está desprovida de qualquer lógica capitalista, isto é, o produtor que recebeu o auxílio retribui em outra oportunidade o serviço prestado. Salienta-se que os estudos sobre a agricultura familiar tiveram mais enfoque a partir da década de 1990 em decorrência da legitimidade em que o Estado prestou com a criação do PRONAF, há também os embates dos movimentos sociais e os estudos acadêmicos. Com o processo de modernização do campo os agricultores familiares tiveram dificuldades de inserir-se aos mercados e isso agravou a situação do pequeno produtor tanto no aspecto econômico quanto organizacional, visto que, a modernização do campo trouxe consigo modificações no próprio núcleo familiar. Entretanto, o agricultor familiar tem criado estratégias que o possibilita permanecer no campo e dele tirar seu sustento. As estratégias familiares são um conjunto de técnicas que o pequeno produtor utiliza para se manter no campo. Nesse contexto, as estratégias podem ser definidas como um conjunto de ações racionais, em que cada membro da

família tem à necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição, e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE 1998; PERTINARI 2007). Cabe analisar, que a principal estratégia adotada pelos agricultores familiares é a diversificação das atividades, assim eles comercializam produtos, e utilizam para o consumo familiar. Parte do princípio, que o trabalho realizado pelos agricultores familiares é um conjunto de técnicas de trabalho que os pequenos produtores aprenderam com seus pais e avós para permanecerem no território onde constituem suas identidades territoriais (MARTINS SILVA, 2012). Dessa forma, o patrimônio sociocultural, ou seja, as técnicas de trabalho e produção passadas de geração em geração, estão vinculadas à construção das identidades dos produtores rurais, e a constituição delas é influenciada pelas instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 2008). Os indivíduos possuem sensações e emoções ao relacionar uns com outros, pois, vivem juntos e trabalham juntos, analisa-se que a construção das identidades também está vinculada à tradições, à religiosidade, e aos símbolos. É importante elencar que o conceito de identidade é estabelecido relacionalmente e contrastivamente. Cherlotti e Pessôa (2010), abordam que a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, na qual a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado as análises sobre a produção do espaço, das paisagens e territorialidades.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Identidade, Cultura.

GT 6 - Abordagens teóricas e novos desafios para a Geografia Rural e Agrária

VIII Engrup

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS



INTRODUÇÃO DA NOÇÃO DE RESILIÊNCIA NOS ESTUDOS RURAIS

Rudinei Kock Exterckoter

Clécio Azevedo da Silva

O conceito de resiliência vem sendo apontado como uma das mais promissoras, dentre as teorias de desenvolvimento regional, para responder como as regiões crescem, desenvolvem economicamente e respondem aos processos de crises sem colapsar (HOPKINS, 2008; HUDSON, 2009; PENDALL et al., 2009; CHRISTOPHERSON et al., 2010; PIKE et al., 2010; SIMMIE e MARTIN, 2010; MÉNDEZ, 2012 e 2013; dentre outros). Consequentemente, o interesse pelo tema tem gerado, nos últimos anos, um grande número de trabalhos que procuram aprofundar o entendimento e a aplicação deste conceito na compreensão do processo de desenvolvimento. Estes trabalhos têm despendido grande esforço na lapidação conceitual e metodológica desta abordagem, de maneira que, já se podem identificar mudanças no foco dos estudos. Se em uma primeira fase, entre os anos de 2007 a 2010, predominavam as regiões como sistema principal, a partir de 2010 o foco passa a ser os sistemas menores e mais fáceis de delimitar, tais como, áreas urbanas e cidades (EXTERCKOTER e SILVA, 2014). Chama atenção também, nesta mudança de foco, que começam a surgir, embora ainda de maneira frágil, trabalhos que tratam dos sistemas rurais, sob a terminologia “Resiliência Rural”. Diante disso, este trabalho se propõe a trazer um panorama geral de como a resiliência vem sendo discutida no campo dos estudos rurais. Como estratégia metodológica, foi realizada uma busca sistemática na base de dados *Scopus*, com o termo “*Rural resilience*”, simultaneamente pesquisado no título (*title*), no resumo (*abstract*) e nas palavras-chaves (*Key Words*), de documentos no formato de artigo (*journal article*), para todos os anos com dados disponíveis até novembro de 2014. Os resultados desta busca encontram-se no Quadro 01 e na Figura 01.

Quadro 01: Apresenta os artigos localizados sobre resiliência rural com os respectivos autores e ano de publicação.

Autores	Ano	Título do Artigo
Franklin, A. Newton, J. McEntee, J. C.	2011	Moving beyond the alternative: Sustainable communities, rural resilience and the mainstreaming of local food
Glover, J.	2012	Rural resilience through continued learning and innovation
McManus, P. Walmsley, J. Argent, N. Baum, S. Bourke, L. Martin, J. Pritchard, B. Sorensen, T.	2012	Rural community and rural resilience: What is important to farmers in keeping their country towns alive?

Kasimis, C. Papadopoulos, A. G.	2013	Rural transformations and family farming in contemporary Greece
Paniagua, A.	2013	Farmers in remote rural areas: The worth of permanence in the place
Scott, M.	2013	Resilience: A conceptual lens for rural studies?
Harvey, D.	2014	Exploring women's experiences of health and well-being in remote Northwest Queensland, Australia
Steiner, A. Atterton, J.	2014	The contribution of rural businesses to community resilience

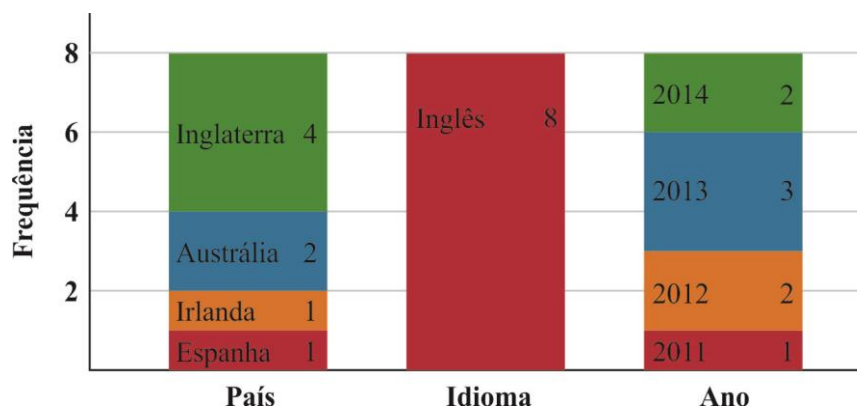


Figura 01: Apresenta os países, idioma e ano de publicação dos diferentes artigos localizados na base Scopus para o termo "Rural resilience"

Como vemos no quadro 01, esta busca permitiu encontrar um total de oito trabalhos. A principal justificativa para este número é decorrente de que o termo "Rural resilience" aparece pela primeira vez em artigos científicos em 2011, ou seja, é a discussão mais recente dentre as discussões presentes no campo da resiliência aplicada ao desenvolvimento regional. Na Figura 01 podemos observar que por hora existe o predomínio de países europeus nas publicações, em especial da Inglaterra e, conseqüentemente, da língua inglesa. Isto já tinha sido observado por Janssen et al. (2007), neste caso para resiliência de um modo mais geral, aplicada a diferentes áreas e, também, por Exterckoter e Silva (2014) onde o foco foi a resiliência na área do desenvolvimento regional. Outra observação importante é que, até o momento, as publicações ocorreram somente em revistas inglesas. O fator língua e a importância deste país para o desenvolvimento desta abordagem teórica acabam por criar uma maior atratividade para trabalhos sobre resiliência rural de outras partes do mundo. No que se refere ao conteúdo dos artigos, em geral, estes estão preocupados em compreender os efeitos que o processo de globalização causa nas comunidades rurais e, também, como estas têm reagido e se adaptado a estes novos contextos. Segundo Paniagua (2013), quando se discute a resiliência de comunidades rurais tem de se levar em conta toda a complexidade deste sistema, que envolvem desde o valor simbólico do espaço, as raízes familiares, até as relações de cumplicidade estabelecidas entre os membros da comunidade. Aparentemente, a resiliência poderia ser um elemento chave nas dinâmicas locais presentes nas comunidades rurais familiares e, como tal, estar contribuindo para que estas comunidades construam diferentes estratégias de reprodução social, respondendo de forma criativa às crises e às

perturbações geradas num mundo globalizado. Ou seja, a ideia de resiliência propõe uma lente conceitual alternativa para pensar o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Resiliência rural, Adaptabilidade, Desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTOPHERSONA, S.; MICHIEB, J. Y TYLER, P. Regional resilience: theoretical and empirical Perspectives. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 3-10, 2010.
- EXTERCKOTER, R. K.; SILVA, C. A. da. Resiliência rural: origem, evolução conceitual e principais desafios. ENGA, 2014.
- HOPKINS, R. *The Transition Handbook: From Oil Dependency to Local Resilience*. Chelsea: Green Books. 2008.
- HUDSON, R. Resilient regions in an uncertain world: wishful thinking or a practical reality? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 11-25, 2009.
- JANSSEN, M. A. et al. An update on the scholarly networks on resilience, vulnerability, and adaptation within the human dimensions of global environmental change. *Ecology and Society*, v. 12, n. 2, 2007.
- MÉNDEZ, R. Ciudades y metáforas: sobre el concepto de resiliencia urbana. *Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales*, v. 172, p. 215-231, 2012.
- MÉNDEZ, R. Estrategias de innovación para el desarrollo y la resiliencia de ciudades medias. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 59, n. 3, p. 481-499, 2013.
- PANIAGUA, A. Farmers in remote rural areas: The worth of permanence in the place. *Land Use Policy*, v. 35, p. 1-7, 2013.
- PENDALL, R.; FOSTER, K. A.; COWELL, M. Resilience and regions: building understanding of the metaphor. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 71-84, 2009.
- PIKE, A.; DAWLEY, S.; TOMANEY, J. Resilience, adaptation and adaptability. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 59-70, 2010.
- SIMMIE, J. Y MARTIN, R. L. The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 27-43, 2010.

A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA AO CAPITAL PELAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

Merce Paula Muller

OBJETIVO E METODOLOGIA

A pesquisa teve como principal objetivo analisar se os agricultores da comunidade de Linha Pessegueiro, município de Guarujá do Sul – SC estão excluídos e como resistem ao capital. No primeiro momento foi realizado levantamento bibliográfico através de leituras e posteriormente, foi realizada pesquisa de campo com aplicação de um questionário qualitativo as famílias da comunidade de Linha Pessegueiro, município de Guarujá do Sul, SC, na qual foi definido por amostra aleatória simples o número de famílias para aplicação do questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escolha da comunidade aconteceu por ser maior município com 130 famílias. Das 58 famílias que tem como atividade principal a agricultura estabeleceu uma amostra aleatória simples que se estabeleceu 30% sobre o número total de famílias de agricultores que resultou em 17 famílias a serem pesquisadas. Nos 66 membros que integram as famílias pesquisadas a faixa etária de 41 a 50 anos de idade concentra-se o maior número de pessoas sendo 33,3% e em segundo a faixa de 11 a 20 anos com um total de 30,3%. A proporção de homens e mulheres é a mesma ambos são 33 pessoas, mas o que difere é o número de membros por faixa etária. Outro indicador importante na caracterização das famílias é o nível de escolaridade. Na pesquisa de campo não foi encontrado nenhum membro que não tenha frequentado a escola, a maioria dos agricultores tem poucos anos de escolaridade, logo os filhos possuem maior escolaridade. Com relação ao estudo dos agricultores, 47% declararam que deveriam ter estudado mais para continuar desenvolvendo seu trabalho na agricultura. No entanto 41,1% dizem estar satisfeitos com sua escolaridade e já 01 família argumentou que os pais não precisariam estudar mais, mas sim os filhos. Pois, sempre conseguiram se manter na propriedade, mas isso não aconteceu com os filhos que precisam estudar mais. Na família 17 tivemos a seguinte declaração “precisava ter estudado mais, mas se tinha estudado não tava na roça” e ainda mencionou a dificuldade de hoje um agricultor completar seus estudos, pois as classes de alfabetização para adultos são à noite, na cidade e o trabalho na agricultura é pesado e cansativo desestimulando a procura de mais instrução. Com relação à ocupação da força de trabalho das famílias verificou-se que poucas famílias que se ocupam unicamente de atividades agrícolas. Os dados da pesquisa indicam que 51,5% dos membros trabalham em atividades agrícolas, 19,6% dos membros exercem serviço de auxílio na propriedade como ajudar no trabalho com animais, fazer limpeza e outras atividades que auxiliam aos pais. Nas atividades não agrícolas o percentual é de 15,1% que geralmente são jovens e chefes de família que buscam complementar a renda familiar. E 57,5% das mulheres e 45,4% dos homens declararam que a atividade agrícola era a principal ocupação. Nas unidades de produção familiar, 35,3% se ocupam unicamente com a bovinocultura de leite e as demais famílias têm mais que uma atividade na propriedade. Nas atividades desenvolvidas as famílias declararam que utilizam algum tipo de tecnologia. Na atividade leiteira as famílias utilizam várias tecnologias oferecidas no mercado para aumentar a produção de leite e outras propriedades não possuem estabulação para ordenhar as

vacas e os animais ficam amarrados em postes no galpão. No entanto, todas destacaram a produção de leite como uma garantia de renda mensal para família. Em relação ao trabalho na agricultura 41,1% responderam que poderia melhorar, pois os baixos preços, a falta de dinheiro, desestimulam muito o trabalho na agricultura. Já 29,4% das responderam que o trabalho é difícil pela mesma situação acima descrita. Como o caso da família 17 que destaca “não temos máquinas, dependemos da prefeitura e muitas vezes demora para o serviço ser feito tornando o serviço mais difícil.” e já 11,7% responderam que está bom seu trabalho. Nas famílias investigadas, 15 obtém de financiamentos em uma instituição financeira e 01 família faz financiamento em duas instituições. E apenas duas famílias declararam não usar créditos agrícolas, sendo que uma não utiliza por ter os bens hipotecados por dívidas e a outra família declarou já ter utilizado dos créditos agrícolas. Com todas estas inúmeras medidas governamentais e do próprio sistema econômico de incentivo forçam para uma constante e gradativa descapitalização de grande parte dos agricultores das pequenas propriedades. O espaço agrícola está se consolidando por desigualdades, uma incompatibilidade de velocidade, alguns agricultores com tecnologia de ponta na propriedade, outros tentando acompanhar e muitos agricultores com técnicas muito rudimentares. A agricultura passou de orgânica e manual para uma agricultura moderna que utiliza insumos, agrotóxicos e tecnologia de ponta. É seletiva, a maneira pela qual o capital interfere valorizando os que têm melhores condições de produzir e marginalizando os agricultores que não possui capital.

Palavras-chave: agricultor; resistência; capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MULLER, M. P. A exclusão e a resistência ao capital: a formação continuada do agricultor. 2007. 48 f. Relatório de Pesquisa apresentado na disciplina de Prática Pedagógica (Licenciatura em Geografia), Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, 2007."

ELEMENTOS DE NORMATIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL

Patrick Martins

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

Esse resumo contém os resultados parciais obtidos a partir da pesquisa de iniciação científica “Certificação de Alimentos Orgânicos no Brasil: Possibilidades e Diferenciais entre Instituições Certificadoras”, cadastrada na UNIOESTE/CNPq. A agricultura orgânica e, de forma mais tímida a Agroecologia, vêm crescendo em nível global, a partir de um maior questionamento aos métodos de produção dos alimentos produzidos de maneira convencional. Nesse sentido, são necessárias normas e diretrizes no que se refere aos aspectos de produção, transporte, comercialização e certificação. No Brasil, em especial a partir da década de 2000, surgem alguns avanços específicos à legislação e políticas públicas voltadas à prática da agricultura orgânica, como também instituições que vêm trabalhando com formas de agricultura de base ecológica. O objetivo da pesquisa é analisar a questão da certificação de alimentos orgânicos no Brasil, considerando a legislação vigente, os princípios de cada tipo de certificação e as exigências estabelecidas pelas seguintes certificadoras: Instituto Biodinâmico (IBD), Ecocert Brasil (certificadoras por auditoria) e a Rede Ecovida de Agroecologia (sistema participativo de garantia). A metodologia para a elaboração dessa pesquisa passa pelas seguintes etapas: leituras sobre certificação de alimentos, a partir de livros, artigos e outros trabalhos científicos; levantamento e análise da legislação federal referente à certificação de alimentos orgânicos; identificação das características dos três tipos de certificação permitidos no Decreto nº 6.323/2007 e; análise de três instituições certificadoras já consolidadas (IBD, Ecocert e Rede Ecovida). A Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências define sistema orgânico de produção agropecuária como aquele em que se adotam técnicas específicas, pela otimização dos recursos naturais e socioeconômicos, e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Penteado (2009) ressalta que a certificação tem por objetivo garantir a procedência e a qualidade dos produtos, podendo ser entendida como a avaliação de um sistema de qualidade através de normas existentes em protocolos, através da emissão de um certificado que comprove que a empresa produtora ou processadora está de acordo com as exigências estabelecidas através da legislação vigente.

Através do Decreto 6.323/2007, o Ministério da Agricultura define os três tipos de certificação atualmente aceitos no Brasil:

Certificação por Auditoria – É aquela cuja emissão do selo de conformidade orgânica (SisOrg), será feito por uma entidade pública ou privada que esteja cadastrada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade seguirá procedimentos e normas estabelecidas internacionalmente, além de requisitos de ordem técnica estabelecidos pela legislação brasileira.

Certificação Participativa – A certificação por participação é constituída por produtores, comercializadores, transportadores, consumidores e demais elementos envolvidos no processo de certificação e, para estar em conformidade com a legislação, um sistema participativo de garantia (SPG) precisa possuir um organismo participativo de avaliação da conformidade (Opac) devidamente cadastrado no mapa.

Controle Social na Venda Direta – O controle social na venda direta refere-se aos agricultores que vendem diretamente seus produtos aos consumidores finais, sem passar por um processo intermediário de auditoria. Para isso, a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos, exigindo para sua conformidade um credenciamento junto a uma organização de controle social que esteja cadastrada em um órgão fiscalizador oficial.

Palavras-chave: Certificação, Agricultura Orgânica, Legislação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Federal nº 6.323/2007. Regulamenta a lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm> Acesso em: 01. Dezembro. 2014.

BRASIL. Lei Federal nº 10.831/2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm> Acesso em: 01. Dezembro. 2014.

PENTEADO, Silvio Roberto. Certificação Agrícola: Selo Ambiental e Orgânica. Campinas: Edição do AUTOR, 2009. 224p."

SUDOESTE DO PARANÁ: RELAÇÕES CAMPO CIDADE E CONSEQUÊNCIAS NO TERRITÓRIO

Rogério Michael Musatto

A organização territorial da região Sudoeste do Paraná, onde temos a predominância de pequenas cidades, faz com que percebemos relações das mesmas com o campo, o papel dessas cidades, e as ligações com outros locais do território nacional seja em trocas comerciais, nas relações de poder que se manifestam no território regional, para logo em seguida pensarmos nas consequências locais. Através das atividades agrícolas como mediadoras desse processo, e a partir dessa característica uma mobilidade populacional também significativa, intensificando nos anos seguintes a chegada dos migrantes. O papel das pequenas cidades e a importância do entorno, ou seja o campo na definição das dinâmicas socioespaciais através dos papéis e representações das mesmas no território, é importante uma análise regional integradora, onde considera-se o campo como indispensável no estabelecimento das ligações regionais através das redes urbanas. "Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rurais e urbanos. Elas são territoriais, com temporalidades e territorialidades. O que varia, são os arranjos, as intensidades, formas e conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida" (SAQUET, 2006, p.160). Dificuldades de definições e delimitações dos espaços rurais e urbanos como analisado por alguns autores, no nosso entendimento devem-se ao fato de que a complexidade das relações e velocidades nas trocas de informações e relações sejam elas econômicas ou de poder faz com que se torne difícil a delimitação de espaços predominantemente urbanos ou rurais. "A concepção do urbano extrapola a própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base" (BERNARDELLI, 2006, p.33). De acordo com Sposito (2006) as denominadas "áreas de transição" entre campo e cidade não eliminam necessariamente um ou outro espaço, mas "se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território [...] de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano". (SPOSITO, 2006, p. 121). A constante diminuição da população rural retrata os processos de introdução de técnicas modernas na agricultura regional, e dessa forma acaba por marginalizar os pequenos agricultores integrados parcialmente ao mercado. "[...], pois o custo de uma máquina fundamental no processo produtivo agrícola exclui muitos agricultores, em especial os familiares, que ficam dependentes da prestação do serviço por terceiros [...]" (SANTOS, 2008, p. 190). A partir dessa marginalização entendemos como fator decisivo para a saída da população rural em direção à cidade, tanto nos centros municipais, quanto nas cidade consideradas núcleos urbanos regionais como e o caso de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Enquanto o campo regional perde população, começa um novo processo de mobilidade para as cidades não somente regionais, mas para outros centros urbanos nacionais maiores. Dessa forma podemos perceber uma intensificação das relações capitalistas de produção como responsáveis mais diretas para essa "segunda" migração regional. Dessa forma as relações campo cidade intensificam-se na região, devido a mobilidade populacional seja na saída dos habitantes do campo,

ou na incorporação de agricultores familiares em atividades não-agrícolas, ao incorporarem a indústria e comércio por exemplo. Essa saída de agricultores em direção às cidades regionais acaba por acarretar inúmeros problemas de ordem social no território regional. Nas áreas urbanas as consequências são as mais variadas possíveis, provocando condições precárias de vida, e violência urbana, nas mais diversas formas, e no campo a diminuição da população e a inviabilidade de permanência em algumas propriedades.

Palavras-chave: Relação Campo Cidade, Território, Sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia da Hora. Contribuição ao debate sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo; relações e contradições entre urbano e rural. 1.ed São Paulo; Expressão Popular, p. 33-80, 2006.

SANTOS, Roseli Alves dos. O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo; relações e contradições entre urbano e rural. 1.ed São Paulo; Expressão Popular, p.157-186, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. Ed. Digital. Contexto. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/naoutu/maria-encarnao-beltro-sposito-capitalismo-e-urbanizacao-pdf-rev>>. Acesso em: 28 jul. 2014."

ETNOCARTOGRAFIA NA COSTA PACÍFICA DA COLÔMBIA RE-MAPEANDO A RURALIDADE NO MUNICÍPIO DE LOPEZ DE MICAY CAUCA

Jesica Wendy Beltrán Chasqui

Cesar De David

A Etnocartografia na costa pacífica da Colômbia é uma proposta que tem como área de estudo o Pacífico na Colômbia e mais especificamente o município de Lopez de Micay, departamento do Cauca. Tem-se identificado neste lugar características particulares que o faz ser único e por isso o interesse em realizar um estudo sobre as questões rurais e agrárias, que podem ser um marco para futuras pesquisas. Os estudos das questões rurais são pouco ou quase inexistentes para o Pacífico na Colômbia, os estudos relacionados a este lugar são focados fortemente na parte ambiental, físico-geográfica e antropológica, com foco nessa última em estudos sobre comunidades Negras que ali habitam. Por outro lado, os estudos sobre o espaço rural na Geografia ainda continuam se encaixando na perspectiva da ciência, que ignora os outros saberes ou ciências que se encontram mais arraigados em comunidades ancestrais, como é o caso das comunidades negras do Pacífico colombiano, que de uma ou outra forma sobrevivem e convivem em comunidade de forma harmônica com seu entorno, onde esse contato com a natureza através dos séculos lhes tem permitido adquirir conhecimentos únicos, os quais são desconhecidos à luz da ciência ocidental. Estes grupos também são considerados resistências; resistem para não desaparecer como resposta aos processos de capitalização que começam a ter presença em seus territórios. Neste sentido o objetivo deste estudo é analisar e reconstruir com a comunidade afrocolombiana do município de Lopez de Micay, por meio da Cartografia Social, o conceito de Ruralidade na costa Pacífica Caucana. Os objetivos específicos estão encaminhados em: compreender as relações e práticas agrárias no município de Lopez de Micay; realizar oficinas de cartografia social com a comunidade afrocolombiana; sistematizar por meio das ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), a cartografia elaborada nas oficinas; e discutir o conceito de ruralidade por meio das informações sistematizadas e dos mapas temáticos gerados. Pelo tanto se pretende compreender o espaço rural e teorizar sobre o conceito de ruralidade desde a perspectiva da comunidade negra. A cartografia social como instrumento e metodologia que representa o oposto à cartografia convencional, é a ferramenta escolhida para poder desenvolver esta pesquisa. Esta surge de outras metodologias participativas como a observação participante e a pesquisa colaborativa, que combinadas com tecnologias de informação Geográfica como os SIG, permitem a geração de uma metodologia adequada para trabalhar com grupos locais (ACSELRAD & RÉGIS, 2008), e que tem como resultado a geração de mapas temáticos feitos pela comunidade. O exercício da Cartografia Social na comunidade Afrocolombiana do município de Lopez de Micay na Colômbia serviu para construir conhecimento de forma coletiva através da elaboração de mapas, neste processo se desataram diálogos entre os participantes, colocando-se em evidência diferentes tipos de saberes, que se misturaram para chegar a uma imagem coletiva do espaço rural. O diálogo de saberes possibilitou a geração de reflexões e produção de conhecimento com os atores sociais, a partir da reconstrução virtual da realidade, por meio de instrumentos técnicos e vivenciais que deram como resultado não só a geração de mapas temáticos, que se misturam com conhecimentos tradicionais

e tecnologias geográficas avançadas, tais como o uso dos SIG's, senão também à produção de conceitos e conhecimento desde a comunidade, referente à produção e representação do espaço rural. Quanto à produção da cartografia e sua posterior sistematização, esta permitiu uma leitura e análise de uma cartografia alterna, construída a partir de elementos considerados pela comunidade, pois "los mapas son testimonios tejidos o punto de signos y símbolos que, en conjunto constituyen una vision del mundo especifica, es decir, una política geográfica" (OFFEN, 2009 p. 167), com o qual se problematiza a cartografia convencional, e se faz um contra mapeamento, permitindo que se imprimam as percepções e as imagens do espaço do Pacífico desde o conhecimento que a comunidade de Lopez de Micay tem sobre ele. Os resultados parciais deste trabalho mostram que o espaço rural do município de Lopez de Micay no Pacífico colombiano, se caracteriza por ser um espaço aquático, representado nos rios e no mar, sendo estes elementos fundamentais para as diversas atividades da comunidade e para dar mais uma explicação à realidade. Destaca-se que a porta de entrada deste trabalho de observação, mapeamento, se fez através da tradição oral e das testemunhas de seus habitantes que revela seu conhecimento inestimável.

Palavras-chave: Cartografia Social, Costa Pacífica, Comunidades Negras, Ruralidade

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H; RÉGIS, L; Disputas territoriais e disputas cartográficas. In ACSELRAD, H. (Org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, 2008, pg 13- 43.

OFFEN, K. O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina. In: Tabula Rasa, revista de humanidades, n.10, pg. 163-189, Jan-Jun, 2009, disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br>.

DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE SANTA TERESINHA – PALMEIRA DAS MISSÕES/RS

Sibeli Fernandes

Giancarla Salamoni

Durante os últimos anos, ocorreram inúmeras mudanças estruturais na agricultura, porém, permanece a significativa importância da categoria social da agricultura familiar camponesa nas dinâmicas sociais e produtivas presentes no campo. Tratar da agricultura familiar camponesa implica em identificar os argumentos que norteiam os debates e os termos utilizados na análise e conceituação deste tema. Assim, promover uma discussão sobre a organização da agricultura familiar camponesa apresenta-se como vital, na medida em que este segmento agrega uma parcela significativa da população rural e é movido por uma lógica que ultrapassa as imposições do sistema capitalista e que condicionam as relações da sociedade de forma mais geral. Neste trabalho, serão discutidos os conceitos de sistemas agrários e de agricultura familiar a fim de fundamentar teoricamente a análise da organização espacial da agricultura no distrito de Santa Teresinha, município de Palmeira das Missões, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul. Para a realização deste estudo foram adotadas as contribuições da abordagem sistêmica, pois esta permite uma explicação dos fenômenos da agricultura, em termos das relações entre os elementos e do seu dinamismo. A teoria da evolução dos sistemas agrários admite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região, como uma sucessão de sistemas distintos constituídos de uma série de etapas históricas definidas. Esta teoria ajuda a compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época. Além disso, o diagnóstico de sistemas agrários é uma ferramenta que auxilia na coleta de informações, sistematização e análise dos resultados de pesquisas de campo e de pesquisas documentais, seu principal objetivo é a elaboração de estratégias de desenvolvimento tendo como foco principal um melhor planejamento nas áreas rurais. Para entender a complexidade e diversidade dos sistemas agrários presentes na área de estudo, foram caracterizados os elementos físicos (clima, solo, vegetação e hidrografia), e as características do sistema da agricultura local (sociais, técnicas, produtivas), aliadas ao contexto histórico-cultural e, ainda, a caracterização do sistema hídrico, sendo a água vital para a agricultura. A análise integrada dos elementos que conformam os sistemas agrários permitiu identificar os principais sistemas agrários existentes no distrito de Santa Teresinha, os quais servem de base para a reprodução social dos agricultores familiares. Destacam-se na área pesquisada a produção de alimentos para o autoconsumo e a produção mercantil de erva mate, leite e soja, destinada às agroindústrias da região. Os agricultores familiares camponeses recorrem a diversas atividades, além das agrícolas, a fim de garantir a formação da renda nas unidades produtivas. Nesse sentido, existe uma diversificação nas formas de ingresso monetário familiar. Por fim, ressalta-se que a elaboração do diagnóstico socioeconômico e ambiental pretende subsidiar ações voltadas ao planejamento, visando o desenvolvimento rural na escala local.

Palavras-chave: Agricultura familiar camponesa, Sistemas agrários, Estratégias de reprodução.

AS PRÁTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO ALEGRE-RS

Elvis Albert Robe Wandscheer

Rosa Maria Vieira Medeiros

O termo Agricultura urbana de forma geral contempla a produção agrárias nas limitações urbanas. A terminologia comumente abarca a distinção de áreas dentro do espaço urbano, tratando a atividade como Agricultura Urbana e Periurbana, porém incorpora comumente análises bastante peculiares como ocorre principalmente com pequenas Hortas em projetos e ações de políticas públicas. As ocorrências da atividade no campo socioeconômico, contudo costuma tomar como base conceitual mais ampla de Agricultura Urbana com vistas a situações nas quais não pode-se afirmar categoricamente que todos os espaços urbanos das delimitações dos Municípios enfocados apresentam delimitações físicas claras de espaço urbano, de forma que não há uma necessidade maior de efetuar recortes específicos (mas sim manifestações muito mais pontuais que exibam sistemas de produção e suas realizações, bem como as modalidades produtivas materializadas nas produções. Diante dessa aceção, o presente trabalho tem como objetivo Caracterizar as práticas da Agricultura Urbana sob a ótica Socioeconômica em Porto Alegre, capital sul-riograndense. A área de ocorrência da atividade se dá na porção sul do seu território físico. Metodologicamente o estudo partiu do método de análise dedutivo. A metodologia utilizada na coleta de dados baseou-se na combinação dos métodos mistos, ou seja, fez-se uso de métodos quantitativos e qualitativos. O instrumento quantitativo consistiu na aplicação de um questionário com 28 perguntas aos atores da agricultura urbana, enquanto os métodos qualitativos fizeram-se por meio de observação não participativa e entrevistas semi-estruturada. A práticas da Agricultura Urbana em Porto Alegre se caracteriza como uma atividade mais voltada a obtenção de rendimentos, pois 45,2% dos indagados afirmaram receber mais de 4 salários mínimos com a atividade e 29% possuem uma faixa salarial entre 3 e 4 salários mínimos. Os demais (25,8%) afirmaram receber uma faixa salarial entre um e três salários mínimos. Os empregados assalariados na capital gaúcha foi de 12,90% dos produtores agrícolas, dentre os quais 9,68% empregam mais de um funcionário. Além disso, outros 12,90% utilizam mão-de-obra de parentes para a produção agrícola, sem a qual afirmam não ter condições de produzir nos atuais patamares.

Os investimentos particulares da prática agrícola fica a cargo da prioridade pela comercialização, uma vez que os produtores afirmaram focar primeiramente a renda. Conforme os retornos observou-se que 79,19% dos indagados compreende tal situação. Contudo, os benefícios alimentares familiares não podem ser excluídos, sobretudo em função dos potenciais produtivos que culminam não apenas com o lucro via venda de produtos, mas também na mesa dos produtores, sua família e parentes. Neste sentido, os enfoques da produção apresentam relações com a localização e os mercados existentes no Município. Os cultivos mais especializados em Porto Alegre vinculam-se a iniciativas de propriedades caracteristicamente agrícolas que não raro destinam a maior parcela da produção a venda em feiras no centro da cidade ou junto ao CEASA (Centrais de Abastecimento) da capital gaúcha. Os produtos comercializados no CEASA, ainda que não garantam maiores retornos financeiros por produto tem como potencial o mercado consumidor “garantido”, pois possibilita a rápida comercialização da produção a baixos custos de

escoamento dos mesmos, tendo como benefício o breve deslocamento. A diversidade da produção e a agroindustrialização se apresenta como uma ferramenta potencializadora dos retornos econômicos. Essa prática confere maior autonomia na gestão da produção tanto em relação a aspectos quantitativos (via possibilidade de estocagem) assim como qualitativos. Outra oportunidade latente na comercialização dos produtores porto-alegrenses aponta a certificação de produtos orgânicos, onde a relação de confiabilidade do produto atribui valor ao processo produtivo e possibilitaria mercados que abrangem desde a informalidade (principalmente na propriedade) até mercados de nicho que se dão habitualmente em feiras ou então via atribuição de “selos” que atribuem confiabilidade ao produto como fruto de processo específico que contempla capital social aliado ao capital humano. Verificou-se que a maior parcela dos produtos comercializados em feiras orgânicas alcança cerca de três vezes o valor do produto convencional comercializado nos supermercados. Os resultados parciais permitem afirmar que a Agricultura Urbana em Porto Alegre apresenta facetas bastante diversificadas e contempla focos mercadológicos com especificidades marcantes em suas estratégias de acordo com os públicos alvo. Por fim, destaca-se que mesmo tendo solidez socioeconômica em suas práticas, as pressões urbanas tem apresentado uma ameaça a seus espaços de cultivo, realidade que pode acabar transferindo esses espaços para locais próximos, mais especificamente municípios vizinhos da região metropolitana, pois garantiria a manutenção de potenciais atualmente existentes.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Porto Alegre; Práticas

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E AS ABORDAGENS CULTURAIS NO/DO ESPAÇO

Flamarion Dutra Alves

A geografia agrária contempla uma diversidade de temáticas a serem exploradas pelos pesquisadores envolvidos nas questões do campo brasileiro. O paradigma teórico-metodológico da geografia agrária no Brasil já passou por algumas matrizes que coincidiram com a postura da geografia como um todo. O período marcado entre as décadas de 1930 a 1960 sob o prisma da geografia regional lablacheana foi focada nos estudos regionais e dos gêneros de vida, que até certo ponto, havia uma presença forte do fator cultural pela diferenciação dos gêneros de vida, aliada sempre as condições do meio. O período entre o final da década de 1960 até meados da década de 1980, marcaram o uso da quantificação e dos modelos espaciais-estatísticos na geografia agrária. Este momento é caracterizado pela forte ditadura militar que impede de alguma maneira o avanço em questões ligadas a sociedade, economia e cultura. As teorias anglo-saxônicas estão na vanguarda desse pensamento dando todo suporte à aplicabilidade da geografia. Entre o final da década de 1970 até meados da década de 1990 há o apogeu das teorias críticas, marxistas, políticas e econômicas na geografia agrária brasileira, que deram o caráter mais social com base nas contradições que o capitalismo impôs no campo, fazendo uso do materialismo histórico e dialético a geografia agrária os geógrafos se aproximaram das ciências sociais. Entretanto, as questões culturais estão tangenciadas na linha mestra da geografia crítica, não sendo um tema principal no espaço agrário. Na vida do século XX, ganha espaço na geografia temas ligados ao processo de globalização da sociedade, a conjuntura de minorias e resistências, a questão da identidade frente a modernidade, estudos plurais desde artes até questão de gênero e sexualidade estão na pauta da geografia contemporânea. Nesse contexto, a geografia agrária preocupada inicialmente com as questões de produção agropecuária, também investe em pontos dessa natureza, a cultura que sustenta o espaço agrário, seja de forma material ou imaterial. A partir disso, que este artigo tentará explorar as tendências da geografia agrária brasileira e suas bases teórico-metodológicas. Sendo assim, os objetivos do artigo são verificar as bases teórico-metodológicas da geografia agrária a partir da temática cultural a partir dos anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) ENTRE 2004 à 2014, além de identificar os principais assuntos e autores que servem de base para o estudo cultural no campo. E por fim, evidenciar a importância das pesquisas sob a ótica cultural no campo da geografia agrária e explorar suas temáticas.

METODOLOGIA

Os materiais consultados para realização dessas reflexões foram os anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) entre os anos de 2004 e 2014, nas últimas cinco edições (XVII a XXI). A escolha desse evento se dá pela sua tradição no campo da geografia agrária brasileira, sendo realizado desde 1978 em Salgado – SE, e por manter uma periodicidade desde então, além de congrega os principais pesquisadores da temática no Brasil. O Encontro Nacional de Geografia Agrária vem crescendo em número de publicações a cada ano, bem como os estudos sob o enfoque cultural, demonstrando o aumento do interesse pelos geógrafos agrários a respeito das imaterialidades do mundo rural.

RESULTADOS

A geografia como ciência espacial, tem por objeto a organização e produção do espaço, e este processo envolve as transformações realizadas pelo homem ao longo do tempo. Essas transformações foram delineando novos espaços e conseqüentemente alterando o modo de vida e o cotidiano da população. O espaço agrário nesse contexto foi bastante modificado nas últimas décadas, em face de modernização no campo, industrialização e o êxodo rural, agronegócio, multifuncionalidade do espaço rural entre outros aspectos. A cultura rural típica das populações tradicionais, como festividades, religiosidade, gastronomia, música, modo de plantar e cultivar entre outros foram perdendo espaço a medida do avanço de novas técnicas e o crescimento das cidades. Dessa forma, traremos algumas definições de cultura para a análise geográfica com intuito de delimitar os pontos a serem explorados nesse artigo. Essas definições não se esgotam e nem são verdades absolutas, todavia é importante fazer um recorte teórico-conceitual para servir de base na interpretação dos artigos no campo da geografia agrária. A partir da análise dos artigos, constataram-se quatro grandes linhas de pesquisa dentro da abordagem cultural: Ruralidade e Urbanidade; Educação no/do Campo; Comunidades Tradicionais e Questão de Gênero. Esses assuntos são os mais recorrentes no campo brasileiro nesse início de século XXI na geografia agrária brasileira. A geografia agrária no Brasil atualmente vem admitindo novas concepções no bojo de suas bases teórico-metodológicas. A questão econômica e produtiva no campo segue como um campo sólido, mas vai cedendo espaço para os estudos culturais, o que mostra a pluralidade da geografia contemporânea. Os embates entre globalização e localismo, agronegócio e campesinato, multiculturalismo e enraizamento são assuntos recorrentes na sociedade atual, e na geografia agrária isso também demonstra como o campo reflete essas transformações socioespaciais. Sem dúvida esses temas não se esgotam e são cada vez mais pertinentes para entender a dinâmica da organização e produção do espaço agrário, que deve preocupar com as questões imateriais e simbólicas tão importantes no contexto das identidades das comunidades rurais.

Palavras-chave: Geografia Cultural, Pensamento Geográfico, Ruralidades.

AGRICULTORES FAMILIARES REMANEJADOS PELA FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE SERRA DO FACÃO, RIO SÃO MARCOS (GO)

Estevane De Paula Pontes Mendes

Idelvone Mendes Ferreira

Em decorrência da formação do Reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, no Rio São Marcos, Sudeste Goiano, e o conseqüente remanejamento das famílias até então moradoras na área abrangida pelo empreendimento, e, ainda, em conformidade com a Renovação da Licença de Instalação n. 190/2002, de 29/09/2006, fez-se necessário à realização do Projeto de Monitoramento da Qualidade de Vida da População. O deslocamento compulsório dessa população, em diversos casos caracterizada por fortes laços de costumes, parentesco e relação emocional com o local em que vivem e com baixo grau de educação formal e capacitação profissional, indicou a necessidade de programas e ações que possibilitem a segurança dessas famílias quanto ao seu futuro. O móvel do estudo assenta-se na análise do comportamento sociocultural, ambiental, econômico e organizacional de comunidades rurais que utilizam o território como espaço produtivo para constituição de seu patrimônio familiar e para a estruturação de um espaço de trabalho da família. Dentre os vários conceitos, algumas características compõem o núcleo genérico, como a família, enquanto proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra e os valores e tradições. O monitoramento, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambiental (NEPSA/CNPq) da Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás (RC/UFG), fez-se em localidades que estão contidas na área de formação do reservatório, com 228,8km², abrangendo terras da bacia hidrográfica do Rio São Marcos, pertencentes aos municípios de Catalão, Davinópolis e Campo Alegre de Goiás, no Estado de Goiás e contemplou um universo de 278 proprietários e 96 não proprietários. Assim, foram considerados os seguintes indicadores como forma de mensurar a realidade atual e ter parâmetros para a realidade futura: a) condição de ocupação dos imóveis; b) renda familiar; c) meios de transporte; d) energia elétrica; e) condições sanitárias (água, esgoto e lixo); f) posse de eletrodomésticos e outros bens de consumo não duráveis; e, g) inserção na economia e na vida local. Como a população humana atingida contempla um público diversificado, utilizamos roteiros específicos ao perfil dos sujeitos da pesquisa e em conformidade com o propósito da mesma. A atividade de campo teve início em julho/2010 e término em março/2013. Na Primeira Campanha (1ª e 2ª etapas) foram feitas 254 entrevistas (entre o período de 10/07 e 09/2010; 10/02 e 08/2011). Na Segunda Campanha foram realizadas 206 entrevistas (entre 16/03 e 12/2011). Na Terceira Campanha foram realizadas 210 entrevistas (entre 16/07/2012 e 03/2013). As unidades familiares são constituídas por um grupo econômico autônomo, representado pela família, que procuram estabelecer suas estratégias de sobrevivência para o presente com perspectivas, também, para o futuro. Em geral, apresentam a tendência de uma forte centralização, buscando sua reprodução por meio de uma ligação econômica e afetiva com seus meios de subsistência. À medida que as condições materiais são produzidas e os laços afetivos e culturais são constituídos no interior das unidades, possibilitam às famílias a capacidade de resistir e se adaptar às transformações no parentesco. Nessas famílias, o parentesco é compreendido em sua temporalidade, marcando gerações. Nesse contexto, para Harvey (2006) a

história de cada família evidencia os casamentos que se realizam e as condições criadas para a reprodução do grupo, resultando numa tradição, que originam códigos de transmissão de valores e significados sociais. Todavia adverte-se que os sentimentos de solidariedade não excluem outros, mais individualistas, que envolvem a intolerância e as dificuldades nas relações de amizade. Quanto maior o sentimento de desconstrucionismo, tanto maior a necessidade de produzir algum tipo de verdade 'sólida', hábitos mais seguros e valores mais duradouros que possam resistir. A experiência do mundo dinâmico e das relações efêmeras promove a busca de um presente estável, provavelmente, o comportamento dessas famílias rurais encontra aqui seu fundamento. Suas lembranças e experiências buscam resistir no presente como meio de garantir sua identidade e buscar suas raízes, ou mesmo buscar identificar-se com o lugar, a casa, os objetos e com a experiência cotidiana comum como expressão de um forte vínculo social com o lugar em que se vive e manter um sentido palpável de continuidade. Diante do exposto, o conjunto integrado de elementos, como as tradições, os valores morais, étnicos e religiosos, assegura a reprodução das comunidades rurais. As famílias procuram descobrir e inventar caminhos para continuarem em seus territórios. Essa dinâmica envolve as relações internas e externas à comunidade. Os moradores rurais organizam o seu território para a realização de sua existência por meio da construção de sua história de vida nos diferentes territórios.

Palavras-chave: Agricultores, UHE Serra do Facão, Goiás.